



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Programa de Pós Graduação em Ciência Política
Rodovia Washington Luis, Km 235 – Caixa Postal 676.
Fones: (16) 3351-8415
CEP: 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil
E-mail: ppgpol@ufscar.br

TAÍLON RODRIGUES ALMEIDA

**Percepção de corrupção e legitimidade democrática na
América Latina**

São Carlos, fevereiro de 2025

TAÍLON RODRIGUES ALMEIDA

Percepção de corrupção e legitimidade democrática na América Latina

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar) como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Teoria, Instituições e Comportamento Político.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Avila Casalecchi.

Financiamento: CAPES

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)
Departamento de Ciências Sociais (DCSo)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol)

São Carlos, fevereiro de 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Taílton Rodrigues Almeida, realizada em 26/02/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy (UFSCar)

Prof. Dr. Nara de Carvalho Pavão (UFPE)

Prof. Dr. Mario Fuks (UNIRIO)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

AGRADECIMENTOS

Dedico esta tese à minha família, especialmente em memória do meu irmão, Rudnei Rodrigues Almeida, que acompanhou a minha trajetória desde o início, mas não pôde presenciar a defesa da tese. Ele foi o mais velho e, por vir antes, desbravou parte do caminho, retirando as pedras mais difíceis para que os demais pudessem caminhar mais tranquilamente. A ele sou grato pela companhia, parceria, e pelos sacrifícios e ensinamentos. Dedico também em memória do meu pai, Rudival Souza Almeida. Agradeço à minha mãe, Ivani Moreira Rodrigues Almeida, e aos meus irmãos, Alex Rodrigues Almeida, Matheus Rodrigues Almeida e João Pedro Rodrigues Domiciano da Silva. Sem vocês eu não teria dado um passo adiante sequer.

Devo um agradecimento especial à Nathália Letícia de Pina Silva, minha companheira e confidente de longa jornada. O seu apoio incondicional foi fundamental! Ter você ao meu lado tornou o meu caminho até aqui mais suave, alegre e seguro. Tenha a certeza de que estarei sempre ao seu lado, como você esteve sempre ao meu.

Sou grato também aos amigos de longa data e aos que fiz ao longo deste período, que transformaram os momentos de trabalho e pesquisa em atividades menos solitárias e mais animadas. As conversas e os diversos momentos de companhia me trouxeram a alegria e a força para continuar.

Agradeço profundamente à UFSCar e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol/UFSCar), pelo suporte de excelência. Tive a honra de desfrutar dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos de uma instituição de altíssimo nível, que certamente fizeram a diferença em minha formação.

A todo o corpo docente do PPGPol, pelos ensinamentos, trocas, diálogos e conversas amigáveis, e aos discentes do programa, que estiveram comigo nesta jornada. Registro um abraço especial aos membros da Agenda Política, nossa revista discente, onde tive o prazer de trabalhar e aperfeiçoar a minha formação enquanto pesquisador.

À CAPES, pelo financiamento e apoio à minha pesquisa científica na pós-graduação. Como pesquisador, reconheço a importância que a segurança financeira desempenha em nossas vidas, dando mais tranquilidade para

enfrentar os desafios próprios da atividade acadêmica. O papel desempenhado pela agência de fomento tem sido crucial para o desenvolvimento científico do país, de modo que me sinto lisonjeado em fazer parte dessa história.

Ao meu orientador, Gabriel Avila Casalecchi, pela parceria, disposição, compreensão e ensinamentos durante o meu doutorado. Ter trabalhado com o Gabriel tornou o doutorado menos árduo, porque ele tem uma personalidade leve, amigável e acessível, além de uma inteligência ímpar na Ciência Política. Devo a ele boa parte dos conhecimentos que obtive na metodologia quantitativa, que me deram a segurança para prosseguir com as análises. A figura do Gabriel foi inspiradora.

À Maria do Socorro Sousa Braga, que compôs a banca de doutorado e de mestrado, além de ter acompanhado o meu trabalho desde quando ingressei na UFSCar, em 2018. A sua leitura atenta e crítica foi fundamental para o meu crescimento como pesquisador. Aproveito o ensejo para agradecer aos colegas do NEPPLA (Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos) pelo debate e discussões em diversos momentos.

Ao Mario Fuks, pela composição da banca e pelas contribuições valiosas. O Mario é um leitor atencioso, com uma capacidade singular de enxergar e analisar as grandes questões na área da Ciência Política, fornecendo contribuições imprescindíveis. Não posso me esquecer também de agradecer os colegas que conheci no CECOMP/UFMG (Centro de Estudos do Comportamento Político), onde tive o contato com o Mario.

À Maria Teresa Miceli Kerbauy, pela participação na banca e pela inserção na Ciência Política quando eu ainda estava na graduação em Ciências Sociais, na Unesp de Araraquara. A Teresa me ensinou muito e esteve presente no início da minha vida acadêmica, como orientadora na graduação e no mestrado. Foi um prazer imenso poder contar com ela na defesa da tese.

À Nara de Carvalho Pavão, que aceitou o convite para compor a banca de defesa e fez contribuições enriquecedoras desde a qualificação, me ajudando a finalizar a pesquisa. A influência da Nara foi decisiva para algumas escolhas teóricas e analíticas desenvolvidas neste trabalho.

Gostaria de registrar também o meu agradecimento à comunidade científica da Ciência Política que, em diversos eventos, nacionais e

internacionais, forneceram contribuições fundamentais para o meu trabalho. Inúmeros insights surgem a partir desses encontros.

Deixo aqui também a minha homenagem ao LAPOP, ao Latinobarômetro e ao V-Dem, pelo trabalho na construção dos bancos de dados que deram vida a inúmeras pesquisas, contribuindo com avanço da Ciência Política e do conhecimento que temos atualmente sobre a política e a democracia.

Obrigado!

Resumo

O principal objetivo que guiou a pesquisa nesta tese consistiu em analisar o efeito da percepção de corrupção sobre a legitimidade do regime democrático na América Latina. Buscamos contribuir com a literatura de comportamento político analisando as relações entre corrupção e democracia a partir do paradigma multidimensional da legitimidade, cujo importante *insight* teórico de Easton (1975) deu início a avanços significativos para a teoria democrática. Neste sentido, adotamos o conceito de legitimidade a partir da sofisticação teórica e analítica proposta por Norris *et al* (1999) em relação à noção eastoniana de distinção entre apoio difuso e apoio específico, segundo a qual os objetos de apoio ao regime estariam estruturados de maneira relativamente independente e em vários níveis. Apesar de possuírem correlações entre si, ao variarem de maneira independente estes objetos de apoio político possuem significados distintos para a estabilidade democrática, o que nos auxilia a compreender a amplitude corrosiva da corrupção percebida pelos cidadãos. Analisamos se o aumento na percepção de corrupção se relaciona com eventuais riscos que comprometam a sobrevivência da democracia, a confiança em suas instituições, ou a reputação dos governos do dia. Neste aspecto, a pesquisa abarcou 19 países latino-americanos, considerando os indicadores de percepção de corrupção como variáveis independentes de interesse e as dimensões de apoio político como o conjunto de variáveis dependentes. Uma inovação importante que realizamos neste debate consiste na distinção entre a percepção de corrupção sobre funcionários públicos (PCFP) e a percepção de corrupção sobre políticos (PCP). A partir dessa distinção, viabilizada pela inclusão de questões sobre políticos e sobre funcionários públicos no banco Barômetro das Américas, identificamos associações substancialmente distintas entre os dois tipos de percepção de corrupção e o apoio ao regime, com a PCP tendo o maior efeito corrosivo. Em seguida, incluímos variáveis contextuais nos modelos no intuito de analisar o efeito interativo do contexto. Damos atenção especial ao papel interveniente do “legado democrático” (LegDem), tal como formulado teoricamente por Casalecchi (2018). Existem razões teóricas importantes para supor que o legado democrático exerça papel mediador do efeito da corrupção percebida sobre a democracia, haja vista as evidências entre o aumento do legado e o reforço do apoio à dimensão difusa da democracia. Os nossos resultados indicam que o efeito, no entanto, é diferente do esperado, pois os modelos indicam que os cidadãos dos países de maior legado apresentaram menor propensão de apoiar o regime quando perceberam maiores níveis de corrupção, especialmente a corrupção política. Além do legado democrático, mobilizamos outras variáveis contextuais para testar a interação entre perceber corrupção e apoiar a democracia, a saber: qualidade da democracia, PIB *per capita* e crescimento econômico. Nossa base de dados incluiu o banco Barômetro das Américas, Latinobarômetro, o projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da qual extraímos os principais indicadores econômicos.

Palavras-chave: percepção de corrupção; legitimidade democrática; apoio político; legado democrático; América Latina.

Abstract

The main objective that guided the research in this thesis was to analyze the effect of the perception of corruption on the legitimacy of the democratic regime in Latin America. We sought to contribute to the political behavior literature by analyzing the relationship between corruption and democracy based on the multidimensional paradigm of legitimacy, whose important theoretical insight by Easton (1975) gave rise to significant advances in democratic theory. In this sense, we adopt the concept of legitimacy based on the theoretical and analytical sophistication proposed by Norris et al (1999) in relation to Easton's notion of a distinction between diffuse support and specific support, according to which the objects of support for the regime are structured in a relatively independent manner and at various levels. Although these objects of political support are correlated with each other, they vary independently and have different meanings for democratic stability, which helps us to understand the corrosive extent of corruption as perceived by citizens. We analyzed whether the increase in the perception of corruption is related to possible risks that compromise the survival of democracy, trust in its institutions, or the reputation of the governments. In this respect, the research covered 19 Latin American countries, considering the indicators of perceived corruption as the independent variables of interest and the dimensions of political support as the set of dependent variables. An important innovation in this debate is the distinction between the perception of corruption towards public officials (PCFP) and the perception of corruption towards politicians (PCP). Based on this distinction, made possible by the inclusion of questions about politicians and civil servants in the Americas Barometer, we identified substantially different associations between the two types of perceived corruption and support for the regime, with the PCP having the greatest corrosive effect. We then included contextual variables in the models in order to analyze the interactive effect of context. We pay special attention to the intervening role of the "democratic legacy" (LegDem), as theoretically formulated by Casalecchi (2018). There are important theoretical reasons to suppose that the democratic legacy plays a mediating role in the effect of perceived corruption on democracy, given the evidence between increased legacy and strengthened support for the diffuse dimension of democracy. Our results indicate that the effect, however, is different from what was expected, as the models show that citizens in countries with a greater legacy were less likely to support the regime when they perceived greater levels of corruption, especially political corruption. In addition to democratic legacy, we mobilized other contextual variables to test the interaction between perceiving corruption and supporting democracy, namely: quality of democracy, GDP *per capita* and economic growth. Our database included the Americas Barometer database, Latinobarometer, the Varieties of Democracy (V-Dem) project and the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), from which we extracted the main economic indicators.

Keywords: perception of corruption; democratic legitimacy; political support; democratic legacy; Latin America.

Sumário

1. Introdução: corrupção e democracia na América Latina.....	11
2. Legitimidade democrática: quadro teórico e debate acerca da estabilidade dos regimes.....	18
2.1 Quadro teórico: avanços e limitações na literatura da ciência política sobre a legitimidade do regime.....	18
2.1.1 Legitimidade e democratização em países periféricos.....	21
2.1.2 Agenda comum: mensuração do apoio à democracia e estrutura conceitual	23
2.2 Legitimidade democrática: estrutura conceitual e abordagens teóricas	25
3. Estrutura multidimensional da legitimidade: delimitando o conceito	37
3.1 O conceito de legitimidade e a sua mensuração.....	37
3.2 Os objetos de apoio.....	39
4. Percepção de corrupção e legitimidade democrática	48
4.1 Corrupção, percepção e legitimidade democrática: apontamentos a partir da literatura	48
4.2 Percepção de corrupção e legitimidade na América Latina.....	55
5. Desenho de pesquisa, material e métodos	63
5.1 Problema de pesquisa, variáveis e hipóteses.....	63
5.2 Hipóteses de pesquisa.....	66
5.3 Bancos de dados e construção das variáveis.....	71
5.3.1 Bancos de dados.....	71
5.3.2 Construção das variáveis	74
5.4 Direção de causalidade: a corrupção afeta a democracia ou trata-se de um fenômeno de causalidade inversa?	77
5.4.1 A importância da corrupção no imaginário político dos latino-americanos ...	79
6. Corrupção e legitimidade democrática: como a corrupção corrói a legitimidade do regime	86
6.1 Quadro descritivo sobre o apoio à democracia entre os cidadãos latino-americanos	86
6.2 Percepção de corrupção sobre políticos e funcionários públicos e legitimidade democrática	99
6.2.1 Percepção de corrupção de funcionários públicos e legitimidade democrática na América Latina.....	100
6.2.2 Percepção de corrupção política e legitimidade democrática na América Latina.....	104
7. Corrupção sistêmica e apoio ao regime: a especificidade do fenômeno importa?	109
7.1 Avaliando as relações entre corrupção percebida e legitimidade em outros surveys: o Latinobarômetro	122

7.1.1 O Latinobarômetro.....	122
8. O que media o efeito da corrupção? Variáveis interativas e corrosão da legitimidade do regime.....	128
8.1 Análise hierárquica: por que os países importam?	128
8.2 Corrupção e legado democrático: como o tempo e a qualidade da experiência com o regime mediam o efeito da corrupção?	132
8.2.1 Construção do indicador de legado democrático	133
8.2.2 O efeito mediador do legado democrático.....	134
9. Considerações finais: a democracia corre riscos?	152
10. Referências.....	158
11. ANEXO 1	163
12. ANEXO 2 – Sintaxe	165

TABELAS

Tabela 1 – Chances de perceber corrupção: PIB <i>per capita</i> e crescimento econômico	78
Tabela 2 – Apoio à democracia por país (%)	94
Tabela 3 – Dados descritivos da legitimidade democrática na América Latina (2004-2019)	98
Tabela 4 – Efeito da percepção de corrupção sobre as dimensões da legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística.....	101
Tabela 5 – Efeito da percepção de corrupção de funcionários públicos sobre a legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística por país. (2016-2019)..	112
Tabela 6 – Efeito da percepção de corrupção de políticos sobre a legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística por país (2016-2019).....	114
Tabela 7 – Distribuição da frequência da percepção de corrupção política.....	121
Tabela 8 – Distribuição da frequência do indicador de percepção de corrupção política.	124
Tabela 9 – Indicador de percepção de corrupção política e legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística.....	126
Tabela 10 – Percepção de corrupção sobre funcionários públicos e políticos e apoio à democracia. Modelo de regressão multinível simples (sem interação) e logístico.....	131
Tabela 11 – Interação entre percepção de corrupção sobre políticos e funcionários públicos e adesão à democracia. Modelo de Regressão Logística Multinível.	135
Tabela 12 – Percepção de corrupção de funcionários públicos (PCFP) e legitimidade democrática. Modelo de Regressão Logística Hierárquica.	138
Tabela 13 – Percepção de corrupção de funcionários públicos (PCP) e legitimidade democrática. Modelo de Regressão Logística Hierárquica.	143
Tabela 14 – Condicionantes Contextuais da Percepção de Corrupção: Qualidade da Democracia, PIB <i>Per Capta</i> e Crescimento Econômico. Modelo de Regressão Logística Hierárquica.	150

FIGURAS

Figura 1 – Estrutura conceitual.	47
Figura 2 – Problema mais importante que o país está enfrentando.	80
Figura 3 – Tolerância à corrupção para resolver os problemas do país.	81
Figura 4 – Obrigação de denunciar a corrupção.	83
Figura 5 – Percepção de corrupção política sistêmica.	84
Figura 6 – Percepção de corrupção de funcionários públicos (%).	87
Figura 7 – Percepção de corrupção de funcionários públicos na América Latina (%) por onda de aplicação.	88
Figura 8 – Percepção de corrupção sobre políticos (%).	90
Figura 9 – Percepção de corrupção política.	91
Figura 10 – Apoio à democracia como melhor forma de governo (%).	92
Figura 11 – Rejeição a golpes militares (%).	93
Figura 12 – Apoio à democracia na América Latina.	95
Figura 13 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e apoio à democracia (margens preditas referente ao recorte de 2004 a 2019).	106
Figura 14 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e apoio à democracia (margens preditas referente ao recorte de 2016 a 2019).	106
Figura 15 – Percepção de corrupção de políticos e apoio à democracia (margens preditas).	107
Figura 16 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e apoio à democracia (2004-2019).	116
Figura 17 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e rejeição a golpes militares (2004-2019).	116
Figura 18 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e apoio à democracia (2016-2019).	117
Figura 19 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e rejeição a golpes militares (2016-2019).	118
Figura 20 – Percepção de corrupção política e apoio à democracia (2016-2019).	119
Figura 21 – Percepção de corrupção política e rejeição a golpes militares (2016-2019).	119
Figura 22 – Efeitos marginais da PCFP (0 a 4) sobre o apoio à democracia mediado pelo nível de legado democrático.	140
Figura 24 – Efeitos marginais da PCP (0 a 4) sobre o apoio à democracia mediado pelo nível de legado democrático.	145
Figura 25 – Efeitos marginais da PCP (0 a 4) sobre a rejeição a golpes militares mediado pelo nível de legado democrático.	146

LISTA DE SIGLAS

BA – Barômetro das Américas.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CresEco – Crescimento econômico.

ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro.

LAPOP – Latin American Public Opinion Project

LB – Latinobarômetro.

LegDem – Legado democrático.

PCFP – Percepção de corrupção sobre funcionários Públicos.

PCP – Percepção de corrupção política.

PIBpc – Produto Interno Bruto *per capita*.

QualiDem – Qualidade da democracia.

V-Dem – *Varieties of Democracy*.

WVS – World Values Survey.

1. Introdução: corrupção e democracia na América Latina

As relações entre corrupção e democracia são objeto de análise da ciência política em diversas perspectivas. A vertente institucionalista tem abordado a temática assumindo a corrupção como variável dependente, cuja ocorrência teria conexões com o desenho institucional. Já a perspectiva comportamental, por sua vez, concentrou suas atenções em aspectos atitudinais e valorativos, invertendo a relação de causalidade comumente adotada pelo paradigma institucional. A partir das evidências trazidas pela literatura científica em ambas as abordagens, entendemos que essas complexas relações possuem dupla direção de causalidade, isto é, tanto a democracia pode afetar a corrupção ao gerar brechas institucionais e mecanismos de incentivo e inibição da prática ilícita, quanto a corrupção pode afetar a democracia. Mais propriamente nesta segunda perspectiva, quando os indivíduos identificam as atividades estatais e políticas como evadas de corrupção, passam a formular atitudes negativas em relação ao regime, às suas instituições e aos seus atores.

Neste sentido, o enquadramento a partir da ótica comportamental insere como tema fundamental a legitimidade do regime democrático e a sua estabilidade diante dos cidadãos. O expressivo desenvolvimento de pesquisas na área tem trazido evidências contundentes sobre a importância de analisarmos a legitimidade democrática levando em consideração os aspectos culturais, atitudinais e cognitivos dos cidadãos, haja vista o papel que estes desempenham na estabilidade dos regimes. Consideramos este um elo fundamental porque nos auxilia a compreender em que medida os valores que fundamentam a democracia estão solidamente internalizados nos cidadãos e em que medida estes estão dispostos a apoiar ou abandonar o regime em certas circunstâncias.

Este trabalho está ancorado nesta ideia de causalidade do ponto de vista atitudinal e, por essa razão, enquadramos a relação entre corrupção e democracia tendo como questão o modo como a corrupção pode afetar o regime democrático, especialmente em termos de qualidade e legitimidade. Regimes democráticos implicam padrões específicos de relacionamento entre indivíduos, autoridades e o Estado, denotando um conjunto de sociabilidades próprias que caracterizam suas particularidades. Neste sentido, nosso ponto de partida supõe que a sobrevivência da democracia depende não apenas de um conjunto de

regras, procedimentos e instituições, mas também do modo como os cidadãos se relacionam com o regime.

A legitimidade política envolve um amplo conjunto normativo de princípios, valores e padrões comportamentais que os indivíduos entendem como corretos e apropriados para a esfera política. Por conseguinte, a legitimidade democrática está fortemente assentada nos enquadramentos subjetivos dos cidadãos sobre o funcionamento da política de maneira geral, abarcando a percepção que eles têm das autoridades, instituições, performance do regime e da própria ideia de democracia em si. A tomada de decisões e o exercício do poder é facilitado quando os indivíduos entendem que as decisões e a forma como elas são implementadas condizem com o quadro de princípios e valores que entendem como legítimos e adequados para as atividades decisórias na seara política.

Tendo isso em vista, entendemos que a legitimidade tem importância fundamental para a sustentação da democracia ao formar um conjunto de apoios coletivamente amparados pelos cidadãos que eliminam, ou reduzem, a contestação ao regime. Isso torna os estudos sobre opinião pública e comportamento político particularmente importantes para a estabilidade democrática. A maneira como os cidadãos percebem o regime e os fenômenos políticos importa, em especial se estes eventos afetam as crenças na capacidade do regime em corresponder ao conjunto de princípios e valores que os cidadãos esperam identificar na esfera da atividade política.

Isso implica que os aspectos subjetivos próprios do modo como os cidadãos enquadram os eventos políticos e os relacionam com o regime+ possui relevância fundamental para a estabilidade democrática. Por esta razão, assumimos que, além da corrupção efetivamente presente no regime, é fundamental analisar o significado da corrupção publicamente reconhecida pelos cidadãos. Em outras palavras, o nível de corrupção percebida importa também porque tem impacto em aspectos atitudinais dos indivíduos. Amparados nisso, analisamos aqui quais são os efeitos para a democracia, em termos de apoio político, quando os latino-americanos percebem mais corrupção na esfera pública.

Entendemos que há particularidades próprias do tema da corrupção que o tornam singular para a análise, especialmente pela ausência de linearidade necessária na relação entre corrupção e democracia do ponto de vista atitudinal.

Com isso pretendemos dizer que a corrupção apresenta uma relação multifacetada com a legitimidade política e que o grupo sobre o qual recai a pecha de corrupto é relevante para entendermos como essa relação se desdobra. Em outras palavras, a corrupção importa, mas importa também sobre quem recai a imagem de corrupto, quais os níveis de corrupção reconhecida e, sobretudo, quais as esferas de apoio são afetadas por essa percepção. Diferente de outros temas, o processamento do tema da corrupção pelos cidadãos não é linear e a conversão desse processamento em comportamento político é complexo, de modo que há nuances e especificidades importantes a serem compreendidas (Pavão, 2018).

A profusão de casos de corrupção na América Latina praticamente inviabiliza que os cidadãos deixem de percebê-la. No entanto, há diferenças quando os latino-americanos percebem pouca ou muita corrupção, ou ainda, se identificam que ela se relaciona com alguns atores políticos especificamente, como líderes e partidos, ou se entendem a corrupção como um *modus operandi* da atividade política. Quando a identificam como uma forma de se fazer política, isso certamente aumenta a desconfiança em relação à classe dirigente. No entanto, tendo em vista as especificidades do tema da corrupção, identificamos que ela pode ter efeitos diferenciados em termos atitudinais relacionados ao regime, podendo ser tolerada em alguns casos, ou ainda aumentar o apoio em algumas situações, enquanto para outras pode corroer a legitimidade de maneira significativa.

Assim, nosso trabalho está circunscrito na tradição dos estudos sobre as relações entre opinião pública e democracia, tendo como objeto de estudo a legitimidade do regime democrático na América Latina. De um modo geral, avançamos nos estudos sobre as relações entre percepção de corrupção e legitimidade democrática em algumas lacunas nas quais a literatura ainda não dispõe de respostas definitivas. Em primeiro lugar, ao trabalharmos com a legitimidade a partir da estrutura multidimensional de apoio ao regime, particularmente amparados pelos avanços conceituais e analíticos sugeridos por Norris *et al* (1999), identificamos quais níveis de apoio são mais suscetíveis aos efeitos deletérios da percepção de corrupção.

A estrutura multidimensional nos permitiu entender os riscos efetivos da percepção de corrupção à estabilidade do regime. Ao diferenciarmos

analiticamente os níveis de apoio difuso e específico, seguimos não apenas uma linha teórica delimitada, mas nos aproximamos de uma estrutura de apoio empiricamente verificável a partir da técnica fatorial com dados de *survey*. Com isso, conseguimos identificar se a corrosão da legitimidade afeta apenas as dimensões mais específicas de apoio, ou atingiriam as dimensões mais difusas, isto é, o “reservatório de apoio” ao regime. É possível que os cidadãos latino-americanos abdicuem da democracia quando percebem muita corrupção, ou os efeitos corrosivos se restringem às autoridades governamentais e instituições da democracia?

Este trabalho realizou uma diferenciação importante entre os efeitos da percepção de corrupção sobre políticos (PCP) e a percepção de corrupção sobre funcionários públicos (PCFP). As diferenças que esses dois atores têm entre si em termos de responsabilidades e do próprio papel no regime são significativas, haja vista o modo como são recrutados e a forma como interagem com os cidadãos comuns. Não obstante, identificamos que os cidadãos também realizam essa distinção de responsabilidades entre políticos e funcionários públicos, ainda que de forma intuitiva. Essa separação entre o que é um “funcionalismo corrupto” e uma “elite política corrupta” faz muita diferença para a democracia, tendo a corrupção política um impacto corrosivo substantivamente maior sobre o apoio ao regime.

Nossos resultados indicam que há uma associação negativa entre perceber mais corrupção e apoiar o regime quando a pecha de corrupto recai sobre a classe política. No sentido contrário, no entanto, os latino-americanos apoiam mais a democracia quando percebem mais corrupção entre funcionários públicos, sugerindo uma busca por maiores controles democráticos sobre os servidores do Estado. Quando analisamos o apoio específico ao regime, a saber, a satisfação com a democracia, a confiança nas instituições e nos atores políticos, perceber corrupção política ou de burocratas possui o mesmo efeito deletério, embora a magnitude da percepção de corrupção política seja mais pronunciada.

Outro recurso analítico que empreendemos em nossos modelos consistiu em construir indicadores de níveis de corrupção, especialmente para contrapor a dimensão mais sistêmica do fenômeno com as percepções de que a corrupção não estaria entranhada em todas as estruturas do Estado. Os resultados foram

condizentes com o esperado, pois em nossos modelos de regressão logística pudemos observar uma corrosividade maior nas atitudes dos cidadãos que perceberam a corrupção como algo mais generalizado e sistêmico do que na comparação com os seus concidadãos.

Buscamos avançar também do ponto de vista empírico da análise em duas frentes. Em primeiro lugar, fazemos uso de bancos de dados de diferentes institutos: Barômetro das Américas (BA), do projeto LAPOP (*Latin American Public Opinion Project*) e *Latinobarômetro* (LB), a fim de avaliar os mesmos constructos com bancos e questões diferentes, tornando a análise mais robusta e sustentada pela replicação dos *surveys*. Além das variáveis subjetivas de percepção, incluímos variáveis contextuais objetivas para representar fatores econômicos (PIB *per capita* e crescimento econômico) e a sua influência nas atitudes dos latino-americanos.

Seguindo no campo empírico, ampliamos as evidências com a inclusão de 19 nações latino-americanas no intuito de identificar o padrão médio de associação entre a percepção de corrupção e o apoio às múltiplas dimensões da legitimidade na região. Além deste padrão de associação médio, comparamos estes países em grupos de acordo com a sua experiência democrática, avaliando o peso de fatores contextuais nesta relação. Para isso, adicionamos como variável interveniente o “legado democrático” no intuito de observar as relações entre as nossas variáveis de interesse em um segundo nível de análise, especialmente para que pudéssemos avaliar como a longevidade e a qualidade da experiência com o regime condicionam os efeitos da corrupção percebida no apoio político.

A teoria democrática tem evidenciado o impacto que o tempo e a qualidade de cada regime democrático promovem nas atitudes dos cidadãos, influenciando seu apoio e compromisso com a manutenção do regime (Casalecchi, 2018). Temos razões teóricas para supor que a longevidade (variável tempo) e o tipo de experiência com o regime (qualidade) podem condicionar o efeito corrosivo da percepção de corrupção. Como argumenta Casalecchi (2018), ao serem socializados em contextos de alta qualidade democrática os indivíduos internalizam valores, normas e princípios que fornecem a base para as suas orientações políticas. Isso significa que nesses

processos, os indivíduos participam de uma certa concepção do que é correto ou incorreto, válido ou inválido, legítimo ou ilegítimo para o universo da política.

Por essas razões, o legado democrático tem efeitos importantes sobre a legitimidade do regime, aumentando os níveis de confiança e aprofundando o “reservatório de apoio”. Dando um passo adiante, é esperado que em países onde o legado democrático seja mais expressivo haja uma valorização da democracia como forma de governo ideal, de modo que nestes contextos os regimes estariam menos suscetíveis a “choques” conjunturais. Como um efeito de “amortecimento” de crises, os cidadãos possuem uma disposição maior de apoiar o regime e mantêm uma reserva de “boa vontade” em relação aos problemas salientes da vida política.

Nossos resultados, no entanto, indicam que, apesar do legado democrático estar profundamente relacionado com o aumento nas chances de apoio ao regime, confirmando assim as evidências ressaltadas por Casalecchi (2018), quando incluímos o termo interativo em nossos modelos o efeito é o oposto do esperado. A percepção de corrupção está associada a maiores reduções nas chances de apoio ao regime em países de maior legado democrático do que em países onde o legado democrático é menor. No caso da corrupção percebida sobre os políticos, o efeito deletério é potencializado, enquanto para o caso da percepção de corrupção sobre servidores, ocorre uma inversão de sentido nas chances de apoio, que deixa de aumentar as razões de chance de apoiar o regime para reduzi-las.

Embora o resultado tenha contrariado algumas hipóteses iniciais, este fenômeno pode estar relacionado com o aumento das expectativas sobre o regime em contextos em que a democracia está mais consolidada. Neste caso, os cidadãos sobrevalorizariam a corrupção, sendo menos tolerantes com as práticas corruptas das elites dirigentes. No sentido inverso, em nações onde a qualidade do regime é mais precária, pode ocorrer uma priorização de outros temas que os cidadãos considerem mais urgentes, reduzindo o impacto da corrupção em suas atitudes.

Estes resultados reforçam nosso argumento a respeito da singularidade do tema da corrupção, especialmente no que tange à não linearidade automática entre perceber corrupção e apoiar ou não a democracia. Enfatizamos que há fatores contextuais importantes que se entrelaçam e condicionam a relação entre

essas variáveis. Não obstante, tendo em vista a corrosividade que o fenômeno possui, mesmo em países de democracia mais consolidada, é importante atentarmos para o alerta que os resultados sugerem, a saber, que mesmo os sistemas políticos que mantêm altos níveis de apoio e legitimidade democrática não são “fortalezas invulneráveis” aos efeitos deletérios da corrupção.

Assim, buscamos contribuir para o debate sobre as complexas relações entre corrupção e democracia do ponto de vista teórico, ao orientar a análise a partir da estrutura conceitual multidimensional, e metodológico e empírico, ao abarcar um amplo conjunto de nações latino-americanas, considerando as trajetórias democráticas do ponto de vista da qualidade da experiência e da longevidade da democracia. Além dessa dimensão contextual, avançamos na diferenciação entre as formas de se perceber a corrupção e sobre quais grupos recai a mácula de corruptos.

2. Legitimidade democrática: quadro teórico e debate acerca da estabilidade dos regimes

Nesta seção, apresentamos uma incursão ao quadro teórico a respeito da legitimidade democrática do ponto de vista da ciência política. Discorreremos sobre o debate acerca da abordagem da estabilidade dos regimes democráticos a partir do enfoque comportamental, com atenção especial sobre as contribuições de trabalhos com ênfase na área de opinião pública. Nosso objetivo geral consiste em apresentar os principais avanços e limitações dos estudos na área, de modo a situar melhor as contribuições e inovações presentes no esforço analítico deste trabalho. Deste modo, traçamos nosso percurso iniciando pelo debate clássico da área em torno da solidez e da estabilidade democrática, para enfim apresentarmos a forma como este diálogo chega à América Latina e se relaciona com as particularidades da região, tendo em vista seus regimes relativamente mais recentes.

2.1 Quadro teórico: avanços e limitações na literatura da ciência política sobre a legitimidade do regime

A literatura sobre legitimidade tem avançado em diversas direções a fim de explicar o apoio e a estabilidade dos regimes. Desde o pioneirismo de *The Civic Culture*, de Almond e Verba (1963), entender o que garante a manutenção da democracia, ou ainda, quais elementos fornecem as bases para atitudes de apoio dos cidadãos às democracias que se tornaram presentes ao redor do mundo, se tornou objeto de intensos debates.

A expansão de regimes democráticos mundo a fora estimulou expectativas de que a “opção democrática” seria um caminho a ser trilhado de forma mais ou menos comum pelas nações. Ao encontro deste “sucesso democrático”, a ideia de que o próprio adensamento do regime forjaria os pilares para a sua estabilidade se tornou frequente e gerou altas expectativas em países centrais e periféricos. A própria ciência política foi, progressivamente, se tornando a “ciência da democracia”, discutindo os principais aspectos referentes ao seu funcionamento e suas variedades.

Diante disso, um amplo conjunto de trabalhos têm buscado analisar a questão da estabilidade democrática a partir de ângulos diversos. A pergunta

fundamental, e que tem dado a tônica especialmente nos momentos de crise ou contestação política mais contundente, era formulada com vistas a compreender o que determina o sucesso ou insucesso de um regime democrático.

No campo do comportamento político, a tradição iniciada sob influência dos trabalhos de Almond e Verba (1963) tem ressaltado a importância de se levar em consideração valores, crenças, atitudes e elementos cívicos da cultura para entender a adesão dos cidadãos à democracia (Almond e Verba, 1963; Inglehart, 2002; Moisés, 2013). Neste sentido, parte da literatura inspirada em *The Civic Culture* tem evidenciado empiricamente a associação entre confiança social e a percepção dos cidadãos sobre o regime, especialmente em termos de confiança nas instituições e avaliações sobre a performance do regime, buscando desvendar o quebra-cabeças da legitimidade que as atitudes dos indivíduos conferem à democracia (Moisés, 2010, p. 11).

Os repertórios de ação coletiva e engajamento cívico também ganharam notoriedade. Dentro desta perspectiva, alguns trabalhos enfatizaram que o fortalecimento das instituições democráticas é também consequência da existência de um capital social e da confiança interpessoal. Confiar seria uma resultante do tipo de interação entre os indivíduos de uma mesma comunidade, da participação na vida comunitária e do associativismo civil. Assim, a desconfiança política seria uma consequência direta da erosão da comunidade cívica e da baixa confiança interpessoal (Putnam, 1996). Essa ênfase na vida comunitária como variável explicativa coloca a questão da legitimidade como um elemento central da estabilidade democrática, pois lança luz sobre os padrões de relacionamento entre os cidadãos e o regime político.

Não obstante, esta literatura de comportamento tem trazido também ao debate um conjunto significativo de evidências sobre o declínio de atitudes democráticas, da confiança institucional e da baixa performance das democracias, tanto em países de democracia mais longa, como nações europeias ocidentais e Estados Unidos, quanto em regiões de países de renda média, como na América Latina. Isso não impediu que parte da literatura mantivesse certo “otimismo” em relação à democracia, especialmente entre pesquisadores que distinguiam o que se tratava de um declínio na confiança em instituições políticas e partidos, de um lado, e o que seria uma queda no apoio ao modelo democrático em si, de outro.

O “alarme” de que os cidadãos estavam “perdendo a confiança no sistema político” se tornou particularmente popular entre os estudos de democracias industriais avançadas a partir da década de 1970 (Listhaug, 1995). Outras pesquisas destacaram que este declínio da confiança em políticos, partidos e instituições que sustentam o regime não se trata de um fenômeno restrito às democracias centrais, ocorrendo também em regiões do mundo em desenvolvimento (Przeworski, 1995; Norris, 1999; Pharr e Putnam, 2000; Hetherington, 2004).

Especificamente no campo das teorias da modernização a ênfase recaiu sobre a ampla mudança no campo dos valores, como sustentam os trabalhos de Ronald Inglehart (1997). Em sua análise, o declínio da confiança em partidos e políticos de forma estrutural decorreria de mudanças silenciosas ligadas aos processos de modernização e pós-modernização. Dentro dessa visão, os indivíduos estariam abandonando formas tradicionais de autoridade e adotando padrões mais elevados de exigências sobre os seus governantes. Este diagnóstico fornece uma perspectiva mais “otimista” para o declínio da confiança, dado que os cidadãos estariam se tornando mais críticos (Norris, 1999) ao mesmo tempo em que estariam se engajando em formas alternativas de participação política (Inglehart, 1997).

De encontro a este otimismo, os regimes democráticos europeus passaram a conviver com discursos antissistema e lideranças políticas autoritárias com franco apelo em parcelas significativas dos cidadãos. Este processo tem acendido o sinal de alerta tanto em países periféricos quanto em democracias centrais. Esse contexto fez com que houvesse uma retomada robusta do debate acerca das fontes de legitimidade, bem como estimulou pesquisas que buscassem desvendar as principais causas da erosão democrática.

O diagnóstico de crise indicou problemas fundamentais de conexão entre cidadãos e o regime, seja por mudanças substantivas e de longo prazo na estrutura social em nações do centro global, seja em virtude da redução da participação, desconfiança interpessoal ou descrença nas instituições que dão vida à democracia. Assim, seria de se esperar certo pessimismo em relação à estabilidade das democracias do ponto de vista do apoio político dos cidadãos. Entretanto, mesmo com alguns sinais de alerta pelo declínio da confiança em

instituições-chaves da democracia, os regimes não ruíram, passando a conviver tensamente com oscilações e turbulências nas últimas décadas.

2.1.1 Legitimidade e democratização em países periféricos

Na América Latina, o debate sobre a estabilidade dos regimes seguiu um caminho próprio. As discussões sobre a estabilidade iniciaram-se atreladas aos problemas da transição de regimes autoritários a partir das décadas de 1970 e 1980. Algumas explicações enfatizaram (1) o declínio da legitimidade política dos regimes autoritários, fortemente atrelados ao desempenho dos governantes eleitos; (2) o crescimento econômico global das democracias liberais nos países centrais do capitalismo; (3) a reorientação das atividades e doutrinas da Igreja Católica; (4) fatores geoeconômicos globais condicionados pela organização internacional ao redor da disputa na guerra fria, com o conseqüente colapso da URSS; e (5) o efeito “bola de neve” em relação ao avanço da democratização como “ondas” (Huntington, 1994).

Em paralelo ao que ocorria nos Estados Unidos e na Europa ocidental, o debate acerca da legitimidade dos regimes latino-americanos recém-constituídos foi direcionado segundo variáveis indicativas do processo de consolidação democrática, ao invés da ênfase na confiança e apoio aos regimes. Morlino (2010) assinala que a literatura de transição colocou em relevo em suas explicações um quadro complexo de interação entre variáveis institucionais e atores políticos, além da sincronia em relação aos processos políticos na região, que desempenharam papel protagonista nos esquemas analíticos.

As abordagens de Linz e Stepan (1996), O'Donnel, Aschmitter e Whitehead (1986) destacaram em suas análises a importância das características dos regimes autoritários precedentes, o papel da sociedade civil organizada em oposição ao autoritarismo, as organizações partidárias (a despeito de suas limitações de ação política) e, como elemento fundamental, a capacidade dos pactos entre as elites e a formação de consensos em torno da construção do novo arranjo institucional, suas condições paramétricas de competição política, e a delimitação dos processos políticos conseqüentes. A enorme incerteza acerca da estabilidade do novo regime gerou atenção especial e ênfase nas “eleições fundadoras”, que marcariam a linha divisória entre autoritarismo e democracia.

O retorno do paradigma institucionalista na ciência política nos anos 1970 e a interpretação da transição pela via do elitismo pluralista influenciaram as abordagens sobre redemocratização e estabilidade dos regimes. Mesmo que de forma tímida, a interpretação dos novos regimes segundo a perspectiva poliárquica, sob inspiração de Dahl (1996; 1997), ou ainda segundo o paradigma da escolha racional (Przeworski, 1986; Colomer, 1995), buscaram entender a transição e a construção do novo arcabouço institucional a partir do cálculo e das escolhas estratégicas das elites políticas.

A relação íntima entre o debate sobre transição e a legitimidade das democracias latino-americanas implicou dificuldades para a compreensão do apoio aos regimes recém-criados. Isso ocorreu, em grande medida, por conta da centralidade das atenções voltadas ao sucesso ou insucesso dos novos arranjos institucionais, ainda incertos e com pouca institucionalização. Além disso, a ruptura com os regimes autoritários precedentes teve dificuldades para realizar uma “justiça de transição” e “reinaugurar” a democracia. O que se observou, especialmente no Brasil, foi a permanência na política de grupos ainda vinculados com o antigo autoritarismo, embora notadamente enfraquecidos.

Além da relativa “juventude democrática” dos novos regimes pós-redemocratização, a dificuldade de mensurar atitudes e confiança foram sentidas pela escassez de dados empíricos sobre o comportamento político dos cidadãos latino-americanos. Em grande medida, os trabalhos referentes às características da “cultura política” na região envolviam estudos de ampla e densa envergadura teórico-ensaísta, mas baixa fundamentação empírica no nível atitudinal. A mobilização decorrente dos paradigmas institucionalista, elitista, ou ainda, interpretações estruturais sobre o processo político, seguiam como alternativa teórica corrente.

O mapeamento da legitimidade sob o enquadramento do apoio e da confiança política teve impulso relevante a partir dos anos 1990, com o processo de poliarquização dos regimes e a expansão, em escala global, das pesquisas de *survey*. Em nível de estudos comparados sobre os países da região, o aumento da evidência empírica foi possível pelo alcance de projetos pioneiros como o Latinobarômetro (LB) e, posteriormente, a pesquisa Barômetro das Américas (BA) a partir do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). Neste sentido, há que destacar os trabalhos inaugurais de Seligson (2001; 2002) ao

analisar países como El Salvador, Nicarágua, Bolívia e Paraguai (Seligson, 2001; 2002).

Com o incremento de dados possibilitado pela crescente evidência empírica, os estudos sobre estabilidade e legitimidade dos regimes na América Latina ganharam atenção central nos estudos da área de comportamento político. A agenda de pesquisas relacionadas ao apoio político em relação aos regimes latino-americanos se aproximou dos debates da ciência política nos países centrais e com desenvolvimento teórico de mais longa data. Não obstante, os novos desafios característicos do campo acerca da estrutura conceitual, validade de mensurações e relação entre comportamento, atitudes e regime, sofisticaram o debate sobre legitimidade nas “jóvens democracias”, com atenção especial para as relações entre os cidadãos e a democracia.

2.1.2 Agenda comum: mensuração do apoio à democracia e estrutura conceitual

Acompanhando a análise sobre os estudos de legitimidade de Booth e Seligson (2009), é possível identificar o desenvolvimento das abordagens teóricas em três momentos: (1) estudos com enfoque em um enquadramento unidimensional do apoio ao regime; (2) os avanços a partir da diferenciação eastoniana entre apoio difuso e apoio específico, balizando trabalhos com foco dicotômico em duas formas de apoio; e, finalmente, (3) abordagens que sofisticam a interpretação da legitimidade através da constatação da diferenciação do apoio ao regime em múltiplas dimensões.

Sobre o primeiro momento, Booth e Seligson (2009) assinalam que há poucas razões teóricas para o enfoque de pesquisas com desenho unidimensional e que o motivo para o predomínio dessa perspectiva nos trabalhos sobre legitimidade é decorrente, sobretudo, de dificuldades e restrições na obtenção de dados empíricos. Cabe ressaltar que a observação de Easton, realizada ainda na década de 1960 sobre a diferenciação da estrutura de legitimidade do regime entre níveis mais abstratos e mais concretos de apoio, dispunha de ampla aceitação teórica. Ainda assim, muitos trabalhos adotaram a perspectiva unidimensional. É o caso de Fuchs, Guidorossi e Svensson (1995) que utilizam a satisfação com a democracia como variável independente única ao estudar as democracias europeias; Mishler e Rose (2001) elencam a

confiança no governo para examinar a legitimidade em dez países pós-comunistas; Inglehart e Welzel (2005), tendo como base dados do *World Values Survey* (WVS) para 80 nações, se valem da confiança nas instituições como variável preditiva.

A opção sobre a variável mais adequada para mensurar o apoio ao regime dificilmente encontraria consenso na literatura. Embora os trabalhos deste primeiro momento abordem variáveis independentes distintas – especialmente a satisfação com a democracia, confiança nas instituições, confiança no governo incumbente e a preferência pela democracia em relação a outros regimes –, Booth e Seligson (2009) assinalam que o desenho de pesquisa unidimensional limitou as chances de avanços sobre a complexidade da legitimidade.

O segundo momento da pesquisa sobre a legitimidade democrática envolve alguns avanços no sentido de multidimensionalidade. Neste aspecto, é ilustrativo o trabalho de Weatherford (1992), que promove uma diferenciação entre componentes políticos e pessoais, destacando no campo político os julgamentos dos cidadãos sobre o desempenho do regime democrático, e, entre os componentes pessoais, a confiança interpessoal, seguindo os insights já identificados nos trabalhos de Putnam (2006) em relação ao efeito de variáveis interpessoais na forma do engajamento cívico e na relação dos cidadãos com o sistema político.

Entretanto, esses esforços mantêm limitações importantes, especialmente no que tange a crítica eastoniana sobre a distinção entre objetos de apoio difuso e específicos do regime, tendo em vista que os elementos interpessoais, apesar de relevantes para entender o comportamento político dos cidadãos, não constituem uma dimensão direta da estrutura da legitimidade. Ainda que os autores avancem na utilização de variáveis interpessoais e de confiança social para analisar os efeitos sobre a relação dos cidadãos com o regime, estes componentes são exógenos à própria estrutura da legitimidade, isto é, constituem elementos de causalidade ou consequência da legitimidade, não sua estrutura em si (Booth e Seligson, 2009).

Segundo Booth e Seligson, o desenvolvimento de técnicas para identificar os objetos de apoio a partir de dados empíricos, em especial a utilização de análises fatoriais, permitiu avanços significativos no campo. O trabalho de Kornberg e Clarke (1992), através desta técnica, identificou uma separação mais

clara sobre as dimensões de apoio, com ênfase nas dimensões relativas à comunidade, ao regime e às autoridades.

A técnica fatorial foi central também na sofisticação empreendida por Klingemann (1999), Dalton (1999) e Norris (1999; 2011). Os autores realizam uma delimitação conceitual mais desenvolvida em relação à estrutura da legitimidade no regime democrático e identificam cinco objetos de apoio político. Partindo da distinção de Easton (1975), elaboram um quadro conceitual em que a estrutura de apoio segue uma linha contínua e linear que parte de níveis mais difusos aos mais específicos: apoio à comunidade; apoio aos princípios do regime; satisfação com a performance do regime; apoio às instituições; e, por fim, apoio aos atores/autoridades políticas.

O enquadramento da estrutura multidimensional significou um ponto de virada nos trabalhos sobre a estabilidade democrática, tanto nas democracias consolidadas quanto em regiões com processos de democratização mais recentes, como é o caso da América Latina. Além disso, os avanços na disponibilidade de evidências empíricas proporcionados pelo aumento do número de *surveys* nas nações ao redor do mundo deram oportunidade ao aprofundamento do entendimento sobre o comportamento político e seus efeitos sobre a legitimidade de maneira geral. O delineamento mais preciso da estrutura conceitual da legitimidade influenciou o debate sobre apoio ao regime de maneira decisiva a partir da virada dos anos 1990 para o novo milênio.

2.2 Legitimidade democrática: estrutura conceitual e abordagens teóricas

Além da virada analítica decorrente das importantes contribuições teóricas de Norris (1999; 2011), Klingemann (1999) e Dalton (1999), o estudo de *Critical Citizens* de Norris *et al* (1999) empreendeu um diagnóstico otimista sobre o futuro dos regimes em democracias industriais avançadas. Uma das conclusões fundamentais dos autores baliza o argumento de que os regimes democráticos enfrentam dificuldades de desempenho institucional e passam por declínios na confiança sobre as instituições e na avaliação dos atores que operam a democracia. Esta constatação, entretanto, ratifica os resultados que a literatura vinha encontrando. A contribuição mais importante consiste na diferenciação das múltiplas dimensões de apoio ao regime, que cria certa

celeuma entre os pesquisadores ao argumentar contrariamente ao diagnóstico de crise.

A estrutura multidimensional proposta por Norris *et al* (1999) tornou-se referência recorrente no enquadramento conceitual, sendo utilizada como ponto de partida em trabalhos como os de Dalton (2004) e Booth e Seligson (2009). Em *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations*, Booth e Seligson (2009) acrescentam uma sexta dimensão à estrutura de legitimidade, o apoio ao governo local, sob o argumento de que o exercício da política democrática no âmbito local teria relevância para entender as relações entre cidadãos e democracia do ponto de vista da participação política e do apoio ao regime. Além disso, sustentam que os trabalhos sobre legitimidade têm dado pouca importância para os níveis subnacionais a despeito de suas conexões e aproximações com os cidadãos de maneira mais direta.

Apesar da inclusão de uma sexta variável, o trabalho de Booth e Seligson (2009) não modifica a diferenciação entre as cinco dimensões proposta por Norris *et al* (1999). Os autores enfatizam seus resultados a partir da separação entre as dimensões mais abstratas e as mais específicas de apoio, mantendo o argumento subjacente da continuidade linear entre os níveis de apoio a partir de objetos mais difusos, de um lado, e mais específicos, de outro. Além disso, as conclusões não apontam para a necessidade de sobrevalorização do governo local para a estrutura conceitual de apoio, especialmente na avaliação de países.

Outro ganho analítico e teórico em relação ao esquema conceitual proposto em *Critical Citizens* consiste nas relevantes contribuições empíricas a respeito da mensuração do apoio à democracia de forma indireta, isto é, analisando o apoio aos princípios democráticos a partir de medições que contornem o problema da desejabilidade social presente na questão churchilliana sobre preferência democrática: “a democracia, apesar dos problemas, é a melhor forma de governo existente”.

A questão da desejabilidade social sobre a adesão à democracia é importante na consideração de desenhos de pesquisa que busquem analisar a estrutura da legitimidade, tendo em vista a dificuldade de mensurar apoio difuso ao regime evitando os vieses de confirmação inerentes à pergunta sobre preferência democrática. Entretanto, esta não é a única crítica elencada ao diagnóstico proposto em *Critical Citizens*. O “otimismo” analítico de Norris *et al*

(1999) está fundamentado na percepção de que o apoio difuso ao regime perdura a despeito do declínio da confiança institucional, das avaliações negativas sobre a performance do regime e da queda do apoio às autoridades políticas. O argumento subjacente ao conceito de “cidadãos críticos” estipula que há uma desconfiança crescente dos cidadãos frente aos resultados proporcionados pela democracia real. Contudo, “*the sky is not falling down for democracy*” (Norris, 1999, p. 2), ou, em outras palavras, não estaria ocorrendo um declínio da democracia em termos de preferência pelo regime ideal.

Apesar do “otimismo analítico”, Norris (1999) não sustenta uma visão idealista e cega sobre a resiliência democrática. A autora argumenta que o declínio permanente da confiança, cujo efeito nas democracias avançadas seria o aumento do número de cidadãos críticos, poderia causar problemas de legitimidade e erosão no apoio ao regime. Não obstante, o crescimento da desconfiança sobre atores e instituições não deveria ser interpretada de forma essencialmente negativa, ou a partir de leituras fundamentalmente pessimistas em relação ao contexto de crise da democracia. Norris (1999) argumenta que certa dose de ceticismo seria benéfica e poderia conduzir os cidadãos a exigências por melhores desempenhos democráticos ou reformas no regime que aumentariam a responsividade e a qualidade das democracias.

O diagnóstico de que haveria uma lacuna entre as aspirações sobre a democracia e os resultados concretos do desempenho do regime, suas instituições e atores políticos, é desenvolvido de maneira mais pormenorizada em *Democratic Deficits: rising aspirations, negative news, or failing performance?* Neste trabalho autoral, Norris (2011) reforça a utilidade da estrutura conceitual multidimensional de cinco níveis proposta em *Critical Citizens* e desenvolve a noção de “déficits democráticos”, afirmando que a insatisfação dos cidadãos com o regime seria decorrente do hiato entre as demandas dos cidadãos por democracia e a capacidade do regime em ofertar resultados condizentes. Em outros termos, a frustração generalizada com os regimes resultaria da desconexão entre as aspirações sobre a democracia e seu desempenho efetivo na concretização de demandas.

Passadas duas décadas deste diagnóstico, as democracias ocidentais, tanto na Europa e nos EUA, quanto em regiões de democracia menos longeva, como é o caso da América Latina, os regimes passam por dificuldades acima do

esperado no prognóstico proposto em *Critical Citizens*. Em tentativa de resposta às críticas ao contraste entre a realidade democrática e o “otimismo” iniciado em *Critical Citizens* (1999) e posteriormente reforçado em *Democratic Deficits* (2011), Inglehart e Norris (2019) buscam analisar as crises das democracias ocidentais em *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. No trabalho, o argumento central para explicar o avanço de líderes populistas e autoritários de extrema-direita consiste em delinear as ameaças ao regime como uma reação dos coortes geracionais mais antigos e conservadores em contraposição aos valores pós-materialistas dominantes entre os cidadãos mais jovens nas democracias europeias e nos Estados Unidos.

A mudança estrutural de longo prazo no campo dos valores, contribuição da perspectiva da modernização de Inglehart (1997), é aliada ao enquadramento da legitimidade de Norris (1999), segundo o qual não haveria um declínio constante no apoio aos princípios do regime. A reação a esta “revolução silenciosa” no sentido dos valores pós-materialistas viria sob a forma de atitudes autoritárias e intolerantes que estariam impulsionando lideranças e partidos populistas nas democracias consolidadas, mas dificilmente esta ascensão lograria compor ameaças contundentes com capacidade de colocar em xeque os modelos de democracia liberal. Em *Cultural Backlash* o diagnóstico de Inglehart e Norris (2019) é mais cauteloso em relação às ameaças ao regime, tendo em vista que os autores admitem as incertezas sobre o futuro democrático. Entretanto, permanece uma leitura mais “otimista” sobre a capacidade de resiliência democrática.

Os problemas de legitimidade e a ascensão de líderes populistas e autoritários nas democracias, bem como a redução da tolerância e o declínio de atitudes democráticas, impulsionaram os estudos sobre apoio ao regime político em outras frentes além do enquadramento proposto por Norris *et al* (1999). Ao tratar do panorama dos estudos sobre legitimidade e apoio político nas democracias contemporâneas, Borba e Cardoso (2021) salientam três questões consensuais entre os pesquisadores no que tange ao diagnóstico: “(1) a democracia está em crise; (2) o risco de reversão autoritária é real (nas jovens e velhas democracias); e, o mais surpreendente, (3) tal reversão autoritária é amparada pela vontade do povo!” (Borba e Cardoso, 2021, p. 333).

A despeito dos consensos acerca do declínio do apoio à democracia em escala global, Borba e Cardoso (2021) destacam algumas inovações teóricas e metodológicas na abordagem da legitimidade. Neste aspecto, alguns trabalhos têm enfatizado a legitimidade como produto das visões e avaliações sobre o regime (Borba e Cardoso, 2021). É o caso dos trabalhos de Ferrín e Kriesi (2016), que destoam da matriz analítica inaugurada por David Easton (1975) quanto à diferenciação entre apoio difuso e apoio específico. A legitimidade, na visão dos autores, seria resultante da interação entre o modelo ideal de democracia, isto é, a visão normativa que os cidadãos têm sobre como deveria ser o regime, e o modo como os cidadãos experienciam a democracia no dia a dia.

Os autores argumentam que não é possível diferenciar com clareza os objetos de apoio político porque eles estariam entrelaçados de modo pouco claro para os cidadãos. A alternativa para mensurar a legitimidade, propõem, consiste em comparar o que os cidadãos acham que deve ser uma democracia, de um lado, e em que nível este modelo está sendo implementado na prática. Assim, as visões sobre a democracia estariam organizadas em três grupos: a visão liberal, a justiça social e o modelo de democracia direta. A distinção busca levar em consideração aspectos da concepção de democracia mais enfatizada pelos cidadãos e, conseqüentemente, quais elementos seriam mais importantes que o regime realizasse na prática na perspectiva dos cidadãos, ou os objetivos fundamentais a serem garantidos de acordo com a performance democrática.

A abordagem de Ferrín e Kriesi (2016) guarda similaridades com a noção de déficits democráticos proposta por Norris (2011) ao levar em consideração aspirações sobre o regime e o *gap* em relação à capacidade responsiva em atender as demandas dos cidadãos. Entretanto, a perspectiva de Ferrín e Kriesi (2016) descarta a diferenciação entre objetos de apoio e buscam mensurar a legitimidade a partir de padrões ideais de democracia que inexitem na realidade. A legitimidade estaria condicionada ao nível de aproximação entre o regime experienciado e o modelo idealizado normativamente. Não é possível ter clareza, no entanto, sobre quais dimensões da democracia estariam mais comprometidas em termos de legitimidade.

Apesar das contribuições de Ferrín e Kriesi (2016) terem como foco as democracias na Europa, especialmente na obra *How Europeans view and*

evaluate democracy, elas guardam similaridades relativas com os trabalhos sobre América Latina na perspectiva do sistema de crenças proposto por Carlin (2018). Em diálogo com a literatura clássica sobre sistema de crenças (Converse, 1964), o autor busca identificar, em estudos qualitativos realizados no Chile e na Argentina, padrões de representação subjetivas e comportamentais de apoio ao regime democrático (Borbba e Cardoso, 2021, p. 345). Apesar dos avanços em termos de identificação de perfis subjetivos, o desenho de pesquisa qualitativo dificulta a comparação com outros países da região.

Outros avanços importantes nos estudos sobre legitimidade estão nas abordagens a partir de experimentos. Autores desta linha argumentam que o problema da desejabilidade social dos respondentes em questões sobre a preferência pelo regime democrático poderia ser contornado com mais desenvoltura por abordagens qualitativas experimentais. Ao invés das baterias de questões características dos trabalhos baseados em *surveys*, sistematizadas e validadas ao longo das últimas décadas, Svulik (2019; 2020) e Graham e Svulik (2020), por exemplo, buscam mensurar indiretamente o apoio ao regime inserindo componentes que simulam a realidade.

Segundo Svulik (2019), ambientes polarizados tendem a minar o apoio ao regime democrático pelo caráter extremo e radicalizado que as eleições adquirem. Nestas situações, as clivagens sociais tomariam importância fundamental e se tornariam substancialmente salientes, de modo que a defesa dos interesses identificados com o grupo passa a ser preferível em relação aos próprios princípios do regime quando se põe diante do grupo a possibilidade de derrota eleitoral. Em ambientes profundamente polarizados, portanto, a radicalização corrói a resistência ao autoritarismo e os indivíduos sacrificam a democracia em nome do “povo”, isto é, do grupo. Quando o regime democrático é colocado em concorrência com o autoritarismo, o nível de radicalização e intolerância entre os grupos políticos adquire importância fundamental e determinante da sorte do regime democrático.

A questão central para os trabalhos de Svulik (2019; 2020) não consiste em identificar a consistência do apoio ao regime ou diferenciá-lo entre difuso ou específico. Para o autor, os grupos renunciam à democracia quando entendem que a conquista do poder pela oposição constitui uma ameaça intolerável. Neste

sentido, o ambiente social e a radicalização das disputas assumem o protagonismo explicativo no quadro teórico proposto. Os cidadãos, segundo Svobik (2019), são extremamente relutantes em punir eleitoralmente as lideranças do partido, mesmo quando esses líderes desrespeitam ou ameaçam as regras do jogo democrático de alguma forma, quando puni-los implica renunciar a interesses políticos, preferências ou mesmo ao partido.

Além da perspectiva conjuntural, que leva em conta o ambiente político, outras vertentes analíticas também se descolam da abordagem clássica de apoio ao regime. A legitimidade como humor enquadra a questão do apoio à democracia tendo em vista o comportamento dinâmico e pendular dos cidadãos, identificado com um padrão de “*thermostatic model*”. Claassen (2020) argumenta que a demanda por democracia na opinião pública tende a ser inversamente proporcional ao nível de democracia ofertada pelos regimes. Isso significa que, à medida que ocorrem certos avanços democráticos, especialmente em relação a seus aspectos contramajoritários de proteção e garantias às minorias, o apoio à democracia tende a declinar.

Um possível nexos de causalidade aventado por Claassen (2020) sobre este efeito pendular reside na compreensão do papel contramajoritário de algumas instituições – em especial as Cortes de Justiça contemporâneas – e em aspectos de “tolerância política” na sociedade. O argumento de que a democracia consiste no “governo da maioria” tende a ser amplamente aceito pelos cidadãos sem enfrentar resistências substantivas de parcelas majoritárias do eleitorado. No entanto, as garantias para grupos minoritários, ou politicamente sub-representados, corrobora para um declínio do apoio a regime, especialmente no nível institucional. Assim, o trabalho de Claassen (2020) aponta para um aspecto relevante das crises contemporâneas de apoio ao regime: a rejeição à extensão de proteção e garantia de direitos à grupos com baixa representação política e a intolerância a que as demandas destes grupos ocupem espaços de poder contramajoritários. Isso explicaria a ênfase do ataque a Cortes de Justiça por lideranças populistas e autoritárias.

Neste sentido, Borba e Cardoso (2021) argumentam que as implicações da teoria para o campo de estudos sobre legitimidade contradizem os prognósticos teóricos de que a democracia criaria condições para sua própria legitimidade a partir de seu desenvolvimento. O “*democratic mood*” propõe um

modelo pendular de explicação, no qual a opinião pública reage continuamente aos incrementos do regime em forma de responsividade aos cidadãos ou grupos específicos na sociedade. A grande inovação nesta perspectiva consiste na sua concepção de dinamicidade do apoio ao regime, bem como a consideração de elementos contextuais. Os pressupostos, entretanto, vão de encontro com a ideia de apoio mais permanente ao regime e insiste na instabilidade do apoio à democracia, tendo em vista a inexistência de laços mais fortalecidos entre cidadãos e o regime.

Os avanços teóricos e metodológicos apontados na bibliografia supracitada reconfiguraram os estudos e formas de abordagem acerca da legitimidade democrática. Concordamos com Borba e Cardoso (2021) sobre a importância da delimitação e refinamento conceitual possibilitada pelos trabalhos de Norris *et al.* (1999), especialmente no que tange ao reconhecimento da diferenciação do apoio a objetos políticos distintos e diferenciados entre si. O avanço dos dados de *survey* e a transição de uma perspectiva unidimensional do apoio para abordagens que levem em conta a multidimensionalidade ampliaram a compreensão sobre os vínculos entre cidadãos e as dimensões do regime.

Em termos metodológicos, Borba e Cardoso (2021) elencam três avanços significativos na literatura científica: (1) melhorias nas mensurações sobre apoio ao regime em diferentes *surveys* utilizados como base dos estudos comparados, em especial os projetos Barômetro das Américas (LAPOP), *World Values Survey* (WVS) e *European Social Survey* (ESS); (2) inovações nas técnicas de análise de dados, com ênfase na utilização de séries temporais nos estudos de painel, e de abordagens multinível que tem viabilizado a consideração de variáveis individuais e contextuais através do modelo hierárquico; e (3) a inclusão de desenhos experimentais na pesquisa em ciência política que, apesar de enfrentarem limitações em relação ao estudo comparado, dispõem de estratégias qualitativas com ampla capacidade de enfrentar problemas de “desejabilidade social” e o controle de situações que simulam a realidade.

Não obstante os avanços em sentidos diferentes que tomaram as abordagens que tratam do tema da legitimidade, há certo consenso sobre as crises que afetaram o apoio ao regime. Em termos teóricos, os questionamentos mais incisivos sobre os diagnósticos expostos nos trabalhos baseados na

estrutura conceitual multidimensional (Norris *et al.*, 1999; Dalton, 2004; Norris, 2011) têm incidido sobre seu “otimismo” quanto à estabilidade do regime democrático.

A estabilidade do apoio às dimensões mais difusas do regime, especialmente o apoio a um ideal de governo democrático abstrato, deve ser interpretada segundo as restrições analíticas do próprio conceito: a junção entre certa “desejabilidade social” nas respostas sobre preferência pela democracia e os distintos significados que a palavra democracia pode assumir para os cidadãos permite conclusões “otimistas” sobre o regime? Entendemos que é preciso cautela e rigor na interpretação dos resultados dos *surveys*, em particular quando as demais dimensões de democracia encontram-se seriamente comprometidas. Nosso principal ponto de divergência em relação ao trabalho de Norris *et al.* (1999) está na interpretação do diagnóstico.

Em outras palavras, os avanços proporcionados pela transição de perspectivas unidimensionais para multidimensionais representaram ganhos analíticos substantivos em relação à mensuração do apoio ao regime. De um lado, o emprego das técnicas de análise fatorial e, de outro, o robusto conjunto de trabalhos comparados sobre diversas democracias ao redor do mundo, reforçam o respaldo empírico para a consideração de uma estrutura conceitual que diferencie os objetos de apoio político. É possível identificar evidências que corroboram a constituição da estrutura multidimensional de apoio a partir das atitudes e do comportamento político dos cidadãos.

Concordamos que o apoio difuso consiste no bastião mais elevado de sustentação ao regime, conformando um “reservatório de boa vontade”, ou de apoio político, dos cidadãos frente à democracia, e que os níveis mais abstratos de apoio são menos suscetíveis a oscilações e movimentos de curto prazo. Ainda assim, o declínio constante do apoio às instituições e a frustração com a performance dos regimes devem ser levadas em conta com maior atenção.

Importantes trabalhos buscaram desvendar as razões por detrás do declínio do apoio dos cidadãos em relação ao regime e os mecanismos de erosão democrática. Em nossa visão, há uma crise de legitimidade democrática que tem criado ambiente favorável para a ascensão de lideranças autoritárias e populistas, cujo foco de ataque consiste na ameaça às instituições representativas e de controle liberal do poder Executivo, em especial os sistemas

de justiça e controles de constitucionalidade. É elucidativo sobre a questão o trabalho de Levitsky e Ziblatt (2018), “Como as Democracias Morrem”, em que os autores elencam um conjunto de atuações e comportamentos danosos ao regime que promovem a progressiva erosão da democracia por dentro.

Tendo em vista que o argumento populista preconiza modelos de democracia ultramajoritários e atuam para eliminar sistemas de *checks and balances*, que limitam democraticamente o exercício de poder, é importante levar em consideração as evidências empíricas que indicam o declínio da confiança institucional. O declínio constante do apoio às instituições e da performance do regime não pode ser menosprezado. Entretanto, isso não invalida alguns avanços analíticos de Norris *et al* (1999). É importante salientar que a estrutura conceitual da legitimidade proposta por Norris *et al.* (1999) é empiricamente verificada pela análise fatorial e outros dados. Os laços dos cidadãos com o regime são mais robustos e fortalecidos nas dimensões mais difusas e a adesão aos princípios da democracia constitui uma barreira fundamental para a sobrevivência democrática em relação a regimes alternativos.

Parte dos problemas do excessivo “otimismo” decorre da dificuldade intrínseca de mensurar o apoio difuso em pesquisas de *survey*, no sentido de elaborar mensurações que não deem margem a concepções autocráticas de visões da democracia. Quando os cidadãos aderem à democracia, em que medida estão projetando, de fato, um regime democrático? Este problema inerente à questão churchilliana pode ser parcialmente minorada com a incorporação de questões que estabeleçam um limite para a delimitação do conceito de democracia.

A despeito disso, quando os cidadãos afirmam que preferem um governo democrático, estão se referindo a um ideal de democracia de fato, e isto não é trivial. O argumento de um governo democrático é frequentemente suscitado pela força que este tipo de regime adquiriu ao longo da história, de modo que os governantes, mesmo os de clara inclinação autoritária ou autocrática, se referem a argumentos democráticos para justificar o exercício de poder político. Assim, é razoável levar em consideração as respostas de preferência por democracia, mas é preciso ter cautela em termos de sobrevalorização desta preferência quando ela encontra incompatibilidades com respostas a outras esferas centrais do regime. Se os cidadãos preferem a democracia, por exemplo, mas não

rejeitam golpes militares, é preciso certo cuidado ao tomar conclusões sobre o significado desta preferência.

Entendemos que o aumento do número de “cidadãos críticos”, que avaliam mal o regime e seus atores, mas que ainda assim mantém forte apoio ao regime democrático enquanto modelo ideal de governo, é uma possibilidade, embora não seja a única saída para a avaliação negativa da performance do regime e o declínio do apoio às instituições e aos atores que operam a democracia. Se o diagnóstico “otimista” para democracias longevas e consolidadas na Europa e nos Estados Unidos é um ponto a ser questionado, na América Latina, com democracias relativamente mais “jovens”, instáveis e com tradição de rupturas institucionais e conversões autoritárias, o alerta sobre a erosão do apoio político ao regime deve atrair com ainda mais força as nossas atenções.

Nesse sentido, a análise realizada por nós sobre as dificuldades pelas quais passam os regimes não parte de um diagnóstico excessivamente positivo sobre a estabilidade democrática, nem tampouco entende que haja evidências que apontem para o fim do ciclo de expansão da democracia. Há crises importantes que vêm erodindo a confiança e o apoio às democracias. No entanto, entendemos que essa corrosão da legitimidade se manifesta de modo distinto nos níveis de apoio à democracia. Analisar quais dimensões são mais afetadas pela crise de legitimidade não é, portanto, trivial. Esta avaliação conduz a diagnósticos mais precisos sobre como ocorrem os processos de corrosão do apoio político e em que níveis ocorrem.

Especialmente em relação à nossa variável independente, a percepção de corrupção, cabe compreender sobre quais níveis de apoio ocorre o efeito corrosivo. Conforme argumentaremos nas mais a frente, a corrupção não é um problema para o regime democrático e o sistema político *per se*. A democracia dispõe, basicamente, de mecanismos horizontais e verticais para lidar com este problema: (1) através do *accountability* horizontal efetuado por instituições robustas que permitem identificar crimes com recursos públicos, incrementar processos de transparência, investigação e punição aos atores envolvidos em escândalos; e (2) através da *accountability* vertical a partir das eleições periódicas, em que os cidadãos podem punir representantes corruptos, e

procedimentos de canalização da insatisfação popular que tensionam o sistema político e dão forma a processos de contestação de governos.

Estes elementos indicam que um diagnóstico preciso sobre os efeitos da corrupção reconhecida pelos cidadãos em relação às dimensões do regime é importante e certamente pode trazer luz à novas evidências sobre a estabilidade da democracia. Como argumentaremos neste trabalho, a literatura tem chamado atenção para os efeitos corrosivos da percepção de corrupção sobre a legitimidade do regime (Seligson, 2001; 2002; Moisés, 2010; Meneguello, 2010). Entretanto, pouco se avançou sobre as dimensões em que este efeito é mais pronunciado ou se tem poder para ultrapassar os níveis mais concretos e afetar também o “reservatório” de apoio ao regime, isto é, os laços entre cidadãos e democracia em sua esfera mais abstrata e ideal de governo.

Os esforços de Power e Jamison (2005) ajudaram a atualizar este debate para o caso latino-americano. Entretanto, o diagnóstico de uma “desconfiança generalizada” pode não revelar alguns aspectos importantes da especificidade do tema da corrupção para os latino-americanos. Não obstante, há evidências de que a corrosão causada pela percepção de corrupção reduz até mesmo as chances dos cidadãos apoiarem a democracia como a melhor forma de governo. Além disso, trazemos uma importante variável de rejeição a golpes militares a fim de contornar a desejabilidade em torno dessa questão no intuito de promover contribuições adicionais a esta agenda. Assim, apesar de concordarmos com os diagnósticos de que a corrupção produziria efeitos negativos sobre a legitimidade política do regime democrático, entendemos que há lacunas a avançar.

3. Estrutura multidimensional da legitimidade: delimitando o conceito

Nesta seção, delineamos o conceito de legitimidade democrática dentro da abordagem multidimensional a qual nos inserimos. Abordamos cada uma das dimensões de apoio político definindo-os conforme a sofisticação teórica empreendida pelos trabalhos de Norris *et al* (1999). A definição desses objetos de apoio é fundamental porque elas constituem as nossas variáveis independentes a serem explicadas, ao mesmo tempo em que possibilitam realizarmos conclusões acerca da estabilidade do regime.

3.1 O conceito de legitimidade e a sua mensuração

Em grande medida, os problemas recorrentes de mensuração conceitual decorrem de imprecisões na formulação e definição que dificultam a validação das métricas a serem utilizadas. A dimensão conceitual, além de constituir pilar fundamental da articulação teórica, possui íntima relação com os aspectos metodológicos da pesquisa científica ao vincular teoria e evidência empírica. Só é possível estabelecer métricas válidas aos fenômenos quando se dispõe de precisão conceitual capaz de refletir relações e evidências da realidade social. Por estas razões, torna-se imprescindível a delimitação conceitual de forma precisa e articulada com o fenômeno específico a que se pretende analisar.

No que tange à legitimidade, é possível identificar, como abordado na seção anterior, avanços significativos em relação à delimitação da estrutura de apoio ao regime, especialmente a partir da transição de estruturas conceituais unidimensionais para abordagens multidimensionais. Além disso, a utilização de técnicas específicas como a análise fatorial, aliada a fontes de evidência empírica, em especial as baterias de perguntas nas pesquisas de *survey*, tem fornecido evidências mais robustas e mais próximas à percepção das atitudes dos cidadãos em relação à democracia. Neste sentido, nas últimas décadas houve avanços que minoraram a dificuldade de mensurar o apoio ao regime e, sobretudo, suas dimensões.

Como afirma Borba e Cardoso (2021), de maneira geral a legitimidade pode ser entendida como a convicção de que é certo e adequado aceitar as exigências do regime e obedecer a elas (Borba e Cardoso, 2021, p. 336). A legitimidade conforma um conjunto de crenças e atitudes dos cidadãos que

validam o exercício do poder político sem a contestação do regime. Easton argumenta que “*It reflects the fact that in some vague or explicit way he sees these objects as conforming to his own moral principles, his own sense of what is right and proper in the political sphere*” (Easton, 1965, citado por Borba e Cardoso, 2021). Em certo sentido, esse conjunto de crenças reflete dimensões normativas acerca do regime e o que se espera de seu funcionamento. Ao vincular os cidadãos ao sistema político, a legitimidade afeta diretamente o regime do ponto de vista de sua estabilidade e durabilidade.

Entretanto, a literatura tem avançado na identificação de padrões de relacionamento entre cidadãos e o regime democrático, e evidenciado que a vinculação deste apoio dos cidadãos ocorre de acordo com os objetos políticos do regime de forma diversa. Em outras palavras, o apoio não se restringe a uma atitude em bloco em relação à democracia. Mesmo antes da matriz teórica do apoio ao regime proposta por Easton (1965), o trabalho de Almond e Verba (1963) já diferenciava as orientações e atitudes dos cidadãos de acordo com o sistema político (tipo de regime), os objetos (instituições) e os sujeitos (cidadãos). Este ponto de partida foi fundamental para o desenvolvimento da precisão de mensurações posteriores.

Em nosso trabalho, no entanto, iniciamos a partir da guinada conceitual estabelecida por Easton (1965) e, mais precisamente, a partir da delimitação e sofisticação conceitual elaborada por Norris *et al.* (1999). O início da diferenciação entre apoio difuso e específico é sugerida em *A systems analysis of political life* (1965), em que David Easton realiza uma dupla distinção acerca do apoio à democracia: de um lado, distingue entre os modos de apoio ao regime (difuso e específico); de outro, diferencia os objetos de apoio político (comunidade, regime e autoridades).

O pressuposto fundamental que dá sentido à estas diferenciações, consiste em conceber que os distintos tipos de apoio podem variar de forma autônoma entre si, ou ainda, que mesmo quando apresentam variações correlacionadas mantém certa independência entre si. As distintas propriedades de cada tipo de apoio asseguram relações e consequências diversas para os vínculos entre os cidadãos e a democracia. É possível, por exemplo, apoiar fortemente o regime político ao mesmo tempo em que se rejeita amplamente o governo do dia. Da mesma forma, o apoio ao incumbente não lhe confere,

necessariamente, apoio para comportamentos que contestem ou destruam o regime em si. Ou ainda, mesmo que se apoie o governante do dia e o regime, sem que haja conflito entre ambos, ainda assim é razoável argumentar que frequentemente a intensidade do apoio a um e a outro são distintos.

3.2 Os objetos de apoio

A sofisticação da estrutura conceitual baseada nas diferenciações preliminares de Easton (1965) é sintetizada por Norris, Dalton e Klingemann (1999). Em *Critical Citizens* (1999), os autores recorrem ao paradigma eastoniano para sugerir uma abordagem multidimensional de apoio ao regime, em que há uma divisão do apoio político em cinco níveis a partir de um continuum escalonado que vai das dimensões mais difusas às mais específicas de apoio. A partir deste refinamento conceitual, Norris *et al.* (1999) passam a analisar empiricamente cinco objetos de apoio político: comunidade política, princípios do regime, performance do regime, instituições do regime e autoridades políticas.

Diferente de Easton (1965), que estabelece uma divisão bidimensional do apoio, Norris *et al.* (1999) argumentam que a matriz dicotômica possui limitações importantes para a compreensão do apoio ao regime e sugere um nivelamento verticalmente contínuo entre cada objeto de apoio político. Neste sentido, a sofisticação analítica de Norris *et al.* (1999) consiste em identificar a possibilidade de variabilidade autônoma além da dicotomia eastoniana, isto é, as variações no apoio político se referem, na verdade, a cada uma das dimensões elencadas pela autora e se estabelecem de forma independente entre si, a despeito de eventuais correlações. Isso é fundamental para a abordagem de Norris *et al.* (1999), pois implica a possibilidade teórica de que os cidadãos não rechacem o regime em bloco, tendo em vista a independência de cada objeto de apoio no interior da estrutura conceitual.

A dimensão mais difusa de apoio ao regime proposta consiste no apoio à comunidade nacional (Norris *et al.*, 1999; Norris, 2011). De maneira geral, este nível diz respeito à vinculação dos cidadãos com a ideia de nação enquanto uma identidade política. Esta dimensão congrega um conjunto de atitudes referentes ao ideal de cooperação junto a uma comunidade política nacional, dando sentido a sentimentos de pertença, orgulho, patriotismo e identificação com a nação. A construção de identidades nacionais é consonante com o estabelecimento de

vínculos na forma de elementos em comum entre os cidadãos: uma pátria; trajetórias; mitos de origem; memória.

O apoio generalizado à comunidade auxilia na aceitação e legitimidade do Estado perante os cidadãos, reduzindo os custos de exercício do poder político e da tomada de decisões. A construção da identidade nacional enseja formas de comportamento “cívico” desejados ou esperados entre todos os membros, ou ainda, em casos de clivagens étnicas mais enraizadas, a formação de grupos sociais com elementos culturalmente distintivos. Este nível de apoio representa a existência de laços mais duradouros entre os indivíduos e o Estado e, ao fortalecer o enraizamento de valores compartilhados e identidades coletivas, contribui para a coesão social e a estabilidade do próprio regime, ou para a consolidação de novos arranjos políticos em sociedades em momentos de transição política.

A segunda dimensão de apoio difuso se refere aos princípios gerais do regime democrático, incluindo valores e normas centrais sobre os quais o regime está assentado, e a sustentação da democracia como tipo de governo ideal. O que denominamos aqui por “regime”, consiste nas condições paramétricas de competição e exercício do poder político, e na estrutura básica para o estabelecimento do governo na estrutura do Estado-nação. Em linhas gerais, se refere aos aspectos constitucionais de forma ampla e às instituições fundamentais que organizam o exercício de poder nas esferas públicas em níveis nacional, regional e local. Neste sentido, os regimes congregam um conjunto de regras formais e informais que organizam a vida política e social e são amplamente aceitas e compartilhadas entre os membros da comunidade nacional, dos cidadãos às autoridades políticas e públicas que operam o regime por dentro.

O apoio aos princípios do regime enfatiza a preferência pelo regime democrático em relação a outras formas de governo alternativas, e a atitudes relacionadas aos valores fundamentais da democracia. A literatura de ciência política tem se debruçado sobre a necessidade de uma conceituação para a democracia, mas este permanece ainda um dos conceitos mais polissêmicos do campo. Não obstante, alguns elementos para uma definição mínima dos princípios que organizam e balizam o regime democrático são passíveis de

formulação, em especial no que tange ao modelo de democracia empiricamente verificável no mundo, ou seja, os modelos de democracia representativa liberal.

Apesar da existência concreta de elementos que caracterizam o regime e que podem ser mensurados, o conjunto de princípios que delimitam normativamente o regime democrático não constitui necessariamente os mesmos empiricamente verificáveis nas democracias ao redor do mundo. Em outras palavras, os princípios se referem ao que se entende como ideal de um governo democrático e, ainda que nos regimes existentes estes parâmetros estejam apenas de modo incompleto ou deficitário, é possível identificar a sua formulação e justificação como aspiração democrática, ou como fundamentos para a legitimação e validação da forma de governo ideal.

A grande influência de Robert Dahl é notória tanto nas delimitações empíricas sobre o que é uma democracia e como medi-la, quanto do ponto de vista de regime ideal. Em *Um Prefácio à Teoria Democrática* (1996) e *Poliarquia: Participação e Oposição* (1997), Dahl argumenta que o elemento básico da democracia consiste na responsividade frente aos cidadãos e que as democracias representativas contemporâneas seriam caracterizadas por dois atributos principais: competição política e participação. Adentrando a estas duas dimensões, o autor salienta que os regimes poliárquicos podem ser caracterizados de maneira mais específica pela presença de certos procedimentos e instituições: liberdade de associação; liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos públicos; direito de competir pelo voto; fontes alternativas de informação; e, por fim, instituições que atrelem o governo e as decisões políticas ao resultado das eleições e outros meios de formação de preferências.

O apoio aos princípios do regime, entretanto, se refere aos elementos normativos fundamentais que estruturam e dão sentido ao conjunto de procedimentos elencados por Dahl. Em especial, nos referimos aqui a valores como igualdade política, liberdade política, o princípio da responsividade, a tolerância, a participação e outros. Entendemos que quando os cidadãos afirmam apoiar a democracia como tipo de governo ideal, estão se referindo a um modelo de regime que se caracteriza, ou busca se organizar, pelos valores e princípios supracitados, ainda que as diferentes acepções de democracia dos

cidadãos possam enfatizar mais alguns elementos e princípios em detrimento de outros.

A terceira dimensão de apoio político se refere à avaliação da performance do regime, isto é, ao modo como os cidadãos percebem o desempenho da democracia. A avaliação da performance representa o grau de satisfação com o funcionamento do regime na governança democrática e sua capacidade de resposta às aspirações dos cidadãos. Este nível de apoio se distancia do apoio difuso e confere concretude ao modo como a governança democrática vem sendo percebida na prática. Por se constituir de um nível de avaliação de desempenho, não é incomum que esta dimensão esteja correlacionada com fatores econômicos, sociais ou de políticas públicas de maneira geral, tendo em vista seu êxito ou fracasso frente a opinião pública.

O quarto nível de apoio diz respeito à confiança nas instituições do regime e busca mensurar a confiança generalizada nas instituições que alicerçam e estruturam a democracia, especialmente em relação às atividades políticas (parlamentos, eleições, sistema de justiça etc.). As instituições organizam o poder e a tomada de decisões, além de dar vida aos elementos procedimentais do funcionamento do regime. São ocupadas por autoridades públicas, eleitas ou não, mas devem estar menos sujeitas a variações abruptas de humor dos cidadãos, dada sua permanência duradoura. Instituições devem ser capazes de processar conflitos, estruturar a competição política e fornecer ferramentas para a implementação de políticas públicas. Por essas razões, o declínio do apoio neste nível deve acender sinais de alerta para a estabilidade do regime.

Por fim, Norris (1999) elenca a confiança nas autoridades públicas, eleitas ou nomeadas, compostas por líderes políticos e partidários, parlamentares, funcionários públicos ou burocratas de alto escalão nas agências governamentais e outros. Dentre as dimensões de apoio, o nível das autoridades é o mais dinâmico e cujo apoio convive com oscilações com maior frequência, especialmente por conta da rotatividade própria entre governo e oposição proporcionada pela incerteza das eleições.

A distinção entre os níveis de apoio difuso e específico é plausível teoricamente e, do ponto de vista empírico, tem sido reafirmada a partir de técnicas de análise fatorial sobre as atitudes democráticas de apoio ao regime. A vantagem analítica da estrutura conceitual proposta por Norris *et al.* (1999)

consiste também em abarcar uma relação contínua de apoio tendo em vista certa hierarquia entre os níveis. Neste sentido, se esquivam de tipologias meramente unidimensionais que consideram apenas um aspecto do apoio ao regime e, também, de simplificações dicotômicas que possuem correspondência limitada com as evidências empíricas sobre a legitimidade.

Em outras palavras, a perspectiva multidimensional confere sofisticação à estrutura de apoio de Norris (1999) e pressupõe a independência entre os níveis de apoio, sugerindo que cada dimensão pode ter efeitos distintos sobre a legitimidade do regime. Isso implica, por exemplo, que escândalos de corrupção podem afetar o apoio a dimensões diferentes da democracia sem que, necessariamente, afete a legitimidade do regime de maneira geral. É intuitivo sugerir que notícias negativas sobre malversação de recursos e escândalos políticos têm impacto maior sobre o apoio ao governo do dia, ou mesmo sobre a confiança em algumas instituições específicas, do que sobre a democracia em si. É possível ainda que a presença de notícias negativas em excesso afete a avaliação da performance do regime democrático. Isso, no entanto, não significa que os cidadãos estejam dispostos a abdicar do apoio às dimensões mais difusas da legitimidade, colocando a democracia em xeque.

A sabedoria convencional sugere que a experiência de vida sob um regime democrático produz, na linguagem de Easton e Lipset, “reservatórios de apoio”, ou de boa vontade, dos cidadãos em face ao regime. A questão fundamental é se há um limite, ou um “fundo”, para este reservatório. A teoria indica que o apoio difuso é corroído apenas lentamente, em períodos mais longos, em virtude de constituir em um nível mais perene e estável. Tendo em vista que as dimensões difusas constituem laços mais profundos com o regime, as variações nesta dimensão em espaços curtos de tempo tendem a ser sutis ou superficiais. Entretanto, isso não significa que o apoio difuso seja imune a oscilações e instabilidades mais duradouras.

Outro elemento importante é que os níveis mais difusos de apoio possuem maior independência em relação aos níveis específicos, o que significa dizer que os eventos que afetam diretamente o apoio aos atores políticos, instituições, ou mesmo a performance do regime, têm capacidade limitada de afetar o apoio à democracia como tipo de governo ideal. Não obstante, é bastante crível sugerir que a continuidade de avaliações negativas do regime, desconfiança

generalizada nas instituições e/ou frequentes avaliações negativas sobre atores e governos, sejam incumbentes ou oposição, podem afetar as dimensões difusas do regime. Este talvez seja um dos aspectos mais criticados da teoria de Norris *et al.* (1999) que, mesmo concebendo que este declínio possa implicar problemas de legitimidade para a democracia, opta pelo diagnóstico mais otimista ao sugerir a existência de cidadãos críticos que não se opõem ao regime em si, mas frustram-se com o desempenho da democracia.

A estrutura de apoio e a questão formulada por Norris (1999) sobre a democracia, no entanto, permanece válida: declínios no apoio às dimensões específicas significam problemas de legitimidade que colocam a democracia em risco? Não necessariamente, haja vista que a variação do apoio a cada uma das dimensões tem certa independência entre si. Todavia, não é impossível que a frustração e o descontentamento continuado ultrapassem as esferas mais concretas de apoio e atinjam dimensões mais difusas do regime.

Apesar da importância central da sofisticação conceitual de Norris (1999), há razões teóricas para suspeitar que a queda ininterrupta na avaliação das dimensões mais específicas do regime seja danosa à democracia em períodos de crise mais prolongados. Elas podem conduzir a crises, como a própria autora reconhece em *Critical Citizens*, embora argumente enfatizando a estabilidade de atitudes positivas sobre a preferência pela democracia. O insight teórico de Dahl sobre os tipos de democracia poliárquica, madisoniana e populista, no entanto, nos sugere certa cautela ao estabelecer conclusões definitivas tendo em vista o que os cidadãos entendem por democracia.

Um movimento hipotético de adesão às concepções populistas de democracias, por exemplo, contraria o próprio tipo de regime democrático que se expandiu pelo mundo no pós-Guerra Fria ao contestar alguns pressupostos fundamentais da democracia liberal e representativa: autoridade institucional, proteção de minorias, respeito à oposição e sistemas de *checks and balances*. Além disso, a literatura tem identificado que os ataques à democracia têm se valido de argumentos pretensamente democráticos para eliminar as restrições de poder sobre governos constituídos por lideranças populistas (Levitski e Ziblatt, 2018; Mounk, 2019).

Por estas razões, consideramos fundamental realizar uma linha de corte sobre o que é possível entender por democracia. No âmbito da América Latina,

especialmente, há uma trajetória de rupturas institucionais relevantes que acreditamos que não devem ser desprezadas. De maneira geral, a região possui uma histórica trajetória de ingerência militar na política que afeta a estabilidade e influi no padrão de relações entre civis e militares. Além disso, os países da América Latina tiveram sua construção democrática concomitante com a construção do Estado e em períodos de transição de regimes entre ditaduras militares e o estabelecimento de governos civis. As sucessivas mudanças de regimes, com reconstrução constante de instituições e regras constitucionais de organização do poder do Estado e da forma de competição política, prejudicam a consolidação da democracia. Assim, avaliamos como relevante a consideração desta particularidade na dimensão de apoio ao regime democrático, atrelando este apoio à rejeição de golpes e ingerências fora das disputas e competições eminentemente civis próprias à democracia.

Deste modo, a rejeição a golpes militares estabelece um “teste de fogo” sobre a adesão à democracia. Isso é particularmente relevante tendo em vista o frequente recurso retórico do discurso da corrupção para reavivar agendas autoritárias e de afastamento de governos civis. É comum identificar nas baterias de *surveys* nos países da região, mesmo em democracias mais consolidadas, como Uruguai e Costa Rica, a vinculação que os cidadãos fazem acerca da corrupção às classes políticas dos respectivos países. Isso significa que os cidadãos atribuem a responsabilidade pela corrupção aos políticos com mais frequência do que a empresários, a despeito das íntimas relações apontadas pela literatura entre dinheiro do empresariado e as elites políticas (Carazza, 2018) ou a servidores públicos e burocratas.

Além da consideração da rejeição a golpes como elemento importante na dimensão difusa de adesão ao regime democrático, não levamos em conta o apoio à comunidade como aspecto relevante para analisar a legitimidade do regime. Embora a identidade nacional, orgulho sobre a comunidade e o sentimento de pertença possa contribuir para a aderência dos cidadãos ao cumprimento de normas e acatamento de decisões dos processos políticos e eleitorais, entendemos que o argumento básico de apoio à democracia tem como substrato a adesão à democracia como forma de governo. Isso é particularmente importante na América Latina, tendo em vista a existência de plurinacionalidades e identidades étnicas de povos originários que participam com relevante força

nos espaços de decisão política em alguns países, como é o caso de países como Bolívia, Equador e Chile.

Isso não prejudica a análise sobre os efeitos às dimensões mais difusas de adesão à democracia, que é expressa pelo apoio ao regime democrático como melhor forma de governo possível e pela rejeição a golpes militares. Mesmo Norris (1999; 2011) enfatiza em seu diagnóstico a preferência pelo regime como dimensão de apoio difuso mais relevante para analisar a adesão à democracia. Booth e Seligson (2009), por sua vez, apesar de utilizarem seis dimensões na estrutura conceitual e buscarem mensurar a adesão à democracia indiretamente por meio do apoio aos princípios que sustentam o regime, reforçam a importância da preferência pela democracia como nível fundamental de apoio.

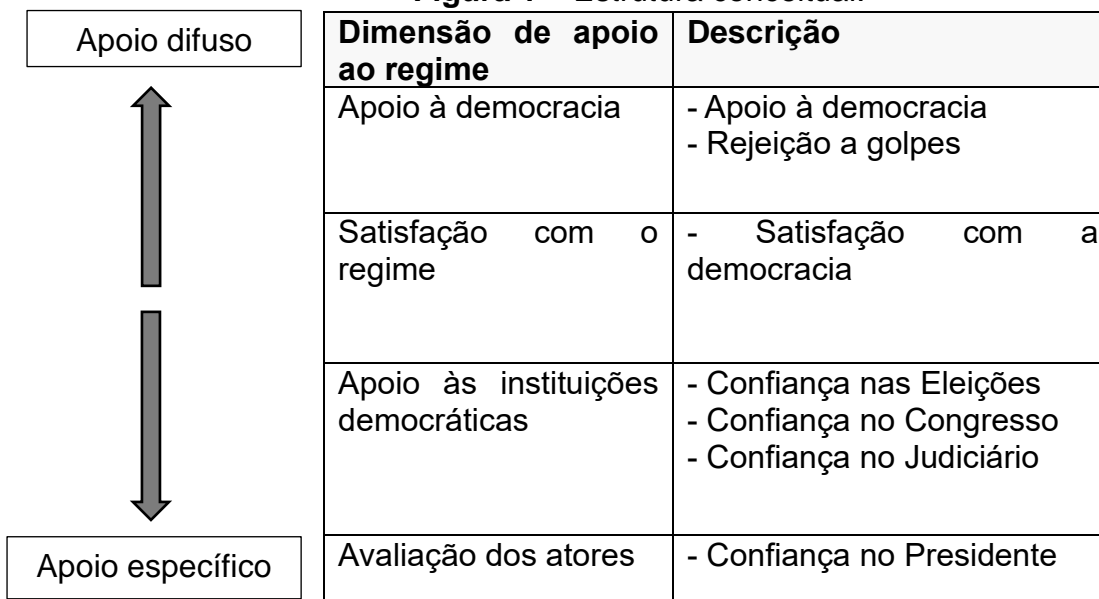
Além dessas considerações, é forçoso reconhecer que, do ponto de vista teórico, o declínio do apoio à preferência pela democracia como forma ideal de governo implica, necessariamente, problemas graves de legitimidade. Em outras palavras, argumentamos que efeitos corrosivos nesta dimensão difusa da legitimidade refletem ameaças graves à estabilidade do regime, o que significa dizer que a democracia estaria em risco. Quando os cidadãos afirmam que a democracia pode ser trocada ou substituída por outra forma de governo alternativa, ou ainda, no caso de não rejeitarem golpes militares ao regime, estamos diante de contextos atitudinais profundamente nocivos à própria sobrevivência do regime.

Além disso, do ponto de vista do nivelamento verticalizado e contínuo dos objetos de apoio político, o sentido da estrutura multidimensional da legitimidade se mantém o mesmo. O apoio ao regime permanece identificado com uma estrutura de objetos de apoio mais difusos e específicos que guardam certa autonomia e independência entre si, a despeito de correlações entre as dimensões. Por estes motivos, entendemos que o nível de apoio à democracia como forma de governo ideal é suficiente para mensurar os efeitos da percepção à legitimidade e, conseqüentemente, à estabilidade democrática.

Assim, nosso trabalho utiliza a estrutura conceitual inspirada em Norris *et al* (1999), mas a partir de quatro dimensões fundamentais. Em ordem, do mais difuso ao mais específico: 1) adesão à democracia; 2) Satisfação com a

democracia; 3) Confiança nas instituições; e 4) apoio aos atores. A estrutura conceitual é exposta, de forma esquemática, na figura 1 a seguir.

Figura 1 – Estrutura conceitual.



A partir desta estrutura, nossa questão fundamental consiste em entender se a percepção que os cidadãos têm sobre a corrupção afeta as dimensões mais difusas de apoio ao regime. A literatura tem identificado efeitos corrosivos sobre o apoio às autoridades e a confiança nas instituições. O regime democrático dispõe de mecanismos institucionais para processar escândalos de corrupção e punir autoridades políticas implicadas. Entretanto, é possível que a desconfiança generalizada atinja o nível de apoio mais difuso? Em outras palavras, é possível que os cidadãos, ao perceberem muita corrupção no sistema político, abdicuem da democracia por soluções alternativas autoritárias ou populistas?

4. Percepção de corrupção e legitimidade democrática

Nesta seção, apresentamos uma breve síntese sobre o debate acerca das relações entre corrupção e democracia, especificamente nas interações atitudinais relacionadas à percepção de corrupção e apoio ao regime. O debate sobre os efeitos deletérios da corrupção sobre a democracia não é propriamente novo na América Latina, mas apontamos algumas lacunas teóricas que motivam nosso trabalho na área. Os pontos principais consistem na abordagem multidimensional do efeito da percepção sobre as atitudes dos cidadãos, colocando em evidência a importância da estrutura conceitual proposta por Norris *et al* (1999), na diferenciação entre a percepção de corrupção de funcionários públicos e de políticos, na intensidade da corrupção percebida e no papel do contexto em termos de interveniência.

4.1 Corrupção, percepção e legitimidade democrática: apontamentos a partir da literatura

De maneira geral, a delimitação conceitual da corrupção envolve o reconhecimento de relações impróprias entre duas esferas disjuntivas: público e privado. A corrupção é caracterizada a partir de um conjunto de comportamentos ilegais no qual atores privados obtém benefícios e vantagens particulares a partir de recursos públicos. Entretanto, não há um consenso em relação à conceituação precisa. Segundo Heidenheimer, Johnston e Levine (1989), as definições podem ser agrupadas em três linhas de conceituação: *public-office-centered definitions*, em que o fenômeno diz respeito mais propriamente aos agentes públicos (Nye, 1967; Manzetti e Wilson, 2009); *market-centered definitions*, dando ênfase aos aspectos econômicos e de mercado (Rose-Ackerman, 1999); e *interest-centered definitions*, cujo aspecto central da formulação consiste na oposição à ideia normativa de interesse público (Filgueiras, 2008; Calera, 1989; Valdés, 1995).

A despeito das diferenças analíticas dos modelos, o argumento que subjaz a conceituação envolve relações disjuntivas entre as esferas pública e privada. Neste sentido, concordamos com Bonifácio (2014) ao propor que a corrupção pode ser sistematizada segundo três aspectos. Primeiramente, constitui um comportamento caracterizado pela ilegalidade. Em segundo lugar,

trata-se de um comportamento baseado no cálculo para benefício próprio em contraposição ao bem coletivo. Por fim, a corrupção opera a partir da oposição entre as esferas pública e privada, largamente assentadas sobre os padrões normativos estabelecidos socialmente.

Embora haja atualmente consenso sobre os efeitos deletérios da corrupção sobre o regime democrático, a corrupção nem sempre foi vista como danosa para a vida política. Algumas teorias da modernização que estudaram as transições de regime a partir de mudanças estruturais mais amplas, em especial Huntington (1994), identificaram “vantagens” na ocorrência da corrupção, entendendo que ela seria característica de momentos de transição em virtude do baixo nível de institucionalização e o conseqüente vácuo institucional. Nestes períodos, a corrupção poderia constituir uma “graxa” catalizadora que facilitaria o acesso ao moderno a partir da flexibilização de estruturas rígidas e disfuncionais.

Essa percepção de que poderia haver “benefícios modernizadores” na corrupção, no entanto, sucumbiu diante de evidências empíricas sobre os efeitos negativos da corrupção sobre o sistema político. Moisés (2013) argumenta que, do ponto de vista normativo, a corrupção subverte o sentido da igualdade política, princípio central para o regime democrático, ao assegurar acesso privilegiado aos recursos de poder e restringir a competição e capacidade de oposição. Nessa perspectiva, a corrupção teria efeitos nocivos também à dimensão republicana, tendo em vista que decisões e acordos seriam selados sob sigilo e distantes da possibilidade de escrutínio público.

Outros teóricos têm ressaltado que a corrupção exerce efeito sobre princípios basilares da democracia ao limitar, quando não bloquear, a participação do “*demos*” nas escolhas políticas coletivas (Filgueiras, 2016; Warren, 2012). Essa perspectiva argumenta que a corrupção, ao privilegiar grupos seletos de indivíduos estrategicamente posicionados, reduz a inclusividade democrática, erodindo a legitimidade a partir da exclusão dos cidadãos das arenas decisórias. Warren (2012) afirma ainda que a corrupção afetaria a confiança nos processos democráticos, com substantivos impactos negativos para a cultura democrática, reduzindo a predisposição de atuação coletiva dos cidadãos com vistas ao bem comum.

Apesar de haver relativo consenso a respeito dos efeitos deletérios da corrupção sobre o sistema político, os trabalhos que investigam essa relação têm avançado em frentes muito diferentes. No âmbito da ciência política, há uma divisão nítida de enfoque a partir de dois grandes paradigmas teóricos: institucionalismo e a área de comportamento político. Com as sofisticações teóricas do institucionalismo a partir das décadas de 1970 e 1980, esta vertente constituiu um dos principais paradigmas a abordar o fenômeno.

Dentro dessa perspectiva, a corrupção é analisada principalmente como variável dependente a ser explicada a partir de elementos endógenos ao sistema político. A ênfase aqui ocorre especialmente no que tange à formação de redes institucionais, formais ou informais, que atuam como mecanismos de incentivo ou inibição de comportamentos corruptos. O paradigma analítico da escolha racional tem sido predominante nestas abordagens que analisam o comportamento a partir da relação entre restrições e estímulos institucionais, adotando o pressuposto comportamental *rent-seeking* (Rose-Ackerman, 1999), no qual os indivíduos agem para maximizar ganhos e benefícios e minimizar os custos. A função institucional consiste em estabelecer um ambiente de cálculo e formulação de preferências para os atores, além de formatar as relações de *accountability* vertical e horizontal nos processos de responsabilização política frente às instituições de controle e na responsividade frente aos eleitores.

Apesar da relevância da abordagem institucional, há limites e problemas explícitos, especialmente em termos de mensuração do fenômeno. Conforme argumenta Abramo (2005), a medição da quantidade e generalidade da corrupção é um problema insolúvel, tendo em vista que a prática é caracterizada pelo sigilo e segredo em transações. Isso implica que saber sobre a existência de escândalos de corrupção, a despeito de sua importância, revela muito pouco sobre o nível real de corrupção efetiva no sistema político. Por esta razão, mecanismos de incentivo e inibição ao comportamento corrupto, enquanto variáveis explicativas, apenas podem se referir aos escândalos de corrupção descobertos, ou ainda ao número estimado de corrupção generalizada, mas é limitado para concluir sobre a ocorrência efetiva de casos ocultos dos circuitos institucionais.

Outra observação relevante consiste no sentido de causalidade entre corrupção e regime democrático. De modo geral, na vertente institucional a

corrupção constitui a variável dependente a ser explicada a partir de condições ambientais do sistema político, do cálculo de atores e do arranjo institucional horizontal e vertical. Entretanto, as relações entre corrupção e democracia não seguem, necessariamente, uma direção única de causalidade, de modo que não apenas o regime afeta a corrupção objetiva como também é afetado pelos escândalos, em especial no que tange à sua legitimidade, no campo dos valores, crenças e atitudes relacionadas aos objetos de apoio à democracia.

Não obstante a literatura institucionalista tenha reunido evidências robustas que corroboram os efeitos institucionalmente condicionados do sistema político sobre a ocorrência efetiva de corrupção (Persson, Tabellini e Trebbi, 2003; Kunicová e Rose-Ackerman, 2005; Chang, 2005; Gerring e Thacker, 2004; Carazza, 2018; Speck, 2002), ressaltamos a importância do comportamento político dos cidadãos para analisar a estabilidade democrática. Assim, os aspectos atitudinais, valorativos e os sistemas de crenças ganham relevo em nossa análise porque exercem papel central na sustentação dos regimes ao longo do tempo.

A literatura culturalista tem evidenciado a relevância dos valores, crenças e atitudes para entender os efeitos do comportamento político sobre o regime democrático (Almond e Verba, 1963; Inglehart, 2002; Moisés, 2013). O problema da mensuração da corrupção, característico de muitas abordagens institucionalistas, é trabalhado na perspectiva culturalista a partir de indicadores atitudinais e de percepção em relação ao regime. Além do aporte em índices de rankings internacionais, como os fornecidos pela *International Transparency*, a percepção de corrupção tem se tornado frequente em pesquisas de opinião pública em diversos projetos de *survey* nacionais e internacionais, tais como: Barômetro das Américas (LAPOP), Latinobarômetro, *World Values Survey* (WVS), Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e outros.

As ponderações levantadas por Abramo (2005) sobre os limites de conclusões a partir de estimativas e indicadores de percepção, que informam pouco sobre o nível real de corrupção no sistema político, são válidas em termos de mensuração efetiva da corrupção. Acrescenta-se ainda que, por se tratar de um tema recorrente e que mobiliza parcelas substantivas dos cidadãos e de eleitores, torna-se uma questão sensível para a opinião pública. Casos de corrupção tendem a ser abordados a partir da construção midiática do escândalo

político, mantendo uma relação íntima com a cobertura jornalística e midiaticizada da atividade política de maneira geral. Isso implica que, além de lidarmos com casos ilícitos que vieram a público ou “deram errado”, estamos sempre observando o fenômeno do ponto de vista de sua construção discursiva do escândalo de corrupção na opinião pública, causando impactos sobre a própria percepção que os indivíduos têm sobre o nível de corrupção reconhecida ou imaginada presente no sistema político.

Em outras palavras, a maneira como a corrupção é apreendida ou percebida pelos cidadãos é mediada por outros atores e organizações importantes, em especial os veículos de imprensa e mídia de amplo alcance. Sobre este aspecto, a ciência política apresenta evidências relevantes que corroboram para a compreensão de que os meios de comunicação e informação possuem influência sobre a percepção dos cidadãos acerca da corrupção, bem como a respeito de atitudes direcionadas ao regime impulsionadas pela percepção de que há muita corrupção no sistema político (Seligson, 2001; 2002; Meneguello, 2011; Abramo, 2005).

Seguindo este raciocínio, a percepção de corrupção obviamente pode aumentar de acordo com a publicização dos escândalos. Tendo em vista que a corrupção que vem a público resulta de falhas no próprio esquema criminoso em driblar instituições de controle, a melhora do desempenho institucional de órgãos e mecanismos pode gerar aumento da corrupção percebida ao desbaratar esquemas sobre recursos públicos. Neste sentido, o paradoxo reside no fato de que o aumento qualitativo da performance do sistema em combater malversação de recursos públicos, decorrente especialmente de incrementos institucionais que elevam a robustez do arranjo institucional, pode também produzir uma percepção de que haveria ainda mais corrupção na política.

Além disso, é notória a ênfase na cobertura sobre assuntos políticos a partir de um enquadramento essencialmente negativo, o que reforça a ideia de que o universo da política seria permeado de “jogo sujo” e desonestidade. Nesta toada, o paradoxo informacional está no fato de que mais informação pode produzir cidadãos mais conscientes ao mesmo tempo em que pode reforçar estereótipos negativos e visões pré-concebidas sobre como a política funciona. Isso torna complexo o processamento de informações relacionadas à corrupção na cabeça do cidadão, de modo que ele pode ter dificuldades de enxergar o real

papel que a corrupção ocupa no sistema político e, com isso, se limitar a visões reduzidas sobre a atividade política.

Assim, um primeiro ponto importante a destacar é que não há uma conexão necessária entre a corrupção efetiva e a percebida, tendo em vista que o combate a esse tipo de crime pode aumentar o reconhecimento de que há muita corrupção no sistema político. Por detrás do escândalo político há um trabalho de instituições de controle, transparência e *accountability* cuja razão de existir consiste em identificar, processar e inibir o comportamento corrupto. O seu bom funcionamento, no entanto, não se traduz automaticamente em aumento da confiança. Com isso queremos dizer que estar exposto em excesso a notícias negativas pode surtir o efeito contrário ao esperado. A intolerância à corrupção pode dar lugar a certa apatia do cidadão em relação ao tema justamente quando ele se torna mais saliente, porque corre-se o risco de os indivíduos identificarem que os políticos são incompetentes para lidar com essa questão (Pavão, 2018).

A dimensão da publicização de escândalos favorece a formação de um discurso sobre a corrupção e um enquadramento do universo político segundo o qual os cidadãos enxergam a corrupção como generalizada, enfatizando mais o que percebem ser uma prática nociva do que a capacidade das instituições de processar comportamentos desviantes. Por essas razões, tanto a robustez institucional quanto a estrutura midiática sobre a corrupção afetam o reconhecimento dos cidadãos acerca do que acreditam existir em volume de corrupção.

Não obstante as críticas acima expostas acerca do problema insolúvel de mensurar a corrupção, de um lado, e as complexas relações entre corrupção efetiva e sua percepção, de outro, cabe ressaltar as vantagens do indicador de percepção nas análises sobre a democracia. Seguimos o mesmo raciocínio argumentativo de Power e Jamison (2005) de que a percepção é importante por si só porque as percepções podem moldar a realidade, isto é, as orientações objetivas sobre o universo da política são enquadradas de maneira subjetiva. Mesmo assumindo como consistentes as ponderações sobre a dificuldade de se medir a corrupção, os indicadores de percepção fornecem um dado amplo e geral sobre o nível de corrupção reconhecida pelos cidadãos e esta informação, *per se*, é importante porque permite entender em que medida os cidadãos levam

em conta essa percepção para avaliar ou apoiar as distintas dimensões do regime democrático.

A questão fundamental das limitações dos indicadores de percepção, portanto, estão relacionadas a entender o que os índices medem objetivamente. Ao contrário do que supõem algumas críticas ao índice, ele traz informações relevantes para a análise das relações entre corrupção e democracia do ponto de vista atitudinal. Apesar das contradições evidentes entre a corrupção percebida e a efetiva, o comportamento dos cidadãos, em especial no que se refere à legitimidade do regime democrático, é influenciado pela maneira como os indivíduos interpretam processos políticos e o enquadramento sobre as atividades políticas de maneira geral. Os vínculos entre os cidadãos e o regime estão atrelados a sistemas de crenças, valores e atitudes que se ancoram na formação dos cidadãos a partir de sua socialização com as instituições do regime.

Para a abordagem sobre a legitimidade democrática, portanto, as mensurações assentadas sobre métricas de percepção a partir de baterias de *survey* são relevantes porque se referem a dimensões subjetivas que cada indivíduo tem sobre o nível de corrupção em seu país. A percepção pode predispor atitudes, influenciar crenças e comportamentos políticos que afetam a estabilidade da democracia. Por estas razões, o volume de corrupção reconhecida pelos cidadãos pode comprometer as bases de sustentação do regime do ponto de vista das atitudes ao corroer a legitimidade em termos de confiança e apoio político.

Quando a percepção é mensurada adequadamente e aliada a desenhos de pesquisa satisfatórios, permite a compreensão sobre o papel e a importância que o comportamento corrupto de autoridades políticas ocupa no imaginário dos cidadãos em termos de apoio ao regime e, mais especificamente, em que medida os indivíduos levam em conta a corrupção política em suas impressões sobre as múltiplas dimensões da legitimidade. Assim, a percepção de corrupção significa para nós o nível de corrupção subjetivamente identificado e reconhecido pelos indivíduos em uma determinada esfera.

Alguns trabalhos têm enfrentado os problemas sobre a mensuração a partir de métricas de percepção, deslocando a atenção da corrupção efetiva para a corrupção percebida (Seligson, 2002; Power e Gonzales, 2003; Diamond e

Morlino, 2005). Este trabalho busca avançar em algumas lacunas importantes para as quais ainda não há respostas ou evidências robustas. Nosso principal interesse consiste em entender até que ponto o reconhecimento de que há corrupção no sistema político afeta apenas o governo do dia, as instituições ou a avaliação sobre a performance do regime. Principalmente, queremos saber se é possível que os cidadãos abdicuem da democracia quando percebem muita corrupção, aceitando alternativas autoritárias ou populistas.

4.2 Percepção de corrupção e legitimidade na América Latina

O fenômeno da corrupção tem sido particularmente relevante para os latino-americanos. De modo geral, há dois motivos fundamentais que demonstram a saliência do tema na região e esboçam elementos explicativos: de um lado, a trajetória instável de construção democrática, com experiências recentes com processos de transição e dificuldades de institucionalização política; de outro, os altos índices de percepção de corrupção destacados em trabalhos sobre a região, pesquisas *survey* nacionais e internacionais, e organizações de transparência internacional. Assim, a primeira razão que nos orienta tem fundamento em elementos particulares da história dos países da região, compartilhados entre as nações. A segunda aponta para evidências empíricas sobre o nível de corrupção reconhecida em relação à América Latina, seja a partir do monitoramento da opinião pública de cidadãos latino-americanos, ou ainda em pesquisas com especialistas sobre o tema.

. Em primeiro lugar, as nações que integram a América Latina têm uma trajetória de construção institucional e de regime democrático permeada por experiências de rupturas e descontinuidades. A construção do Estado na região ocorreu de forma concomitante à consolidação do regime democrático e trouxe questões importantes a respeito da legitimidade e qualidade dos regimes recém-criados. As instabilidades e retrocessos autoritários ocorreram na forma de “ondas autoritárias” sucedidas por processos de democratização, com entraves que dificultaram a organização política e afetaram a estabilidade dos regimes. Os processos de democratização são relativamente recentes, a partir das décadas de 1970 e 1980, culminando em experiências de transição cujo

destaque remete às dificuldades de institucionalização das bases do novo regime.

O problema é bem delineado por O'Donnell (1988) ao identificar um duplo processo de transição nas ondas democratizadoras que afetaram os países latino-americanos nos anos 1970 e 1990. O primeiro momento desta transição se refere ao fim do regime autoritário precedente e a instalação do novo regime. Não obstante, a segunda parte da transição segue na linha de consolidação da democracia após as eleições inaugurais até a vigência efetiva de um regime notadamente poliarquizado (O'Donnell, 1988, p. 43). A preocupação com a qualidade das instituições recém-criadas reflete as preocupações com a estabilidade e a legitimidade dos regimes democráticos, evidenciando o papel central dos novos desenhos institucionais em produzir decisões e estruturar padrões de interação e competição política.

As instituições das democracias latino-americanas têm convivido também com sucessivos escândalos de corrupção que colocam a confiança no regime à prova no que se refere à capacidade de processamento e resposta institucional aos casos. Escândalos como “Anões do Orçamento”, “Mensalão” e “Lava Jato” no Brasil, “Vladivideos” no Peru, “La Línea” na Guatemala, além de outros casos em diversos países, têm ganhado relevo e explicitado a importância do tema na região. Em que pese as distinções entre os tipos de corrupção noticiados, bem como o modo como são processados pela imprensa e opinião pública, a frequência de casos tem chamado atenção de analistas e fornece destaque para a qualidade de instituições relativamente recentes dos regimes.

O segundo motivo que torna o problema da corrupção particularmente importante na América Latina consiste nos altos índices de percepção de corrupção identificados tanto em entrevistas com especialistas para organizações internacionais, quanto em baterias de *surveys* nacionais e internacionais. Além dos impactos objetivos que a corrupção ocasiona para políticas públicas e a responsividade do sistema político aos cidadãos, diferentes estudiosos têm chamado atenção para os efeitos da corrupção percebida pelos cidadãos sobre a opinião pública e as atitudes dos cidadãos.

Neste sentido, a percepção é particularmente importante porque constitui um leque de informações que os cidadãos utilizam para se relacionar com a política, refletindo sua importância na dimensão atitudinal dos indivíduos. Como

observado por O'Donnell (1988), a democracia não se restringe à constituição de um regime político em si, pois se refere também a um modo específico de relacionamentos interpessoais entre cidadãos e Estado. Esta interação entre indivíduos e o regime está diretamente relacionada ao conjunto de orientações, crenças, valores e percepções que os indivíduos têm sobre o universo político, cujas consequências refletem na estabilidade e apoio político. Por esta razão, o nível de corrupção reconhecida pelos cidadãos pode afetar este relacionamento ao produzir percepções profundamente negativas sobre a política e o regime, tendo como consequência a corrosão do apoio e, em situações extremas, o rechaço ao próprio regime.

O *Corruption Perceptions Index* (CPI), produzido pela *International Transparency* desde 1995, tem trazido dados intrigantes neste quesito. Seu indicador de percepção de corrupção adota uma escala entre zero e cem, em que zero indica que o país é altamente percebido como corrupto e cem indica que a nação é considerada como muito íntegra. O CPI avalia um conjunto de 180 países, abrangendo nações americanas, europeias, africanas e asiáticas. No relatório de 2021, as Américas atingiram uma média de 43 pontos no ranking mundial, estagnando pelo sexto ano consecutivo. Essa pontuação é sobrevalorizada por países que pontuam muito acima das demais nações, destoando das demais nações.

O Canadá permanece na liderança do ranking de integridade como a nação mais bem avaliada, com 74 pontos, seguida por Uruguai (73 pontos), Chile e Estados Unidos (ambos com 67 pontos). As menores pontuações nas Américas ficam por conta de Honduras (23 pontos), Haiti e Nicarágua (ambos com 20 pontos) e, na última colocação, a Venezuela com apenas 14 pontos. Entre os países latino-americanos, apenas Uruguai (73 pontos), Chile (67 pontos), Costa Rica (58 pontos) e Cuba (46 pontos) obtiveram pontuação acima da média global de 43 pontos entre todas as 180 nações avaliadas.

As demais nações seguem abaixo da média mundial e destoam substancialmente dos países mais bem ranqueados. A lista segue com Colômbia (39 pontos), Argentina e Brasil (ambos com 38 pontos), Equador, Panamá e Peru (36 pontos), El Salvador (34 pontos), México (31 pontos), Bolívia, República Dominicana e Paraguai (30 pontos), Guatemala (25 pontos), Honduras (23 pontos), Haiti e Nicarágua (20 pontos) e Venezuela (14 pontos). A média dos

países latino-americanos no ranking é de 36, abaixo da pontuação mundial (43). Se excluirmos os casos que representam outliers, a média é substantivamente rebaixada.

Apesar das críticas a um ranqueamento e à composição da pontuação por meio de entrevistas com especialistas apontadas por Abramo (2005), é interessante observar que as nações latino-americanas com maiores pontuações no CPI organizado pela *International Transparency*, isto é, com os maiores níveis de confiança e integridade, coincidem com as democracias reconhecidamente mais estáveis: Uruguai, Chile e Costa Rica. Estes países, embora tenham trajetórias marcadas por experiências autoritárias, rupturas constitucionais e instabilidades institucionais ao longo do século XX, representam casos de trajetórias com maior tradição democrática, e com democracia praticamente consolidada. A exceção é Cuba, que a despeito dos recentes processos de abertura do regime, ainda não apresenta padrões de competição, participação, igualdades e liberdades reconhecidamente compatíveis com os regimes democráticos liberais.

Além disso, sucessivos estudos têm apontado a relevância do tema para os latino-americanos. Os trabalhos de Seligson (2001; 2002) ressaltam que as mensurações de institutos internacionais e a pesquisa empírica com dados de *survey* evidenciam a pertinência do tema da corrupção para os países da região. Ao encontro deste diagnóstico, Bonifácio (2014) menciona os dados da pesquisa *International Crime Victim Survey* para salientar o problema, indicando que um cidadão latino-americano tem, em média, até quinze vezes mais chances de ter experiências com práticas corruptas ao longo de sua vida do que um cidadão da Europa Ocidental. Dados do *Global Barometer* de 2019 sobre a percepção de corrupção indicam que mais da metade dos latino-americanos percebem uma piora na ocorrência de corrupção em seus respectivos países e que os governantes fazem um trabalho ineficiente para combatê-la.

O crescimento substancial das evidências empíricas disponíveis, proporcionado em grande medida pela expansão de *surveys* e pesquisas de opinião pública de maneira geral, tem impulsionado a análise das relações entre corrupção e democracia a partir do enfoque da legitimidade em países da América Latina (Booth & Seligson, 2009; Meneguello, 2011; Moisés, 2013; Pavão, 2018; Seligson, 2001; 2002). A região tem se tornado um importante

“laboratório” para estudos que buscam analisar as complexas relações entre corrupção e democracia.

Neste aspecto, os estudos de Seligson (2001; 2002; 2006) guardam certo pioneirismo, especialmente por trazerem um forte enfoque empírico ao tema. Com dados originais coletados em *surveys* na América Central – e que, posteriormente, viriam a se expandir e dar início ao Barômetro das Américas –, Seligson analisou a relação entre a vitimização por corrupção e baixos níveis de apoio ao sistema político, encontrando que ter sido vítima de crime de corrupção estaria associado a baixos níveis de apoio ao sistema e um menor nível de confiança interpessoal (Seligson, 2002). Assim, o autor elucida as relações entre exposição à corrupção e baixos níveis de adesão ao regime democrático.

Power e Jamison (2005) destacam a importância dos escândalos de corrupção, além do baixo desempenho econômico e o uso instrumental das instituições políticas pelos governantes, como um dos fatores explicativos na raiz da desconfiança política generalizada na América Latina. Combinando dados de nível nacional da *Transparency International* (1997) e o banco de opinião pública com dados individuais do *World Values Survey* (1995-1997), Canache e Allison (2005) identificam uma consistente percepção de corrupção generalizada que corrói o apoio a autoridades e instituições políticas.

Salinas e Booth (2011) destacam as associações negativas entre exposição à corrupção e elementos relacionados ao civismo dos cidadãos, em especial a adesão ao regime, tolerância política e apoio ao direito de participação política, identificando relações corrosivas em todos os casos. Em sentido semelhante, Bohn (2012) utiliza o Barômetro das Américas de 2010 para avaliar se a legitimidade, derivada do apoio aos seus procedimentos básicos como eleições livres e justas, liberdades, transparência e *accountability*, está sujeita à ação corrosiva da exposição à corrupção. O autor identifica o mesmo padrão de efeito nocivo sobre o apoio à democracia e a satisfação com o regime apontado pela literatura.

Em outra direção, o trabalho de Bonifácio (2014) encontra relação positiva entre experiência com corrupção e participação política ao analisar a América Latina e o Caribe. Os resultados apresentados no estudo destoam de muitos apontamentos da literatura, embora não demonstrem relações de causalidade consistentes. Apesar de aparentemente contraintuitivo, a abordagem de

Bonifácio (2014) suscita reflexões importantes acerca da complexidade que envolve as relações entre corrupção e democracia. Em especial na América Latina, onde há uma percepção de que a corrupção é uma constante do sistema político, sendo difundida entre as autoridades governamentais mesmo em países com regimes democráticos consolidados, como é o caso de Uruguai, Costa Rica e Chile.

As relações entre corrupção e democracia, em particular no que se refere às interações entre comportamentos e atitudes dos cidadãos e a legitimidade do regime, são analisadas também por Pavão (2018). A autora destaca elementos particulares do fenômeno da corrupção que distinguem esta questão de outros temas políticos. A autora argumenta que quando os cidadãos percebem a corrupção como uma constante entre os candidatos e, portanto, particularmente difundida no sistema político, os eleitores tendem a não priorizar este aspecto em suas escolhas, culminando na queda da responsabilização política em relação ao tema.

Não obstante as importantes contribuições supracitadas e outras amplamente indicadas pela literatura (Bailey, 2009; Filgueiras, 2008; Meneguello, 2011; Moisés, 2013), há ainda algumas lacunas a avançar na análise sobre as formas de associação entre corrupção e legitimidade democrática. Mesmo com a expansão de dados de opinião pública nos países latino-americanos, são escassos os trabalhos abarcando número substantivamente alto e representativo das nações latino-americanas. Isso é particularmente relevante para abordagens que priorizem o indicador de percepção de corrupção no nível dos indivíduos, com amostras representativas e avaliando em que medida os cidadãos levam em conta a percepção subjetiva sobre a corrupção para apoiarem o regime.

A despeito do avanço das perspectivas metodológicas de tipo multinível, poucos estudos abordam as comparações entre países levando em consideração fatores contextuais para avaliar os padrões de associação entre corrupção publicamente reconhecida e adesão à democracia. Apesar da corrupção constituir um tema profundamente relevante e frequentemente associado à política nos países da região, não encontramos registro de trabalhos combinando o recorte no nível individual e por país. Entendemos que este

desenho contribui para a literatura na medida em que avança sobre diferenças e padrões do efeito corrosivo da corrupção sobre as atitudes políticas.

Além disso, buscamos avançar nos efeitos da corrupção sobre a legitimidade a partir da inspiração conceitual delineada por Norris (1999), destacando as diferenciações nas dimensões de apoio ao regime e avaliando os riscos empiricamente observáveis para a democracia. A corrosão da legitimidade entre os latino-americanos é nociva para instituições e incumbentes ou afeta também a democracia de forma sistemática? Em outras palavras, a corrupção é percebida como um problema de governo ou do próprio sistema? Este ponto constitui outro avanço importante para a literatura da área, pois leva em consideração as diferenciações entre os objetos de apoio ao regime democrático tendo em vista sua estrutura multidimensional.

Não encontramos registro de estudos que levem em conta as experiências de cada país e sua resiliência em termos de apoio difuso moldadas pelo legado democrático. O modelo hierárquico aqui proposto inclui a variável de nível 2 dos países e busca avaliar a possível mediação do legado e sua capacidade de condicionar o efeito da percepção de corrupção. A partir dos resultados encontrados pela área de comportamento sobre o efeito de trajetórias democráticas de países sobre as atitudes políticas dos cidadãos, avaliamos que o legado democrático pode influir na solidez do apoio ao regime ao alargar o “reservatório de apoio”, isto é, robustecendo as dimensões mais difusas de legitimidade e sustentação do regime.

Por fim, nossa abordagem realiza duas distinções que compreendemos ser fundamentais para o tema. Em primeiro lugar, diferenciamos o impacto da percepção de corrupção entre funcionários públicos e políticos no intuito de analisar se toda corrupção tem o mesmo efeito sobre a legitimidade. De acordo com as nossas análises, perceber corrupção sobre funcionários públicos não parece constituir um fator de risco existencial para a democracia, embora tenha impactos importantes sobre a confiança nas instituições, nos partidos, no governo e na avaliação da performance do regime. Perceber corrupção em políticos, por sua vez, compromete mais diretamente o apoio ao regime e a rejeição a golpes militares.

Em segundo lugar, diferenciamos os efeitos da corrupção percebida como “pouca corrupção” e como “corrupção sistêmica”, avaliando as atitudes em torno

das duas dimensões. De maneira geral, há uma continuidade na distinção do grupo corrupto, se é servidor público ou se faz parte da classe política, e a corrupção política percebida como algo constante entre todos os políticos resultou em redução nas chances de apoiar o regime e rejeitar golpes militares.

5. Desenho de pesquisa, material e métodos

Nesta seção, apresentamos o desenho metodológico empregado na pesquisa, delineando suas perguntas, objetivos, variáveis independentes, dependentes e interativa, hipóteses, modelo analítico e fonte de dados. Buscamos detalhar as principais razões que motivaram as escolhas realizadas no trabalho, elencando vantagens e limitações de cada etapa do processo. Além disso, tivemos uma atenção particular à construção das variáveis, elementos fundamentais para testarmos as hipóteses e respondermos as questões que nos intrigam teoricamente, e cuja mensuração deve refletir a conexão entre conceitos e evidências empíricas a fim de dar sentido aos resultados encontrados.

5.1 Problema de pesquisa, variáveis e hipóteses

De modo geral, quatro perguntas orientam este trabalho: (1) qual o impacto da percepção de corrupção sobre as diferentes dimensões da legitimidade democrática na América Latina? (2) Há diferenças entre perceber corrupção de políticos e perceber corrupção de funcionários públicos? (3) Perceber que a corrupção é sistêmica faz alguma diferença no apoio ao regime? (4) O legado democrático condiciona o efeito da corrupção percebida, reduzindo seu impacto conforme a elevação da qualidade da experiência democrática de um país? Entendemos que há crises importantes cujo impacto vem erodindo a confiança e o apoio aos regimes democráticos. No caso latino-americano, a tradição de rupturas e quebras institucionais, os baixos índices de confiança institucional e os níveis elevados de percepção pública de corrupção no sistema político intensificam a problemática da estabilidade democrática na região.

Neste aspecto, entendemos como relevante avaliar como a corrosão da legitimidade ocorre entre os latino-americanos. Se a corrupção corrói a legitimidade do regime, o que esperar de países onde o fenômeno é percebido como amplamente disseminado? Quais as expectativas para nações com trajetórias marcadas por rupturas de regime, problemas de institucionalização e menor tempo de consolidação democrática? Os cidadãos percebem a corrupção como um problema de governo ou uma falha sistemática do regime? O reconhecimento dos cidadãos de que há corrupção sistêmica põe a democracia em risco ou afeta apenas elementos como a avaliação do desempenho do

governo, a confiança nas instituições e a performance do regime? Os cidadãos latino-americanos abdicam da democracia quando percebem muita corrupção? Tornam-se mais tolerantes a golpes militares? Essas são algumas das questões que buscamos esclarecer tendo como enfoque a estrutura multidimensional desenvolvida por Norris *et al* (1999).

As variáveis independentes de interesse consistem na percepção de corrupção dos cidadãos em relação aos funcionários públicos e aos políticos. Nosso objetivo consiste em relacionar este indicador de corrupção publicamente reconhecida com a estrutura conceitual multidimensional porque entendemos que, do ponto de vista da legitimidade, o risco para o regime é maior quando a percepção corrói as dimensões mais difusas de apoio. A corrupção, apesar de constituir um elemento amplamente reconhecido como negativo, se torna um risco ao regime – e não somente ao governo do dia – quando os cidadãos a levam em conta como critério para aderir ou não ao regime democrático.

A democracia possui mecanismos institucionais para lidar com o problema da corrupção. A nível horizontal, a *accountability* decorre da robustez de instituições desenhadas para processar a corrupção identificando crimes realizados com recursos públicos, punindo agentes públicos e autoridades políticas envolvidas, fornecendo transparência ao cidadão sobre a atuação do poder público e gerando incentivos que inibam o comportamento corrupto. No nível vertical do regime, a democracia permite o escrutínio periódico dos cidadãos em relação aos políticos por meio de eleições livres, além de estruturar mecanismos de contestação e demonstração de insatisfação popular.

Neste sentido, buscamos avaliar o efeito corrosivo da corrupção percebida em diferentes dimensões de apoio ao regime. Nos baseamos aqui no indicador de percepção de corrupção, pois este permite compreendermos em que medida os latino-americanos levam o comportamento corrupto de autoridades em consideração para apoiar o regime em suas múltiplas dimensões. Esta variável nos possibilita mensurar o nível de corrupção reconhecida na sociedade de maneira ampla pelos indivíduos e relacionar esta informação geral com as atitudes democráticas dos indivíduos.

A dimensão subjetiva da percepção é fundamental para analisar como os indivíduos “enxergam” e processam as informações presentes em seu contexto político. Assim, buscamos identificar em que medida os cidadãos levam em

conta a corrupção para apoiar o regime, rejeitar golpes militares, estarem satisfeitos com a performance ou confiar nas instituições e no governo do dia. O indicador de corrupção reconhecida se torna uma medida eficiente para identificarmos essa relação entre “enxergar” corrupção e apoiar a democracia.

Dando um passo adiante, a experiência democrática de cada país pode condicionar o efeito dessa percepção de corrupção? Quando os indivíduos são socializados em instituições e participam da vida pública com regimes de boa qualidade, é de se esperar que eles diferenciem de maneira competente as dimensões da legitimidade. Ao diferenciá-las, espera-se também que sejam capazes de distinguir o que constitui um problema de regime e um problema de governo ou do mal funcionamento das instituições. Colocado desta forma, a teoria multidimensional da legitimidade nos leva a cogitar que o problema da corrupção só se torna um risco existencial para a democracia quando é capaz de corroer o apoio ao regime democrático, não quando se restringe a uma avaliação de governantes e instituições.

O legado democrático torna-se uma variável importante aqui porque condiciona as atitudes democráticas. Dentro do nosso modelo teórico, esperamos que em experiências de boa qualidade democrática ao longo do tempo o regime tenha sido capaz de forjar um “reservatório de apoio”, que proteja o regime contra ameaças pontuais. Nestes casos, os cidadãos teriam uma “boa vontade” em relação à democracia, relevando alguns problemas porque entenderiam que a existência do regime traz benefícios suficientemente importantes a ponto de justificar a manutenção da democracia. Por essa razão, não estariam dispostos a abandonar a forma de governo ou aderir a alternativas autoritárias.

Como legado democrático, seguimos a delimitação teórica e conceitual de Casalecchi (2018). O autor parte de uma definição mínima de democracia a fim de respaldar a construção do legado democrático, considerando três dimensões essenciais e complementares:

as eleições livres, periódicas e competitivas (a dimensão eleitoral), a preservação de direitos e garantias fundamentais, tanto em nível do governo como dos cidadãos (a dimensão liberal) e a extensão da participação política, seja através do voto

e/ou de outros mecanismos não eleitorais (a dimensão participativa) (Casalecchi, 2018, p. 24).

Esta delimitação do conceito mínimo de democracia é fundamental porque constitui as dimensões a serem mensuradas no legado democrático de cada país. Dando sequência, após essa delimitação sobre o conceito mínimo de democracia, seguimos a definição de legado do autor “como a soma (o acúmulo) da experiência democrática de um país [...] ao longo de sua história” (Casalecchi, 2018, p. 30).

5.2 Hipóteses de pesquisa

A partir da delimitação da estrutura conceitual multidimensional e das expectativas sobre as variáveis independentes, interativas e dependentes, temos razões teóricas para supor que o efeito corrosivo da percepção de corrupção é mais pronunciado nas dimensões mais específicas do que nas difusas. Neste sentido, formulamos nossa primeira hipótese:

H1: o efeito corrosivo da percepção de corrupção sobre a legitimidade é mais pronunciado nas dimensões específicas e vai reduzindo-se gradativamente conforme avançamos sobre as dimensões mais difusas;

Easton (1965) já argumentava que o apoio difuso dispõe de maior estabilidade ao longo do tempo e está menos sujeito a oscilações próprias da conjuntura. Os “reservatórios de apoio” permitiriam que o regime se mantivesse imune a deficiências de desempenho de governos. Entretanto, como questiona Booth e Seligson (2009), a pergunta é se este “reservatório tem fundo”, isto é, qual o limite de boa vontade dos cidadãos frente aos problemas de desempenho de autoridades, instituições e do regime em si? O que a teoria argumenta é que este apoio difuso é corroído lentamente devido a sua perenidade e estabilidade decorrente de laços mais profundos que vinculam cidadãos e a democracia enquanto forma de governo.

Embora as democracias não sejam invulneráveis, a literatura tem apontado elementos que contribuem para sua estabilidade e o reforço da legitimidade. O trabalho de Casalecchi (2018) fornece uma contribuição importante ao analisar o papel do legado democrático como variável importante

para explicar a legitimidade da democracia. Segundo o autor, países de maior legado tendem a aumentar o compromisso com o regime, o que eleva a proporção de cidadãos comprometidos com a democracia, e com laços mais robustos em relação ao regime em que vivem e dispostos a defendê-lo em momentos de crise (Casalecchi, 2018).

O indicador de legado democrático, construído a partir junção do tempo de democracia e da qualidade da experiência com o regime, está na base de processos socializadores que reforçam atitudes positivas em relação à democracia. Neste sentido, possuem relação direta com as “reservas de apoio” que forjam o apoio difuso na estrutura multidimensional. Por essa razão, estabelecemos como segunda hipóteses que:

H2: o legado democrático condiciona o efeito da percepção de corrupção sobre as dimensões de apoio, de modo que quanto maior o legado de uma país, mais concentrado será o efeito da percepção sobre as dimensões específicas do regime e menor será a capacidade dela de corroer o apoio às dimensões mais difusas.

Do ponto de vista teórico, entendemos ser possível que o efeito da percepção da corrupção sobre as diferentes dimensões da legitimidade seja moldado conforme o contexto político dos países da América Latina. Mais especificamente, a longevidade e a qualidade das democracias – que conformam o “legado democrático” – são variáveis contextuais importantes que moldam as atitudes políticas. Supomos que cidadãos que vivem em democracias com maior legado democrático – mais tempo e maior qualidade da democracia – tendem a restringir suas atitudes negativas aos governos e aos atores políticos, responsáveis pela corrupção, mas não ao sistema como um todo. Inversamente, cidadãos que vivem em democracias de baixo legado tendem a punir não só o governo e os políticos, mas o sistema como um todo.

Outra observação importante consiste na diferenciação sobre quem os cidadãos percebem como corruptos, que por sinal ainda é pouco explorado na literatura. Aqui avançamos nas diferenciações entre a corrupção percebida por funcionários públicos e pela elite política porque temos razões teóricas para

supor que os cidadãos façam essa distinção, ainda que de maneira intuitiva¹. Os cidadãos entendem que o funcionário público, enquanto um “burocrata”, teria uma atuação mais relacionada à execução de tarefas designadas por seus “superiores”, enquanto o político estaria a frente dos processos de decisão e deliberação, formulando as políticas públicas, fiscalizando a sua execução e, conseqüentemente, ocupando postos mais diretivos na máquina do Estado.

Neste sentido, teríamos, de um lado, o “burocrata weberiano” que, segundo as formulações do sociólogo alemão, seria caracterizado pelos princípios do recrutamento pelo mérito², a valorização da hierarquia profissional³, a estabilidade funcional⁴ e, principalmente, pela impessoalidade⁵ no tratamento de suas funções e ações rotineiras (Weber, 1999). Por outro lado, os políticos são profundamente dependentes de sua imagem pública, são escolhidos por eleições periódicas, geralmente enfatizando a personalidade em contextos de partidos frágeis, e buscam convencer os eleitores de suas qualidades pessoais de liderança. Enquanto a identidade do funcionário público está permeada de uma “frieza burocrática” e o elemento do “cálculo profissional da eficiência”, ao político é mais conveniente mobilizar o campo dos afetos e das emoções dos cidadãos, em busca de conquistar seus “corações e mentes”. O carisma, que

¹ A utilização do termo “intuitivo” aqui ocorre de maneira semelhante à utilizada por Singer (2000) ao argumentar que os eleitores teriam uma “intuição ideológica”. Isso equivale a dizer que, a despeito da imprecisão dos cidadãos relacionada aos conceitos do universo político, eles ainda assim conseguem compreendê-los de forma menos sofisticada e isso influencia o seu comportamento. No nosso caso, mesmo que os cidadãos tenham dificuldade para diferenciar precisamente as atribuições entre funcionários públicos e políticos no regime democrático, ainda assim eles realizam essa distinção, mesmo que de forma imperfeita, e isso orienta os seus julgamentos e a atribuição de responsabilidades dos atores dentro do regime.

² A forma de recrutamento através do mérito é diferente do método eleitoral porque não se baseia no voto, mas em um conjunto de procedimentos e provas, físicas e/ou mentais, cujo objetivo é selecionar os indivíduos dentro de critérios universalistas e competitivos, onde o desempenho individual prescinde da imagem e da reputação pública de cada candidato. Seu recrutamento deve estar relacionado às capacidades técnicas para a função que disputa.

³ Por definição, a organização da burocracia de tipo weberiano ocorre necessariamente de forma hierarquizada, subordinada, disciplinada e com regras de conduta pré-estabelecidas, ao contrário dos políticos, que não estabelecem uma organização piramidal de obediência e disciplina, construindo relações mais “horizontais” com seus pares e, com frequência, utilizam o discurso de que são “iguais” frente aos seus eleitores.

⁴ A estabilidade da burocracia contrasta com a volatilidade a que os políticos estão suscetíveis de acordo com o “humor político” dos cidadãos. Assim, a rotatividade política tende a ser mais “natural” na democracia que a rotatividade de burocratas.

⁵ No ideal weberiano, a impessoalidade é fundamental para despersonalizar a máquina administrativa do Estado e estabelecer padrões universalistas de procedimentos, contrastando com a busca pela “boa imagem” que os políticos objetivam a fim de conquistarem votos.

para o burocrata é geralmente dispensável, na política pode definir o sucesso ou insucesso eleitoral.

Por essa razão, supomos que quando a corrupção é percebida sobre os políticos o seu efeito deletério sobre a democracia é maior do que quando é percebida em relação aos “burocratas”. Além disso, entendemos que os atores políticos estão mais expostos à veiculação de notícias negativas, especialmente quando se trata de casos de corrupção que, mesmo quando envolvem servidores públicos, afetam muito mais a imagem dos dirigentes políticos. Estes atores são escrutinados periodicamente nos processos eleitorais e buscam estabelecer uma reputação pública confiável para o eleitor, o que torna a imagem pública uma moeda política importante no mercado eleitoral.

No caso dos funcionários públicos, suas atividades profissionais estão geralmente menos expostas às atenções de veículos de imprensa, sendo menos midiáticos. Isso faz com que, na média, estes profissionais sejam menos “conhecidos” pelos cidadãos, menos expostos à responsabilização por deficiências nas políticas públicas e, acima de tudo, menos responsabilizados por escândalos de corrupção. Isso obviamente não os exclui de terem uma imagem negativa na cabeça do cidadão, dado que muitos podem associar os cargos públicos a um “funcionalismo corrupto” ou ineficiente. Entretanto, quando se trata da responsabilização em torno da corrupção, há diferenças importantes entre ser associado a um posto de direção política ou de subordinação burocrática.

Diante disso, nossa terceira hipótese é que

H3: o impacto da percepção da corrupção sobre as dimensões da legitimidade democrática deverá ser maior quando a corrupção é percebida sobre políticos (PCP)⁶ do que quando é percebida em relação a funcionários públicos (PCFP)⁷.

Com base nessa diferenciação, acreditamos que nem toda percepção de corrupção deva afetar o apoio difuso ao regime. Como existem diferenciações em termos de responsabilização política ou burocrática, supomos que os

⁶ PCP = Percepção de Corrupção Política.

⁷ PCFP = Percepção de Corrupção de Funcionários Públicos.

cidadãos associem os políticos como os maiores responsáveis pelo funcionamento da democracia e, conseqüentemente, tenham mais chances de “punir” o regime quando percebem que estes atores é que são desonestos ou corruptos.

Dando um passo além, acreditamos que o aumento da tolerância a golpes militares, por exemplo, passa a ser mais provável quando a corrupção aumenta significativamente a insatisfação com os políticos, tendo em vista que quando há um golpe militar ocorre a tomada de poder da classe dirigente mediante violência. Assim, é de se supor que o aumento da tolerância à golpes militares seja mais provável quando a corrupção atinge políticos do que quando atinge os servidores públicos.

Para testar essa argumentação, formulamos as duas hipóteses a seguir:

H4: a percepção de corrupção política (PCP) ultrapassa os níveis de apoio específicos e atinge o apoio difuso ao regime, reduzindo o apoio à democracia e a rejeição a golpes militares;

H5: embora seja nociva às dimensões específicas de apoio político, a percepção de corrupção de funcionários públicos (PCFP) não é capaz de corroer o apoio à dimensão mais difusa da legitimidade.

Nossa última hipótese está relacionada ao volume de corrupção que os indivíduos percebem, seja referente à corrupção de funcionários públicos, ou dos políticos. Como supomos que nem toda corrupção é um problema para a democracia, mas apenas quando afeta a legitimidade em sua dimensão de apoio difuso, esperamos que perceber pouca corrupção não deva ser suficiente para abandonar o regime, ou tolerar a tomada de poder pela força em golpes militares. O mais provável é que, em níveis subjetivamente percebidos como baixos e controlados de corrupção, os cidadãos centrem sua indignação àqueles diretamente ligados ao escândalo, não ao regime em si. Não obstante, quando os indivíduos percebem a corrupção como algo disseminado por todo o sistema político ou pelo funcionalismo público, sua condescendência em relação ao regime e às instituições tende a diminuir.

Ao encontro disso, nossa sexta hipótese é que:

H6: A corrosão do apoio à democracia é maior quando os cidadãos percebem a corrupção como sistêmica no sistema político.

5.3 Bancos de dados e construção das variáveis

5.3.1 Bancos de dados

Para responder às perguntas de pesquisa e realizar os testes das hipóteses, utilizamos os bancos de dados Barômetro das Américas (BA), Latinobarômetro (LB), *Varieties of Democracy* (V-Dem) e Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). O passo a passo para a construção das variáveis está disponível na “sintaxe” na seção de “ANEXOS”. Além disso, o tratamento dos dados e as análises quantitativas foram realizados com o apoio de dois softwares: o *Stata – Statistics and Data Science*, e o *Excel*, na versão do pacote *Microsoft Office 365*.

O Barômetro das Américas (BA) é um projeto do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) e consiste em um *survey* de opinião pública focado em mensurar aspectos da cultura política, com abrangência de toda América Latina, amostras representativas das populações de cada país e amplo leque de perguntas sobre legitimidade democrática. A base de dados do BA dispõe de uma amostra probabilística e múltiplos estágios, que garante uma amostra representativa das populações dos países estudados com uma margem de erro de 2% a um intervalo de confiança de 95%. O *survey* possui questões padronizadas e comparáveis entre todos os países. Além disso, aborda questões relacionadas à cultura política, dentre as quais destacamos as perguntas sobre percepção de corrupção e legitimidade democrática.

Utilizamos o BA para mensurar as atitudes dos latino-americanos em relação à legitimidade democrática em diversos níveis de apoio, além de considerar características sociodemográficas da população. Fazemos uso de um conjunto de ondas que cobre o espaço temporal entre os anos de 2004 e 2019. Neste período, o *survey* cobriu 19 países da América Latina que analisamos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana Venezuela e Uruguai.

A grande vantagem de utilizarmos o Barômetro das Américas consiste no fato de que o *survey* possui amplo repertório de perguntas sobre legitimidade que possibilitam identificar diferentes níveis de apoio, do mais concreto ao mais difuso, permitindo que trabalhem com maior precisão os efeitos da percepção sobre a legitimidade em diferentes dimensões. Dessa forma, analisamos o efeito da nossa variável independente “percepção de corrupção” sobre as dimensões da legitimidade (variáveis dependentes) tal como proposto por Norris (1999).

Uma outra vantagem importante do BA é que, em duas ondas, em 2016/2017 e 2018/2019, houve a diferenciação entre percepção de corrupção política e percepção de corrupção de funcionários públicos. Assim, para estas ondas em metade de cada amostra por país foi aplicado a questão sobre percepção de corrupção de funcionários públicos e para a outra metade a pergunta se referia à corrupção de políticos. Isso permitiu comparar as duas percepções dentro deste recorte temporal.

A abordagem multinível proposta por este trabalho possibilita avançarmos em aspectos ainda não explorados pela literatura que aborda as relações entre corrupção e legitimidade. Avaliamos este efeito sobre níveis distintos de apoio de forma comparada e levando em consideração as diferenças de trajetórias e experiências democráticas entre cada país latino-americano. Para tal empreendimento, utilizamos a combinação entre BA e V-Dem, mensurando a democracia no sentido *bottom up*, ao considerarmos os aspectos atitudinais dos indivíduos em relação ao regime, e *top down*, ao considerarmos o que os diferentes regimes entregam em termos de desempenho e qualidade dos resultados e sua influência sobre os efeitos da percepção de corrupção.

Em relação ao projeto V-Dem, o banco de dados nos permite construir um indicador de legado democrático, seguindo a mesma metodologia de Casalecchi (2018). O V-Dem dispõe de uma base de dados ampla do ponto de vista longitudinal que abrange os países da América Latina considerados neste estudo e, além disso, distribui sua mensuração em cinco dimensões democráticas fundamentais: eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária. Ao mensurar de forma padronizada e qualitativa o desempenho dos regimes nas cinco dimensões democráticas supracitadas, a base de dados é fundamental na construção e atualização dos indicadores de legado democrático de cada país,

permitindo a inclusão da análise multinível e a identificação de efeitos de nível 2 na relação entre percepção de corrupção e apoio ao regime.

Nesta etapa quantitativa, seremos capazes de responder às seguintes indagações: 1) qual o efeito médio da percepção da corrupção de funcionários públicos e políticos sobre as diferentes dimensões da legitimidade para os países da América Latina?; e 2) qual o tipo de efeito interativo o legado democrático de cada país exerce? Em outras palavras, analisamos os padrões de relação entre percepção de corrupção e as dimensões da legitimidade no nível individual para os cidadãos latino-americanos e, em seguida, no nível 2, realizamos um estudo comparado a partir da interação entre percepção de corrupção e o legado para avaliar o efeito condicionante de cada experiência democrática dos países selecionados sobre sua legitimidade.

A fim de analisar a confiabilidade nos resultados obtidos, replicamos as análises realizadas com o BA agora no Latinobarômetro. Este último é um banco de opinião pública com objetivos semelhantes ao Barômetro das Américas e abarca 18⁸ países da região. Sua primeira onda ocorreu em 1995 e a aplicação entre uma onda e outra varia em um intervalo de 1 a 2 anos. A pesquisa dispõe de um desenho amostral e probabilístico, com média de 20 mil questionários aplicados em cada rodada de aplicação. Além disso, o *survey* possui um amplo rol de questões relacionadas à legitimidade e a dimensões da vida política dos cidadãos da América Latina.

A fim de possibilitar a comparabilidade entre o Latinobarômetro e o Barômetro das Américas, selecionamos o banco de 2017, já que o BA que dispõe perguntas sobre percepção de corrupção política foi realizado em duas ondas entre os anos de 2016 e 2019. Entretanto, o Latinobarômetro não dispõe, para o ano de 2017, de uma pergunta sobre servidores, o que limita a comparação. Por outro lado, possui questões relacionadas a dimensões da legitimidade e sobre a corrupção política. Como buscamos comparar justamente com o BA, que distinguiu entre as duas percepções de corrupção, política e burocrática, optamos por utilizá-lo realizando as adequações necessárias.

O último banco de dados se refere às dimensões econômicas presentes no contexto de cada país. Para isso, nos valem da disponibilidade de dados

⁸ A exceção em relação ao Barômetro das Américas é a não inclusão do Haiti.

presentes no banco de métricas econômicas da CEPAL. Dele extraímos o Produto Interno Bruto total anual por habitante de cada país a preços correntes em dólares (PIB *per capita*) e a Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto total anual a preços constantes (medida em porcentagem). A utilização destes dados nos auxilia a dimensionar se há impactos econômicos a serem inclusos nos modelos de análise, além de constituírem medidas objetivas e externas aos bancos de *survey*, reduzindo a endogeneidade das análises.

5.3.2 Construção das variáveis

O detalhamento e passo a passo da construção de cada variável está disponível na sintaxe dos dados na seção de “ANEXOS”. No entanto, para o Barômetro das Américas nossas variáveis independentes são as duas questões sobre percepção de corrupção, uma para políticos e a outra para funcionários públicos. Já a percepção de corrupção sistêmica para os funcionários públicos consiste no grupo de respondentes que afirmou perceber uma “corrupção generalizada”, enquanto para a pergunta sobre políticos considerou os indivíduos que responderam que “todos os políticos são corruptos”.

No caso do Latinobarômetro, as perguntas relacionadas à corrupção se referem à corrupção no governo federal, no Congresso Nacional e nos municípios. Por meio de uma análise fatorial, identificamos a existência de um fator com alta carga explicativa da variabilidade nessas dimensões. Assim, tiveram cargas fatoriais elevadas a “corrupção no governo” (carga fatorial = 0,7937), “corrupção no Congresso Nacional” (carga fatorial = 0,7873) e “corrupção nos municípios” (carga fatorial = 0,7715). O teste através do método alpha de Cronbach retornou o valor de 0,8499, indicando que de fato as três variáveis representam um constructo comum. Em seguida, agrupamos as três questões em uma escala de 0 a 30 para construir o indicador de corrupção política percebida e segmentamos o indicador em 4 categorias: “Nenhuma/pouca corrupção” (valores de 0 a 7), “Corrupção moderada” (valores de 8 a 15), “Muita corrupção” (valores de 16 a 23) e “Totalmente corrupto/corrupção sistêmica” (valores de 24 a 30).

Nossas variáveis dependentes, por sua vez, são representadas no esquema analítico pelas dimensões delineadas na estrutura conceitual proposta por Norris *et al* (1999). No entanto, utilizamos aqui quatro níveis de apoio ao

invés de cinco (Norris, 1999) ou seis (Booth & Seligson, 2009): 1) adesão à democracia; 2) Satisfação com a democracia; 3) Confiança nas instituições; e 4) apoio aos atores. A própria Norris (2011) deixa de dar centralidade à dimensão da “comunidade política” para enfatizar a importância das dimensões mais diretamente ligadas à democracia e suas instituições. Igualmente, Booth e Seligson (2009) acabam focando muito mais nessas dimensões, do que nas de “comunidade” ou de “atores políticos locais”. Dessa mesma forma, as quatro dimensões aqui utilizadas são suficientes para atender aos nossos propósitos de pesquisa.

As múltiplas dimensões de apoio ao regime estão posicionadas em um continuum que vai dos níveis mais difusos aos mais específicos de apoio ao regime. Nosso esforço para mensurar esta estrutura de múltiplos níveis envolveu o recorte e delimitação de perguntas nos questionários aplicados que pudessem refletir, da maneira mais próxima possível, as características e significados de cada dimensão da estrutura conceitual. Assim, nossa dimensão mais difusa consiste na variável “adesão à democracia” e é expressa por questões referentes ao apoio à democracia como melhor forma de governo e a rejeição a golpes militares em determinadas situações.

A questão churchilliana sobre preferência pelo regime democrático como melhor forma de governo é clássica para mensurar adesão à democracia. Já a questão da rejeição a golpes militares é particularmente importante na América Latina tendo em vista os inúmeros processos de rupturas institucionais com a participação substantiva de forças militares. Além disso, alguns países ainda vivem dilemas resultantes de processos de transição incompletos ou que não tiveram êxito suficiente em afastar instituições militares da arena política ou, fundamentalmente, consolidar o controle civil sobre estruturas armadas do Estado. A política democrática é incompatível com a lógica de atuação de forças militares, tendo em vista que a ingerência armada sobre civis em assuntos políticos compromete pressupostos democráticos básicos que estruturam o regime e o caracterizam, como a liberdade de opinião e contestação e a ausência de coação e ameaças à livre participação e competição política.

Assim, a inclusão da rejeição a golpes na dimensão de adesão à democracia ocorre como forma de estabelecer um “teste de fogo” sobre a adesão à democracia, na medida em que a tolerância à golpes militares compromete

diretamente a ordem democrática do ponto de vista de sua legitimidade. Se os cidadãos toleram a tomada de poder por meio de forças armadas, não se pode mais falar em resolução de conflitos de forma pacífica ou em ambiente de liberdade de oposição. Da mesma forma, a tolerância à ingerência militar implica na aceitação tácita de deposição de governos eleitos democraticamente de forma violenta quando estes não refletem os interesses e desejos de parcelas dos cidadãos.

Por fim, a terceira variável relevante do modelo é o legado democrático. A construção da variável segue os passos estabelecidos por Casalecchi (2016), com base no projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem). Para o presente trabalho, a fim de facilitar a interpretação do termo interativo de regressão, optamos por transformar a variável contínua do legado em uma variável categórica a partir de seus quartis, resultando, dessa forma, em uma variável de baixo legado (25%), médio legado (25%), alto legado (25%) e legado ideal (25%). A ideia aqui é que os valores acima de 75% constituiriam um nível de legado ideal, mas difícil de ser atingido por conta do recorte temporal de 100 anos na construção do legado, período em que praticamente todos os países analisados sofreram rupturas de regime. Neste sentido, cada percentual de 25% representa os tercís aproximados do valor máximo obtido após a construção dos legados democráticos, já que o valor máximo obtido é de aproximadamente 69 pontos (pela Costa Rica, seguida de perto pelo Uruguai).

Além das percepções de corrupção e das dimensões da legitimidade, utilizamos variáveis de “controle” sociodemográficos e individuais: sexo, faixa etária, escolaridade, a região de moradia (urbano/rural) e o interesse por assuntos políticos. essas variáveis são comuns tanto no banco Barômetro das Américas, quanto para o Latinobarômetro, com exceção das variáveis de região de moradia e interesse por política, que estão presentes no BA, mas ausentes no Latinobarômetro.

Para analisar o efeito das nossas variáveis independentes sobre as dependentes, bem como a relação do termo interativo, utilizamos a técnica de regressão logística. As regressões logísticas são ferramentas eficientes para trabalhar com variáveis categóricas dicotômicas, isto é, quando o valor da nossa variável dependente (Y) pode assumir apenas duas categorias (Fernandes *et al.*, 2020). A vantagem da regressão logística se revela por prescindir de um

conjunto amplo de pressupostos e permitir a mensuração das chances de um evento Y ocorrer na medida em que X varia. Essa codificação binária foi utilizada em nossas variáveis dependentes, que assumem o valor 1 para a ocorrência do evento e 0 para a não ocorrência.

Outra vantagem importante consiste em informar a magnitude do efeito, geralmente dado a partir da escala logit ou de *odds ratio* (razão de chances). A fim de tornar mais intuitiva a interpretação das saídas de cada modelo de regressão que utilizamos, padronizamos as regressões simples e hierárquicas em termos de “razão de chances” (*odds ratio*). Assim, quando os valores reportados estão entre 0 e 1, indica uma redução nas chances do evento ocorrer. Se o valor retornado da regressão estiver acima de 1, indica aumento nas chances e, por fim, um valor igual a 1 significa não variância. Ainda, adotamos o padrão de $p < 0,05$ comumente utilizado na ciência política como parâmetro de significância estatística.

5.4 Direção de causalidade: a corrupção afeta a democracia ou trata-se de um fenômeno de causalidade inversa?

Uma questão importante a se considerar no modelo de análise é a direção de causalidade entre corrupção e democracia. Se por um lado a teoria tem evidenciado os efeitos da percepção de corrupção sobre a legitimidade do regime, uma questão permanece: é possível também supor que a percepção de corrupção seja um reflexo do mal funcionamento da democracia ou da economia? Do ponto de vista estatístico, não há técnicas que permitam responder definitivamente essa questão, a não ser através de métodos experimentais, que não é o nosso escopo.

Não obstante, adotamos aqui 3 precauções fundamentais: a primeira fundamentada em bases teóricas e a segunda e a terceira a partir de testes com os dados disponíveis. O primeiro e mais óbvio é a formulação teórica. Do ponto de vista da ciência política, há estudos evidenciando largamente a nocividade da corrupção sobre a democracia, especialmente enfatizando a desconfiança política nas instituições e a queda na satisfação com o regime.

Outra precaução considerada neste trabalho refere-se à replicação das análises em outros bancos. No intuito de tornar mais robusto nossos resultados, utilizamos 2 bancos de dados distintos para avaliar a relação entre percepção de

corrupção e atitudes de apoio ao regime. Ao fazer isso, aumentamos a consistência dos resultados a partir da replicação em amostras diferentes, já que as questões em cada banco também são formuladas de maneiras diferenciadas. Isso significa que, ao encontrarmos resultados semelhantes, há uma confiança maior de que estejamos diante de um efeito entre as variáveis dependentes e independentes, levando em consideração os seus respectivos constructos subjacentes. Além disso, como as questões são formuladas de maneira diferente de acordo com o banco, aumenta a segurança de que estamos, de fato mensurando as relações entre os mesmos elementos latentes.

A última precaução adotada aqui consiste em analisar se a percepção de corrupção poderia estar correlacionada a outras variáveis. Para isso, fizemos testes a partir de regressões logísticas tendo a percepção de corrupção como variável dependente. Mesmo estando cientes das imprecisões, já que tivemos que binarizar uma escala de percepção de corrupção entre quem percebe pouca e muita corrupção, isso nos ajuda a identificar se há uma alta correlação no banco entre perceber corrupção e o país estar crescendo economicamente, ou ter um PIB *per capita* elevado.

Tabela 1 – Chances de perceber corrupção: PIB *per capita* e crescimento econômico

	Corrupção de servidores públicos	Corrupção de servidores públicos 2016-2019	Corrupção política 2016-2019
	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)
PIB <i>per capita</i> (contínuo)	1,000 (0,00000157)	1,000 (0,00000419)	0,9999974 (0,00000222)
Crescimento econômico (contínuo)	1,038971* (0,0166562)	1,003033 (0,0239201)	0,9895159 (0,0210659)

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Barômetro das Américas 2004-2019

A Tabela 1 apresenta as razões de chance de perceber corrupção para políticos e funcionários públicos. De maneira geral, as variáveis econômicas não se mostraram fortes preditoras da percepção de muita corrupção. O PIB *per capita* não retornou nenhum resultado estatisticamente significativo e o crescimento econômico apresentou aumento nas chances de perceber corrupção de servidores e não teve significância na percepção de corrupção política. Ainda assim, os efeitos são baixos. Para a corrupção dos servidores, o aumento na razão de chances foi de, aproximadamente, 3,9%.

Estes resultados sugerem que a percepção de corrupção para funcionários públicos e políticos não é umbilicalmente entrelaçada com essas dimensões econômicas mais conjunturais no contexto analisado. Embora isso obviamente possa ocorrer em determinadas situações, não está ocorrendo no nosso caso. Sumarizando estes resultados, morar em um país com renda média maior, ou em um país que esteja experimentando um maior crescimento econômico substantivo, não é forte o suficiente para explicar o aumento ou a diminuição da percepção de corrupção. Neste sentido, há mais segurança em seguir a teoria no sentido de que o efeito da corrupção não é um simples sintoma de que a economia não está indo bem. Apesar do aspecto econômico certamente influenciar no “humor” político dos cidadãos, ele não se mostrou um forte preditor para confundir o efeito da percepção de corrupção sobre o regime.

5.4.1 A importância da corrupção no imaginário político dos latino-americanos

Uma última questão a ser tratada é se, de fato, a corrupção é um tema relevante para os latino-americanos. Em caso afirmativo, temos razões teóricas para supor que estes cidadãos levem em consideração a corrupção como algo relevante em suas atitudes políticas. Assim, é importante identificar como esses indivíduos enxergam o universo da política e qual o lugar da corrupção dentro deste enquadramento.

A literatura convencional tem reforçado a ideia de que a América Latina constitui um verdadeiro “laboratório” dos estudos sobre corrupção por conta dos altos níveis de percepção, bem como da incidência de grandes escândalos na região. No entanto, em que medida essa volumosa percepção de corrupção importa para os cidadãos desses países? Seria a corrupção um tema realmente importante, ou os cidadãos não levam em consideração este aspecto em suas orientações políticas?

A Figura 2 a seguir ilustra essa preocupação. O Banco Barômetro das Américas dispõe de uma questão sobre os principais temas de preocupação dos cidadãos. O gráfico abaixo apresenta a posição da corrupção nesse ranking de temas. Apesar de aparecer em 4º lugar no gráfico, a barra “Outros” na verdade reúne um conjunto de temas que, isoladamente, não conseguiram atingir 1% nas escolhas dos respondentes. Assim, o tema da corrupção aparece na 4ª

colocação entre os termos mais relevantes apontados pelos cidadãos latino-americanos entre os anos de 2004 e 2019, nas ondas de pesquisas do Barômetro das Américas.

Quando confrontados com a pergunta *“Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?”* os latino-americanos, em média, situam a corrupção como um problema importante a ser enfrentado. Esse dado não nos surpreende, especialmente quando se trata de uma região com índices elevados de corrupção percebida e de desconfiança política. Entretanto, observando a trajetória de instabilidades na região, é preciso atentar-se para o fato de que a corrupção frequentemente serve como combustível para as desconfianças públicas dos cidadãos frente à classe política.

Figura 2 – Problema mais importante que o país está enfrentando.



n = 209.220

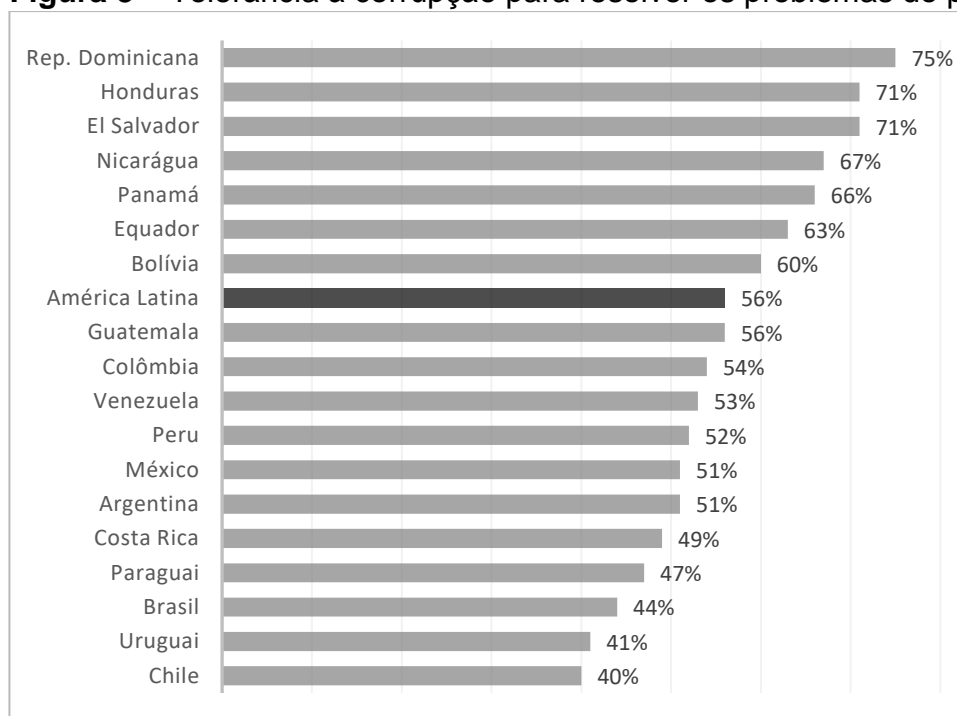
Fonte: Barômetro das Américas 2004-2019

Em relação à tolerância dos cidadãos à corrupção, o banco Latinobarômetro referente ao ano de 2017 dispõe de questões que abordam a questão relacionando-o com o contexto em que ela poderia ser aceita. Ao serem questionados sobre *“Se puede pagar el precio de cierto grado de corrupción, siempre que se solucionen los problemas del país”*, os cidadãos tiveram 4

possibilidades de respostas: “Muy de acuerdo”, “De acuerdo”, “En desacuerdo” e “Muy en desacuerdo”. Quando somamos os indivíduos que estão “Muito de acordo” e “De acordo” com a ocorrência de corrupção sob o pretexto de que ela é necessária para resolver os problemas do país, aproximadamente 56% dos latino-americanos se mostraram tolerantes à corrupção sob este pretexto.

Um detalhe interessante analisando o “ranking de tolerância à corrupção” é que os países com uma democracia mais consolidada aparecem em maioria com os menores percentuais de tolerância à corrupção. São os casos de Chile (40%), Uruguai (41%), Brasil (44%) e Costa Rica (49%). Do outro lado, liderando a tolerância à corrupção, estão República Dominicana (75%), Honduras (71%), El Salvador (71%), Nicarágua (67%), Panamá (66%), Equador (63%), Bolívia (60%), América Latina (56%), Guatemala (56%), Colômbia (54%), Venezuela (53%), Peru (52%), México (51%), Argentina (51%), Paraguai (47%), Brasil (44%), Uruguai (41%) e Chile (40%).

Figura 3 – Tolerância à corrupção para resolver os problemas do país.



n = 19.190

Fonte: Latinobarômetro 2017

Neste ponto é fundamental prestar atenção em como a questão é formulada, pois estabelece um critério de “resolver os problemas do país”. Embora obviamente não devamos acreditar que a corrupção seria para “resolver os problemas do país”, este dado nos informa que pode haver uma revalorização de prioridades dependendo de cada contexto. Neste caso, não é trivial condicionar essa “tolerância à corrupção”, pois não se pode supor que a

corrupção simplesmente perca toda a sua importância, mesmo nos casos em que os índices de tolerância são elevados. Ao contrário, a figura indica que a corrupção se torna um tema político mais importante conforme a democracia se consolida, o que sugere que pode haver uma priorização maior da corrupção em países com indicadores econômicos, educacionais e sociais mais elevados.

Além disso, é possível que esteja ocorrendo um fenômeno tal como observado por Pavão (2018) ao analisar a sobrevivência de políticos corruptos em processos eleitorais. Em sua argumentação, haveria uma percepção dos eleitores de que os políticos são particularmente incompetentes para lidar com a questão da corrupção, o que faria com eles priorizassem outros temas quando percebessem a corrupção como uma constante entre os candidatos (Pavão, 2018). Isso evidencia que as relações entre corrupção e legitimidade são mais complexas e podem variar contextualmente.

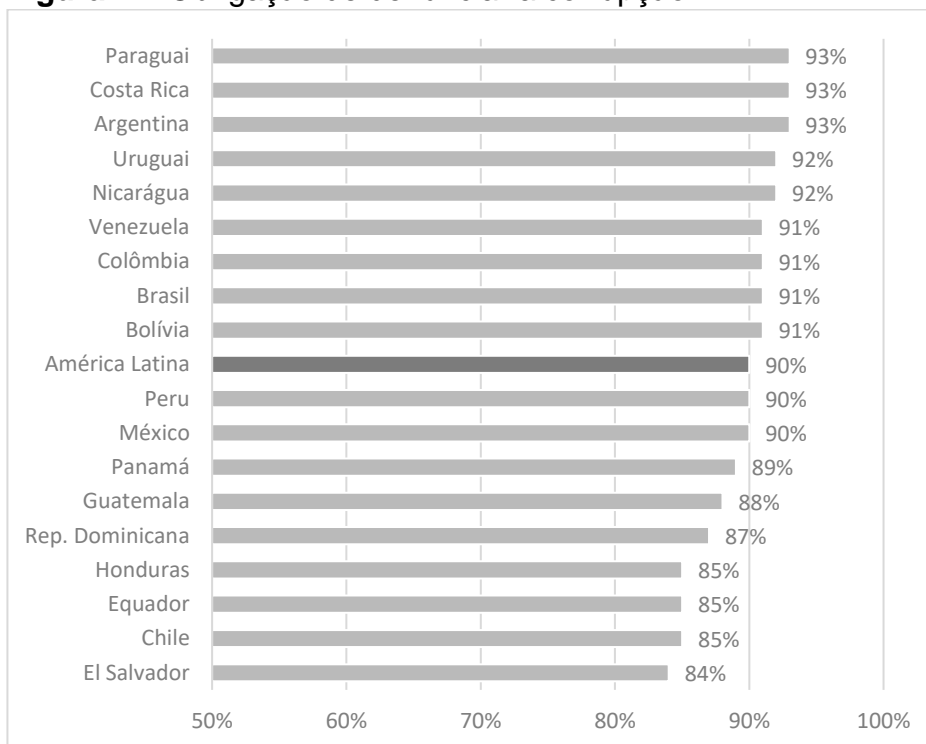
O caso apresentado na Figura 3 indica um sintoma dessa mudança na prioridade de temas quando os cidadãos percebem que a maioria dos políticos são corruptos. Quando isso ocorre e os cidadãos acreditam não existirem alternativas honestas, a corrupção pode deixar de ser prioridade momentânea. Seguindo a argumentação de Pavão (2018), isso deve ser ainda mais presente em cenários eleitorais, onde geralmente o regime não está em questão, já que o eleitor faz opções entre o que imagina que cada candidato pode entregar em termos de políticas públicas. Quando ele entende que nenhum político é capaz de lidar com a corrupção, eleitoralmente essa questão pode ser “trocada” por outra que ele processe como algo que os candidatos são competentes para lidar.

Neste sentido, os cidadãos não aumentam sua tolerância com a corrupção de forma passiva, mas consideram não existirem opções políticas honestas. A corrupção continua sendo valorada negativamente, isto é, como um comportamento ilegítimo para a vida pública, embora os cidadãos desenvolvam certo “cinismo” em relação à sua ocorrência no universo da política. Isso, no entanto, é diferente de afirmar que a corrupção não tem importância para a legitimidade do regime democrático.

A Figura 4 ajuda a compreender a importância da corrupção na região, porque há uma tendência de que os cidadãos considerem “uma obrigação” denunciar a corrupção. Os latino-americanos foram defrontados com a pergunta *“Si yo presenciara un acto de corrupción, me sentiría personalmente obligado a*

denunciá-lo”, com as opções: “Muy de acuerdo”, “De acuerdo”, “En desacuerdo” e “Muy en desacuerdo”. Como resultado, a média dos que acreditam ser uma obrigação pessoal denunciar chega a 90%, reforçando o argumento de que há um rechaço social em relação à convivência com essas práticas. Apesar da “desejabilidade social” em relação à denúncia, quando respondem sobre a tolerância à corrupção os indivíduos também estão condicionados por constrangimentos semelhantes, o que nos confere segurança para realizar essas interpretações.

Figura 4 – Obrigação de denunciar a corrupção.



n = 19.520

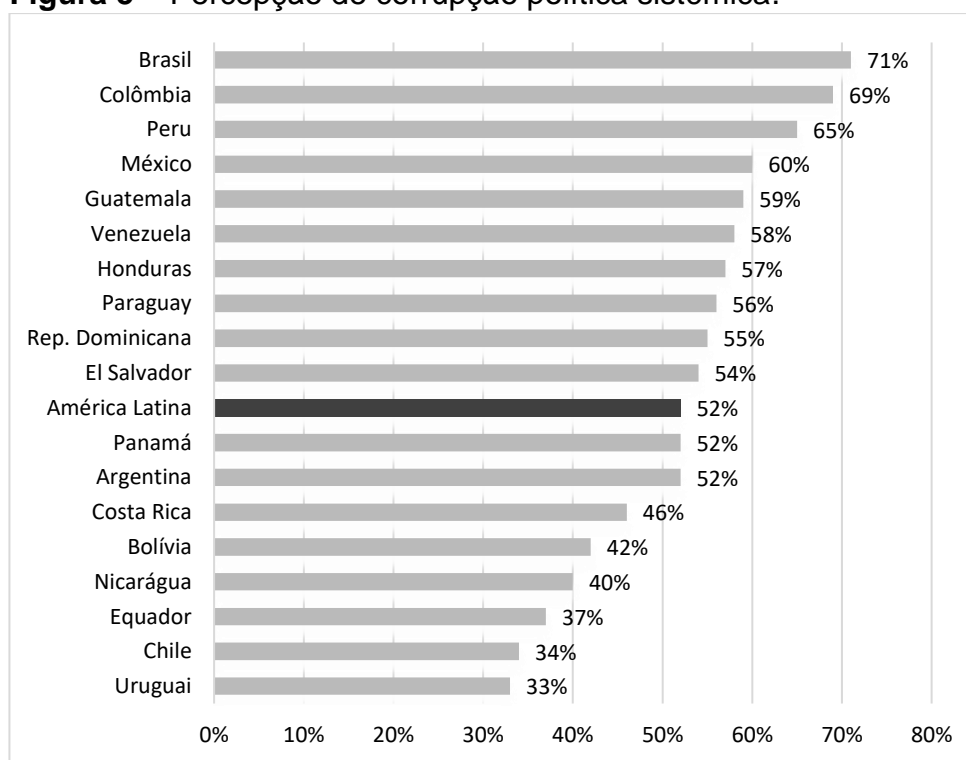
Fonte: Latinobarômetro 2017

Estes dados revelam que há um consenso em torno da ilegitimidade de práticas corruptas. Apesar disso, seus efeitos sobre a democracia são mais complexos do que uma análise aparente poderia supor. Os cidadãos podem “trocar” a prioridade de temas, desconsiderá-lo, desconfiar dos atores e instituições, ou ainda, punir o regime em algumas situações, como veremos nas próximas seções. Quando olhamos detidamente os gráficos, percebemos que a corrupção é frequentemente citada como um problema sério a ser enfrentado e,

embora os cidadãos raramente enxerguem os políticos como competentes para lidar com ela, ainda assim acreditam que ela deva ser denunciada e punida.

A Figura 5, por sua vez, apresenta o nível de corrupção sistêmica que os latino-americanos percebem em relação aos políticos. Os cidadãos foram questionados da seguinte forma: “En una escala del 0 al 10, donde 0 significa “nada” y 10 “mucho”, ¿cuánta corrupción cree que hay en” “El gobierno nacional”, “Las municipalidades”, “El congreso nacional”. A partir dos passos já indicados, construímos um indicador de corrupção política variando de 0 a 30. Ao dividi-lo em 4, consideramos como corrupção sistêmica apenas o último quartil (24-30), que seria equivalente a uma média mínima de 8 pontos e máxima de 10 para cada questão.

Figura 5 – Percepção de corrupção política sistêmica.



n = 18.395

Fonte: Latinobarômetro 2017

Os resultados reforçam o diagnóstico de que há uma alta percepção de que a corrupção é amplamente difundida em todo o sistema político, com o Brasil na liderança, provavelmente em decorrência do declínio reputacional da classe política brasileira com as ações da operação Lava Jato ocorridas no período de aplicação do *survey*. Acompanhando o Brasil vem Colômbia (69%), Peru (65%)

e México (60%). Em média, 52% dos latino-americanos acreditam que há corrupção sistêmica dos políticos em seu país, enquanto os países com os menores percentuais são Uruguai (33%) e Chile (34%), justamente países com índices relativamente baixos de tolerância à corrupção.

Sumarizando estes elementos, os dados evidenciam que a corrupção é, de fato, um problema particularmente importante para os latino-americanos. No entanto, guarda muitas complexidades e nuances que devem ser consideradas ao avaliar seu impacto sobre as atitudes em relação ao regime e aos atores políticos. A corrupção poder ser negligenciada pelos cidadãos em alguns contextos, por exemplo, quando eles percebem os políticos como incompetentes para lidar com a problemática da corrupção. Isso tende a ocorrer quando há níveis elevados de percepção de corrupção (Pavão, 2018).

Posta desta maneira, a “tolerância à corrupção” seria, na verdade, uma recalibragem das atitudes para os problemas que eles imaginam que os políticos seriam capazes de resolver. Isso significa que a corrupção não é um problema menor, afinal de contas, a Figura 1 e a Figura 3 indicam que os cidadãos veem a corrupção como um tema relevante e a denúncia de corruptos como um “dever”. Isso é ainda mais fundamental quando analisamos a percepção dos cidadãos de que a maioria dos políticos é corrupto, ou seja, estão “desacreditados” na resolução da corrupção pelos políticos.

Estes resultados reforçam a suposição de que a corrupção é um tema caro aos latino-americanos e que afeta seu comportamento e suas atitudes políticas. Em outras palavras, as evidências sugerem que a corrupção afeta a democracia de diferentes formas. Isso significa que não se trata apenas de um sintoma de mal funcionamento do regime, mas de uma percepção amplamente difundida de que os cidadãos nutrem desconfianças profundas sobre a vida política do seu país.

6. Corrupção e legitimidade democrática: como a corrupção corrói a legitimidade do regime

Nesta seção analisamos as relações entre corrupção percebida e os objetos de apoio do regime democrático. De maneira geral, traçamos uma visão panorâmica do apoio à democracia entre os anos de 2004 e 2019 na América Latina, bem como para a percepção de corrupção neste mesmo período e, na sequência, analisamos o padrão de relação entre corrupção e legitimidade. Consideramos aqui o nível das atitudes individuais, isto é, sem as interações contextuais com o legado e outras variáveis interativas, pois nosso objetivo é identificar o padrão médio de efeito da corrupção percebida sobre funcionários públicos e sobre os políticos e o apoio à democracia.

6.1 Quadro descritivo sobre o apoio à democracia entre os cidadãos latino-americanos

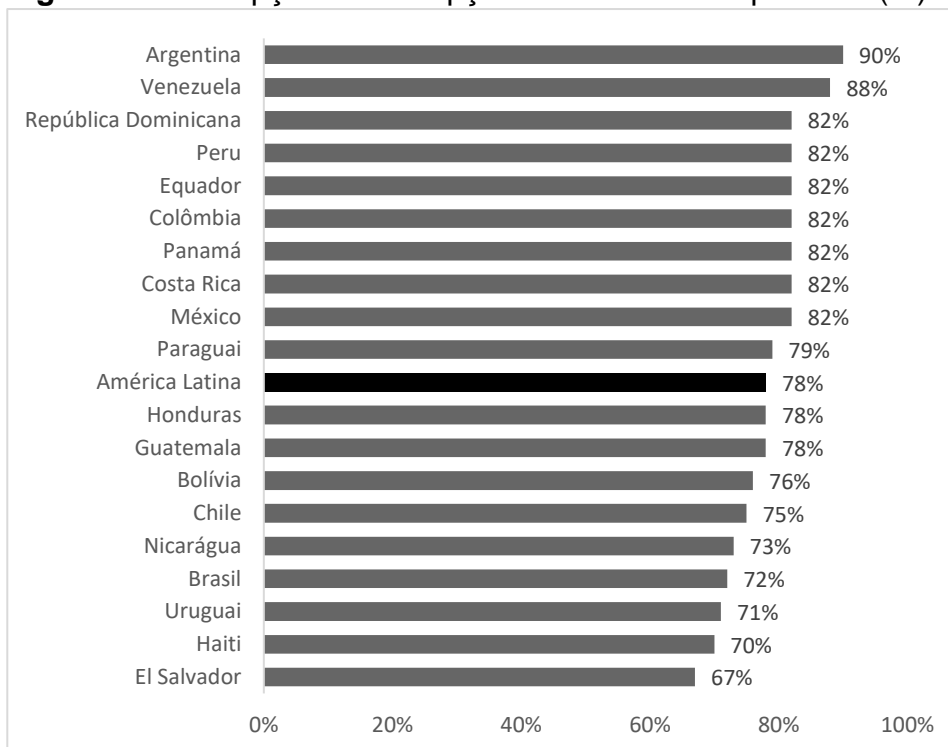
A literatura tem chamado a atenção para a centralidade do tema da corrupção entre os latino-americanos e indicadores de percepção apontam um cenário de corrupção endêmica nas democracias da região. Esta recorrência da corrupção torna-se problemática do ponto de vista da legitimidade porque predispõe atitudes em relação ao sistema político vigente. Uma análise descritiva inicial sobre o nível de corrupção reconhecida pelos indivíduos corrobora este diagnóstico preocupante acerca da percepção de corrupção entre os latino-americanos.

A Figura 6 a seguir apresenta os percentuais de percepção de corrupção sobre funcionários públicos em 19 países latino-americanos. Os valores apresentam uma média extraída entre os anos de 2004 e 2019, em que o *survey* Barômetro das Américas foi aplicado, contando um total de 8 ondas de pesquisa⁹. Quando defrontados com a pergunta “*Considerando sua experiência ou o que ouviu falar dos funcionários públicos, a corrupção dos funcionários públicos é... ?*”, em média 78% disseram que acreditam que a corrupção de funcionários públicos é “algo comum” ou “muito comum”. No topo, com os maiores percentuais, estão Argentina (90%), Venezuela (88%) e República

⁹ Cada onda de aplicação das questões ocorre a cada 2 anos, embora em algumas ondas a aplicação tenha iniciado em um ano e terminado em outro. Os anos de aplicação foram: 2004; 2006/7; 2008; 2010; 2012; 2014; 2016/7; 2018/9.

Dominicana, Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica e México (todos estes últimos com 82%). O Brasil (72%) ocupa a parte inferior da lista, junto aos países com os índices mais baixos de percepção de corrupção e que tem Uruguai (71%), Haiti (70%) e El Salvador (67%), como os três países latino-americanos que, na média entre 2004 e 2019, sustentam os menores percentuais de corrupção percebida.

Figura 6 – Percepção de corrupção de funcionários públicos (%).



n = 181.977

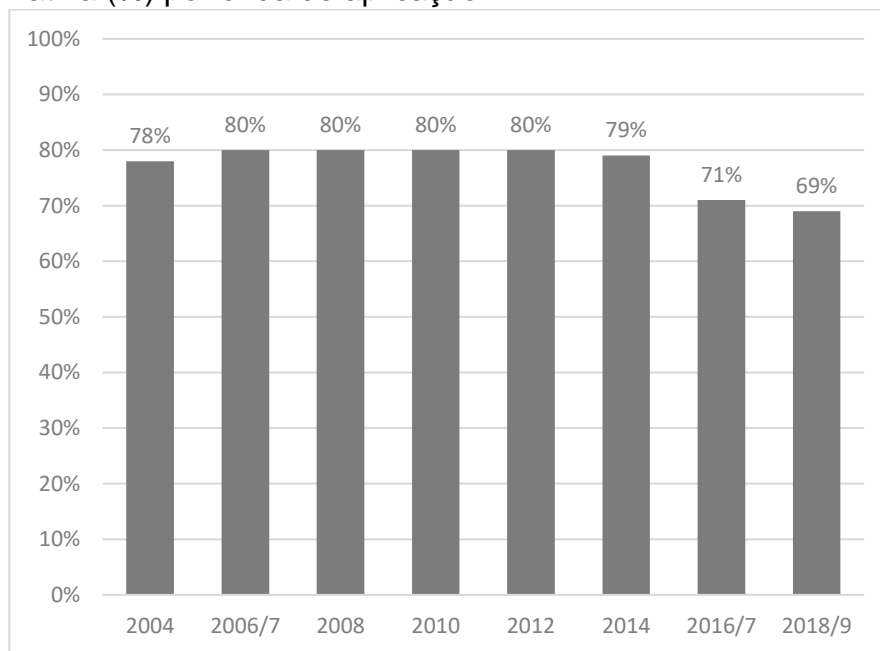
Fonte: Barômetro das Américas 2004-2019

Os valores identificados pela pesquisa Barômetro das Américas indicam que os cidadãos latino-americanos acreditam que a corrupção no funcionalismo público não se trata de uma exceção. Ao contrário, essa corrupção aparece para os cidadãos como algo disseminado na máquina pública. Todos os países analisados sustentaram percentuais substantivamente altos de indivíduos que percebem a corrupção de servidores como algo comum ou muito comum, o que revela uma tendência de desconfiança dos cidadãos em relação ao funcionamento da própria máquina pública do poder estatal e de serviços e políticas públicas.

Para dimensionar se esta percepção resulta de uma tendência ou momentos específicos, a Figura 7 abaixo indica a tendência média de percepção

de corrupção de funcionários públicos para os cidadãos latino-americanos em cada ano de aplicação do *survey*. No gráfico é possível identificar uma estabilidade nos percentuais na década que vai de 2004 a 2014, com valores próximos de 80%, seguido por uma queda relevante nas ondas de aplicação de 2016/2017 e 2018/2019, com, respectivamente, 71% e 69%.

Figura 7 – Percepção de corrupção de funcionários públicos na América Latina (%) por onda de aplicação.



n = 181.977

Fonte: Barômetro das Américas 2004-2019

Essa queda nos anos de 2016/7 e 2018/9 coincide com uma inovação no questionário do Barômetro das Américas, em que houve a inclusão de uma pergunta sobre corrupção especificamente voltada para a reputação da classe política. Assim, para metade destas ondas houve a aplicação da pergunta sobre corrupção direcionada à imagem pública de servidores e para a outra metade a questão voltada à reputação política. A questão sobre corrupção dos políticos é enunciada da seguinte forma: *“Pensando nos políticos do [país], quantos deles o(a) sr./sra. acha que estão envolvidos com corrupção?”* e direciona o respondente a um conjunto de 5 respostas alternativas: *“(1) Nenhum; (2) Menos da metade; (3) A metade dos políticos; (4) Mais da metade; (5) Todos”*.

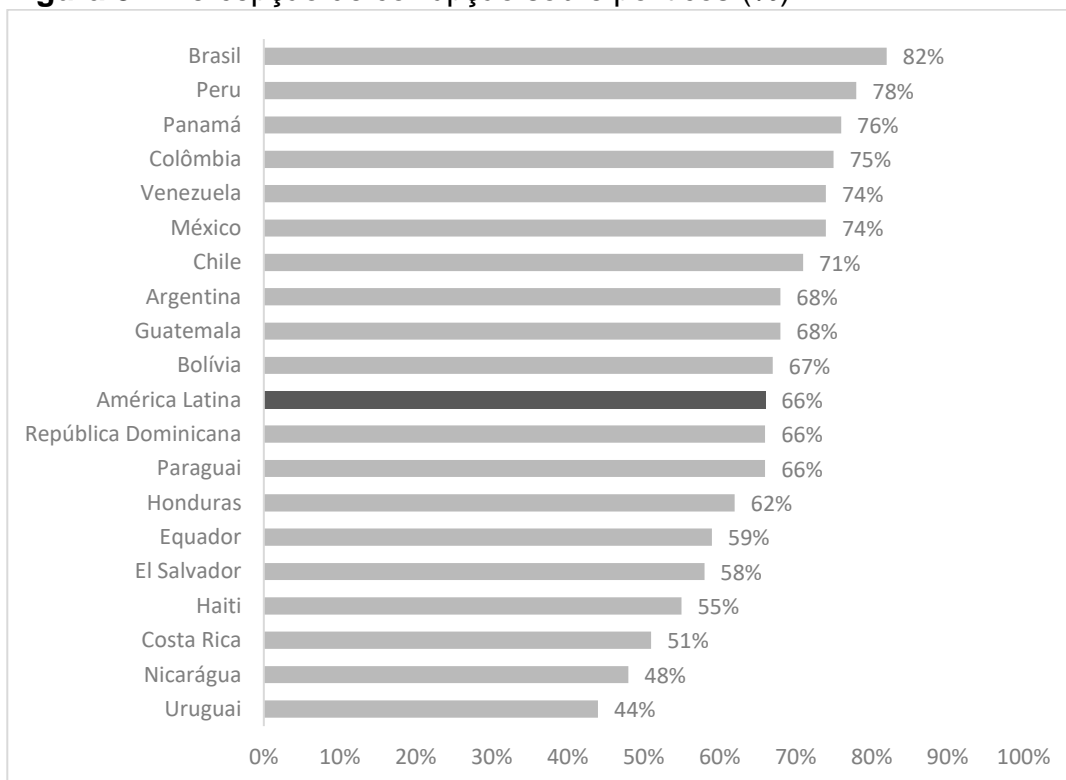
A Figura 8 a seguir apresenta alguns dados descritivos extraídos a partir dessa questão levando em consideração apenas os cidadãos que acreditam que “mais da metade dos políticos são corruptos” somados a quem acha que “todos

os políticos são corruptos”. Apesar dos valores serem, na média, mais baixos do que para funcionários públicos, no caso dos políticos aqui é considerado apenas a percepção de que a corrupção desses atores é muito elevada, isto é, quem acredita que mais da metade ou que todos os políticos são corruptos. Neste sentido, os percentuais a seguir indicam aspectos profundamente negativos da reputação da classe política latino-americana.

O Brasil lidera este ranking de percepção de corrupção política disseminada, com 82% dos brasileiros respondendo que mais da metade ou todos os políticos são corruptos. Entretanto, é preciso uma contextualização para este resultado. Não há como não mencionar o contexto de aplicação do questionário, no qual a operação Lava Jato logrou construir uma imagem de corrupção amplamente entranhada no sistema político brasileiro, contando com grande cobertura midiática da imprensa nacional em cada fase ou evento da operação. Apesar da derrocada da Lava Jato em razão de sua massiva utilização de métodos de investigação e julgamento juridicamente controversos e, por vezes, notadamente ilegais, a publicização diária do escândalo, que anunciava valores colossais de recursos públicos desviados, corroeu substancialmente a reputação de partidos e de políticos brasileiros, aprofundando o descrédito dos cidadãos na classe dirigente.

Os três países que seguem o Brasil neste ranking são: Peru (78%), Panamá (76%) e Colômbia (75%). A média da América Latina ficou em 66% e os três países que figuram na parte inferior, indicando os menores percentuais de corrupção reconhecida são: Uruguai (44%), Nicarágua (48%) e Costa Rica (51%). Chama a atenção que, dentre estes três, Uruguai e Costa Rica são países com reconhecida estabilidade política e democrática, sendo considerados países em que a democracia fincou raízes profundas frente à comparação com o quadro das demais democracias da América Latina. O cenário latino-americano indica que os cidadãos da região, em média, possuem uma imagem profundamente negativa da classe política. Essa reputação pública deteriorada impacta a baixa confiança e a baixa credibilidade na própria atividade política.

Figura 8 – Percepção de corrupção sobre políticos (%)



n = 41.974

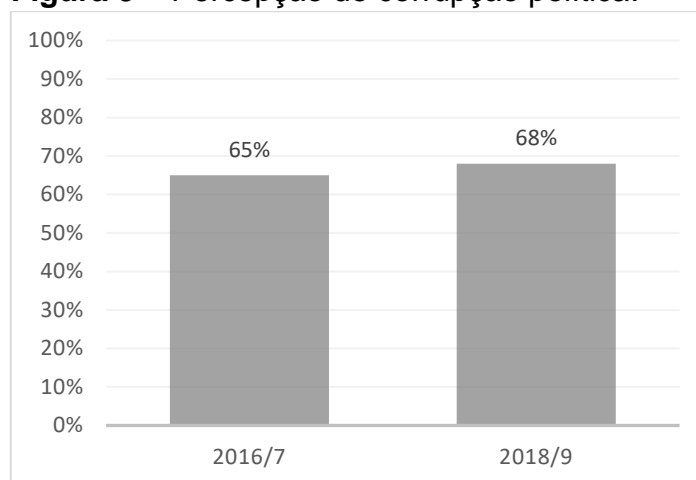
Fonte: Barômetro das Américas 2016-2019

Embora não seja um dado surpreendente aos observadores do fenômeno na América Latina, é forçoso notar que, com exceção de Uruguai e Nicarágua, em todos os demais países da pesquisa mais da metade dos cidadãos acreditam que “*mais da metade*” ou “*todos*” os políticos sejam corruptos. Isso é importante porque reflete o modo como os latino-americanos veem o problema da corrupção em seu contexto nacional. Também é pertinente salientar que estes valores percentuais foram obtidos a partir de um recorte já bastante elevado sobre o nível de corrupção reconhecida, somando apenas os que responderam “*mais da metade*” ou “*todos*”, retirando deste cálculo cidadãos que responderam “*nenhum*”, “*menos da metade*” e “*a metade dos políticos*”.

Infelizmente, essa pergunta sobre percepção de corrupção política não existe desde o início da série de aplicação do *survey*, em 2004, aparecendo somente em duas ondas de aplicação da série até o ano de 2019. Não obstante, há um leve aumento de, aproximadamente, 3% na percepção de corrupção política quando se compara as ondas de 2016/2017 e 2018/2019. Estes valores sugerem que, em média, entre 66% e 67% dos cidadãos latino-americanos entendem que a corrupção dos atores políticos é um problema amplamente

difundido no sistema político, dado que acreditam que mais da metade ou todos os políticos do país seriam corruptos.

Figura 9 – Percepção de corrupção política.



n = 41.974

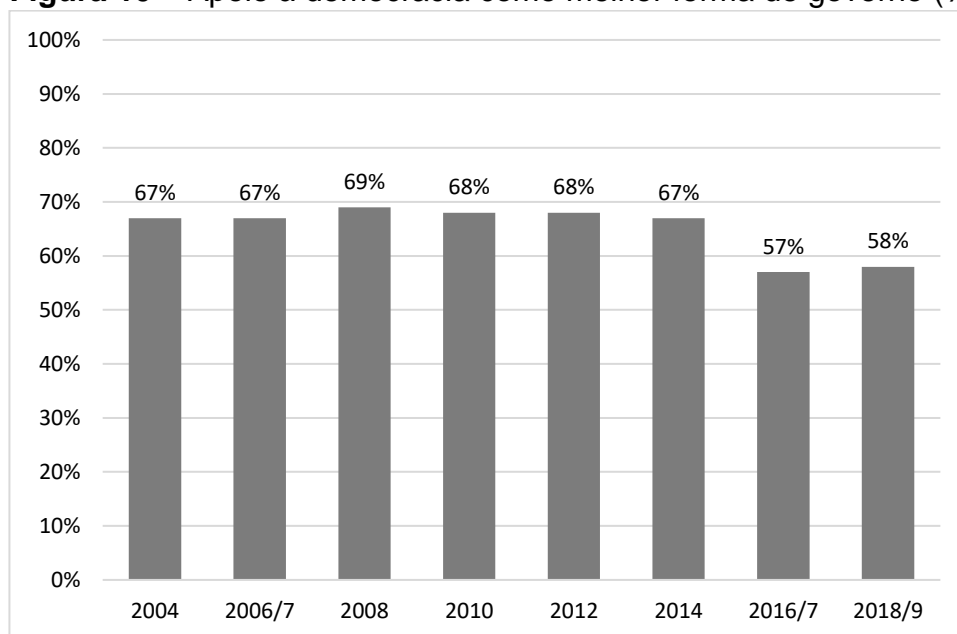
Fonte: Barômetro das Américas 2016-2019

Essa alta percepção de corrupção torna-se ainda mais preocupante quando observamos a trajetória de apoio à democracia na América Latina, que sofreu um declínio acentuado entre os anos de 2016 e 2019, com o recuo de aproximadamente 10 pontos percentuais. A Figura 10 abaixo ilustra esta decaída no apoio à democracia a partir dos dados do Barômetro das Américas (2004-2019). Analisando o gráfico, é possível identificar uma estabilidade entre os anos de 2004 e 2014, em que o apoio dos latino-americanos oscilou levemente entre 67% e 69%, enquanto nas ondas de aplicação de 2016/2017 e 2018/2019 os valores obtidos foram, respectivamente, 57% e 58%.

Este recuo no apoio à democracia na região chama ainda mais atenção porque ocorre em um momento de forte contestação das democracias em diversos países ocidentais, com lideranças autoproclamadas “antissistema” e contrárias ao modelo de democracia liberal institucionalizada e amplamente difundida ao redor do mundo. A América Latina está inserida neste recorte e experienciou a verborragia populista e autoritária de lideranças que se contrapuseram a este modelo. Entretanto, a trajetória democrática dos regimes políticos latino-americanos aumenta ainda mais a preocupação com a estabilidade dos regimes na região, uma vez que estes países conviveram com rupturas constitucionais e golpes militares durante o século XX. Além disso,

muitos destes países tiveram dificuldades em remover elementos institucionais autoritários dos regimes políticos precedentes, bem como convivem com uma cultura política permeada de traços autoritários ou permissivos com o autoritarismo.

Figura 10 – Apoio à democracia como melhor forma de governo (%).



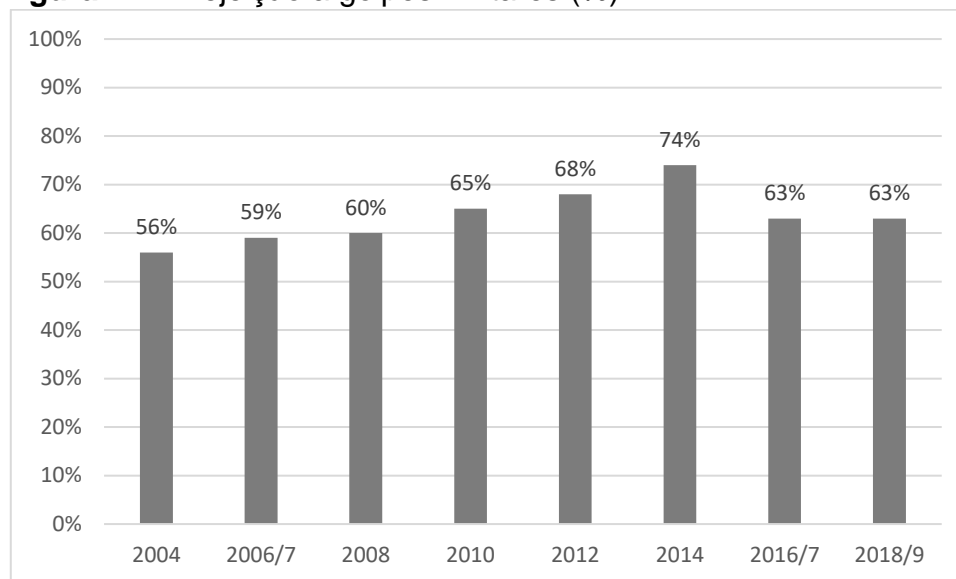
n = 220.264

Fonte: Barômetro das Américas 2004-2019

Retomando os dados do Barômetro das Américas, é perceptível o recuo na tendência de aumento da rejeição a golpes militares na região. Embora as duas últimas ondas da série identifiquem uma rejeição a golpes militares por parte de 63% dos cidadãos latino-americanos, portanto, maior do que nas 3 ondas que iniciam o recorte temporal do *survey* (respectivamente, 56%, 59% e 60%), é importante destacar que há um recuo na tendência de aumento da rejeição a tomadas de poder violentas.

Neste aspecto, os dados da Figura 11 chamam atenção pela interrupção na tendência de elevação da rejeição a golpes. Na década que vai de 2004 a 2014 há um progressivo aumento do rechaço à intervenção militar nos governos democráticos, saltando de 56% para 74% o número de cidadãos que dizem não tolerar golpes, uma elevação total de 18%. Em seguida, percebe-se uma queda de 11% para as duas ondas subsequentes, que se mantêm estáveis e registram 63% de rejeição a golpes, coincidindo com as ondas em que ocorre uma queda expressiva no apoio à democracia como forma de governo ideal.

Figura 11 – Rejeição a golpes militares (%).



n = 200.366

Fonte: Barômetro das Américas 2004-2019

A trajetória democrática é importante porque afeta a estabilidade dos regimes democráticos da região. Embora não haja uma relação necessária entre o aumento da percepção de corrupção e a confiança em militares, o fato de as democracias latino-americanas terem, em grande maioria, sucumbido a golpes militares na segunda metade do século XX e só retomarem a política democrática nos anos 1980 e 1990, indica um período menor de socialização dos indivíduos em instituições democráticas, o que pode afetar o seu compromisso com a democracia (Casalecchi, 2018). Isso posto, é preciso atentar-se para declínios acentuados no apoio dos cidadãos latino-americanos ao regime democrático, especialmente quando esse declínio é persistente, porque pode tornar o regime mais vulnerável à corrosão de sua legitimidade.

A Tabela 2 a seguir indica os percentuais de apoio ao regime democrático por país a cada onda da pesquisa Barômetro das Américas. Embora haja uma variabilidade considerável dos dados no intervalo de tempo abarcado pelo recorte, é perceptível que os percentuais na última coluna, para o ano base de 2018/2019, sejam mais baixos que os valores que iniciam a série histórica de mensuração das atitudes de apoio ao regime na região. Mesmo em países reconhecidos pelo padrão de estabilidade política e democrática, como é o caso do Uruguai, ou que possuem uma vida democrática relativamente longa, como

a Costa Rica, a tendência de redução se mantém quando se compara os anos iniciais e finais da série.

Tabela 2 – Apoio à democracia por país (%)¹⁰

País/Ano	2004	2006/7	2008	2010	2012	2014	2016/7	2018/9
México	70%	69%	68%	64%	65%	62%	49%	63%
Guatemala	53%	71%	55%	59%	55%	63%	48%	49%
El Salvador	68%	58%	66%	61%	63%	63%	55%	59%
Honduras	64%	63%	46%	54%	41%	63%	51%	45%
Nicarágua	69%	57%	68%	67%	71%	66%	58%	52%
Costa Rica	81%	77%	77%	78%	74%	70%	71%	72%
Panamá	72%	39%	67%	73%	72%	49%	59%	54%
Colômbia	74%	71%	73%	72%	67%	69%	53%	59%
Equador	61%	62%	60%	65%	62%	67%	53%	54%
Bolívia	62%	67%	71%	72%	57%	66%	56%	49%
Peru	-	53%	63%	52%	60%	59%	51%	49%
Paraguai	-	-	61%	58%	67%	59%	49%	51%
Chile	-	76%	68%	79%	75%	80%	61%	64%
Uruguai	-	84%	87%	87%	88%	86%	82%	76%
Brasil	-	73%	67%	72%	69%	63%	52%	60%
Venezuela	-	78%	86%	72%	87%	75%	60%	-
Argentina	-	-	90%	79%	85%	82%	77%	71%
Rep. Dominicana	-	82%	76%	67%	69%	72%	62%	60%
Haiti	-	68%	67%	63%	76%	57%	50%	-

Fonte: Barômetro das Américas 2004-2019

Não obstante a queda no apoio, Uruguai e Costa Rica ainda lideram os percentuais de adesão à democracia na América Latina, sustentando, respectivamente, 76% e 72% de preferência pela democracia entre os seus cidadãos. Os menores percentuais de apoio ao regime no último ano do recorte temporal ficam por conta de Honduras (45%), Guatemala (49%), Bolívia (49%) e Peru (49%). Já os brasileiros iniciam sua série no ano base de 2006/2007 com 73% de preferência pelo regime democrático e chegam em 2018/2019 com 60% de apoio ao regime, um recuo de 13%.

A Figura 12 representa a média do apoio à democracia entre os 19 países latino-americanos no período entre 2004 e 2019. As regiões com a tonalidade mais escura refletem os maiores percentuais de apoio ao regime, que tem o

¹⁰ As células da tabela sem informação de percentuais significam que o BA não foi aplicado no país naquele ano.

Uruguai sustentando o maior percentual, de 84%, seguido pela Argentina (81%). As áreas mais claras no mapa correspondem às menores médias em termos percentuais, que correspondem a Honduras (53%), Peru (55%) e Guatemala (56%). O Brasil fica próximo da média latino-americana, totalizando 65% de apoio ao regime.

Figura 12 – Apoio à democracia na América Latina.



Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2004 – 2019.

Embora não haja um valor mínimo de apoio à democracia que permita determinar que o regime está “seguro”, é preciso atentar-se para quedas nos níveis de apoio ao regime, dado que as atitudes de apoio à dimensão difusa da legitimidade são fundamentais para analisar a estabilidade política e identificar elementos nocivos à democracia. Essa consideração é relevante porque, conforme sugerido pela teoria multidimensional da legitimidade, os cidadãos frequentemente conseguem fazer a distinção entre os objetos de apoio político, isto é, diferenciar o que é um problema de governo e o que é um problema do próprio regime *per se* (Norris, 1999; 2011). A democracia dispõe de instrumentos para processar conflitos e crises costumeiras, de modo que nem todo tipo de deficiência em seu funcionamento se torna danoso à sua existência. Entretanto, se há uma sistemática corrosão dos laços que vinculam os cidadãos ao regime, pode-se conjecturar que a própria existência do regime democrático é que está em questão na ordem do dia.

A Tabela 3 a seguir apresenta alguns dados descritivos por país sobre o perfil atitudinal referente aos objetos de apoio político que compõem a legitimidade democrática. Os níveis de apoio se referem a uma média dos cidadãos de cada país entre os anos de 2004 e 2019, com um total de 8 ondas de aplicação da pesquisa Barômetro das Américas. Os percentuais reforçam as evidências já indicadas pela teoria de que a diferenciação entre os objetos de apoio ao regime é consistente. Em todos os 19 países, os valores percentuais da dimensão difusa de apoio à democracia são superiores aos demais níveis, superando a satisfação com a democracia, a confiança nas instituições do regime (“confiança nas instituições eleitorais”, “confiança nas eleições”, “confiança na Justiça”, “confiança nas Cortes Superiores de Justiça”) e a confiança nos atores políticos (“confiança nos partidos” e confiança no presidente”).

Conforme apresentado na tabela, o saldo de apoio médio dos latino-americanos entre os anos de 2004 e 2019 está acima de 50% em todos os 19 países abarcados pela pesquisa. Além disso, como esperado, países como Uruguai, Costa Rica e Chile sustentaram percentuais substantivamente elevados de apoio ao regime durante o período analisado, enquanto países como Guatemala, Honduras e Peru refletiram os menores índices de apoio. Nos casos de Uruguai e Costa Rica, são surpreendentes os altos níveis de satisfação com o desempenho do regime e as instituições eleitorais. Entre os uruguaios, por exemplo, 3/4 dos cidadãos responderam que estão satisfeitos com o funcionamento da democracia e afirmaram ter muita confiança nos processos eleitorais.

Embora a confiança nas eleições seja apenas um dos elementos constituintes da confiança nas instituições do regime, ela oferece um forte indicativo de que os conflitos presentes nas sociedades democráticas tendem a ser processados de maneira mais pacífica, pois contam com instituições que dispõem de grande legitimidade perante os cidadãos. Não é nada trivial quando lideranças ou facções políticas se inclinam a atacar deliberadamente os processos eleitorais e suas instituições, buscando minar a confiança dos cidadãos nessas instituições. A crença de que a competição política ocorre em um ambiente de incertezas, com eleições justas e limpas, tende a favorecer a

aceitação da alternância de elites no poder, reduzindo os níveis de conflito político presentes no tecido social.

Neste sentido, confiar mais nas eleições e em suas instituições sugere uma menor contestação da legitimidade dos governantes e do próprio regime em si. O “milagre da democracia” (Przeworski, 2018) consiste exatamente no processamento pacífico de conflitos e, embora os resultados desse processamento não sejam necessariamente consensuais, são obedecidos pelas partes em contenda. Em outras palavras, a virtude democrática não está na eliminação do conflito, mas em sua regulação a fim de que se mantenha nos limites pré-estabelecidos, o que evita a conflagração e a violência. O aumento do número de elites disputando o poder de maneira competitiva aumentaria as chances de estabilidade porque indicaria os limites de supressão de cada adversário político (Dahl, 1997).

Não obstante a essa importância das eleições, confiar nas instituições que organizam a competição política não traduz exatamente todo o apoio a um regime democrático. Conforme evidenciado na tabela abaixo, há variações independentes de confiança entre cada objeto de apoio, de modo que apoiar a democracia, embora possa estar frequentemente correlacionado com o apoio às suas instituições, não se resume a elas. Não é novidade para a ciência política a existência de níveis de apoio distintos na estrutura da legitimidade democrática. Entretanto, o aumento da disponibilidade empírica e o avanço de técnicas estatísticas e de mensuração tem aumentado a solidez deste encaminhamento teórico. A Tabela 3 abaixo auxilia na visualização dessa multidimensionalidade da legitimidade da democracia, pois reflete disposições atitudinais dos cidadãos em relação a diferentes dimensões do regime democrático.

Tabela 3 – Dados descritivos da legitimidade democrática na América Latina (2004-2019)¹¹

País	Apoio à democracia	Satisfação com a democracia	Confiança nas instituições eleitorais	Confiança nas eleições	Confiança na Justiça	Confiança nas Cortes Superiores de Justiça	Confiança no Congresso	Confiança nos partidos	Confiança no presidente
México	64%	45%	57%	35%	40%	49%	45%	26%	46%
Guatemala	56%	48%	40%	33%	32%	31%	28%	18%	34%
El Salvador	61%	51%	47%	44%	41%	41%	39%	25%	46%
Honduras	53%	49%	31%	30%	34%	29%	33%	22%	37%
Nicarágua	63%	52%	39%	48%	40%	34%	36%	25%	47%
Costa Rica	75%	65%	61%	51%	45%	48%	38%	22%	39%
Panamá	61%	53%	50%	38%	37%	32%	27%	22%	34%
Colômbia	67%	47%	38%	29%	38%	44%	33%	19%	49%
Equador	61%	46%	31%	52%	23%	21%	24%	14%	52%
Bolívia	64%	54%	40%	36%	27%	29%	33%	14%	49%
Peru	55%	36%	36%	40%	18%	19%	15%	11%	27%
Paraguai	57%	38%	25%	38%	23%	23%	24%	17%	36%
Chile	73%	51%	58%	55%	34%	38%	34%	22%	50%
Uruguai	84%	75%	66%	74%	47%	52%	49%	31%	52%
Brasil	65%	49%	36%	31%	36%	44%	27%	16%	48%
Venezuela	76%	46%	43%	48%	32%	36%	39%	25%	39%
Argentina	81%	50%	31%	47%	30%	29%	32%	18%	34%
Rep. Dominicana	69%	42%	46%	36%	35%	42%	34%	21%	57%
Haiti	63%	35%	18%	18%	26%	17%	23%	18%	47%

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2004 – 2019.

Esta observação é válida para o fenômeno da corrupção, ou melhor, de sua percepção subjetiva. A corrupção pode constituir um sério risco para a democracia quando é capaz de ultrapassar os objetos de apoio específicos do regime, avançando sobre os princípios e normas que balizam o enquadramento sobre o que deve ser o regime. É intuitivo pensar que, se os cidadãos são capazes de diferenciar entre o que é um problema do regime e o que é um problema dos atores que governam, seria capaz de perceber que a corrupção também deva ser um problema mais relacionado a quem governa do que ao regime democrático. Entretanto, há limites seguros para que a percepção de corrupção não afete a estabilidade da democracia? Há diferenças substanciais

¹¹ Uma observação importante em relação à Tabela 3 abaixo é que algumas perguntas foram alteradas nos questionários do BA. A pergunta sobre “confiança nas instituições eleitorais” é bastante representativa até o ano de 2012, ao passo que a pergunta sobre “confiança nas eleições” é representativa a partir do ano de 2012. Já a pergunta referente à “confiança na Justiça” é representativa entre os anos de 2004 e 2014, enquanto a “confiança nas Cortes Superiores de Justiça” é expressiva para todas as ondas, exceto as de 2014 e 2016/2017.

na corrosão da confiança nos atores e nas instituições do regime, ou na avaliação do desempenho institucional? Quando há níveis mais elevados de exposição da corrupção, ou que persistem ao longo do tempo, isso poderia impactar na própria sobrevivência do regime?

6.2 Percepção de corrupção sobre políticos e funcionários públicos e legitimidade democrática

A fim de compreender as relações entre a corrupção percebida e o apoio ao regime, utilizamos o banco Barômetro das Américas para construir as variáveis dependentes e independentes e testar a associação entre elas a partir de um conjunto de regressões logísticas. Como já mencionado, o BA possui uma inovação importante no questionário, que consiste em separar a aplicação de uma questão sobre a corrupção de funcionários públicos para uma parcela da amostra e outra pergunta sobre a corrupção dos políticos. Essa dinâmica torna necessário analisar separadamente as duas variáveis, o que permite a comparação do efeito diferenciado que a percepção tem sobre os níveis de apoio dependendo dos alvos reputacionais da corrupção.

No tocante às dimensões da legitimidade democrática, utilizamos aqui a sistematização presente nos trabalhos de Norris (1999; 2011) para construir as variáveis dependentes dos modelos de regressão logística. Assim, cada dimensão é representada por uma ou mais perguntas dispostas no BA. No entanto, há algumas diferenças a fim de atender às necessidades da pesquisa e a disponibilidade de dados empíricos. Em relação ao apoio mais difuso ao regime, os modelos incluem uma questão sobre a “rejeição a golpes militares” como um “teste de fogo” para o apoio à democracia, visto que o rechaço à tomada de poder por meios violentos, especialmente a partir da utilização das armas, constitui um claro “divisor de águas” sobre uma democracia ou um regime autoritário.

Em contextos de tradição democrática forte, no qual tanto as instituições quanto a cultura política são forjadas a partir dos valores, normas e princípios democráticos, espera-se que haja uma intolerância robusta em relação à ingerência militar nos assuntos políticos internos do país. Assim, nestes ambientes é naturalmente menos provável ocorrer a defesa aberta e direta de golpes ou ameaças militares. Conforme preconiza a literatura, a socialização dos

indivíduos em contextos democráticos de boa qualidade favorece a formação de atitudes democráticas (Casalecchi, 2018; Salinas e Booth, 2011), como se o sucesso da democracia construísse as bases de sua própria legitimidade frente aos cidadãos. Não obstante, a questão militar é um problema particularmente relevante na América Latina, tendo em vista o histórico de quebras de regimes e de ameaças militares ao governo civil.

A partir disso, a dimensão de apoio difuso ao regime engloba duas variáveis: apoio à democracia e rejeição a golpes militares. Na sequência, a satisfação com o regime dispõe de uma única pergunta formulada nestes mesmos termos. Já o apoio às instituições democráticas está subdividido entre instituições jurídicas, políticas e eleitorais. Em relação à dimensão eleitoral, há duas questões, uma abordando a confiança nas instituições eleitorais nacionais, que foi aplicada de maneira bastante expressiva até o survey de 2012, e a outra referente às eleições em si, sendo mais representativa a partir de 2012. De maneira semelhante, há duas questões no âmbito jurídico, tendo a primeira relacionado à confiança no sistema de Justiça com aplicação massiva até 2014, e outra pergunta referente às Cortes Superiores de Justiça, com aplicação em todos os anos, mas baixa representatividade nos anos de 2014 e 2016/2017.

Por fim, o nível dos atores políticos é representado por perguntas relacionadas à confiança nos partidos políticos e no presidente da República. Além dessas variáveis, inserimos alguns controles sociodemográficos e individuais, a saber, sexo, idade, escolaridade, região de moradia e interesse por assuntos políticos. Todas as questões estão presentes ao final deste trabalho, na seção de anexos, assim como o passo a passo da codificação de cada uma das variáveis dependentes e independentes.

6.2.1 Percepção de corrupção de funcionários públicos e legitimidade democrática na América Latina

A Tabela 4 apresenta os efeitos da percepção de corrupção em relação a funcionários públicos e aos políticos sobre as dimensões de apoio à democracia. Ao todo, foram rodados 30 modelos de regressão logística, distribuídos entre as 10 variáveis independentes que representam os objetos de apoio e as 3 variáveis independentes, isto é, a percepção de corrupção de funcionários públicos (PCFP), a percepção de corrupção de funcionários públicos apenas nas ondas

de 2016/2017 e 2018/2019, e a percepção de corrupção de políticos (PCP). Em relação aos funcionários públicos, a opção de acrescentar um recorte temporal menor (2016/2017 a 2018/2019) é motivada pela busca por comparar o efeito da corrupção entre servidores e políticos no mesmo período, dado que a variável de percepção de corrupção política existe apenas nas ondas de 2016/2017 e 2018/2019. Os resultados são expressos por meio de coeficientes de “razão de chance” (*odds ratio*) acompanhadas do “erro padrão” para cada saída de regressão dentro de um intervalo de confiança de 95%.

Tabela 4 – Efeito da percepção de corrupção sobre as dimensões da legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística.

	Percebe que os funcionários públicos são corruptos	Percebe que os funcionários públicos são corruptos (ondas 2016/7 e 2018/9)	Percebe que os políticos são corruptos (ondas 2016/7 e 2018/9)
Objetos de apoio político	<i>Razão de Chance (Erro Padrão)</i>	<i>Razão de Chance (Erro Padrão)</i>	<i>Razão de Chance (Erro Padrão)</i>
Apoio à democracia	1,067108*** (0,0066624)	1,050525*** (0,0158805)	0,8284648*** (0,0083364)
Rejeição a golpes	0,9527533*** (0,0063111)	0,9730291 (0,0152653)	0,8517288*** (0,0089709)
Satisfação com a democracia	0,7926956*** (0,0049614)	0,7956763*** (0,0122488)	0,6402987*** (0,0065994)
Confiança nas instituições eleitorais	0,7996135*** (0,0053943)	0,8378842*** (0,0258274)	0,6505356*** (0,0127531)
Confiança nas eleições	0,7952741*** (0,0069347)	0,8550883*** (0,013142)	0,6143212*** (0,0063542)
Confiança na Justiça	0,7509639*** (0,0049985)	0,7461488*** (0,0293579)	0,6150043*** (0,0157915)
Confiança nas Cortes Superiores de Justiça	0,7872028*** (0,0053282)	0,8478452*** (0,0158743)	0,6102039*** (0,011268)
Confiança no Congresso	0,7660582*** (0,0047848)	0,7973044*** (0,0131389)	0,62246*** (0,0066515)
Confiança nos partidos	0,7579264*** (0,0053542)	0,7658476*** (0,0155466)	0,61903*** (0,0078368)
Confiança no presidente	0,7967812*** (0,0050949)	0,8780289*** (0,0138178)	0,6000335*** (0,0062949)

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2004 – 2019.

O primeiro ponto que merece observação é que existem diferenças significativas no que diz respeito ao efeito da percepção de corrupção de funcionários públicos e de políticos. A corrupção dos “burocratas” não tem efeito negativo sobre a variável de apoio à democracia. Ao contrário, tanto para a

amostra geral, que vai de 2004 até 2019, quanto para a amostra filtrada nos anos de 2016/2017 e 2018/2019, o aumento da corrupção percebida na verdade aumentou as chances de apoiar a democracia aproximadamente em 6,7% e 5,1%, respectivamente. Estes resultados apresentaram alta significância estatística e um erro padrão baixo, aumentando a confiança na associação.

Este resultado traz certa surpresa porque, afora alguns trabalhos da “teoria da modernização”, como os de Huntington (1994), há certo consenso na ciência política de que a associação entre corrupção e democracia se dá pelo viés do efeito negativo, isto é, a percepção da corrupção tende a reduzir a qualidade do regime e o apoio a ele (Moisés, 2006; 2013). Apesar do efeito ser relativamente pequeno em termos percentuais, é interessante observar que ele vai na direção oposta ao esperado. Embora não seja contrário à nossa hipótese inicial de que a corrupção de funcionários públicos não é capaz de corroer o apoio à dimensão mais difusa da legitimidade, não deixa de ser intrigante que essa percepção não apenas não corrói, como está associada ao reforço do apoio à dimensão difusa do regime, o que seria uma “boa notícia” para a democracia.

Em relação à rejeição a golpes militares, o resultado foi menos animador, porque a PCFP apresentou efeito significativo sobre a variável dependente, reduzindo o rechaço dos latino-americanos em relação a golpes militares. O efeito também é pequeno e aparece apenas quando consideramos todo o banco de 2004 a 2019, ou seja, não houve efeito estatisticamente significativo quando recortamos o período para as ondas de 2016/2017 e 2018/2019. Isso sugere que o efeito é relativamente baixo, embora seja captado na amostra com recorte temporal mais alongado devido ao aumento no número de observações. Em outras palavras, o efeito estatístico é substancialmente pequeno, de aproximadamente 4,7% na amostra do período completo, totalizando 134.531 observações, e inexistente para o recorte entre os anos de 2016 e 2019, com um total de 17.487 observações.

Assim, a nossa hipótese H5 de que “*embora seja nociva às dimensões específicas de apoio político, a percepção de corrupção de funcionários públicos (PCFP) não é capaz de corroer o apoio à dimensão mais difusa da legitimidade*” foi confirmada. No que tange ao apoio à democracia, de fato não houve corrosão, havendo até aumento do apoio. Mas em relação à rejeição a golpes militares, houve um efeito nocivo pequeno quando analisamos o banco por inteiro.

Entretanto, a regressão logística é extremamente sensível ao aumento da quantidade de casos, o que significa que, ao aumentarmos o número de observações, qualquer efeito é captado, mesmo que insignificante. Assim, entendemos que a não significância para a redução da rejeição a golpes no recorte temporal de 2016/2017 e 2018/2019 é mais confiável ao modelo.

A diferença observada nesse quadro temporal comparativo reflete o baixo efeito da variável de corrupção de servidores sobre a rejeição a golpes, embora seja significativo e não deva ser completamente menosprezado. Essa atenção é especialmente importante quando consideramos a possibilidade de contextos em que a imagem que os cidadãos sustentam sobre esses “profissionais da máquina pública” é profundamente negativa, enquadrando as burocracias de Estado como um “funcionalismo corrupto” de modo renitente ao longo do tempo.

Em relação aos demais objetos de apoio político, a PCFP apresentou um efeito significativo e negativo, indicando que perceber corrupção de servidores públicos de fato reduz as chances de estar satisfeito com a democracia, confiar nas instituições e confiar nos partidos e no presidente da República. Este resultado era esperado, afinal de contas, os servidores estão distribuídos na estrutura da máquina Estatal em diversos órgãos e instituições, estando por detrás, inclusive, da execução de políticas públicas.

Para o caso da corrupção de burocratas, a teoria da multidimensionalidade da legitimidade apresentou força explicativa considerável quando se trata de contrastar o efeito da PCFP sobre o apoio difuso e o apoio específico. Contudo, quando observamos os níveis de satisfação com a democracia, confiança nas instituições e nos atores políticos, não houve diferença perceptível do efeito da percepção de corrupção dos servidores. Em termos percentuais e de razão de chance, a PCFP reduziu em, aproximadamente: 20,7% das chances de estar satisfeito com a democracia; 20% da confiança nas instituições eleitorais; 20,5% da confiança nas eleições; 24,9% da confiança no sistema de Justiça; 21,3% da confiança nas Cortes Superiores de Justiça; 23,4% da confiança no Congresso Nacional; 24,2 da confiança nos partidos e; 20,3% da confiança no presidente da República.

6.2.2 Percepção de corrupção política e legitimidade democrática na América Latina

Em relação aos políticos, o efeito sobre as dimensões da legitimidade foi notoriamente mais acentuado, conforme esperado em nossa hipótese de pesquisa H3: “o impacto da percepção da corrupção sobre as dimensões da legitimidade democrática deverá ser maior quando a corrupção é percebida sobre políticos (PCP) do que quando é percebida em relação a funcionários públicos (PCFP)”. Isso indica que o problema da corrupção é diferenciado e depende de qual grupo tem a sua reputação pública atingida, dado que o efeito da corrupção percebida de políticos (PCP) é nitidamente mais robusto do que a imagem de que os corruptos seriam os servidores públicos.

O dado mais alarmante para o regime consiste na redução do apoio à democracia e da rejeição a golpes militares, isto é, perceber os políticos como corruptos afetou também a dimensão mais difusa de apoio político, corroendo a legitimidade em níveis elevados. Os resultados para esses dois objetos são estatisticamente significativos e ambos com baixo erro padrão, o que indica pouca variabilidade entre os países analisados. Em outras palavras, o cidadão latino-americano tende a punir não apenas os políticos e instituições, mas se indis põe com o próprio regime democrático em si. É interessante notar também que, tanto o apoio à democracia quanto a rejeição a golpes possuem razões de chances próximos, o que constitui um indicativo de que haja consistência no efeito identificado. Isso confirma a nossa hipótese 4 de que:

H4: a percepção de corrupção política (PCP) ultrapassa os níveis de apoio específicos e atinge o apoio difuso ao regime, reduzindo o apoio à democracia e a rejeição a golpes militares.

Em termos percentuais, a PCP reduziu em, aproximadamente, 17,2% as chances de apoiar a democracia e 14,8% as chances de rejeitar golpes militares. Ambos os percentuais são substantivamente maiores do que os encontrados para as mesmas variáveis no caso da PCFP, além de serem significativos e terem uma direção de causalidade negativa para a legitimidade democrática. Esse resultado acende um sinal de alerta para o regime, afinal de contas, a deterioração reputacional dos “operadores da democracia” tem potencial para corroer os laços mais sólidos que unem os cidadãos ao regime. Além disso, sabe-se que os políticos são muito mais vulneráveis aos escândalos políticos,

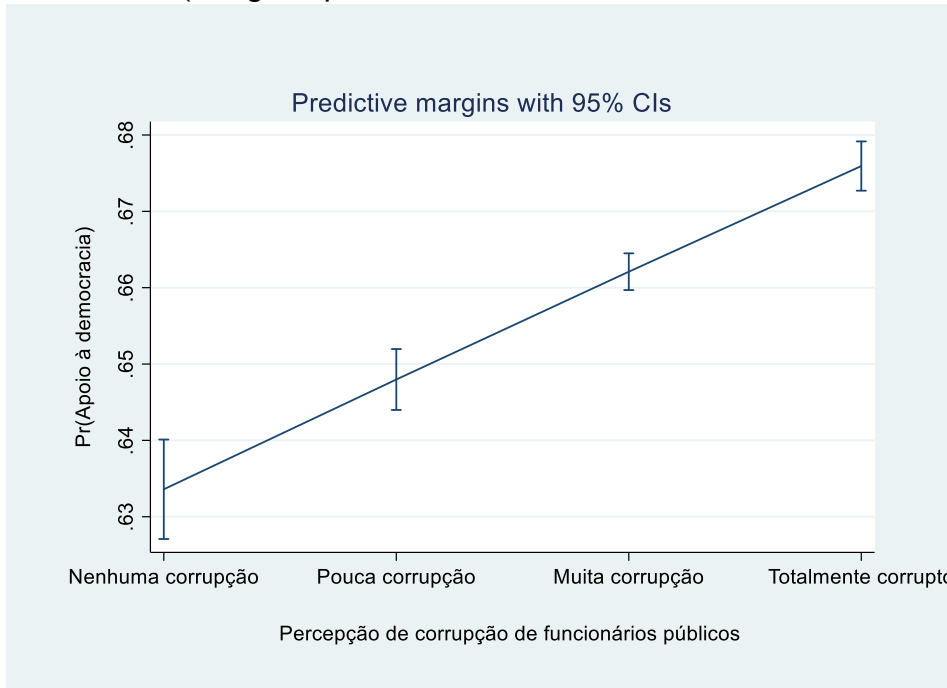
especialmente os que envolvem a corrupção, pois os cidadãos são frequentemente confrontados com informações negativas envolvendo políticos, passando a dar centralidade a esta informação e tornando-a mais saliente ao formar a sua opinião (Zaller; Feldman, 1992).

Para as demais dimensões da legitimidade, a PCP também teve um efeito deletério notoriamente mais robusto do que a PCFP, com reduções mais acentuadas nas chances dos cidadãos estarem satisfeitos com a democracia (redução de 36%), confiarem nas instituições eleitorais nacionais (redução de 34,9%), nas eleições (redução de 38,6%), no sistema de Justiça do país (redução de 38,5%), nas Cortes Superiores de Justiça (redução de 39%), no Congresso Nacional (redução de 37,8%), nos partidos políticos (redução de 38,1%) e no presidente da República (redução de 40%). Assim, as evidências empíricas colocam a corrupção política como um perigo real para a democracia, especialmente quando ela é amplamente disseminada e persistente por longos períodos.

Os gráficos das Figuras 13, 14 e 15 a seguir representam essa diferença em relação aos efeitos distintos que a corrupção percebida de servidores e de políticos têm sobre o regime. O gráfico da Figura 13 apresenta as probabilidades preditas de apoio à democracia para cada nível de corrupção percebida em relação aos funcionários públicos. O eixo “y” corresponde aos percentuais preditos de apoio ao regime, enquanto cada marcação no eixo “X” indica o nível de corrupção percebida, isto é, “Nenhuma corrupção”, “Pouca corrupção”, “Muita corrupção” e “Totalmente corrupto”.

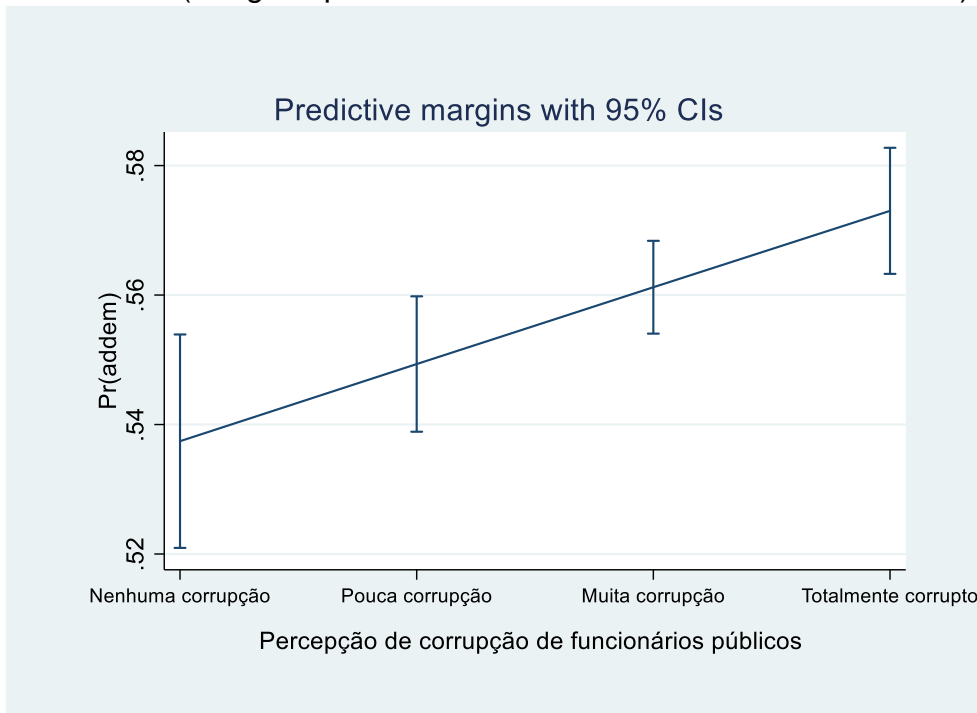
Na sequência, os gráficos das Figuras 14 e 15 se referem aos efeitos preditos da corrupção percebida para funcionários públicos e para políticos, respectivamente, mas levando em consideração apenas as ondas de aplicação de 2016/2017 e de 2018/2019 do Barômetro das Américas. O recorte temporal foi escolhido visando adequar a comparação entre as duas percepções, sobre os servidores públicos e sobre os políticos, a fim de captar os efeitos de forma comparada e analisá-los no mesmo contexto.

Figura 13 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e apoio à democracia (margens preditas referente ao recorte de 2004 a 2019).



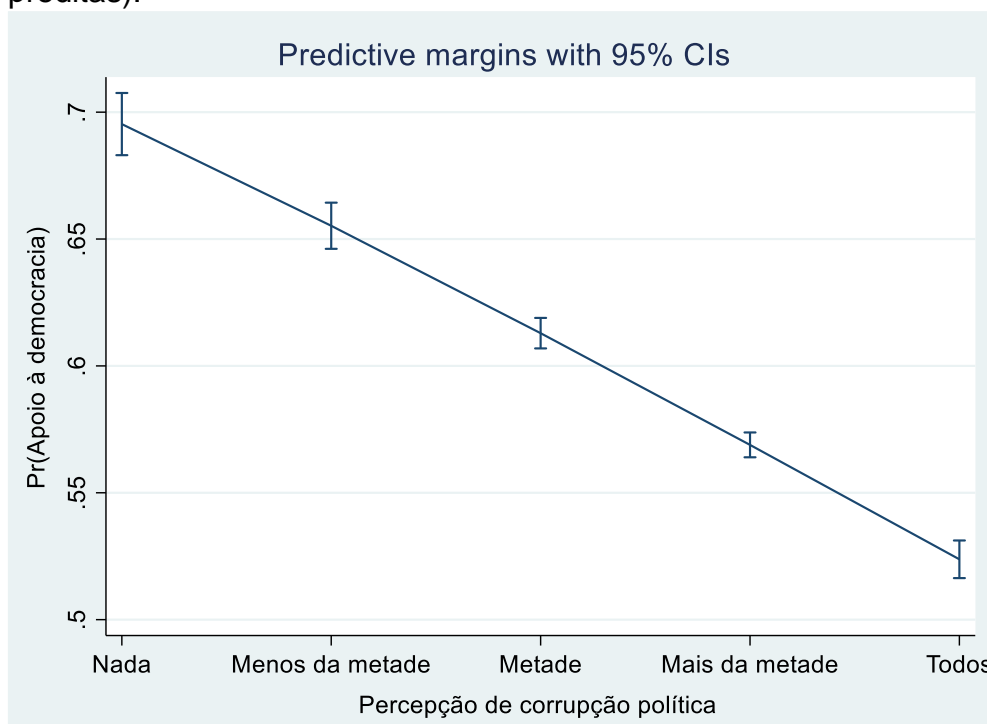
Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2004 – 2019.

Figura 14 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e apoio à democracia (margens preditas referente ao recorte de 2016 a 2019).



Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2016 – 2019.

Figura 15 – Percepção de corrupção de políticos e apoio à democracia (margens preditas).



Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2016 – 2019.

Apesar das Figuras 13 e 14 refletirem as mesmas variáveis, o recorte temporal menor representado na Figura 14 resultou em um aumento relevante nas margens de erro. Ainda assim, a diferença nas probabilidades preditas de apoio entre quem percebe “nenhuma” (52,1% a 55,4%) ou “pouca” (53,9% a 56%) corrupção está fora das margens de erro, embora próxima do seu limite. Não obstante, as inclinações dos gráficos de ambas as figuras indicam a direção positiva do efeito. O mais importante aqui, para além dos efeitos nos limites marginais, é observar a inexistência de redução do apoio, já que no caso da corrupção política, o mesmo não ocorre.

A Figura 15, por seu turno, apresenta uma inclinação inversa na relação entre PCP e apoio à democracia, explicitando que ao perceber que os políticos são corruptos, os latino-americanos tendem a apoiar menos o regime. Além disso, a queda nos níveis preditos de apoio é bastante robusta, com uma inclinação pronunciadamente acentuada para baixo e cada marcação substancialmente fora das margens de erro. Essas evidências fornecem maior confiança para a associação inversa entre a reputação deteriorada dos políticos e a legitimidade do regime.

A pergunta sobre a corrupção dos políticos questiona os cidadãos sobre quantos dos políticos estariam envolvidos em corrupção e enseja cinco alternativas válidas como respostas: “Nenhum”, “Menos da metade”, “Metade”, “Mais da metade” ou “Todos”. Dada a reputação negativa que os políticos têm frente aos cidadãos, uma minoria acredita que nenhum político é corrupto, enquanto aproximadamente 66% acham que mais da metade ou todos os políticos sejam corruptos. Considerando a diferença entre os que acreditam que nenhum ou menos da metade dos políticos são corruptos (esses dois grupos somam apenas, aproximadamente, 13% da amostra) e os que consideram que todos os políticos são corruptos (aproximadamente 30% da amostra), o apoio predito cai de 66% para 52%. Estes resultados reforçam o alerta sobre o potencial deletério que a percepção de corrupção possui sobre o regime, com especial atenção para a PCP, cujo efeito é estatisticamente significativo e notoriamente negativo sobre a estabilidade do regime.

7. Corrupção sistêmica e apoio ao regime: a especificidade do fenômeno importa?

Como analisado na seção anterior, a corrupção pode ser um problema sério para a legitimidade democrática quando o seu efeito corrosivo consegue ultrapassar as dimensões específicas de apoio ao regime e afetar também o nível difuso de apoio político. A percepção de corrupção política demonstrou força suficiente para reduzir significativamente as chances de apoiar a democracia como melhor forma de governo e diminuir, em proporções semelhantes, a rejeição dos latino-americanos a tomadas de poder mediante violência através de golpes militares.

Além disso, as análises indicam que este teor deletério varia de acordo com o grupo que é enquadrado como corrupto no sistema de crenças dos cidadãos. O efeito sobre as dimensões da legitimidade teve grande diferença quando comparamos a reputação de funcionários públicos e de políticos, sendo o segundo nitidamente mais contundente para todos os objetos de apoio político mencionados. Isso indica que os cidadãos diferenciam o papel que cada um destes grupos possui dentro do regime democrático e, não obstante, traduzem essa diferença em atitudes de apoio distintas ao regime.

Outra questão bastante relevante consiste em entender se a relações entre corrupção percebida e apoio político abarca especificidades no que tange aos níveis de corrupção percebida para funcionários públicos e para políticos. Assim, buscamos entender se qualquer nível de corrupção é suficiente para afetar o regime democrático ou se o perigo para o regime se concentra na crença dos cidadãos de que a corrupção está disseminada de forma sistêmica pelo regime.

Antes disso, no entanto, ainda é preciso analisar a possibilidade de variabilidade entre os países, isto é, dado que o contexto e a trajetória de cada país podem exercer influência sobre as atitudes dos cidadãos, é preciso analisar os países separadamente para visualizar de maneira mais precisa o efeito de ambas as percepções sobre o regime. Tendo em vista que os modelos de regressão logística são suscetíveis à influência de *outliers*, é preciso analisar se a distribuição dos casos em cada país não está afetando os resultados da análise geral para a América Latina. Muitas vezes, um caso extremo pode prejudicar o

ajuste do modelo em virtude da atipicidade de algumas observações levadas em consideração pela regressão (Fernandes *et al.*, 2020).

Neste sentido, as Tabelas 5 e 6 adiante apresentam as análises por país para a percepção de corrupção de funcionários públicos e de políticos. Temos razões teóricas para supor que a possibilidade de *outliers* possa ser referente ao nível dos países, já que as atitudes e o relacionamento dos cidadãos com o regime são condicionados pelo ambiente institucional, econômico, cultural e social que cada país possui. No intuito de facilitar a comparabilidade, ambas atendem ao recorte temporal comparativo de 2016 a 2019, em que houve a aplicação de duas ondas da pesquisa Barômetro das Américas (2016/2017 e 2018/2019).

A Tabela 5 não apresenta dados para Venezuela e Haiti porque ambos não tiveram aplicação do BA no ano base de 2018/2019 e não houve a questão de percepção de corrupção de funcionários públicos no ano de 2016/2017 nos dois países¹². Outra questão importante é que excluímos as questões sobre “confiança nas instituições eleitorais nacionais” e “confiança no sistema de Justiça”. A opção pela exclusão é devido ao fato de que elas perdem representatividade nos países ao reduzir o número de respondentes e são “substituídas” por questões semelhantes (“confiança nas eleições” e “confiança nas Cortes Superiores de Justiça”) com maior representatividade na amostra.

Assim, os resultados abaixo expressam as razões de chance de apoio a cada dimensão da legitimidade democrática, contando um total de 144 modelos de regressão logística. Além das variáveis dependentes e independentes de interesse, foram incluídas sexo, idade, escolaridade, região de moradia e interesse por política como “controles”. Os resultados são expressos em razões de chance.

A primeira linha expressa os valores para a América Latina, considerando todos os 17 países analisados no período. Como já mencionado, o apoio à democracia possui um incremento sensível em suas razões de chances quando consideramos o aumento na percepção de corrupção sobre os servidores, e a rejeição a golpes não apresentou significância estatística neste período. Todos

¹² A onda de 2016/2017 do Barômetro das Américas restringiu a pergunta sobre percepção de corrupção de funcionários públicos a El Salvador, Peru e Paraguai.

os demais níveis de apoio sofreram efeito corrosivo estatisticamente significativo com o aumento da percepção de corrupção.

Em relação ao apoio à democracia, apenas 3 países (Peru, Paraguai e República Dominicana) apresentaram efeito estatisticamente significativo, o que era esperado tendo em vista o efeito relativamente baixo na associação entre PCFP e apoio ao regime. Não obstante, onde houve efeito com significância ocorreu sempre um aumento nas chances de apoio, confirmando o padrão já identificado. Dentre os países que apresentaram efeito, a República Dominicana apresenta os maiores percentuais de aumento de chances, na ordem de 29,9%, e com uma significância estatística elevada. Aliás, essa é a única dimensão em que há efeito significativo para os dominicanos. O Peru e o Paraguai apresentaram, respectivamente, incrementos de 7,8% e 9,5% nas chances de apoio.

Já quando observamos a rejeição a golpes militares, apenas 2 países apresentaram efeitos significativos e em direções opostas. O México teve um aumento expressivo em suas chances de rejeição a golpes militares no valor de 25,3%, enquanto o Chile viu aumentar a sua tolerância com esse tipo de ato em 19,7%, percentual também elevado, embora danoso para o regime. A restrição do efeito para apenas 2 países e em direções opostas sugere que pode haver variáveis explicativas internas ou particulares a cada um destes casos que, ao se associarem com a percepção de que os funcionários públicos são corruptos, podem condicionar o tipo de efeito sobre o regime.

Todas as demais dimensões de apoio ao regime tenderam a sofrer efeitos negativos da corrupção percebida, dado que a dinâmica de aumentar o apoio só ocorre na dimensão do apoio difuso, isto é, no apoio à democracia como melhor forma de governo e na rejeição a golpes militares. Além disso, para os demais níveis da legitimidade democrática não é possível identificar uma linearidade em relação à força dos efeitos da corrupção sobre as dimensões de apoio ao regime. Em outras palavras, para o caso da corrupção de funcionários públicos os efeitos corrosivos sobre satisfação com a democracia, confiança nas instituições e nos atores políticos não são notoriamente distinguíveis, a não ser quando comparamos essas dimensões com o apoio difuso.

Neste ponto é preciso uma ponderação, porque isso não significa, necessariamente, que não haja diferença substantiva entre cada um destes

níveis específicos de apoio, mas tão somente que, no caso da PCFP, a nitidez da clivagem é robusta quando comparamos a dimensão de apoio difuso com as demais. Para os demais objetos de apoio político há uma variabilidade considerável em relação ao efeito corrosivo da corrupção, vide os casos interessantes de Brasil e Honduras que não tiveram nenhum efeito estatisticamente significativo em quaisquer de suas dimensões.

Tabela 5 – Efeito da percepção de corrupção de funcionários públicos sobre a legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística por país. (2016-2019)¹³.

País	Apoio à democracia	Rejeição a golpes militares	Satisfação com a democracia	Confiança nas eleições	Confiança nas Cortes Superiores de Justiça	Confiança no Congresso	Confiança nos partidos	Confiança no presidente
América Latina	1,051***	0,973	0,796***	0,855***	0,848***	0,797***	0,766***	0,878***
México	1,010	1,253**	0,854*	0,813*	0,911	0,948	0,778*	1,008
Guatemala	1,069	0,958	0,705***	0,830*	1,000	0,798**	0,825	0,850*
El Salvador	1,057	0,974	0,819***	0,867**	1,024	0,901*	0,843**	0,931
Honduras	1,097	1,058	0,933	1,095	0,945	1,021	0,954	1,062
Nicarágua	1,086	0,89	0,825**	0,731***	0,758***	0,673***	0,800**	0,738***
Costa Rica	0,988	1,035	0,817*	0,813*	0,795**	0,842*	0,849	0,873
Panamá	1,062	1,002	0,838*	1,013	0,903	0,781**	0,704***	0,962
Colômbia	0,999	0,977	0,847*	0,911	0,939	0,864	0,762**	0,914
Equador	0,918	0,984	0,775***	0,810**	0,899	0,740***	0,779**	0,885
Bolívia	0,972	1,144	0,744***	0,761***	0,810*	0,673***	0,757**	0,787**
Peru	1,078*	1,013	0,851***	1,025	0,992	0,813***	0,768***	0,925
Paraguai	1,095*	0,964	0,750***	0,786***	0,835**	0,794***	0,750***	0,816***
Chile	0,961	0,803*	0,848*	1,003	0,801*	0,790*	0,778	0,927
Uruguai	1,095	0,823	0,699*	0,739**	0,623***	0,602***	0,572***	0,569***
Brasil	0,958	1,049	1,005	0,923	0,936	0,959	0,981	1,078
Venezuela	-	-	-	-	-	-	-	-
Argentina	1,070	1,018	0,778**	0,763**	0,673***	0,699***	0,640***	0,757**
República D.	1,299***	1,049	0,864	0,931	0,882	0,919	0,941	0,934
Haiti	-	-	-	-	-	-	-	-

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2016-2019

Outra observação interessante é o caso do Uruguai, que apesar de se manter fora dos limites de significância no apoio difuso, aparece como o país cujo efeito deletério da corrupção é mais forte nos demais objetos de apoio político. Os uruguaios reduzem em 43,1% as chances de confiar no presidente

¹³ Não há dados de percepção de corrupção de funcionários públicos para Haiti e Venezuela na onda de 2016/2017 e não houve aplicação nos países na onda de 2018/2019.

da República, 42,8% a confiança nos partidos, 39,8% a confiança no Congresso Nacional, 37,7% a confiança nas Cortes Superiores de Justiça, 26,1% a confiança nas eleições e 30,1% a satisfação com o funcionamento do regime democrático. Diferentemente do que ocorre em outros países, no caso do Uruguai também há certa linearidade em relação aos efeitos, que são muito mais pronunciados nos níveis mais específicos de apoio, com o efeito ascendendo e reduzindo a força conforme avança em direção ao apoio difuso.

A Tabela 6 abaixo apresenta os efeitos da percepção de corrupção de políticos sobre a legitimidade democrática. Neste caso, houve a inclusão de Haiti e Venezuela na amostra, que tiveram aplicação da pergunta sobre corrupção política em 2016/2017. Assim, a Tabela 6 expõe os resultados dos 158¹⁴ modelos de regressão logística que abarcam os países da região nas ondas de 2016/2017 e 2018/2019. Além das variáveis dependentes relacionadas às dimensões da legitimidade e a de percepção de corrupção política, os modelos incluem controles sociodemográficos e individuais como sexo, idade, escolaridade, região de moradia e interesse por assuntos políticos. Os resultados são expressos por meio de coeficientes de “razão de chance” (*odds ratio*).

Em relação aos políticos, a análise por país reafirmou os resultados discutidos na seção anterior. De modo geral, os efeitos da corrupção percebida sobre os políticos são nitidamente mais robustos e significativos do que no caso da corrupção de servidores. Em contraponto ao observado para a PCFP, os efeitos nocivos da PCP sobre o apoio ao regime e a rejeição a golpes militares não foram exceção, mas a regra nos países analisados. Outro ponto fundamental consiste na direção da relação, que é sempre negativa quando analisamos o efeito da corrupção política percebida, com exceção do Haiti.

No tocante ao apoio ao regime, apenas Costa Rica, Peru e Haiti não apresentaram significância estatística. Já para a pergunta a respeito da rejeição a golpes militares, a corrosão foi observada em 13 dos 19 países analisados, ou seja, em quase 70% dos países há um aumento na tolerância a golpes militares quando os cidadãos percebem corrupção política. Os países em que não foi

¹⁴ Há duas lacunas na Tabela 5 referentes à confiança nas Cortes Superiores de Justiça para os casos de Venezuela e Haiti porque não houve aplicação dessa pergunta no ano de 2016/2017 e os países não participaram do *survey* na onda seguinte, de 2018/2019.

identificado efeito estatístico foram: México, Guatemala, Panamá, Colômbia, Bolívia e Brasil.

Tabela 6 – Efeito da percepção de corrupção de políticos sobre a legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística por país (2016-2019).

País	Apoio à democracia	Rejeição a golpes militares	Satisfação com a democracia	Confiança nas eleições	Confiança nas Cortes Superiores de Justiça	Confiança no Congresso	Confiança nos partidos	Confiança no presidente
América Latina	0,828***	0,852***	0,640***	0,614***	0,610***	0,622***	0,619***	0,600***
México	0,735***	0,992	0,605***	0,536***	0,659***	0,604***	0,608***	0,578***
Guatemala	0,900*	0,946	0,734***	0,722***	0,773***	0,758***	0,751***	0,686***
El Salvador	0,836***	0,918*	0,643***	0,711***	0,642***	0,638***	0,667***	0,595***
Honduras	0,871**	0,849***	0,697***	0,667***	0,702***	0,668***	0,739***	0,593***
Nicarágua	0,880**	0,813***	0,621***	0,558***	0,579***	0,530***	0,616***	0,535***
Costa Rica	0,917	0,876**	0,697***	0,612***	0,636***	0,633***	0,631***	0,629***
Panamá	0,889**	0,916	0,784***	0,670***	0,617***	0,645***	0,686***	0,585***
Colômbia	0,818***	0,841	0,662***	0,644***	0,702***	0,654***	0,645***	0,609***
Equador	0,831***	0,895**	0,643***	0,634***	0,690***	0,640***	0,661***	0,595***
Bolívia	0,905*	0,995	0,658***	0,697***	0,711***	0,654***	0,647***	0,620***
Peru	0,946	0,833***	0,753***	0,705***	0,617***	0,671***	0,734***	0,695***
Paraguai	0,816***	0,869***	0,643***	0,640***	0,583***	0,614***	0,655***	0,589***
Chile	0,894*	0,908*	0,636***	0,608***	0,631***	0,530***	0,545***	0,591***
Uruguai	0,712***	0,682***	0,581***	0,549***	0,570***	0,543***	0,487***	0,470***
Brasil	0,750***	0,926	0,682***	0,668***	0,526***	0,707***	0,598***	0,632***
Venezuela	0,795***	0,800***	0,567***	0,577***	-	0,918	0,645***	0,482***
Argentina	0,768***	0,797***	0,679***	0,561***	0,569***	0,586***	0,552***	0,597***
República D.	0,872**	0,838***	0,728***	0,636***	0,572***	0,629***	0,624***	0,599***
Haiti	0,973	1,143*	0,736***	0,692***	-	0,648***	0,674***	0,893*

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2016-2019

Um resultado que casou certa surpresa inicial foram as razões de chance do Uruguai por conta da redução robusta em todas as esferas de apoio político. algo semelhante com já havia acontecido no caso do Uruguai em relação à corrupção de funcionários públicos, no entanto, quando se trata da corrupção de políticos, o efeito é substancialmente elevado também no apoio difuso, reduzindo de forma robusta o apoio à democracia e a rejeição a golpes. No caso dos uruguaios, perceber corrupção política reduz as chances de apoiar a democracia em 28,8%, 31,8% a rejeição a golpes, 41,9% a satisfação com o funcionamento do regime, 45,1% a confiança nas eleições, 43% a confiança nas Corte Superior

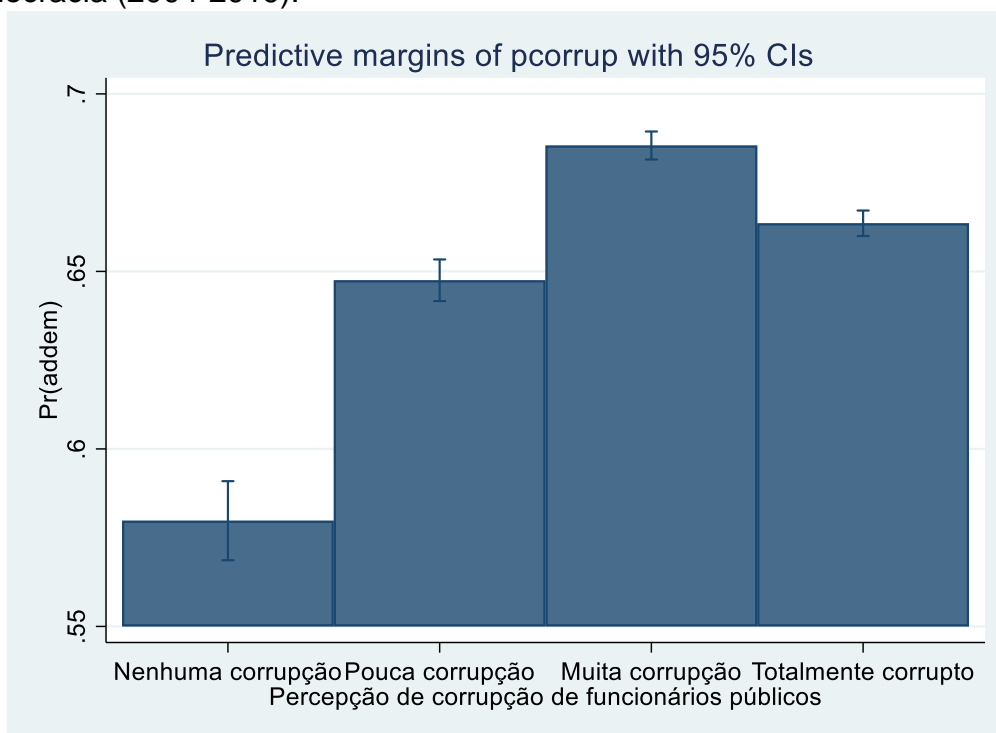
de Justiça, 45,7% a confiança no Congresso Nacional, 51,3% a confiança nos partidos e 53% a confiança no presidente da República.

De maneira geral, é possível observar que, apesar da PCP ultrapassar os níveis específicos de apoio e atingir o apoio difuso, sua corrosão é reduzida quando atinge este último patamar. Novamente, a clivagem mais evidente no tocante à contundência da corrupção para a legitimidade está na separação entre apoio difuso e apoio específico. Não obstante, é perceptível o perigo que a corrupção política possui para a estabilidade do regime democrático na América Latina, especialmente porque seu efeito é mais corrosivo do que a corrupção de servidores e atinge mais fortemente e de maneira disseminada o apoio difuso.

Isso confirma nossa hipótese H1: *“o efeito corrosivo da percepção de corrupção sobre a legitimidade é mais pronunciado nas dimensões específicas e vai reduzindo-se gradativamente conforme avançamos sobre as dimensões mais difusas”*. Entretanto, a clivagem é mais evidente entre duas dimensões, apoio difuso e específico, sem manter diferenças lineares substantivas dos níveis específicos entre si.

No intuito de compreender melhor a relação entre perceber corrupção e apoiar a democracia, as figuras abaixo apresentam os valores preditos de apoio ao regime levando em consideração a categorização das variáveis independentes PCFP e PCP. O objetivo é identificar como ocorre os efeitos deletérios da percepção de corrupção de acordo com o volume de corrupção que os latino-americanos imaginam estar presentes na máquina do Estado, no caso da PCFP, e nas esferas de governança política para a PCP. Neste sentido, as Figuras 16, 17, 18, 19, 20 e 21 apresentam os valores preditos de apoio à democracia e rejeição a golpes militares para cada nível de corrupção percebida sobre os funcionários públicos e os políticos.

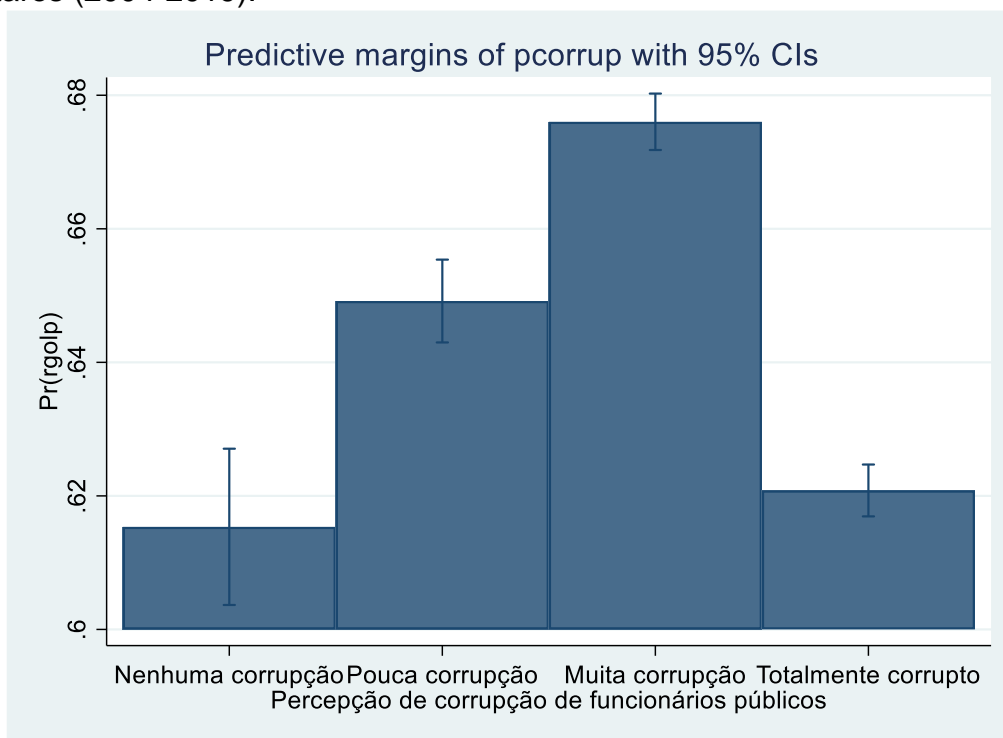
Figura 16 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e apoio à democracia (2004-2019).



n = 151.329

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2004 a 2019.

Figura 17 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e rejeição a golpes militares (2004-2019).



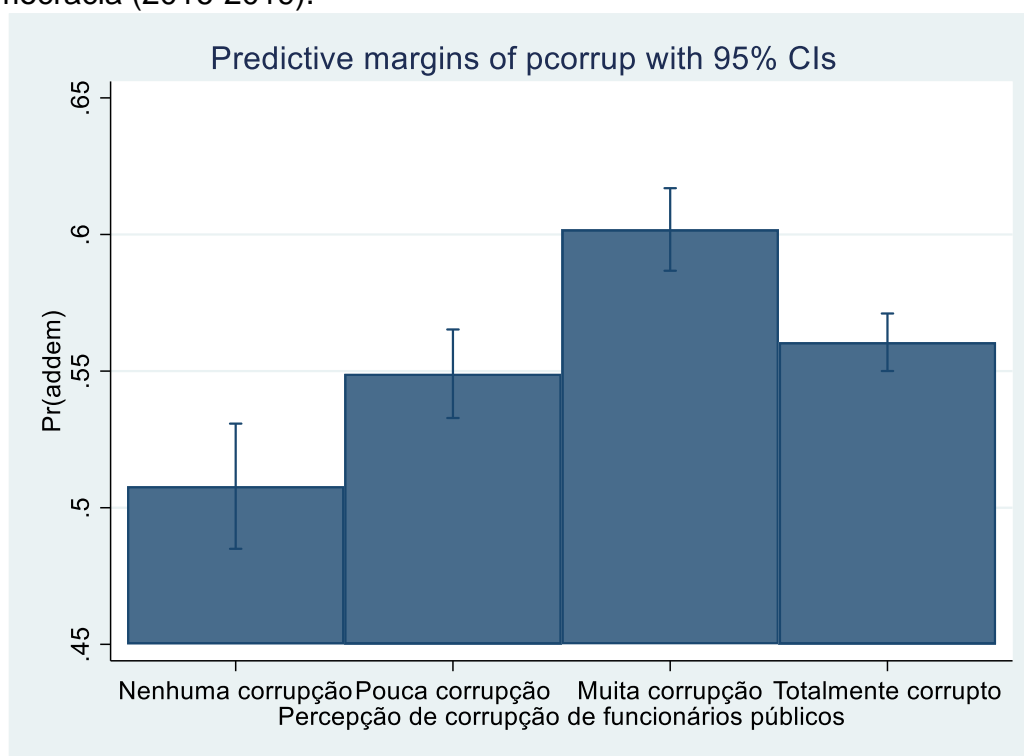
n = 134.531

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2004 a 2019

A Figura 16 evidencia o aumento do apoio ao regime em cada nível de percepção de corrupção de funcionários públicos. Em todos os níveis há aumento fora das margens de erro nas chances de apoiar o regime, tendo o grupo que percebe “muita corrupção” o maior aumento relativo a quem percebe “nenhuma corrupção”, “pouca corrupção” ou ainda quem acredita que o funcionalismo é “totalmente corrupto”.

Já na Figura 17 em relação à rejeição a golpes, nenhum efeito negativo é identificado quando segmentamos os grupos, o que nos dá mais confiança para confirmarmos nossa hipótese de que a PCFP não afeta o apoio difuso negativamente. Na verdade, há um aumento nas chances de rejeitar golpes entre os cidadãos que enxergam “pouca corrupção” e “muita corrupção”. O grupo que identifica os servidores como “totalmente corruptos” possui valores dentro da margem de erro em comparação com quem não enxerga “nenhuma corrupção”.

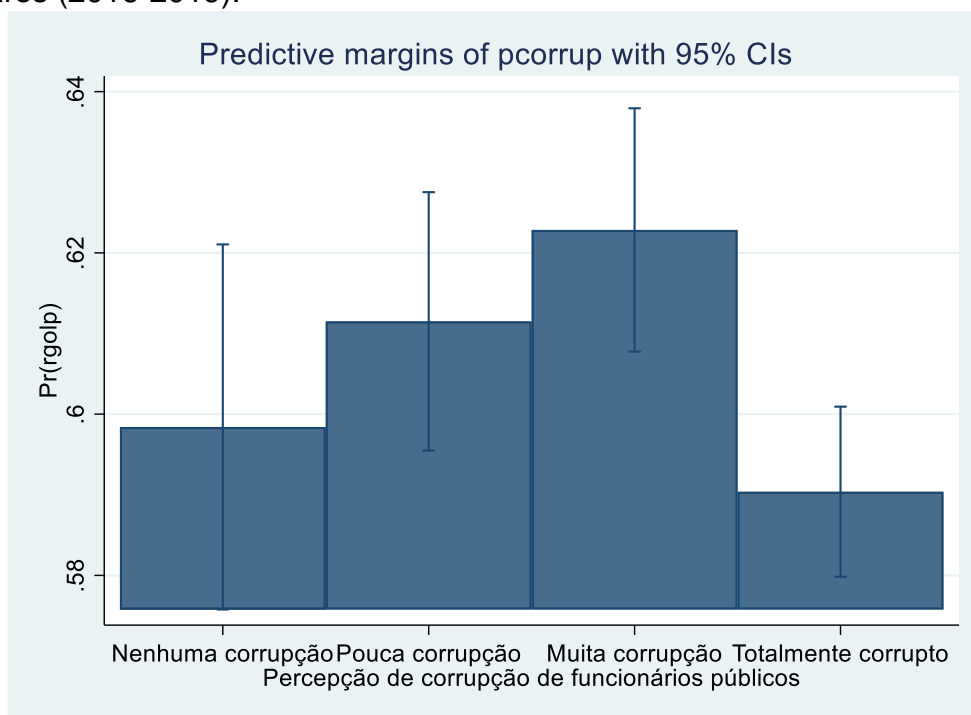
Figura 18 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e apoio à democracia (2016-2019).



n = 18.064

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2016/7 e 2018/9.

Figura 19 – Percepção de corrupção de funcionários públicos e rejeição a golpes militares (2016-2019).



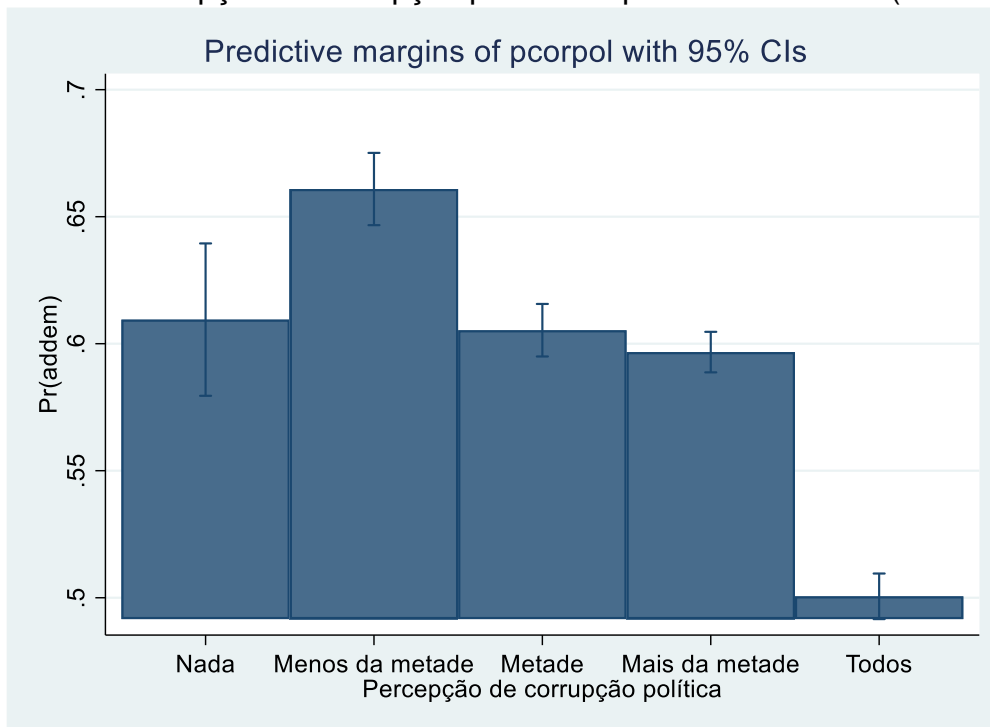
n = 17.487

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2016/7 e 2018/9.

Ao reduzirmos o período em análise sobre a reputação dos servidores para as duas ondas no intervalo entre 2016 e 2019, o efeito “positivo” sobre a adesão à democracia se mantém, embora com valores próximos das margens de erro. Mesmo considerando que a Figura 18 apresenta uma queda nas chances de apoiar a democracia quando comparamos o grupo que percebe a corrupção como sistêmica (“totalmente corrupto”) em relação ao que percebe “muita corrupção”, ainda assim a corrupção sistêmica aumenta sensivelmente as chances de apoiar a democracia em relação a quem não percebe “nenhuma corrupção”.

Já em relação à rejeição a golpes, expresso na Figura 19, não há qualquer conclusão confiável, dado que os valores se encontram dentro das margens de erro, impedindo uma comparação precisa entre os resultados. Embora o resultado não seja surpreendente, é importante para identificarmos que mesmo para os grupos que cultivam a imagem de que os burocratas seriam marcadamente desonestos e corruptos, não há efeito negativo para a democracia.

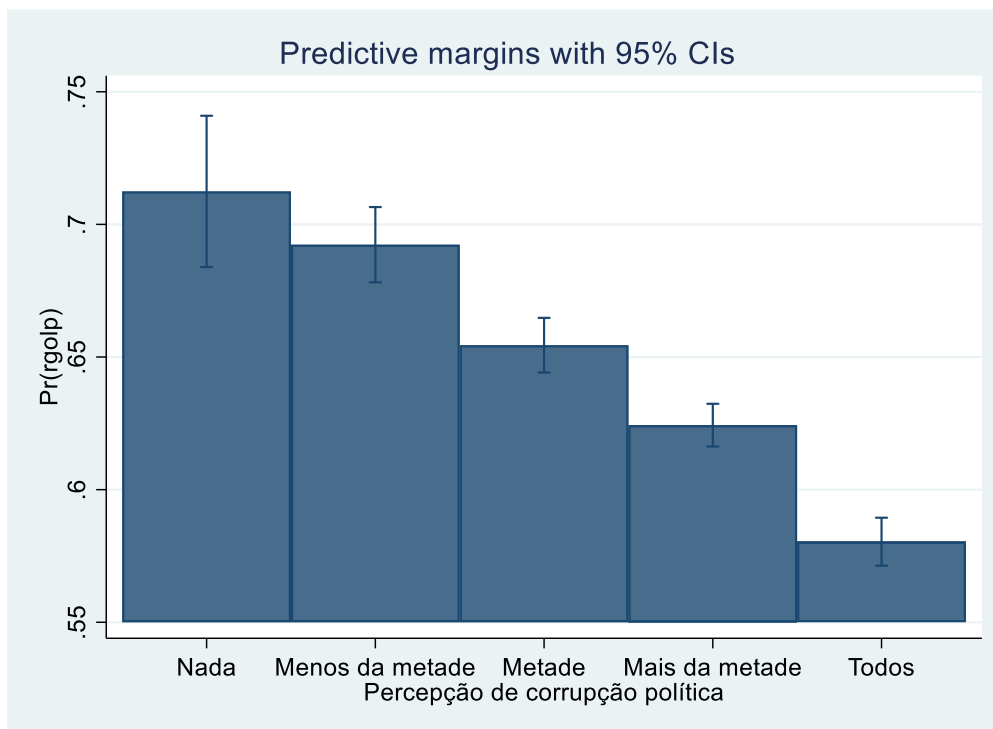
Figura 20 – Percepção de corrupção política e apoio à democracia (2016-2019).



n = 39.767

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2016/7 e 2018/9.

Figura 21 – Percepção de corrupção política e rejeição a golpes militares (2016-2019).



n = 37.943

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2016/7 e 2018/9.

As Figuras 20 e 21 evidenciam a importância da reputação pública da classe política para a legitimidade democrática. A Figura 20 traz um efeito muito importante para compreendermos a dinâmica entre a PCP e a legitimidade democrática. Apenas o grupo de indivíduos que acredita que “todos” os políticos são corruptos deixam de apoiar a democracia de maneira consistente. Quando segmentamos os grupos de acordo com as 5 respostas possíveis à questão de corrupção política, o grupo que possui uma visão mais complacente com os políticos e enxerga a corrupção em “menos da metade” deles chega a ter um ligeiro aumento no apoio.

Entre os que percebem corrupção em “metade” ou “mais da metade” dos políticos não houve variação significativa, ambos se mantiveram estáveis e dentro da variação presente no grupo que acredita não haver corrupção. É entre os latino-americanos que enxergam a corrupção como um problema sistêmico que o apoio à democracia sofre seu declínio com mais consistência. No caso destes cidadãos que nutrem uma imagem dos governantes como sistematicamente desonestos o apoio à democracia se concentra no patamar de 50% de apoio, isto é, metade deles afirmam apoiar a democracia como melhor forma de governo.

O perigo da reputação deteriorada que os governantes têm no imaginário dos cidadãos se torna mais nítido quando observamos a Figura 21, em que é perceptível um escalonamento inverso do apoio ao regime conforme aumenta o nível de incredibilidade reputacional da classe política. A rejeição a golpes é reduzida de maneira significativa entre os cidadãos que enxergam “metade”, “mais da metade” ou “todos” os políticos como corruptos. Outro elemento marcante dessa associação é a redução linear no apoio conforme aumenta o nível de corrupção política percebida.

A Tabela 7 a seguir apresenta a distribuição da frequência de respostas à pergunta relacionada à corrupção política percebida. A soma entre os grupos que não enxergam nada de corrupção no sistema político e os que enxergam que menos da metade dos políticos são corruptos se resume a 13,15% da amostra. Isso significa que houve efeito significativo de aumento da tolerância a golpes militares em um grupo que representa 86,85% dos respondentes. Além de evidenciar a deterioração reputacional das elites governantes, os dados

indicam que os latino-americanos de fato punem o regime democrático quando percebem corrupção no sistema político.

Tabela 7 – Distribuição da frequência da percepção de corrupção política

Percepção de corrupção política	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Nada	1.044	2,49%	2,49%
Menos da metade	4.475	10,66%	13,15%
Metade	8.862	21,11%	34,26%
Mais da metade	15.175	36,15%	70,42%
Todos	12.418	29,58%	100,00%

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2016/7 e 2018/9.

Um elemento extra de preocupação ao analisarmos a Figura 20 e a Figura 21 é que, em relação ao apoio à democracia, possivelmente há uma “desejabilidade social” para que os respondentes afirmem que apoiam a democracia. Isso porque o termo democracia se expandiu pelo mundo e tornou-se um valor político importante, de modo que identificar-se como não democrático é frequentemente considerado algo ruim pelos cidadãos. Quando observamos que, mesmo com a desejabilidade social os cidadãos apoiam menos a democracia, conforme temos argumentado até aqui, é possível que o efeito real sobre o regime seja ainda maior do que o captado pela pergunta “churchilliana”.

Em outras palavras, é como se, mesmo que um indivíduo saiba que há uma expectativa social para que ele afirme apoiar a democracia como a melhor forma de governo em relação às demais, ainda assim ele pode não confirmar esta expectativa de apoio. Embora os percentuais de apoio à democracia não estejam abaixo de 50%, como não há um “percentual seguro” que garanta a estabilidade do regime, é preciso considerar os sinais de alerta relacionados à corrosão da legitimidade política do regime.

Ainda nesta toada, é preciso ressaltar a importância da pergunta “teste de fogo” sobre o compromisso que os indivíduos possuem com o regime. Se para a democracia há uma desejabilidade social para que o cidadão “escolha a democracia” como a melhor forma de governo, o oposto ocorre em relação aos golpes militares. A expectativa reside na resposta negativa a interferências militares no governo democrático, isto é, espera-se que os cidadãos tenham mais constrangimento em declarar apoio a golpes do que rechaçá-los.

Tendo isso em mente, é relativamente mais preocupante quando a corrupção aumenta a tolerância dos cidadãos à utilização de meios violentos para se tomar o poder, ou mesmo para que um grupo político governe e mantenha o poder ancorado na coerção direta das armas. A utilização da força para chegar ao governo significa que não há mais um processamento pacífico dos conflitos e que, ao contrário, na verdade há uma disposição em contestar, quando não desobedecer, as “regras do jogo”, suprimindo os procedimentos de distribuição pacífica do poder e de regulação dos conflitos políticos.

7.1 Avaliando as relações entre corrupção percebida e legitimidade em outros *surveys*: o Latinobarômetro

A fim de avaliar a confiabilidade dos efeitos descritos acima, transpusemos os modelos analíticos para o banco de dados do Latinobarômetro. Para isso, foi necessário identificar questões que mensurassem, ou pelo menos se aproximassem da mensuração dos objetos de apoio presentes na estrutura multidimensional da legitimidade democrática. Este desafio impõe certa cautela em relação à análise dos questionários, dado que a maneira de se formular cada questão pode ter impactos decisivos na análise. Neste sentido, buscamos identificar as questões que mais se aproximassem do modelo utilizado para analisar os dados do banco Barômetro das Américas.

7.1.1 O Latinobarômetro

O Latinobarômetro (LB) é uma pesquisa de opinião pública situada no Chile que abarca 18 países latino-americanos, com a primeira onda de pesquisas iniciando em 1995 e seguindo até os dias atuais com intervalos relativamente regulares entre as ondas de 1 a 2 anos. O *survey* possui um desenho amostral e probabilístico com cerca de 20 mil entrevistas por onda e com foco na mensuração de atitudes, comportamentos e valores relacionados a dimensões da vida política dos países que compõem a América Latina.

Apesar de possuir um amplo repertório de questões que versem sobre aspectos da legitimidade democrática, uma fragilidade importante do banco para os nossos propósitos é a variabilidade entre uma onda e outra no que tange às questões referentes à corrupção e a alguns objetos de apoio político. Apesar de ter mais do que uma pergunta sobre corrupção, o banco de 2017 que utilizamos para manter a comparabilidade com o Barômetro das Américas não diferencia a

corrupção percebida sobre políticos e funcionários públicos. Isso, contudo, não impede a análise das relações entre percepção de corrupção e apoio ao regime.

Em relação à estrutura multidimensional da legitimidade, foi possível replicar no LB todas as dimensões utilizadas no BA. Uma em relação ao apoio difuso, no entanto, não há uma pergunta diretamente relacionada a golpes militares, mas existem duas questões importantes para essa dimensão, a saber: 1 – (Adesão à democracia) *“¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. Más de acuerdo? 1) La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno; 2) En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático; 3) A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no Democrático”*.

2 – (Apoio à democracia) *“Por favor, dígame si está de acuerdo o en desacuerdo con cada una de la siguiente afirmación. La democracia puede tener problemas pero es el mejor sistema de gobierno. Muy de acuerdo (1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o muy en desacuerdo (4)”*.

Para os demais níveis de legitimidade, há uma questão para cada um dos objetos de apoio: satisfação com a democracia, confiança nas instituições eleitorais, confiança no Judiciário, confiança no Congresso Nacional, confiança nos partidos políticos e confiança no governo. Assim, mantemos como variáveis dependentes cada um dos objetos de apoio político da estrutura multidimensional da legitimidade democrática.

Em relação às variáveis independentes, não há uma pergunta mencionando diretamente a “corrupção dos políticos” de uma maneira geral, mas há questões relacionadas à corrupção no governo federal, no Congresso Nacional e nos municípios. Foi realizada uma análise fatorial para estas variáveis que identificou que há um fator comum subjacente que explica a variabilidade de forma robusta das variáveis “corrupção no governo” (carga fatorial = 0,7937), “corrupção no Congresso Nacional” (carga fatorial = 0,7873) e “corrupção nos municípios” (carga fatorial = 0,7715). Realizamos um teste de confiabilidade a partir do método de alpha de Cronbach, retornando o valor de 0,8499 e indicando que o fator representa um constructo confiável.

A partir dessa correlação entre as questões, optamos por agrupar as três variáveis (“corrupção no governo”, “corrupção no Congresso Nacional” e “corrupção nos municípios”) em um único indicador de corrupção política, dado

o forte direcionamento político que as perguntas sugerem. Como cada uma das variáveis era escalonada de 0 a 10, nosso indicador de corrupção política percebida resultou em uma escala com valores numéricos de 0 a 30. Na sequência, segmentamos o indicador em 4 categorias: “Nenhuma/pouca corrupção” (valores de 0 a 7), “Corrupção moderada” (valores de 8 a 15), “Muita corrupção” (valores de 16 a 23) e “Totalmente corrupto/corrupção sistêmica” (valores de 24 a 30).

A Tabela 8 apresenta a frequência de respostas para cada categoria. É interessante constatar que, quando diferenciamos a corrupção percebida entre “baixos níveis” e “altos níveis”, tanto o Barômetro das Américas quanto o Latinobarômetro evidenciam que a maioria dos latino-americanos enxerga a corrupção como algo bastante disseminado no sistema político. Os dados extraídos do banco Latinobarômetro indicam que a maioria dos cidadãos sustentam uma imagem reputacional da classe política como sistematicamente corrupta.

Tabela 8 – Distribuição da frequência do indicador de percepção de corrupção política.

Percepção de corrupção política	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Nenhuma/pouca corrupção	758	4,12%	4,12%
Corrupção moderada	2.541	13,81%	17,93%
Muita corrupção	5.456	29,66%	47,59%
Totalmente corrupto/corrupção sistêmica	9.640	52,41%	100%

Fonte: Autor, a partir dos dados do Latinobarômetro de 2017.

A Tabela 9 a seguir apresenta a replicação do modelo analítico realizado a partir do banco Barômetro das Américas agora com o Latinobarômetro. Além das variáveis dependentes e independente de interesse, incluímos como variáveis sociodemográficas o sexo, a idade e a escolaridade. Ao todo, a tabela expõe os resultados obtidos com 16 modelos de regressão. Os resultados são exibidos em razões de chances acompanhadas do erro padrão. Além disso, é importante destacar que há uma comparação entre os efeitos do indicador de corrupção política e do indicador de corrupção política sistêmica com o objetivo de avaliar se há diferenças substantivas no efeito do nível de corrupção sobre o regime.

Os resultados da tabela reforçam as relações já observadas com o Barômetro das Américas. Em primeiro lugar, nosso indicador de percepção política apresentou efeito corrosivo significativo para todos os níveis de apoio. Quando analisamos os indicadores de corrupção e de corrupção sistêmica, os valores indicam uma diferença substantiva entre perceber corrupção e percebê-la de forma sistêmica, pois este último grupo nitidamente apresentou as menores chances de apoio ao regime e às demais esferas da legitimidade. Embora a corrosão não seja apenas entre os que percebem a corrupção como um elemento presente em todo o sistema político, os resultados sugerem que é neste grupo que a corrupção passa a ser um grande problema para a democracia dado a magnitude do efeito identificado.

Isso confirma a nossa hipótese H6 de que: *“A corrosão do apoio à democracia é maior quando os cidadãos percebem a corrupção como sistêmica no sistema político”*. Em termos percentuais, o indicador de percepção de corrupção política reduziu as chances de apoio em: 2,2% a adesão à democracia; 4,3% o apoio à democracia; 7,1% a satisfação com o regime; 6,8% a confiança nas instituições eleitorais; 6,5% a confiança no Judiciário; 6,9% a confiança no Congresso Nacional; 6,9% a confiança nos partidos e; 8,2% a confiança no governo do dia. Já em relação à corrupção sistêmica, a redução nas chances de apoio, em termos percentuais, foi de: 25,6% na adesão à democracia; 44% no apoio à democracia; 62,5% na satisfação com o regime; 61,1% na confiança nas instituições eleitorais; 60,1% na confiança no Judiciário; 61,7% na confiança no Congresso Nacional; 62,4% na confiança nos partidos e; 70,2% na confiança no governo.

É interessante observar que para a corrupção sistêmica há certa linearidade na capacidade de corrosão da legitimidade, que atinge o patamar de 70% para os governos, e vai sendo reduzida, mantendo-se na casa dos 60% nas instituições, em seguida reduz-se a 44% no apoio à democracia e, finalmente, sofre outra redução, atingindo 25,6% no nível da adesão ao regime. Essa mesma dinâmica foi observada no Barômetro das Américas. Não obstante, a clivagem mais nítida ainda parece assentar-se na diferenciação entre apoio difuso e específico. Além disso, embora haja a redução do efeito conforme se ascende no nível de apoio, a corrosão identificada é substancialmente elevada,

especialmente por atingir o apoio difuso em volumes consideravelmente elevados (44% e 25,6%).

Tabela 9 – Indicador de percepção de corrupção política e legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística.

	Indicador de corrupção política	Indicador de corrupção política sistêmica
	<i>Razão de Chance (Erro Padrão)</i>	<i>Razão de Chance (Erro Padrão)</i>
Adesão à democracia	0,977581*** (0,0022322)	0,7443123*** (0,0236453)
Apoio à democracia	0,9566261*** (0,0025237)	0,5604302*** (0,0195678)
Satisfação com a democracia	0,9290038 *** (0,0021642)	0,3746701*** (0,0125934)
Confiança nas instituições eleitorais	0,9323854 *** (0,0021619)	0,3887626*** (0,0131199)
Confiança no Judiciário	0,9353654*** (0,0022158)	0,3986364*** (0,0141305)
Confiança no Congresso Nacional	0,9314082*** (0,002286)	0,3828037*** (0,0143423)
Confiança nos partidos	0,931072*** (0,0025444)	0,3755928*** (0,0165701)
Confiança no governo	0,91807*** (0,0022398)	0,2984532*** (0,0110449)

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Autor, a partir dos dados do Latinobarômetro 2017

Outro ponto interessante a se destacar refere-se à maneira como as questões são formuladas. No caso das perguntas que refletem nossa variável de apoio difuso, a saber, adesão à democracia e apoio à democracia, há muita semelhança entre as duas quando observamos o seu conteúdo principal. Ambas versam a respeito da escolha dos cidadãos do regime democrático como a melhor forma de governo possível. Contudo, as respostas possíveis presentes no questionário possuem formulações com diferenças substantivas.

Enquanto na pergunta de “apoio” à democracia há certa dicotomia porque só é possível concordar ou discordar (muito ou pouco) da afirmação, a pergunta sobre “adesão” oferece 3 saídas possíveis, a primeira indicando (1) adesão irrestrita à democracia, a seguinte sugerindo que (2) um governo autoritário é justificável em certas circunstâncias e, por fim, certa indiferença ao tipo de regime, isto é, (3) tanto faz se o governo é democrático ou não. Na questão sobre

a “adesão”, apenas é possível considerar como comprometidos com a democracia os indivíduos que optam pela primeira opção (“adesão irrestrita”), ao passo que na pergunta referente ao “apoio” é possível que muitos cidadãos que tenham respondido “concordo” podem ter vínculos menos fortes com a democracia.

Neste sentido, a “adesão” à democracia apresenta maior resiliência à corrosão a partir do aumento da percepção de corrupção. Entretanto, ainda assim podemos observar que a reputação negativa dos políticos está associada a reduções nas chances de aderir à democracia como forma de governo ideal. O interessante é que, mesmo para os cidadãos que estão mais “comprometidos” com o regime democrático e que afirmam aderirem a ele de maneira irrestrita, a queda na legitimidade é nítida, especialmente para o grupo que identifica a corrupção como elemento sistêmico, onde a corrosão é mais pronunciada.

8. O que media o efeito da corrupção? Variáveis interativas e corrosão da legitimidade do regime

Nas seções anteriores, analisamos como as percepções de corrupção referentes a funcionários públicos e aos políticos podem afetar as dimensões de legitimidade política. Além disso, observamos que há uma diferença significativa entre perceber pouca, muita ou corrupção sistêmica, especialmente quando estamos tratando da imagem que os políticos têm frente aos cidadãos. Não obstante, ainda cabe analisar um terceiro aspecto desta relação, a saber, se a trajetória do regime pode ter algum efeito mediador sobre esta relação entre perceber corrupção e apoiar a democracia.

Quando comparamos os efeitos corrosivos das percepções de corrupção em cada país, avaliando seu impacto sobre as múltiplas dimensões da legitimidade, pudemos constatar que há uma variabilidade considerável em cada país. Assim, no intuito de considerar essas especificidades de cada trajetória democrática, esta seção inclui um segundo nível de análise, o país. Neste sentido, avaliamos os padrões de associação entre corrupção percebida e apoio ao regime considerando os efeitos aleatórios por país e, em seguida, construímos um indicador de legado democrático no intuito de analisar qual o impacto que a experiência democrática acumulada tem sobre a capacidade corrosiva da corrupção e, por fim, adicionamos um indicador de qualidade democrática e variáveis econômicas a fim de verificar se elas também estariam influenciando este mesmo efeito.

8.1 Análise hierárquica: por que os países importam?

Embora a América Latina tenha se tornado um “laboratório” de estudos acerca da estabilidade democrática, os percursos que cada país trilhou no processo de institucionalização do regime apresenta muita variabilidade. É inegável que a região passou por grandes rupturas institucionais ao longo do século XX e ainda hoje os latino-americanos são noticiados sobre quebras de regime em países próximos ou vizinhos. As fraturas sociais decorrentes destes processos dificultam ainda mais a estabilidade política e elevam a tensão e a rivalidade entre grupos políticos adversários.

Mesmo que já não possamos afirmar que as democracias latino-americanas sejam regimes “jovens”, ainda assim não se pode exagerar no

argumento de que estaríamos diante de regimes já suficientemente distantes dos regimes autoritários que marcaram a sua história recente. Com um largo rol de exemplos de golpes e transferências de poder sob tensões importantes, os latino-americanos ainda convivem com arroubos autoritários, ameaças militares e tentativas falhas de golpes envolvendo lideranças políticas.

Para citar apenas alguns eventos mais recentes que ganharam notoriedade, os casos de Pedro Castillo em 2022 no Peru, Jair Messias Bolsonaro no Brasil, também em 2022 e após 4 anos de governo no qual ele buscou tensionar as instituições brasileiras até o seu limite. O caso venezuelano de Juan Guaidó em 2019, que se autoproclamou presidente em uma tentativa de destituir Nicolás Maduro, herdeiro do chavismo venezuelano. Atualmente, a Venezuela ainda vive um processo de “fechamento do regime” impulsionado por Nicolás Maduro. Ou ainda, o caso da tentativa de golpe militar frustrado na Bolívia, em junho de 2024.

Apesar disso, há experiências democráticas mais consolidadas, como é o caso do Uruguai e da Costa Rica, que dispõem de uma estabilidade política considerável. Essa pluralidade de trajetórias políticas alça os países a um nível de análise importante, especialmente quando estamos tratando de atitudes democráticas relacionadas à própria estabilidade do regime, já que os cidadãos são socializados nos espaços institucionais do próprio país, participando da vida coletiva e internalizando normas, valores e princípios que condicionam o seu comportamento político. Em outras palavras, o sucesso na expansão de cidadãos comprometidos com a democracia está relacionado com o ambiente em que os indivíduos são socializados, dando relevo ao contexto da qualidade institucional e o êxito na socialização dos indivíduos com normas e valores democráticos.

Diante disso, desenhamos a inclusão do nível 2, isto é, dos países, no intuito de considerar elementos individuais e contextuais em nossos modelos. Para analisar conjuntamente variáveis independentes de nível individual (indivíduos) e de nível contextual (países), adotamos modelos hierárquicos (ou multiníveis) que, diferentemente dos modelos tradicionais de regressão, não exigem o pressuposto da independência das observações e permitem que dados de diferentes níveis empíricos sejam agregados em uma única equação (Raudenbush e Bryk, 2002).

Além das variáveis dependentes, independentes e de controle, utilizamos os “termos interativos” na análise. Do ponto de vista estatístico, o termo interativo é a multiplicação de uma variável independente com a variável “mediadora”, sob o pressuposto de que o efeito da primeira pode variar em função da segunda. Conceitualmente elas permitem analisar como o impacto de uma variável sobre outra é mediado por uma terceira (Jaccard e Turrise, 2013). Como já dito anteriormente, esperamos que o impacto da percepção da corrupção sobre as dimensões da legitimidade democrática seja mediado pelos níveis de legado democrático.

A Tabela 10 a seguir apresenta o efeito estatístico das percepções de corrupção sobre servidores e políticos em relação ao apoio à democracia. Os resultados expressam as saídas de regressão logística hierárquica simples, isto é, ainda sem o efeito dos termos interativos mencionados acima. O objetivo principal é analisar o padrão de associação de cada percepção levando em consideração que os países possuem uma variabilidade significativa. Além disso, também levamos em conta o nível de corrupção reconhecida dividindo os grupos entre quem percebe “pouca corrupção”, “muita corrupção” ou “corrupção generalizada”. Mantivemos as variáveis de “controle” sociodemográficas e individuais: sexo, idade, região de moradia e interesse por política.

De maneira geral, os resultados vão no mesmo sentido em comparação com as análises sem o nível adicional dos países, mas com diferenças na robustez do efeito estatístico. No caso da corrupção de funcionários públicos, tanto no período de 2004 a 2019, quanto para o recorte comparativo de 2016 a 2019 há um incremento nas chances de apoiar a democracia. A segmentação entre os grupos que percebem pouca, muita ou corrupção generalizada, em ambos os períodos, tornou ainda mais explícito o efeito estatístico de aumento no apoio quando a corrupção é percebida sobre o funcionalismo público.

No caso da corrupção política, há efeito significativo na relação entre perceber corrupção política e apoiar o regime. Entretanto, quando segmentamos os grupos conforme o mesmo procedimento delineado para os funcionários públicos, apenas a “corrupção generalizada” apresenta efeito estatisticamente significativo, o que reforça a nossa hipótese de que os cidadãos latino-americanos, em média, punem mais o regime democrático quando identificam que a corrupção no sistema político é amplamente disseminada.

Chama atenção neste caso que o efeito apresenta uma alta significância estatística e é substancialmente elevado, reduzindo as chances de apoiar a democracia em, aproximadamente, 34%. Ressaltamos a alta suscetibilidade que os atores políticos têm em relação à associação de suas atividades com práticas ilícitas e desonestas na visão de boa parte dos latino-americanos. Isso reforça a necessidade de se atentar para a qualidade da política democrática, dado que a profusão de casos de corrupção pode desencadear processos de corrosão de parcela significativa do apoio ao regime.

Tabela 10 – Percepção de corrupção sobre funcionários públicos e políticos e apoio à democracia. Modelo de regressão multinível simples (sem interação) e logístico.

	Apoio à democracia		Apoio à democracia		Apoio à democracia
	<i>Razão de Chance</i> (Erro Padrão)		<i>Razão de Chance</i> (Erro Padrão)		<i>Razão de Chance</i> (Erro Padrão)
Corrupção de funcionários públicos (2004-2019)	1,071621*** (0,0069833)	Corrupção de funcionários públicos (2016-2018)	1,052002*** (0,0161483)	Corrupção política	0,8541396*** (0,0088931)
Referência		Referência		Referência	
Pouca corrupção	1,276572*** (0,0356325)	Pouca corrupção	1,15011* (0,0677128)	Pouca corrupção	1,1358 (0,0856992)
Muita corrupção	1,448106*** (0,0383836)	Muita corrupção	1,411445*** (0,0836399)	Muita corrupção	0,956704 (0,0660835)
Corrupção generalizada	1,398162*** (0,0364871)	Corrupção generalizada	1,225898*** (0,0661837)	Corrupção generalizada	0,658594*** (0,0463091)
Observações - Nível 1	151.329		18.064		39.767
Observações - Nível 2	109		20		36

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2004 a 2019.

Em relação à estabilidade do regime, é preciso analisar se a qualidade da democracia – a qualidade da experiência democrática ao longo do tempo – poderia condicionar as atitudes dos cidadãos de modo a reduzir o efeito da corrupção sobre a legitimidade política. Afinal, quando a corrupção se restringe aos atores políticos e o regime fornece resultados satisfatórios para os cidadãos, em tese não haveria motivo para abandoná-la e aderir a alternativas autoritárias. Por conseguinte, a disposição para abandonar o apoio ao regime deveria ser ainda menos provável quando os indivíduos são socializados em instituições políticas de boa qualidade, internalizando as normas, valores e princípios

políticos do regime. Nossos resultados, entretanto, evidenciam que para o caso da percepção de corrupção as relações ocorrem de modo diferente, como passamos a analisar a seguir.

8.2 Corrupção e legado democrático: como o tempo e a qualidade da experiência com o regime mediam o efeito da corrupção?

Dando um passo além em nossa cadeia argumentativa, propomos adicionalmente que o impacto da percepção da corrupção sobre as diferentes dimensões da legitimidade é potencialmente mediado pelo contexto institucional dos países, particularmente pela combinação entre o tempo e a qualidade das democracias. Esse argumento se ampara em trabalhos anteriores que defenderam o papel do ambiente contextual na formação das atitudes políticas por meio de processos socializadores (Casalecchi, 2018). Concordamos com este insight a respeito do papel exercido pela socialização que o ambiente contextual promove, embora argumentemos que, a despeito disso, viver em uma democracia de alta qualidade não imuniza os cidadãos contra atitudes antidemocráticas e autoritárias.

De forma geral, as atitudes são formadas por meio de dois processos. O primeiro deles é a socialização, na qual diferentes agências socializadoras, como a família, a escola, a igreja, entre outras, transmitem, ainda na infância e na juventude, as informações, os princípios e os valores elementares da vida política (Jennings e Niemi, 1974). O segundo é a própria experiência política, isto é, a vivência no interior das instituições. Na vida adulta somos impulsionados a interagir com as instituições, seja por meio de uma demanda administrativa, seja por meio da participação política, como as eleições, por exemplo. Essa experiência pode consolidar as predisposições adquiridas anteriormente ou refutá-las em um processo de transformação das atitudes (Sears, 2003).

Esses dois processos – a socialização e a experiência – dependem do ambiente econômico, político e social mais amplo no qual vivem os cidadãos. Para os nossos propósitos, destacamos um deles como fundamental: o tempo e a qualidade da democracia que, combinados, compõem um “legado democrático” (Pérez-Liñán e Mainwaring, 2013). O tempo é importante para que processos e normas políticas sejam internalizados e se tornem “habituais”

(Rustow, 1970). Ao mesmo tempo, a qualidade também importa, porque é ela quem orienta o caráter avaliativo das atitudes (Mishler e Rose, 2001).

Países com maior ou menor legado democrático compõem um ambiente institucional muito diferente. No primeiro, ao menos em termos ideais, as instituições democráticas são amplamente conhecidas e consolidadas. Os cidadãos provavelmente já passaram por trocas de governo ou então foram ensinados sobre isso. Eles compreendem que a democracia é um processo no qual representantes são premiados e punidos, que a alternância de poder é um princípio basilar do regime e que mesmo uma derrota eleitoral importante não é o “fim do mundo”. Nos países com menor legado, as instituições ainda são jovens e/ou ineficientes. Os cidadãos muitas vezes não experimentaram alternâncias efetivas e pacíficas de governo suficientemente e desconfiam que quando derrotados não terão mais voz. As instituições não respondem de forma satisfatória e uma desconfiança do governo passa ser a desconfiança do regime.

Estamos, obviamente, tratando de “tipos ideais” de cidadãos, conforme a formulação weberiana, para evidenciar que diferentes legados resultam em ambientes socializadores muito distintos e que podem mediar o impacto de como os cidadãos conectam valores e atitudes. É exatamente o caso da percepção da corrupção e das dimensões da legitimidade. Nossa expectativa é que os indivíduos que vivem em países de maior legado canalizem sua frustração com a percepção da corrupção nos representantes e no governo do dia. Enquanto nos países de menor legado, eles “extrapolem” a frustração para o próprio regime político.

8.2.1 Construção do indicador de legado democrático

Para construir o nosso indicador de legado democrático, utilizamos a abordagem de Casalecchi (2018), com base no projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem). Dentre as vantagens de se utilizar o V-Dem podemos elencar o fato de o projeto cobrir um vasto período temporal, praticamente todo o século XX e XXI, ter uma sua visão multidimensional da democracia, ter amplitude mundial, incluindo todos os países da América Latina, e, por fim, dispor de mensurações objetivas para cada uma das dimensões democráticas (Casalecchi, 2018).

O índice de mensuração de democracia do projeto abarca cinco dimensões: eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária. Seguindo a

argumentação de Casalecchi (2018) sobre as delimitações de uma definição mínima de democracia, utilizamos três dimensões: eleitoral, liberal e participativa. Cada uma dessas dimensões é ponderada no projeto para variar de 0 a 1, onde 0 é menos democrático e 1 significa mais democrático. No nosso caso, somamos as três dimensões e dividimos por três a fim de encontrar um valor único que variasse na mesma proporção.

Tendo em vista que o legado leva em conta a “experiência acumulada”, adotamos como recorte temporal o período de cem anos até a última onda de 2018/2019. Assim, calculamos o legado democrático para cada país dentro do intervalo iniciado em 1918 até 2018. O período foi somado ano a ano de acordo com cada pontuação por país, mas com uma ponderação de peso para cada ano, em que o valor decresceria para o ano anterior em 0,01. Com isso, colocamos um peso maior nos eventos e nas dimensões democráticas mais recentes, pois consideramos que quanto mais recente um evento, maior é o seu impacto sobre o regime e a sua qualidade. Na sequência reparametrizamos os valores de legado para que variassem de 0 a 100.

Por fim, categorizamos a nossa variável de legado democrático em quatro segmentos: baixo legado, médio legado, alto legado e legado ideal. Optamos por realizar uma segmentação a partir da divisão por quartis por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque consideramos que um legado acima de 75 estaria em um patamar “ideal” e inalcançável para a América Latina, o que os resultados reforçam, dado que nenhum legado ultrapassou o valor de 70. Além disso, o nosso objetivo foi também o de captar as variações em pelo menos três níveis na América Latina, já que o maior legado na região não ultrapassa o valor de 70.

8.2.2 O efeito mediador do legado democrático

A Tabela 11 apresenta os modelos de regressão logística com a inclusão do termo interativo “legado democrático” de forma contínua, sem a divisão em categorias de baixo, médio e alto legado. O primeiro ponto a destacar é o efeito diferenciado quando a imagem de corrupto recai sobre funcionários públicos ou sobre os atores políticos. A PCFP, como já identificado, aumenta as chances de apoiar a democracia e de rejeitar golpes militares de maneira não desprezível em nossos modelos. Por sua vez, a PCP apresentou efeito estatisticamente

significativo sobre o apoio à democracia, reduzindo as chances de apoiar o regime, mas não apresentou sobre a rejeição a golpes.

Tabela 11 – Interação entre percepção de corrupção sobre políticos e funcionários públicos e adesão à democracia. Modelo de Regressão Logística Multinível.

	Apoio à democracia	Rejeição a golpes		Apoio à democracia	Rejeição a golpes
	<i>Razão de Chance</i>	<i>Razão de Chance</i>		<i>Razão de Chance</i>	<i>Razão de Chance</i>
	(Erro Padrão)	(Erro Padrão)		(Erro Padrão)	(Erro Padrão)
Percebe corrupção de funcionários públicos	1,157285*** (0,021916)	1,102661*** (0,0228476)	Percebe corrupção de políticos	0,9139228** (0,0276919)	1,017748 (0,0321153)
Legado democrático	1,025979*** (0,0041954)	1,018248*** (0,0046304)	Legado democrático	1,02824*** (0,0040843)	1,014485** (0,0051517)
PCFP##LegDem	0,9973564*** (0,0006452)	0,9959865*** (0,000687)	PCP##LegDem	0,998041* (0,0008391)	0,995702*** (0,0008459)
Homem	1,069503*** (0,0120782)	1,148909*** (0,0135957)	Homem	1,127955*** (0,0237798)	1,200022*** (0,0264417)
Faixa etária	Referência	Referência	Faixa etária	Referência	Referência
25 a 40	1,096943*** (0,0164293)	1,201125*** (0,018821)	25 a 40	1,060891* (0,0301263)	1,318339*** (0,0385454)
41 a 64	1,33978*** (0,0213771)	1,06405*** (0,0270347)	41 a 65	1,388164*** (0,0414186)	2,004108*** (0,0624158)
65 ou mais	1,553063*** (0,0390789)	1,790536*** (0,0462243)	65 ou mais	1,745665 *** (0,0776137)	2,523747*** (0,1181437)
Escolaridade	Referência	Referência	Escolaridade	Referência	Referência
Média	1,16616*** (0,0162518)	1,165055*** (0,0170115)	Média	1,232944*** (0,0321708)	1,231642*** (0,0335002)
Alta	1,440898*** (0,0235859)	1,699882*** (0,0294741)	Alta	1,714428*** (0,0510746)	1,787626*** (0,0559619)
Urbano	0,9489281*** (0,0122409)	0,954813*** (0,0130098)	Urbano	0,9885488 (0,024025)	1,003166 (0,0255806)
Interesse por política	1,285118*** (0,0162464)	1,133152*** (0,0148385)	Interesse por política	1,500852*** (0,0346707)	1,170251 *** (0,0281409)
Constante	0,5741595*** (0,0741482)	0,7013199* (0,1013676)	Constante	0,4589076*** (0,069386)	0,7111911 (0,1391322)
Observações no nível 1	151.329	134.531	Observações no nível 1	39.767	37.943
Observações no nível 2	109	97	Observações no nível 2	36	35

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2004-2019.

Por sua vez, o nosso indicador de legado democrático inicialmente correspondeu às nossas expectativas, pois aumentou as chances de apoiar a democracia e de rejeitar a ocorrência de golpes militares em todos os modelos de regressão logística hierárquicos. Embora os efeitos apresentados sejam relativamente pequenos, eles possuem alta significância estatística e os erros padrão são inexpressivos, o que sugere uma alta confiabilidade de que o efeito estatístico ocorre com pequenas variações dentro do intervalo de confiança de 95%.

O resultado inesperado ocorreu na interação entre o legado democrático e os dois tipos de percepção de corrupção: PCFP e PCP. Em todos os quatro cenários analisados envolvendo a interação entre percepção de corrupção e legado democrático obtivemos um padrão de associação negativo e estatisticamente significativo. Aqui vale também a observação de que os erros padronizados são inexpressivos, indicando pouca margem de erro. Ao que os modelos sugerem, quanto maior o legado democrático de um país, mais corrosiva é a corrupção para o regime, seja ela referente à imagem dos servidores ou dos políticos.

Este resultado indica que a nossa hipótese H2: *“o legado democrático condiciona o efeito da percepção de corrupção sobre as dimensões de apoio, de modo que quanto maior o legado de uma país, mais concentrado será o efeito da percepção sobre as dimensões específicas do regime e menor será a capacidade dela em corroer o apoio as dimensões mais difusas”* não se confirmou, ao menos parcialmente. Observamos exatamente o oposto do esperado, porque a interação com o legado aumentou o efeito estatístico corrosivo da percepção de corrupção sobre o apoio difuso. Ou seja, o legado modela o efeito na direção oposta, aumentando as chances de corrosão democrática. Isso implica retirar as nossas expectativas de que o legado possivelmente pudesse “frear” a corrosão da legitimidade pela corrupção a partir da preservação do apoio difuso.

A fim de analisar de maneira mais detalhada esta relação que, em um primeiro momento, nos pareceu contraintuitiva, as Tabelas 12 e 13 a seguir analisam os efeitos comparando os níveis de baixo, médio e alto legado democrático. Buscamos compreender a associação entre PCP, PCFP e legado democrático de forma categorizada para podermos confirmar ou rechaçar esta

tendência de aumento do efeito deletério. Além disso, incluímos as demais dimensões de legitimidade com o objetivo de avaliar o panorama completo do efeito sobre todas as dimensões do apoio ao regime.

As razões de chance exibidas na Tabela 12 reforçam os resultados encontrados na análise anterior, haja vista que o legado, embora aumente o apoio quando é analisado isoladamente, potencializa a queda no apoio ao interagir com a percepção de corrupção. Quando segmentamos os países entre baixo, médio e alto legado, identificamos que o legado democrático aumenta as chances de apoiar a democracia em todas as dimensões, exceto para a confiança no presidente da República. Além disso, o alto legado reforça ainda mais o apoio quando comparado com o baixo e o médio legado. Embora haja um erro padrão substantivo, ele não é suficiente para abarcar resultados que mudem a direção de causal, isto é, dentro do intervalo de confiança de 95% há segurança em afirmar que o legado, isoladamente, aumenta o apoio.

Nos modelos logísticos de apoio difuso, o alto legado chega a ter um efeito amplo o suficiente para mais do que duplicar as chances de apoiar a democracia e de rejeitar golpes militares. Isso confirma os resultados elencados pela teoria democrática de que a socialização em democracias de alta qualidade favorecem o reforço às atitudes de apoio ao regime. Contudo, a percepção de corrupção parece ter uma especificidade em relação ao apoio, porque perceber corrupção de funcionários públicos em países com médio ou alto legado aumenta os efeitos corrosivos sobre a legitimidade do regime.

Tabela 12 – Percepção de corrupção de funcionários públicos (PCFP) e legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística Hierárquica.

	Apoio à democracia	Rejeição a golpes	Satisfação com a democracia	Confiança nas eleições	Confiança nas Cortes Superiores de Justiça	Confiança no Congresso Nacional	Confiança nos partidos	Confiança no presidente
	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)
PCFP	1,091919*** (0,010325)	1,010179 (0,0102128)	0,8115025*** (0,0057233)	0,8050587*** (0,0083597)	0,805737*** (0,0063437)	0,7946448*** (0,005716)	0,7706508*** (0,0062485)	0,8160245*** (0,0061568)
LegDem	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Médio Legado	1,301475** (0,126748)	1,32413** (0,1382344)	1,814065** (0,3479978)	2,075429*** (0,4133912)	1,543765* (0,3098182)	1,807797*** (0,3313905)	1,378165* (0,211321)	1,168778 (0,2809693)
Alto legado	2,788949*** (0,5063872)	2,090466*** (0,4274759)	1,921469*** (0,3251245)	1,93751*** (0,3882321)	1,850727*** (0,3104652)	1,496215* (0,2427365)	1,221653 (0,1654434)	1,240984 (0,2750868)
LegDem##PCFP	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Médio legado	0,9775989 (0,0129329)	0,96396** (0,0135246)	0,8375902*** (0,0245123)	0,9387266* (0,0263645)	0,8805077*** (0,0248208)	0,8044245*** (0,0210894)	0,9099471*** (0,0260239)	0,8570515 *** (0,0218831)
Alto legado	0,9257617* (0,028741)	0,8476779*** (0,0273351)	1,001641 (0,0247055)	1,064679* (0,0326265)	0,9428943* (0,021987)	0,9535893* (0,0213182)	0,9436827* (0,0233955)	0,9473573* (0,0221446)
Homem	1,069183*** (0,0120753)	1,148887*** (0,0135957)	1,063127*** (0,0119673)	1,046398** (0,0169535)	1,000907 (0,0123724)	0,9198246*** (0,0105358)	0,9528819*** (0,0124434)	1,003741 (0,0118257)
Faixa etária	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
25 a 40	1,097434*** (0,0164357)	1,201678*** (0,0188291)	0,938356*** (0,0142032)	0,9460391* (0,0212387)	0,9540728** (0,0158835)	0,8927547*** (0,0138306)	0,8912671*** (0,0158358)	1,060855*** (0,0170478)
41 a 64	1,338531*** (0,0214525)	1,606882*** (0,027042)	0,957963** (0,0153286)	1,072991** (0,0250224)	1,02062 (0,0178846)	0,961062* (0,0156056)	0,9696121 (0,0179201)	1,187225*** (0,020006)
65 ou mais	1,55366*** (0,0390941)	1,790589*** (0,0462257)	1,130907*** (0,0277471)	1,337466*** (0,0454222)	1,2385*** (0,0324659)	1,074237** (0,0260739)	1,202448*** (0,0321851)	1,445391*** (0,0362851)
Escolaridade	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Média	1,166637*** (0,0162629)	1,165476*** (0,0170214)	0,8928671*** (0,0124782)	0,9473351** (0,0191483)	0,9625706* (0,0146876)	0,9037748*** (0,0127695)	0,8980132*** (0,0145008)	0,8577311*** (0,0125038)
Alta	1,441253*** (0,023599)	1,700443*** (0,0294941)	0,8016113*** (0,0127961)	0,9516976* (0,0218392)	0,897768*** (0,0158546)	0,7633817*** (0,0125973)	0,7728364*** (0,0147234)	0,7426353*** (0,0124314)
Urbano	0,9494468*** (0,012246)	0,9552868*** (0,01301360)	0,8157397*** (0,0106159)	0,8169604*** (0,0151966)	0,8301459*** (0,0119733)	0,8000347*** (0,010593)	0,8504988*** (0,01279610)	0,8105201*** (0,0110959)
Interesse por política	1,284749*** (0,0162416)	1,13263*** (0,014832)	1,348773*** (0,0167419)	1,607785*** (0,0280246)	1,477392*** (0,0197859)	1,438961*** (0,0177907)	1,87699*** (0,0258671)	1,535489*** (0,0198266)
Constante	1,044321*** (0,0557466)	1,080553 (0,0633817)	1,716512*** (0,106185)	0,8399939* (0,070428)	0,7672011*** (0,0495226)	0,8964773 (0,0539331)	0,4332379*** (0,0222329)	1,188808* (0,1001029)
Obs. no nível 1	151.329	134.531	140.283	70.121	128.190	152.086	154.577	133.484
Obs. no nível 2	109	97	109	55	93	109	109	95

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2004-2019.

O resultado é ainda mais evidente quando retornamos ao efeito positivo que a PCFP possui sobre o apoio difuso, aumentando as chances de apoio entre os cidadãos que percebem os funcionários públicos como corruptos. Ao interagir com o legado, no entanto, observamos uma reversão na tendência positiva, sugerindo que é justamente em países onde a experiência democrática dos latino-americanos é mais longa e de melhor qualidade que a corrosão da legitimidade pela corrupção percebida se torna mais pronunciada.

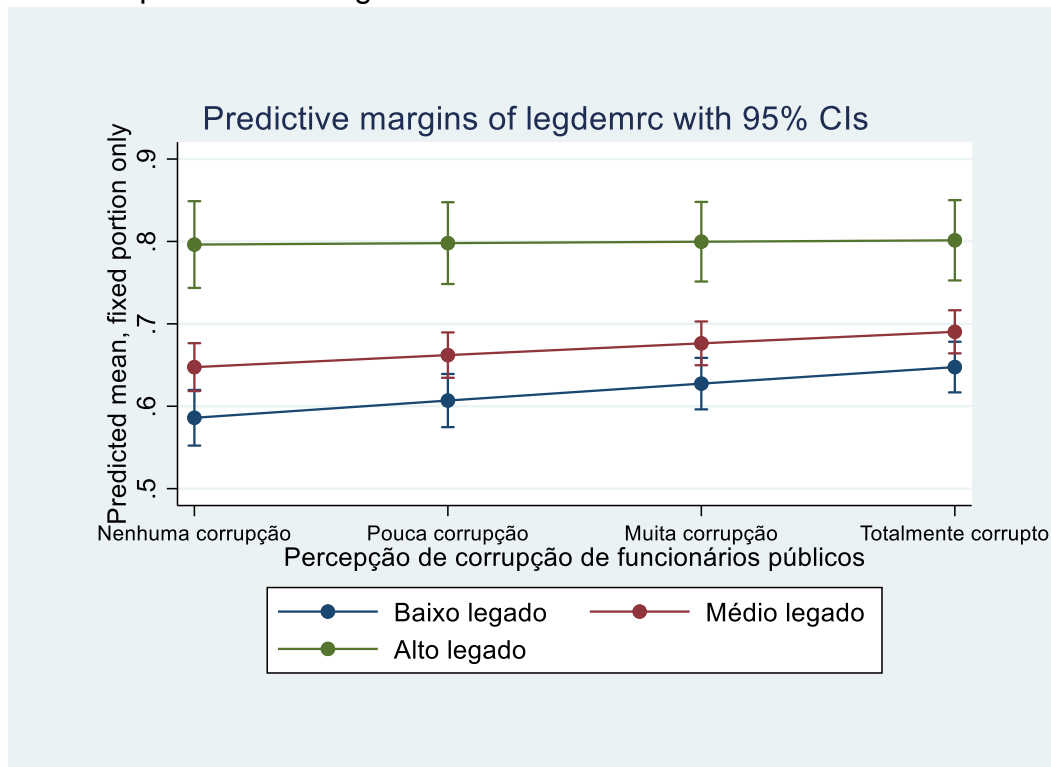
Diante desse resultado, concluímos que os cidadãos que foram socializados em um ambiente institucional de maior qualidade e estabilidade, exatamente por terem contato com uma “experiência democrática melhor”, estão sobrevalorizando o tema da corrupção. Acreditamos que estes cidadãos possuem expectativas elevadas acerca dos valores relacionados à probidade dos servidores e, como veremos na Tabela 13, o mesmo ocorre em relação aos políticos. Isso evidencia que as relações entre corrupção e legitimidade não são sempre lineares e que o contexto exerce papel relevante na relação de causalidade.

Neste sentido, estes cidadãos se tornaram céticos em relação ao regime, creditando à democracia uma incapacidade de lidar com o problema da corrupção e, como consequência, desenvolvendo atitudes antidemocráticas e excessivamente críticas a eventuais casos de corrupção. Para visualizar melhor essa relação, transformamos estes resultados presentes na Tabela 12 em gráficos nas figuras abaixo. Os gráficos representam os efeitos marginais da interação entre legado democrático e percepção de corrupção de funcionários públicos para cada nível de legado democrático.

A Figura 22 ilustra que há uma diferença fora dos limites marginais entre os países de alto legado e os demais (baixo e médio legado). Podemos observar uma estabilidade na linha dos países de alto legado, enquanto os demais têm uma linha ascendente. Isso decorre, provavelmente, do fato de que a PCFP possui efeito positivo quando analisada de maneira isolada, mas, ao interagir com o alto legado democrático, tem seu efeito positivo cessado. Isso significa que o termo interativo de alto legado inibiu o efeito positivo da PCFP sobre o apoio difuso, neutralizando o reforço da legitimidade nessa esfera. É perceptível que baixo e médio legado aumentam o apoio e, embora eles estejam próximos

da margem de erro entre si, estão fora das margens de erro em relação aos países de alto legado.

Figura 22 – Efeitos marginais da PCFP (0 a 4) sobre o apoio à democracia mediado pelo nível de legado democrático.



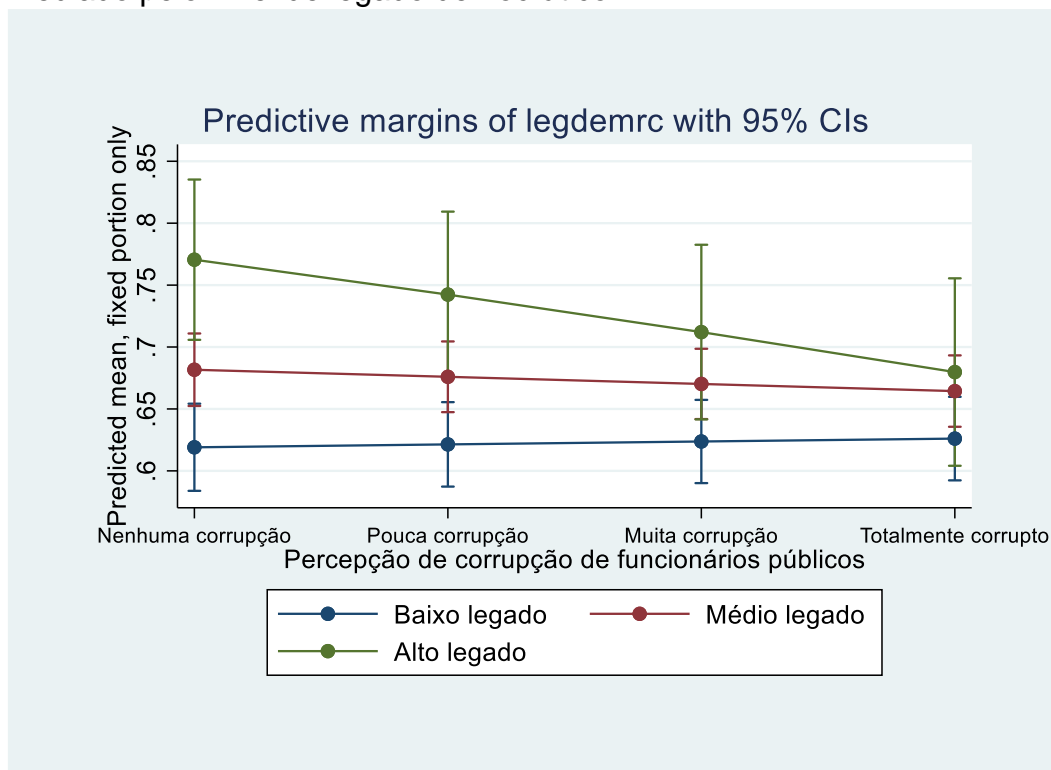
Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2004-2019.

No caso da rejeição a golpes militares apresentado na Figura 23, a questão mais importante está na inclinação negativa da linha referente ao alto legado, enquanto baixo e médio legado mantêm-se estáveis. Os países de alto legado iniciam em uma “posição” superior aos demais e a linha vai paulatinamente se aproximando dos países de baixo e médio legado. Os efeitos, embora estejam nos limites das margens de erro, são perceptíveis, principalmente quando comparamos as tendências entre baixo e alto legado, cujo contraste é mais significativo e fora dos erros marginais.

Isso significa que há uma tendência de reduzir as chances de rejeição a golpes militares quando o modelo de regressão logística hierárquica compara a interação entre o legado democrático e a PCFP para cada um dos grupos de países. Esta relação merece bastante atenção, tendo em vista que o aumento da tolerância a golpes militares constitui um inequívoco contraste à democracia

como forma de governo ideal. Neste caso, os cidadãos estariam “cruzando” claramente a linha demarcatória entre o que pode ou não ser considerado um regime democrático.

Figura 23 – Efeitos marginais da PCFP (0 a 4) sobre a rejeição a golpes militares mediado pelo nível de legado democrático.



Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2004-2019.

Outra observação relevante a ser destacada em relação aos dois gráficos é que, para ambos, os países de alto legado iniciam em um patamar maior de apoio e terminam ainda acima dos demais países em termos de apoio à democracia e rejeição a golpes militares. Isso ocorre mesmo no caso da “corrupção sistêmica”, onde a interação entre alto legado e corrupção percebida torna a corrosão da legitimidade mais pronunciada. Isso reforça a nossa interpretação de que o legado democrático aumenta as chances de apoiar o regime, mas a “queda” em seu apoio quando os cidadãos percebem muita corrupção é mais brusca e acentuada.

Este resultado sugere que podemos estar diante de uma “quebra” de expectativas elevadas nestes países onde a democracia está mais consolidada, ao passo que em nações com baixo repertório democrático pode não haver

expectativas elevadas em relação à probidade dos servidores públicos. Neste último caso, as exigências sobre o regime possivelmente se concentrem em demandas materiais e econômicas, nas quais os cidadãos frequentemente manifestam um sentimento de urgência maior.

A Tabela 13 a seguir refaz a mesma análise para as dimensões da legitimidade democrática, mas agora considerando a percepção de corrupção política (PCP). O primeiro ponto a ser destacado é que a percepção de corrupção afeta fortemente as dimensões mais concretas da legitimidade democrática. Indivíduos que percebem muita corrupção têm menos chances de confiar nas instituições, de estarem satisfeitos com a democracia ou de apoiarem o governo do dia, do que aqueles que percebem pouca corrupção. No entanto, esse efeito não se limita às dimensões concretas, atingindo também a dimensão mais difusa de apoio ao regime, isto é, o apoio à democracia e a rejeição a golpes militares.

O segundo ponto a ser levado em consideração é que, apesar de exercer um efeito negativo sobre a dimensão mais difusa da legitimidade, o efeito da percepção é mais pronunciado exatamente onde esperávamos: nos níveis mais concretos de apoio. Este resultado é congruente com a perspectiva multidimensional da legitimidade (Norris, 1999; 2011) e aponta para uma maior resiliência democrática na sua dimensão de apoio mais difusa, em especial na probabilidade de apoiar a democracia como melhor forma de governo e na rejeição a golpes militares.

A Tabela possui menos valores significativos em comparação com a Tabela 12, o que já era esperado devido ao fato de a questão sobre corrupção política estar presente apenas em duas ondas (2016/2017 e 2018/2019), o que reduz substancialmente o número de casos no nível dos países. Não obstante, percebemos a mesma tônica nas relações entre legado, corrupção percebida e apoio à democracia. Enquanto o legado está diretamente relacionado ao aumento nas chances de apoio, ao interagir com a PCP essas chances sofrem uma inflexão acentuada o suficiente para modificar a sua direção, isto é, nos países de maior legado há um aumento da capacidade corrosiva da percepção de corrupção política.

Tabela 13 – Percepção de corrupção de políticos (PCP) e legitimidade democrática. Modelos de Regressão Logística Hierárquica.

	Apoio à democracia	Rejeição a golpes	Satisfação com a democracia	Confiança nas eleições	Confiança nas Cortes Superiores de Justiça	Confiança no Congresso Nacional	Confiança nos partidos	Confiança no presidente
	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)
PCP	0,8736434 *** (0,0163032)	0,8799014 *** (0,0180037)	0,6841368 *** (0,0087773)	0,6522768 *** (0,008473)	0,6421164 *** (0158671)	0,6406669 *** (0,0086392)	0,6762331 *** (0,0105697)	0,6267577 *** (0,0083144)
LegDem	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Médio Legado	1,314277 * (0,1650359)	0,8328626 (0,1283039)	0,9025463 (0,1635355)	1,365438 (0,2739922)	0,9423272 (0,2440054)	0,7931012 (0,1785109)	1,352398 *** (0,2434051)	0,9199379 (0,2491648)
Alto legado	3,267804 *** (0,6267997)	1,651322 * (0,3770581)	1,812552 *** (0,3076099)	3,077073 *** (0,5878293)	1,672095 * (0,3654175)	1,53145 * (0,3214411)	1,606885 ** (0,2652258)	1,167517 (0,2964401)
LegDem##PCP	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Médio legado	0,9787222 (0,0224059)	1,022246 (0,0252811)	0,9810818 (0,0297006)	0,9846822 (0,0293811)	0,9898587 (0,0506486)	1,079675 * (0,0339863)	0,8699778 *** (0,0331909)	0,9452905 (0,0297447)
Alto legado	0,9208687 * (0,03593)	0,8536241 *** (0,0329082)	0,9169147 ** (0,0271551)	0,8427065 *** (0,0263307)	0,8949009 * (0,0410165)	0,8766509 *** (0,0271722)	0,8014663 *** (0,0298103)	0,8890297 *** (0,0276197)
Homem	1,127675 *** (0,0237698)	1,201074 *** (0,02646240)	1,208675 *** (0,0263524)	1,102707 *** (0,024177)	0,9263605 * (0,0358729)	0,8240266 *** (0,0191271)	0,8484836 *** (0,0241357)	0,9462934 * (0,0214086)
Faixa etária	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
25 a 40	1,06091 * (0,0301272)	1,317768 *** (0,038531)	0,7941608 *** (0,0234576)	0,9173171 ** (0,0275334)	0,6896918 *** (0,0366725)	0,7357938 *** (0,0230831)	0,6895327 *** (0,0268062)	0,9924825 (0,0311552)
41 a 64	1,388551 *** (0,0414396)	2,003427 *** (0,0624136)	0,7979557 *** (0,0245209)	1,108514 *** (0,0343378)	0,7835437 *** (0,0425976)	0,7677576 *** (0,0248958)	0,8391139 *** (0,0328157)	1,276787 *** (0,0410617)
65 ou mais	1,746194 *** (0,0776608)	2,521531 *** (0,1180805)	0,9179745 (0,0402844)	1,375018 *** (0,0608785)	1,051238 (0,0768839)	0,8447001 *** (0,0388703)	1,011018 (0,0540118)	1,691359 *** (0,0759798)
Escolaridade	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Média	1,235119 *** (0,0322394)	1,231124 *** (0,0334966)	0,8011785 *** (0,0217204)	0,8814982 *** (0,0240941)	0,7451672 *** (0,0357664)	0,7252097 *** (0,0207019)	0,6517796 *** (0,0228869)	0,7409294 *** (0,0209166)
Alta	1,717943 *** (0,0512127)	1,787412 *** (0,0559786)	0,7236561 *** (0,0219723)	0,8249 *** (0,0252046)	0,5801592 *** (0,031629)	0,5292503 *** (0,0174425)	0,4557408 *** (0,0188997)	0,6385979 *** (0,0201773)
Urbano	0,988268 (0,0240236)	1,003194 (0,0255802)	0,7795405 *** (0,0195299)	0,7898753 *** (0,0199846)	0,7257976 *** (0,0329075)	0,7812261 *** (0,0208358)	0,7993691 *** (0,0256909)	0,7884979 *** (0,0204538)
Interesse por política	1,499371 *** (0,0346412)	1,168864 *** (0,0281086)	1,241113 *** (0,0290874)	1,560728 *** (0,0366807)	1,384335 *** (0,057185)	1,375067 *** (0,0340679)	2,106462 *** (0,0622353)	1,459768 *** (0,0353927)
Constante	0,9954089 (0,069262)	1,052498 (0,0908999)	2,370769 *** (0,2049001)	1,700399 *** (0,1615888)	2,593468 *** (0,3527649)	2,602409 *** (0,275694)	0,8359592 * (0,0732228)	2,31432 *** (0,292012)
Obs. no nível 1	39.767	37.943	39.742	40.340	14.065	39.919	40.304	40.436
Obs. no nível 2	36	35	36	36	18	36	36	36

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2004-2019.

Outra observação bastante relevante é que este efeito é ainda mais importante quando comparamos alto e baixo legado, uma vez que a interação do alto legado com a PCP está associada aos maiores declínios nas chances de apoio. Tanto o apoio à democracia, quanto a rejeição a golpes reduziram significativamente as suas razões de chances quando comparamos os países de alto legado com os de baixo legado. Este resultado está em sintonia com o que podemos observar no caso da PCFP.

Quando analisamos as razões de chances para as outras dimensões da legitimidade notamos que a interação com o legado parece “reduzir” as diferenças entre a corrosão do apoio difuso e do apoio específico, especialmente quando enfatizamos as razões de chance entre alto legado e a nossa referência de baixo legado. Os resultados parecem indicar que os cidadãos que tiveram uma experiência com o regime de maior qualidade centram as suas críticas mais sobre o regime em si do que sobre as suas instituições e os atores que dão vida a elas.

Neste caso, estamos diante de uma evidência contrária à ideia de que o aprofundamento da democracia produziria “cidadãos críticos” capazes de diferenciar o que é um problema de regime e o que seria um problema do governante do dia. Assumindo que estes cidadãos diferenciam os objetos de apoio adequadamente, conforme as análises fatoriais sugerem, os latino-americanos estariam mais dispostos a trocar a democracia por um regime autoritário ao perceberem mais corrupção justamente onde o “sucesso democrático” se tornou mais evidente.

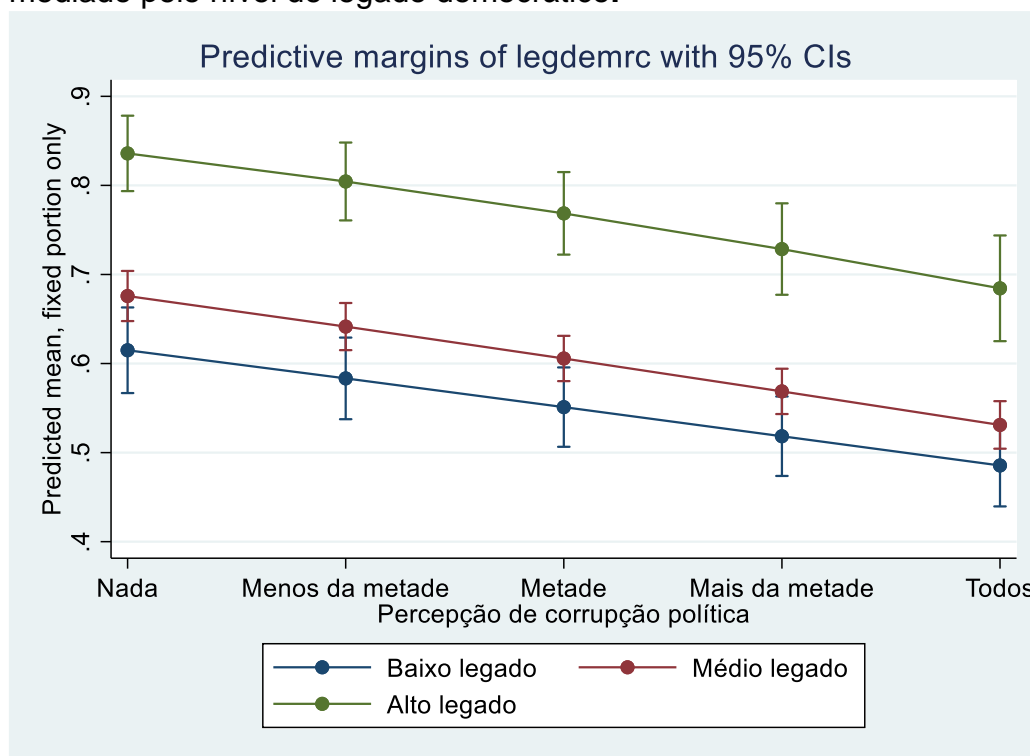
De maneira geral, os latino-americanos se tornam paulatinamente críticos mais severos e com exigências excessivas sobre o regime quando o tema em questão é a corrupção. Os cidadãos estariam aumentando as suas expectativas de lisura e honestidade política e, por conseguinte, se tornando mais suscetíveis a frustrações dramáticas quando a democracia não comprova ser capaz de entregar os resultados esperados. Isso nos leva a concluir que estes cidadãos, apesar de possuírem uma reserva de “boa-vontade” com a democracia, esta “boa-vontade” se revela menor ou inexistente quando o tema é a corrupção política.

Por outro lado, em países com experiência democrática de qualidade inferior é possível que as aspirações não sejam excessivamente altas sobre o

regime. Ou ainda, que as preocupações ou urgências cotidianas façam com que os cidadãos releguem o tema da corrupção para um segundo plano, como um problema menos urgente. Se isso for verdade, o mais provável é que a melhora na qualidade de vida dos cidadãos possa alterar a sua ordem de prioridades e o que eles valorizam como temas políticos mais importantes.

Para observar melhor essas evidências, a Figura 24 abaixo apresenta os efeitos marginais da corrupção política percebida sobre o apoio à democracia. O primeiro ponto a ser destacado é que os países de maior repertório democrático, assim como no caso da corrupção de funcionários públicos, iniciam de um patamar superior e terminam com valores preditos de apoio acima das demais nações. Isso é importante ressaltar porque, embora a interação entre legado e corrupção reduza as chances de apoiar o regime, ainda assim os países de maior legado permanecem com os maiores percentuais de apoio.

Figura 24 – Efeitos marginais da PCP (0 a 4) sobre o apoio à democracia mediado pelo nível de legado democrático.



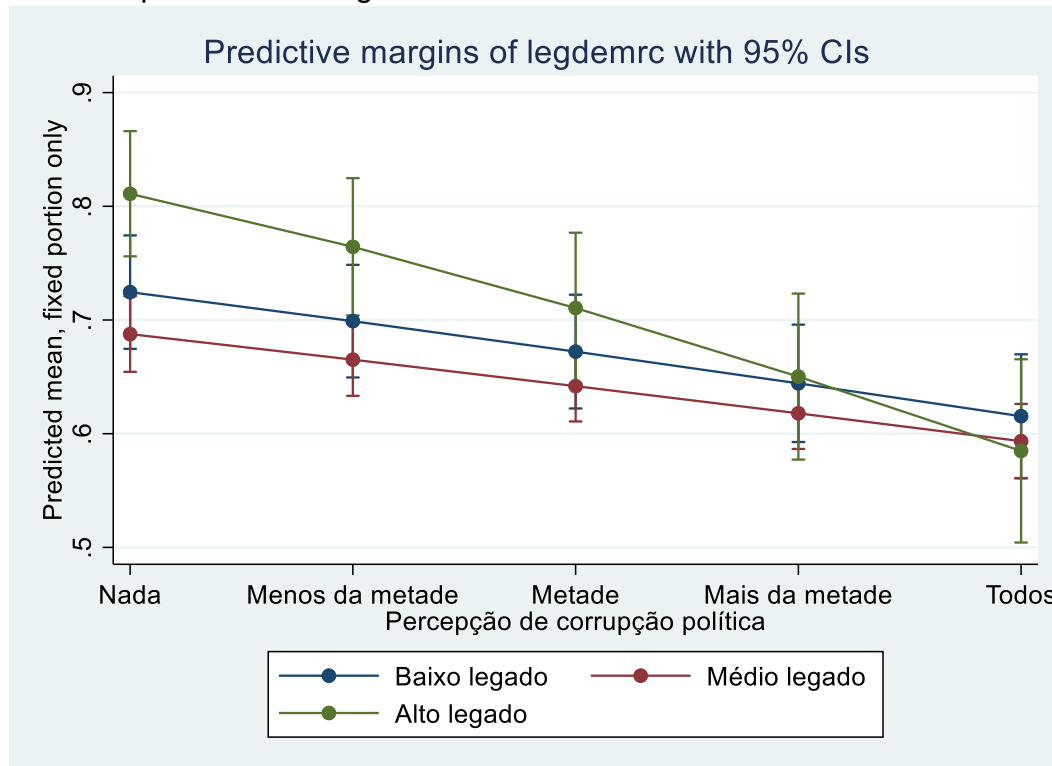
Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2016-2019.

A figura ilustra outra diferença importante em relação à percepção sobre os funcionários públicos. Enquanto no caso da PCFP a tendência do médio e do baixo legado é de aumentar o apoio, no caso da PCP todas as linhas têm um

declínio acentuado, denotando uma nítida direção de redução do apoio à democracia. Não obstante, neste caso a linha na cor verde referente ao grupo de países com os melhores repertórios democráticos se mantém claramente acima das demais, indicando que o declínio no apoio difuso não chega a se reduzir a ponto de aproximar esses países aos de menor legado democrático.

A Figura 25, por sua vez, apresenta os efeitos sobre a rejeição a golpes militares e evidencia um efeito maior. Quando observamos a linha verde do gráfico, que representa o alto legado, sua inclinação é mais pronunciada, de modo que esse grupo de países parte de um patamar mais elevado de rejeição a golpes e chega a ter um efeito forte o suficiente para inverter a posição final das linhas. Embora o “ponto de chegada” esteja dentro dos erros marginais, a robustez do efeito se torna mais visível pela inclinação negativa que vai progressivamente reduzindo a rejeição a golpes militares em países de alto legado até as chances de rejeitar golpes serem iguais ou inferiores a dos demais grupos de países.

Figura 25 – Efeitos marginais da PCP (0 a 4) sobre a rejeição a golpes militares mediado pelo nível de legado democrático.



Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2016-2019.

Este resultado chama atenção porque se refere à nossa pergunta “teste de fogo” da democracia, em que rejeitar golpes militares constitui uma “linha limite” na qual temos segurança para argumentar que se trata de fato de uma atitude que anseia por uma ruptura com o regime. Isso se torna ainda mais preocupante em virtude do histórico de ingerência militar nas democracias latino-americanas. Como já apontamos em outros momentos, os latino-americanos ainda convivem com notícias de tentativas ou ameaças latentes e explícitas de golpes militares na região.

Dando um passo adiante na análise, testamos na Tabela 14 a interação entre as duas percepções de corrupção com outras três variáveis contextuais: (a) o nosso “indicador de qualidade da democracia”, o (b) PIB *per capita* e o (c) crescimento econômico. Nosso objetivo principal foi identificar se este padrão de interação se manteria com outras variáveis contextuais. Em relação especificamente ao indicador de qualidade democrática que elaboramos, ele desconsidera o legado acumulado ao longo dos anos e leva em consideração apenas a pontuação do país em cada ano. Optamos por essa análise para verificar se haveria alguma diferença mais relacionada a uma avaliação específica e pontual da democracia.

O indicador de qualidade da democracia foi construído a partir do V-Dem, assim como o legado. No entanto, este indicador possui duas diferenças fundamentais. A primeira, já mencionada, consiste em levar em consideração apenas a pontuação do país no ano de sua mensuração. Isso permite que avaliemos a relação entre corrupção, apoio ao regime e rejeição à golpes com o nível de democracia. A outra diferença reside no fato de que consideramos as cinco dimensões elencadas pelo projeto: democracia eleitoral, democracia liberal, democracia participativa, democracia deliberativa e democracia igualitária. A inclusão de todas as dimensões tem o objetivo de analisar a “entrega do regime”, diferente da construção do legado em que partimos de alguns elementos mínimos para se definir um regime como democrático.

Em relação ao PIB *per capita* e ao crescimento econômico, essas variáveis foram inseridas por duas razões principais. A primeira delas é estabelecer uma métrica objetiva e contextual do ambiente econômico que forja as atitudes democráticas. Já analisamos em outro capítulo que a percepção de corrupção de funcionários públicos e de políticos não está profundamente entrelaçada com

o ambiente econômico. Apesar do apoio à democracia ser mais provável em contextos nos quais a “vida material vai bem” e os cidadãos obtêm mais benefícios do regime, a economia não é a única fonte de apoio, ou a única condicionante para forjar atitudes democráticas. Não obstante, buscamos entender se o ambiente econômico interage e condiciona a percepção de corrupção e, caso isso ocorra, se há diferenças substantivas em relação ao legado.

A segunda razão é que tanto a variável de PIB *per capita* quanto o crescimento econômico, por serem indicadores objetivos e externos ao banco Barômetro das Américas, fornecem indicadores precisos sobre a economia e isentos de endogeneidade, já que não estamos lidando com a questão subjetiva da percepção sobre a economia, mas com medidas objetivas. Além disso, essas medidas podem lançar luz sobre alguns aspectos do efeito do legado, tendo em vista que quando nos referimos ao “legado democrático” estamos tratando de um indicador qualitativo do complexo ambiente institucional e econômico acumulado ao longo do tempo.

Assim, optamos pelo PIB *per capita* como uma variável econômica ao invés de somente utilizar o PIB porque os países variam muito em termos populacionais e isso pode esconder “armadilhas”. É possível que um país populoso tenha um PIB elevado, mas que isso se deva mais pela sua população do que pela produtividade, enquanto um país com população menor pode ter um PIB menos elevado, mas condições econômicas de produtividade relativamente melhores. Por isso, o PIB *per capita* permite uma comparabilidade melhor entre os países, já que acaba “ajustando” a economia de acordo com a demografia nacional.

Entretanto, um PIB *per capita* ainda diz muito pouco sobre o ambiente econômico de um país. É possível, por exemplo, que um país mantenha um PIB *per capita* alto porque sua trajetória econômica é sólida, mas o país esteja passando por um período de dificuldades econômicas. Neste sentido, optamos por incluir as taxas de crescimento econômico dos países a fim de verificar a economia de um ponto de vista relacional, isto é, mensurando se houve melhora ou piora do crescimento econômico em relação ao ano anterior e em que nível essa variação ocorreu. O argumento subjacente é que quando a economia está

em ritmo de crescimento, isso altera o ambiente contextual no qual as atitudes são forjadas.

O primeiro resultado que mais nos chama atenção é em relação ao PIB *per capita*. Isso porque essa variável aumenta o apoio à democracia e a rejeição a golpes, como esperado, mas, ao interagir com a percepção de corrupção, reduz o apoio à democracia e a rejeição a golpes. Como o PIB *per capita* reflete um indicador econômico mais “estável” ao ter uma variação menor ao longo do tempo do que o crescimento econômico, por exemplo, ele reforça nossa suspeita de que nas democracias de “melhor desempenho” ao longo do tempo os cidadãos podem ter mais exigências sobre o regime, com expectativas mais elevadas e uma tolerância menor em relação a alguns temas como a corrupção.

Como estamos tratando aqui de uma variável que reflete a renda dos indivíduos, embora não consigamos saber ao certo o grau de distribuição dessa renda entre os cidadãos, a tendência é que a renda *per capita* reflita um indicativo aproximado de que os cidadãos em média tenham, de fato, uma renda superior aos países em que este indicador é inferior. Se este for este o caso, é possível que haja uma priorização de temas como a corrupção entre os cidadãos onde a renda média é superior quando comparados com cidadãos onde a renda média é menor. Isso porque em países mais “empobrecidos” é possível que as demandas do dia a dia ocupem uma atenção maior dos indivíduos, enquanto em países com um ambiente econômico mais confortável, a urgência da vida material divide mais espaço com outras preocupações. Isso se reflete na valorização de temas como a corrupção como questões importantes na vida política nacional.

Retomando o conceito de “cidadãos críticos”, aludidos por Norris (2011) para explicar a “crise democrática”, estes surgiriam a partir da contraposição entre expectativas elevadas dos cidadãos e o desempenho ruim dos regimes, gerando déficits democráticos. Estes “cidadãos críticos”, no entanto, apoiariam a democracia, embora avaliassem mal o seu desempenho. Não parece se tratar disso no caso da América Latina, pois os cidadãos estão “punindo” o regime e não apenas o avaliando mal. Além disso, quando levamos em conta o efeito interativo do legado, as distâncias entre a corrosão do apoio difuso e específico, em termos de razão de chance, diminuem.

Tabela 14 – Condicionantes Contextuais da Percepção de Corrupção: Qualidade da Democracia, PIB Per Capta e Crescimento Econômico. Modelo de Regressão Logística Hierárquica.

	Apoio à democracia	Rejeição a golpes		Apoio à democracia	Rejeição a golpes
	Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)		Razão de Chance (Erro Padrão)	Razão de Chance (Erro Padrão)
QualiDem## PCFP	0,9981102*** (0,0003962)	0,9985294*** (0,0004208)	QualiDem## PCP	0,9993037 (0,0005436)	0,998466** (0,0005597)
QualiDem categorizada	Referência	Referência	QualiDem categorizada	Referência	Referência
Média QualiDem	0,8926518 (0,1083976)	0,584809*** (0,0782276)	Média QualiDem	1,2135 (0,1805199)	0,6696865* (0,1107873)
Alta QualiDem	2,053909*** (0,3158947)	1,128794 (0,1899226)	Alta QualiDem	2,287469*** (0,436954)	1,11221 (0,2315665)
QualiDem##PCFP	Referência	Referência	QualiDem##PCP	Referência	Referência
Média QualiDem	0,9626992* (0,0165193)	1,068691*** (0,0214311)	Média QualiDem	0,9696324 (0,0247008)	1,026351 (0,0287182)
Alta QualiDem	0,8839029*** (0,0208345)	0,9357832** (0,0242021)	Alta QualiDem	0,9482259 (0,0333778)	0,903926** (0,0328697)
Constante	0,7492543** (0,0823611)	0,9704689 (0,1192749)	Constante	0,4815807*** (0,0664692)	0,6926553* (0,1058324)
Obs. nível 1	151.329	134.531	Obs. nível 1	39.767	37.943
Obs. nível 2	109	97	Obs. nível 2	36	35
PIBpc##PCFP	0,9999931*** (0,00000166)	0,9999907*** (0,00000171)	PIBpc##PCP	0,9999939*** (0,00000218)	0,9999908*** (0,00000223)
PIBpc Categorizado	Referência	Referência	PIBpc categorizada	Referência	Referência
Médio PIBpc	1,551768*** (0,1547807)	1,214231 (0,128421)	Médio PIBpc	1,464831** (0,1837887)	1,044478 (0,1489478)
Alto PIBpc	2,490238*** (0,4064581)	2,196187*** (0,3591564)	Alto PIBpc	2,075153*** (0,3183781)	1,658776** (0,2865449)
PIBpc##PCFP	Referência	Referência	PIBpc## PCP	Referência	Referência
Médio PIBpc	0,9675196* (0,0136113)	0,9794892 (0,014545)	Médio PIBpc	0,9753009 (0,0226886)	0,949135* (0,0231202)
Alto PIBpc	0,8657452*** (0,0236775)	0,8399576*** (0,0223925)	Alto PIBpc	0,9541079 (0,0280302)	0,8919973*** (0,0268817)
Constante	0,6167095*** (0,0413721)	0,5901644*** (0,0419921)	Constante	0,4799724*** (0,044127)	0,4905753*** (0,0515847)
Obs. nível 1	151.329	134.531	Obs. nível 1	39.767	37.943
Obs. nível 2	109	97	Obs. nível 2	36	35
CresEco## PCFP	0,9967229 (0,0022696)	1,001853 (0,0026038)	CresEco ##PCP	1,004915 (0,0026965)	1,005965* (0,0028665)
CresEco categorizado	Referência	Referência	CresEco categorizado	Referência	Referência
Médio CresEco	0,8613987 (0,1329173)	0,8193034 (0,1270961)	Médio CresEco	0,9091951 (0,1440542)	0,9595815 (0,1459692)
Alto CresEco	1,198584 (0,1995396)	0,9871966 (1666638)	Alto CresEco	0,9557497 (0,3983981)	1,294135 (0,5143677)
CresEco##PCFP	Referência	Referência	CresEco##PCP	Referência	Referência
Médio CresEco	1,022508 (0,0213628)	1,05124* (0,0239765)	Médio CresEco	1,036963 (0,0255311)	1,037903 (0,0266462)
Alto CresEco	0,9955136 (0,022577)	1,017756 (0,0249849)	Alto CresEco	1,049634 (0,0606683)	0,948783 (0,0580937)
Constante	0,8057096 (0,114018)	0,7663727 (0,1090716)	Constante	0,6685541** (0,0967063)	0,5505982 (0,0769901)
Obs. nível 1	151.329	134.531	Obs. nível 1	39.767	37.943
Obs. nível 2	109	97	Obs. nível 2	36	35

*** Significativo a 0,001; ** Significativo a 0,01, * Significativo a 0,05

Fonte: Autor, a partir dos dados do Barômetro das Américas 2004-2019.

Em relação ao indicador de qualidade da democracia, a alta qualidade aumenta as chances de apoiar o regime, embora ter média qualidade possa reduzir as chances em alguns modelos. Quando interagem com a percepção de corrupção de funcionários públicos, ter alta qualidade democrática reduz o apoio e a rejeição a golpes, mas a interação com a média qualidade aumenta a rejeição a golpes. Já em relação à PCP, houve efeito estatisticamente significativo na redução às chances de rejeitar golpes.

No que tange ao crescimento econômico, a interação com o legado não apresentou efeitos significativos, exceto para a rejeição a golpes quando interagiu com a percepção de corrupção política. Ainda assim, o efeito é extremamente baixo e positivo para a democracia, mas não chega a aumentar 1% de chances na rejeição a golpes. O efeito mais significativo ocorre na interação entre o crescimento econômico médio e a percepção de corrupção sobre funcionários públicos, em que há um leve aumento no rechaço a golpes militares.

De modo geral, os modelos interativos vão ao encontro dos resultados que havíamos identificado. As evidências reforçam o argumento de que o tema da corrupção ganha notoriedade para os cidadãos de nações com maior aprofundamento democrático e índices econômicos mais favoráveis. Isso sugere que os cidadãos alternam a ordem de prioridades de temas importantes para a esfera da política. Entretanto, essa priorização da lisura e da probidade revela um ceticismo excessivo em relação à democracia, tendo em vista que os latino-americanos com as democracias mais bem-sucedidas são os mais propensos a abandoná-las quando percebem muita corrupção.

9. Considerações finais: a democracia corre riscos?

As análises empreendidas aqui fornecem um horizonte para repensarmos os padrões de interação entre percepção de corrupção e apoio político. A estrutura multidimensional de apoio revelou-se um caminho altamente indicado para analisarmos esta relação, tendo em vista que os nossos resultados reforçam a importância de levarmos em consideração as diferenças entre os níveis de apoio. A clivagem mais nítida ocorre entre apoio difuso e apoio específico, reforçando a persuasão da teoria de multidimensional da legitimidade, tal como delineada por Norris (1999; 2011).

Entretanto, o nosso diagnóstico é menos “positivo” do que parcela da teoria sugere, pois há, de fato, corrosão do apoio difuso para os países latino-americanos. Mesmo quando analisamos a nossa pergunta “teste de fogo” de rejeição a golpes militares, encontramos resultados estatisticamente significativos e perigosos para a estabilidade do regime. Ainda que buscássemos insistir na afirmação de que a relativa “juventude” das democracias estaria por detrás desta vulnerabilidade e que os regimes ainda precisariam de mais tempo para “imunizar” o seu apoio difuso, esta conclusão nos parece imprudente à luz das evidências. Como contraponto a este diagnóstico, trouxemos evidências de que mesmo em países como Uruguai, Chile e Costa Rica, expoentes de um legado democrático relativamente elevado, a corrosão do apoio difuso ocorre quando os cidadãos percebem níveis elevados de corrupção política.

Estes resultados sugerem que a democracia, ao menos na América Latina, ainda está sujeita à corrosão dos seus “reservatórios de apoio” que, embora não se despedacem de imediato, não estão invulneráveis aos efeitos deletérios da percepção de corrupção. Isso é particularmente importante quando percebemos que os latino-americanos convivem com altos níveis de corrupção percebida, especialmente relacionadas às classes políticas. Essa percepção elevada de corrupção é persistente ao longo do tempo e é mais nociva ao regime justamente quando é percebida sobre autoridades políticas.

Outro ponto importante a ser destacado é a diferenciação entre funcionários públicos e os políticos em termos de corrupção. De fato, os cidadãos distinguem entre políticos e burocratas em termos de responsabilização e punição ao regime. O dado alarmante é que essa distinção se traduz também

em queda no apoio difuso ao regime democrático quando a corrupção política ganha relevo. Essa queda evidencia a importância da corrupção na região, mas mostra que suas especificidades ainda não foram totalmente reconhecidas, vide a diferença de impacto para o regime entre perceber que os políticos são criminosos ou que a desonestidade está mais presente nos servidores de Estado. Neste sentido, para analisar o impacto da percepção de corrupção para a legitimidade democrática, é fundamental diferenciar sobre quais grupos recai a pecha de corrupto.

Outra questão importante a ressaltar ao longo deste trabalho é que a percepção de que os políticos são incompetentes para lidar com o problema da corrupção, tal como destacado pelo trabalho de Pavão (2018), pode significar que os cidadãos sejam profundamente céticos em relação às possibilidades de políticas elaboradas pelos próprios políticos para combater estes crimes. A má notícia para a democracia é que, se a indignação com a corrupção atingir altos níveis e os cidadãos não enxergarem saída pela via institucional, o ceticismo pode ser convertido em abandono ao regime para parcelas expressivas dos latino-americanos.

Em outras palavras, nossas análises evidenciam que quando os cidadãos percebem que a corrupção é disseminada no sistema político, dando a tônica do *modus operandi* das decisões públicas, as chances de apoio ao regime são reduzidas, ao passo que a tolerância relacionada a golpes militares se eleva. Este é outro resultado importante da nossa análise acerca do volume de corrupção reconhecida pelos cidadãos, tendo em vista que é em torno da “corrupção política sistêmica” que se deflagram os maiores riscos ao regime, uma vez que a queda nas chances de apoio difuso é avassaladora. O mesmo não ocorre entre os funcionários públicos, cuja corrupção tem efeitos nocivos restringidos às dimensões específicas de apoio ao regime, especialmente em relação à satisfação com a democracia e a confiança nas instituições e nos atores políticos, não influenciando negativamente, portanto, o apoio difuso.

Nossas análises reforçam a ideia de que a especificidade do tema da corrupção deve ser levada em conta. Embora o mantra de que “quando a economia vai mal, as pessoas dão mais atenção à corrupção” possa ser verdadeiro, isso apenas informa que um descontentamento potencializa outro. Além disso, ao longo do trabalho trouxemos evidências de que a percepção de

corrupção não está essencialmente atrelada ao desempenho econômico e que a corrupção segue como um tema que gera descontentamento, especialmente referente aos políticos. Conforme analisamos, quando os cidadãos identificam que os políticos são corruptos, as chances de tolerarem golpes militares aumentam e as de apoiarem a democracia diminuem de maneira expressiva. Este é um forte indicador de precaução relacionado ao potencial deletério que a reputação dessa classe pode ter sobre a legitimidade do regime.

Ainda nesta toada, concluímos que os efeitos da corrupção não são oriundos de uma desconfiança generalizada, afinal, os países que tiveram as maiores corrosões na dimensão difusa de apoio aparecem justamente como os de maior legado, em especial Uruguai, Costa Rica e Chile. Em outros termos, é justamente onde o repertório democrático e a confiança no regime é maior que a corrupção encontra terreno um mais vulnerável aos seus efeitos. Assim, ao contrário do que esperávamos, o legado democrático acaba colocando alguns países na berlinda quando o assunto é a corrupção.

Neste ensejo, fomos surpreendidos pelo tipo de mediação promovido pelo legado democrático. O legado democrático parece potencializar os efeitos negativos da percepção de corrupção sobre a legitimidade, indo no sentido contrário ao que esperávamos. Isso significa dizer que é justamente nos países com a melhor experiência democrática e com a maior longevidade que a corrupção se mostrou mais deletéria. Esta evidência nos leva a crer que os cidadãos estejam priorizando o tema da corrupção em nações mais bem-sucedidas e se tornando mais intolerantes ao fenômeno, especialmente quando recai sobre a reputação da classe política.

Este ponto é interessante porque outros autores já chamaram atenção sobre o aumento de expectativas que a melhora da democracia promove nos cidadãos (Norris, 2011; Inglehart, 1997). Entretanto, estes autores, ao se referirem às democracias industriais avançadas, argumentam que o apoio difuso se mantém estável ao longo do tempo. O que observamos em relação à América Latina é que, apesar da redução no apoio não implicar percentuais inferiores a 50% de apoio, a adesão ao regime declinou no período analisado (2004-2019). Além disso, perceber que os políticos são desonestos aumentou ainda mais as chances de redução neste apoio.

Nossos resultados nos levam a conjecturar que a importância do tema entre os latino-americanos pode estar relacionada a diversos fatores. Dentre estes fatores, possivelmente a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos que vivem em contextos de maior legado democrático, com uma classe média proporcionalmente maior, ou em que elementos como a renda são mais elevados e os níveis educacionais são melhores, poderiam tornar a vida material uma demanda menos urgente, cedendo espaço a outros temas. O oposto ocorreria em contextos mais precarizados, com as demandas econômicas e materiais não apenas em primeiro lugar na ordem do dia, como também monopolizando a pauta política. Contudo, as análises nos indicam que o resultado disso para a América Latina não é um *gap* entre apoio difuso e específico, mas uma corrosão elevada no apoio específico e lenta no apoio difuso em contextos de maior repertório democrático.

Não obstante, é fundamental realizar uma ponderação referente ao legado democrático. Os países de maior legado partem de um patamar superior de apoio e chegam na reta final também em um patamar mais elevado no apoio difuso. Isso confirma os resultados encontrados por Casalecchi (2018), de que o legado forja compromissos mais sólidos dos cidadãos com o regime. Assim, ter um legado maior é um fator preditivo importante do apoio ao regime e, de fato, o “protege” mais em relação a choques políticos ao aumentar o número de cidadãos comprometidos com a defesa da democracia.

Nestes países de alto legado o que encontramos não é um apoio menor ao regime, mas um efeito corrosivo mais pronunciado da corrupção percebida. Isso significa que a corrupção é um tema particularmente mais relevante para os cidadãos destes países. Ter um legado alto, obviamente, continua sendo uma ótima notícia para a democracia. Os nossos resultados complementam que, apesar dessa boa notícia, não podemos considerar que os “reservatórios de apoio” estejam imunes aos efeitos corrosivos da corrupção.

Algo semelhante foi encontrado por Pavão (2018), embora no nível eleitoral. A autora argumenta que, em contextos em que o percentual de indivíduos que percebem a corrupção como uma constante na política é maior, que no nosso caso coincide com as nações de médio e baixo legado, é que os indivíduos estão menos dispostos a considerá-la eleitoralmente. Isso dificultaria a responsabilização dos corruptos em âmbito eleitoral justamente onde ela seria

mais necessária, porque onde há mais corrupção o cidadão negligencia o fenômeno para realizar as suas escolhas eleitorais (Pavão, 2018).

Nosso trabalho também realizou um esforço de replicar as análises em mais de um banco, buscando dar robustez aos resultados encontrados. O que percebemos é que a maneira de formular as questões traz diferenças substantivas nos resultados. Entretanto, é possível identificar as mesmas relações de efeito em bancos diferentes com perguntas que mensuram o mesmo constructo latente. Isso nos fornece mais segurança em confiar nos resultados, porque, embora não suplante totalmente o viés, modera alguns elementos subjetivos e possíveis vieses metodológicos.

Uma limitação importante do nosso trabalho se refere ao período em que a pergunta sobre percepção de corrupção política foi aplicada para o Barômetro das Américas. Como ela só aparece em duas ondas em nosso banco, isso acaba limitando o alcance de alguns resultados, porque alguns elementos contextuais não identificados ou trabalhados por nós podem ter um fator importante neste período. Com isso, é preciso mais estudos em outros anos a fim de verificar se estes resultados confirmam uma tendência persistente em outros períodos.

Em síntese, concluímos nossas análises argumentando que perceber corrupção não significa que os cidadãos vão trocar automaticamente a democracia por alternativas autoritárias. Este diagnóstico seria precoce. Contudo, nossas análises revelam que não é aconselhável sustentar otimismo exagerados em relação à preferência pela democracia por três motivos principais. Em primeiro lugar, porque a percepção de corrupção demonstrou ter potencial para corroer o apoio à democracia como forma de governo ideal, isto é, na dimensão difusa. Em segundo lugar, porque até mesmo rejeitar golpes militares, uma clara forma de rechaçar a erosão do regime democrático, foi afetada negativamente. Por último, porque os níveis de corrupção percebida são substantivamente elevados e persistentes na região.

Portanto, não estamos com isso afirmando que a corrupção percebida será, automaticamente, a causa da hecatombe democrática latino-americana. Mas, por outro lado, insistimos que ela de fato contribui significativamente para a erosão da legitimidade. Quando um regime não sustenta os laços que vinculam seus cidadãos, está mais vulnerável a lideranças autoritárias, ameaças e rupturas democráticas. Isso deve ser compreendido como um sinal de alerta de

que a corrupção tem potencial para corroer estes laços, o que fragiliza a democracia ao reduzir a disposição dos cidadãos em defendê-la.

10. Referências

ABRAMO, Claudio W. Percepções pantanosas: a dificuldade de se medir a corrupção. *Novos Estudos Cebrap*, nº 73, p. 33-37, 2005.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BAILEY, John. Corruption and democratic governability? *In: BLAKE, Charles; MORRIS, Stephen. (eds.). Corruption and democracy in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

BIGNOTTO, Newton. Corrupção e opinião pública. *In: AVRITZER Leonardo; FILGUEIRAS Fernando. (orgs.). Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BOHN, Simone. Corruption in Latin America: understanding the perception-exposure gap. *Journal of Politics in Latin America*, v. 4, n. 3, 2012.

BONIFÁCIO, Robert. Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe: 2004-2012. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

BOOTH, John. A.; SELIGSON, Mitchel. *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations*. Cambridge University Press, 2009.

BORBA, Julian; CARDOSO, Gabriela R. . Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. *OPINIÃO PÚBLICA*, v. 27, p. 333-359, 2021.

CALERA, Nicolás. Corrupción, ética y democracia: nueve tesis sobre la corrupción política. *In: IBÁÑEZ, Perfecto; LAPORTA, Francisco; ALVAREZ, Silvina. (eds.). La corrupción política*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

CANACHE, Damarys; ALLISON, Michael E. Perceptions of political corruption in Latin American democracies. *Latin American Politics and Society*, v. 47, n. 3, p. 91-111, 2005.

CARAZZA, Bruno. Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CASALECCHI, Gabriel Avila. Legado democrático e apoio à democracia na América Latina: evidências e mecanismos explicativos. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

CLAASSEN, Christopher. "In the mood for democracy? Democratic support as thermostatic opinion". *American Political Science Review*, p. 36-53, 2020.

CONVERSE, Philip E. The nature of belief systems in mass publics. *In: APTER, D. E. (ed.). Ideology and discontent*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1964.

- DAHL, R. Poliarquia: Participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.
- DAHL, R. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- DALTON, Russel. J. Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies. Oxford University Press, 2004.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. Assessing the Quality of Democracy. Theory and Empirical Analysis. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2005.
- EASTON, David. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, v. 5, p. 435-57, 1975.
- FERRÍN, Monica e KRIESI, Hanspeter. Introduction: Democracy – The European verdict. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (orgs.). *How Europeans view and evaluate democracy*. New York: Oxford University Press, 2016.
- FILGUEIRAS, Fernando. Marcos teóricos da corrupção. In: AVRITZER, Leonardo; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa. (orgs.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- Fuchs, Dieter, Giovanna Guidorossi, and Palle Svensson. “Support for the Democratic System.” In *Citizens and the State*, edited by Hans-Dieter Klingemann and Dieter Fuchs, 323–53. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- HEIDENHEIMER, Arnold; JOHNSTON, Michael; LEVINE, Victor. (eds.). *Political corruption: a handbook*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1989.
- HETHERINGTON, Marc J. The political relevance of political trust. *American Political Science Review*, v. 92, n. 4, p. 791-808, 1998.
- HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- _____. *Cultura e Democracia*. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (eds.). *Cultura Importa: Os Valores que Definem o Progresso Humano*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.
- INGLEHART, Ronald e CARBALLO, Marita. *Existe Latinoamérica? Un análisis global de diferencias transculturales*. Perfiles Latinoamericanos, Cidade do México, 2008.
- INGLEHART, Ronald. *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- INGLEHART, Ronald e NORRIS, Pippa. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and the rise of authoritarian-populism*. Cambridge University Press, 2018.

JACCARD, James; TURRISI, Robert. Interaction effects in multiple regression. 2º Ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2013.

JENNINGS, Kent; NIEMI, Richard. The political character of adolescence: the influence of families and schools. Princeton: Princeton University Press, 1974.

KROSNICK, Jon; RAHN, Went. Attitude Strength. In RAMACHANDRAN, Vilayanur Subramanian. Encyclopedia of Human Behavior. Cambridge: Academic Press, v. 1, p. 279-314, 1994.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. Problems of Democratic Transition and Consolidation. Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

LISTHAUG, Ola. The dynamics of political trust. In: KLINGEMANN, H.-D.; FUCHS, D. (Eds.). Citizens and the state. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MANZETTI, Luigi; WILSON, Carole. Why do corrupt governments maintain public support? *In*: BLAKE, Charles; MORRIS, Stephen. (eds). Corruption and democracy in Latin America. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

MENEGUELLO, Rachel. O lugar da corrupção no mapa de referência dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia. *In*: AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MIGNOZZETTI, Umberto G. Impacto da corrupção sobre a qualidade do governo democrático. *In*: MENEGUELLO, Rachel; MOISÉS, José Álvaro. (orgs.). A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MISHLER, William; ROSE, Richard. Political support for incomplete democracies: realist vs. idealist theories and measures. *International Political Science Review*, v. 22, p. 303-320, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo. *In*: MENEGUELLO, Rachel; MOISÉS, José Álvaro. (orgs.). A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MOISÉS, José Á (org.). Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas? 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MORLINO, Leonardo. Teoria da Democratização, Qualidade da Democracia e Pesquisa de Opinião: Ainda em Mesas Separadas? *In*: MOISÉS, José Álvaro. (org.). Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas? São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

NORRIS, Pippa. *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

_____. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NYE, Joseph. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. *The American Political Science Review*, v. 61, nº 2, 1967.

O'DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. (eds.). *Transition from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

PAVÃO, Nara. Corruption as the Only Option: The Limits to Electoral Accountability. *JOURNAL OF POLITICS JCR*, v. 80, p. 996-1010, 2018.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; MAINWARING, Scott. Regime legacies and levels of democracy: Evidence from Latin America. *Comparative Politics*, v. 45, n. 4, p. 379-397, 2013.

PHARR, Susan.; PUTNAM, Robert. D. *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PUTNAM, Robert D. *Making Democracy Work*. Princeton, NJ: Princeton, 1993.

_____. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, 6: 65–78, 1995.

PRZEWORSKI, Adam. *Por que as eleições importam?* Rio de Janeiro, Brasil: EdUERJ, 2021.

PRZEWORSKI, Adam. *Sustainable democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

RAUDENBUSH, Stephen; BRYK, Anthony. *Hierarchical linear models: applications and data analysis methods*. 2a edição. Newbury Park, CA, Sage, 2002.

RUSTOW, Dankwart. Transitions to Democracy: toward a dynamic model. *Comparative politics*, v. 2, n. 3, p. 337-363, 1970.

ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption and government. Causes, consequences and reform*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SALINAS, Eduardo; BOOTH, John A. Micro-social and Contextual Sources of Democratic Attitudes in Latin America. in: *Journal of Politics in Latin America*, 3, 1, 29-64, 2011.

SEARS, David; LEVY, Sheri. Childhood and adult political development. In: (Orgs.) SEARS, D. HUDDY, L; JERVIS, R. Oxford handbook of political socialization, p. 60-109. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SELIGSON, Mitchell. Corruption and democratization: what is to be done? Public integrity, v. 3, n. 3, 2001.

_____. The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries. Journal of Politics, Chicago, 2002

SILVA, Nivaldo C. O lugar da corrupção: deficiências e formas de controle na gestão de governo municipal. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2007.

SVOLIK, Milan. "Polarização versus democracia". In: Journal of Democracy (em português), vol. 8, nº 2, pp. 1-21, 2019.

_____. "When polarization trumps civic virtue: partisan conflict and the subversion of democracy by incumbents". Quarterly Journal of Political Science, vol. 15, p. 3-31, 2020.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Corruption Perceptions Index 2019. Disponível em: <<https://www.transparency.org/en/publications/corruption-perceptions-index-2019#>>. Acesso em: 26 out. 2022.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora UnB, 1999. v. 2.

VALDÉS, Ernesto G. Acerca del concepto de corrupción. Claves de Razón Práctica, nº 56, 1995. WARREN, M. The Meaning of Corruption in Democracies. In: HEYWOOD, P. (ed). The Routledge International Handbook on Political Corruption. Oxford: Routledge, 2012.

ZALLER, John e FELDMAN, Stanley. A Simple Theory of the Survey Response: Answering Questions versus Revealing Preferences. American Journal of Political Science. Vol. 36, N. 3, p. 579-616, 1992.

11. ANEXO 1

QUADRO 1 – Perguntas do Barômetro das Américas

	Variável independente	Pergunta
Percepção de corrupção	Percepção de corrupção sobre políticos	<i>Pensando nos políticos do [país], quantos deles o(a) Sr./Sra. acha que estão envolvidos com corrupção?</i>
Dimensão	Variável dependente	Pergunta
Adesão à democracia	Apoio à democracia como melhor forma de governo	<i>Mudando de assunto de novo, a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?</i>
	Rejeição a golpes militares	<i>Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, se justificaria um golpe militar... Quando há muito crime? / Diante de muita corrupção?</i>
Satisfação com o regime	Satisfação com o desempenho da democracia	<i>De uma maneira geral, o(a) sr./sra. está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito(a) ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no(a)... [país]?</i>
Apoio às instituições democráticas	Confiança nas eleições	<i>Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nas eleições neste país?</i>
	Confiança no Congresso	<i>Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Congresso Nacional?</i>
	Confiança na Corte Superior de Justiça	<i>Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no [Judiciário]?</i>
Avaliação dos atores	Confiança no Presidente	<i>Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Presidente da República</i>

QUADRO 2 – Perguntas do Latinobarômetro

	Variável independente	Pergunta
Percepção de corrupção	Percepção de corrupção sobre políticos	<i>En una escala del 0 al 10, donde 0 significa “nada” y 10 “muchas”, ¿cuánta corrupción cree que hay en.. El gobierno nacional Las municipalidades El congreso nacional</i>
Dimensão	Variável dependente	Pergunta

Adesão à democracia	Adesão à democracia	<p><i>¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo? La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno</i></p> <p><i>1 En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático.</i></p> <p><i>2 A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático</i></p> <p><i>3</i></p>
	Apoio à democracia como melhor forma de governo	<p><i>La democracia puede tener problemas pero es el mejor sistema de Gobierno. Muy de acuerdo (1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o muy en desacuerdo (4).</i></p>
Satisfação com o regime	Satisfação com o desempenho da democracia	<p><i>En general, ¿diría Ud. que está muy satisfecho, más bien satisfecho, no muy satisfecho o nada satisfecho con el funcionamiento de la democracia en (PAÍS)?</i></p>
Apoio às instituições democráticas	Confiança nas eleições	<p><i>Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas de la lista ¿cuánta confianza tiene usted en ellas: mucha (1), algo (2), poca (3) o ninguna (4) confianza en...?</i></p>
	Confiança no Congresso	<p><i>Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas de la lista ¿cuánta confianza tiene usted en ellas: mucha (1), algo (2), poca (3) o ninguna (4) confianza en...? Congreso</i></p>
	Confiança na Corte Superior de Justiça	<p><i>Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas de la lista ¿cuánta confianza tiene usted en ellas: mucha (1), algo (2), poca (3) o ninguna (4) confianza en...? Poder Judicial</i></p>
Avaliação dos atores	Confiança no governo	<p><i>Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas de la lista ¿cuánta confianza tiene usted en ellas: mucha (1), algo (2), poca (3) o ninguna (4) confianza en...? Gobierno</i></p>

12. ANEXO 2 – Sintaxe

* //////////////////////////////////////

* Tese – Tailon Rodrigues Almeida

* //////////////////////////////////////

* //////////////////////////////////////

* ORGANIZANDO BANCO DE DADOS //////////////////////////////////////

* //////////////////////////////////////

* Abrindo o banco de dados /// BA/LAPOP 2004-2019

use "C:/Users/tailo/OneDrive - Academico - Secretaria do Estado da Educação de São Paulo/Área de Trabalho/Doutorado em Ciência Política UFSCar/Tese/Banco de dados/Banco de dados/Banco_Tese/TESE LAPOP 2004-2019/AmericasBarometer_Full_2004-2018.dta", clear

* Jamaica, Guiana, Trinidad y Tobago, Belice, Surinam, Bahamas, Grenada, Saint Lucia, Dominica, Saint Vincent, Saint Kitts, Estados Unidos, Canadá.

drop if pais == 23 | pais == 24 | pais == 25 | pais == 26 | pais == 27 | pais == 28 | pais == 29 | pais == 30 | pais == 31 | pais == 32 | pais == 33 | pais == 34 | pais == 35 | pais == 40 | pais == 41

* Organizando anos

recode year (2004=2004) (2006=2006) (2007=2006) (2008=2008) (2009=2008) (2010=2010) (2012=2012) ///

(2014=2014) (2016=2016) (2017=2016) (2018=2018) (2019=2018), gen(anos)

label variable anos "Ano de aplicação do survey"

label define anos 2004 "2004" 2006 "2006/7" 2008 "2008/9" 2010 "2010" 2012 "2012" 2014 "2014" 2016 "2016/7" 2018 "2018/9"

label values anos anos

* VARIÁVEIS INDEPENDENTES DE INTERESSE

////////////////////////////////////

* Percepção de corrupção de funcionários públicos - categorica

recode exc7 (4=0) (3=1) (2=2) (1=3) (.a/.z=.), gen(pcorrup)

label variable pcorrup "Percepção de corrupção de funcionários públicos"

label define pcorrup 0 "Nenhuma corrupção" 1 "Pouca corrupção" 2 "Muita corrupção" 3 "Totalmente corrupto"

label values pcorrup pcorrup

* Percepção de corrupção de funcionários públicos - binária

recode exc7 (4=0) (3=0) (2=1) (1=1) (.a/.z=.), gen(pcorrupb)

label variable pcorrupb "Percepção de corrupção de funcionários públicos"

label define pcorrupb 0 "Nenhuma/pouca corrupção" 1 "Muito/Totalmente corrupto"

label values pcorrupb pcorrupb

* Percepção de corrupção dos políticos - categorica
recode exc7new (1=0) (2=1) (3=2) (4=3) (5=4), gen (pcorpol)
label variable pcorpol "Percepção de corrupção política"
label define pcorpol 0 "Nada" 1 "Menos da metade" 2 "Metade" 3 "Mais da
metade" 4 "Todos"

label values pcorpol pcorpol

* Percepção de corrupção dos políticos - categorica 2
recode exc7new (1=0) (2=1) (3=2) (4=2) (5=3), gen (pcorpolc)
label variable pcorpolc "Percepção de corrupção política"
label define pcorpolc 0 "Nenhuma corrupção" 1 "Pouca corrupção" 2 "Muita
corrupção" 3 "Corrupção generalizada"

label values pcorpolc pcorpolc

* Percepção de corrupção dos políticos - categorica 3
recode exc7new (1=0) (2=1) (3=2) (4=3) (5=3), gen (pcorpolc3)
label variable pcorpolc3 "Percepção de corrupção política"
label define pcorpolc3 0 "Nenhuma corrupção" 1 "Pouca corrupção" 2 "Muita
corrupção" 3 "Corrupção generalizada"

label values pcorpolc3 pcorpolc3

* Percepção de corrupção dos políticos - binária
recode exc7new (1=0) (2=0) (3=0) (4=1) (5=1), gen (pcorpolb)
label variable pcorpolb "Percepção de corrupção política"
label define pcorpolb 0 "Nenhuma/Pouca corrupção" 1 "Muita corrupção"

label values pcorpolb pcorpolb

* VARIÁVEIS INDEPENDENTES //////////////////////////////////////

* Homem
recode q1 (1=1) (2=0) (3=.), gen(homem)
label variable homem "Homem"
label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"
label values homem homem

* Idade
gen idade = q2
label variable idade "Idade"

* Faixa etária
recode idade (16/24=0) (25/40=1) (41/64=2) (65/112=3), gen(fetaria)
label variable fetaria "Faixa etária"
label define fetaria 0 "16 a 24" 1 "25 a 40" 2 "41 a 64" 3 "65 ou mais"
label values fetaria fetaria

* Escolaridade em anos
gen escol = ed

* Escolardade em níveis de instrução
recode escol (0/9=0) (10/12=1) (13/18=2), gen (escolcat)
label variable escolcat "Nível escolar"

label define escolcat 0 "Baixo" 1 "Médio" 2 "Alto"
label values escolcat escolcat

* Urbano / Rural
recode ur (1=1) (2=0), gen(urbano)
label variable urbano "Urbano"
label define urbano 0 "Rural" 1 "Urbano"
label values urbano urbano

* Interessado por política
recode pol1 (1/2=1) (3/4=0), gen(intpol)
label variable intpol "Interesse por política"
label define intpol 0 "Baixo interesse" 1 "Alto interesse"
label values intpol intpol

* Problema mais grave que o país está enfrentando
**** variável a4
tab a4

* Exposição à mídia
gen radio = 4 - a1
gen tv = 4 - a2
gen jornal = 4 - a3
gen expmidia = radio + tv + jornal

* Exposição à informações políticas nas redes sociais
/// É importante utilizar isso, mas só existe aplicação no survey 2018/2019
* Facebook
gen polifacebook = 5 - smedia3

* Twitter
gen politwitter = 5 - smedia6

* WhatsApp
gen poliwhatsapp = 5 - smedia9

* Exposição à informações políticas por redes sociais
gen poliredes = polifacebook + politwitter + poliwhatsapp

* VARÁVEIS DE ADESÃO À DEMOCRACIA //////////////////////////////////////

* Apoio à democracia
/// Ver com o Gabriel essa codificação, porque uma linha de corte mais rigorosa
/// colocaria o 4 ainda no 1, o que significaria que somente uma queda mais
/// acentuada seria passível de ser detectada na regressão
recode ing4 (1/4=0) (5/7=1), gen (addem)
label variable addem "Apoio a democracia"
label define addem 0 "Autoritário" 1 "Democrata"
label values addem addem

* Rejeição a golpes militares // ver com o Gabriel se o missing não está somado como

/// tolerante a golpes

* Em 2016 e 2018 as questões foram aplicadas apenas para metade do banco.

recode jc10 (2=1) (1=0) (.c=0), gen (jc10r)

recode jc13 (2=1) (1=0) (.c=0), gen (jc13r)

gen golpes = jc10r + jc13r

recode golpes (0=0) (1=1) (2=1), gen (rgolp)

label variable rgolp "Rejeição a golpes militares"

label define rgolp 0 "Tolerante a golpes" 1 "Não tolerante a golpes"

label values rgolp rgolp

* Compromisso democrático

gen compdem = addem * rgolp

label variable compdem "Compromisso democrático"

label define compdem 0 "Não comprometido" 1 "Comprometido"

label values compdem compdem

/// A variável compdem representa uma medida composta (ou interação) de adesão a princípios democráticos (addem) e rejeição a golpes (rgolp).

/// Por exemplo: Se addem = 1 e rgolp = 1, então compdem = 1, indicando forte compromisso democrático. Se qualquer uma das variáveis for 0, compdem será 0, indicando falta de compromisso em pelo menos um dos aspectos. Esse tipo de cálculo é útil para criar uma métrica que combine dois indicadores relacionados.

/// BLOCO DE CONFIANÇA: HÁ VÁRIAS QUESTÕES DE CONFIANÇA. ANALISAR UMA A UMA

* Confiança no Sistema de Justiça. b10a (bastante representativo até 2014)

* Em 2016 e 2018 não foi aplicado para a maioria dos países

recode b10a (1/4=0) (5/7=1), gen (conf_jus)

label variable conf_jus "Confiança no sistema de Justiça"

label define conf_jus 0 "Confia pouco" 1 "Confia muito"

label values conf_jus conf_jus

* Confiança na Suprema Corte de Justiça. b31

* Em 2014 e 2016 não foi aplicado para a maioria dos países

recode b31 (1/4=0) (5/7=1), gen (conf_scj)

label variable conf_scj "Confiança na Suprema Corte de Justiça"

label define conf_scj 0 "Confia pouco" 1 "Confia muito"

label values conf_scj conf_scj

* Confiança nas Instituições Eleitorais Nacionais. b11 (mais representativo até 2012)

* Em 2014, 2016 e 2018 não foi aplicado para a maioria dos países

recode b11 (1/4=0) (5/7=1), gen (conf_ielei)

label variable conf_ielei "Confiança nas instituições eleitorais"

```
label define conf_ielei 0 "Confia pouco" 1 "Confia muito"  
label values conf_ielei conf_ielei
```

* Confiança nas eleições

/// existe a partir de 2012 e tem pouca aplicação em 2004. b47a

```
recode b47a (1/4=0) (5/7=1), gen (conf_elei)  
label variable conf_elei "Confiança nas eleições"  
label define conf_elei 0 "Confia pouco" 1 "Confia muito"  
label values conf_elei conf_elei
```

* Confiança no Parlamento/Congresso. b13

```
recode b13 (1/4=0) (5/7=1), gen (conf_cong)  
label variable conf_cong "Confiança no Congresso"  
label define conf_cong 0 "Confia pouco" 1 "Confia muito"  
label values conf_cong conf_cong
```

* Confiança nos partidos políticos. b21

```
recode b21 (1/4=0) (5/7=1), gen (conf_part)  
label variable conf_part "Confiança nos partidos políticos"  
label define conf_part 0 "Confia pouco" 1 "Confia muito"  
label values conf_part conf_part
```

* Confiança no Executivo/Presidente. b21a

```
recode b21a (1/4=0) (5/7=1), gen (conf_pres)  
label variable conf_pres "Confiança no presidente"  
label define conf_pres 0 "Confia pouco" 1 "Confia muito"  
label values conf_pres conf_pres
```

* Confiança no governo. b14

```
recode b14 (1/4=0) (5/7=1), gen (conf_gov)  
label variable conf_gov "Confiança no governo"  
label define conf_gov 0 "Confia pouco" 1 "Confia muito"  
label values conf_gov conf_gov
```

* Confiança nas Forças Armadas. b12

```
recode b12 (1/4=0) (5/7=1), gen (conf_fa)  
label variable conf_fa "Confiança nas Forças Armadas"  
label define conf_fa 0 "Confia pouco" 1 "Confia muito"  
label values conf_fa conf_fa
```

* Satisfação com a democracia (bateria de avaliação)

```
recode pn4 (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (satdem)  
label variable satdem "Satisfação com a democracia"  
label define satdem 0 "Insatisfeito" 1 "Satisfeito"
```

label values satdem satdem

* Satisfação com a democracia - variável contínua (bateria de avaliação)
recode pn4 (1=3) (2=2) (3=1) (4=0), gen (satdemcont)
label variable satdemcon "Satisfação com a democracia"
label define satdemcont 0 "Muito insatisfeito" 1 "Insatisfeito" 2 "Satisfeito" 3
"Muito satisfeito"
label values satdemcont satdemcont

* Aprovação do Presidente
recode m1 (1/2=1) (3/5=0), gen (av_pres)
label variable av_pres "Aprovação do presidente"
label define av_pres 0 "Médio/ruim/péssimo" 1 "Bom/ótimo"
label values av_pres av_pres

////////////////////////////////////
* Análise fatorial das dimensões da legitimidade democrática //////////////////////////////////
////////////////////////////////////

*Análise fatorial
factor addem rgolp satdem conf_jus conf_scj conf_elei conf_ielei conf_cong
conf_part conf_pres
rotate, oblimin

*alpha
alpha addem rgolp satdem conf_jus conf_scj conf_elei conf_ielei conf_cong
conf_part conf_pres

*Análise fatorial
factor conf_jus conf_scj
rotate, oblimin

*alpha
alpha conf_jus conf_scj

*Análise fatorial
factor conf_elei conf_ielei
rotate, oblimin

*alpha
alpha conf_elei conf_ielei

////////////////////////////////////
* Variáveis interativas //////////////////////////////////
////////////////////////////////////

* Ideologia - Autoposicionamento ideológico
recode l1 (1/3=0) (4/7=1) (8/10=2), gen (ideologia)
label variable ideologia "Autoposicionamento ideológico"

label define ideologia 0 "Esquerda" 1 "Centro" 2 "Direita"
label values ideologia ideologia

* //////////////////////////////////////
* ANÁLISE DESCRITIVA //////////////////////////////////////
* //////////////////////////////////////

* Adesão à democracia na América Latina
mean addem // Média da adesão à democracia na América Latina
mean addem, over(pais) // Média da adesão à democracia por país na América Latina
mean addem, over(ano) // Média da adesão à democracia por ano na América Latina

* Adesão à democracia no Brasil por ano
mean addem if pais == 1, over(ano) // Mexico
mean addem if pais == 2, over(ano) // Guatemala
mean addem if pais == 3, over(ano) // El Salvador
mean addem if pais == 4, over(ano) // Honduras
mean addem if pais == 5, over(ano) // Nicaragua
mean addem if pais == 6, over(ano) // Costa Rica
mean addem if pais == 7, over(ano) // Panama
mean addem if pais == 8, over(ano) // Colombia
mean addem if pais == 9, over(ano) // Equador
mean addem if pais == 10, over(ano) // Bolívia
mean addem if pais == 11, over(ano) // Peru
mean addem if pais == 12, over(ano) // Paraguai
mean addem if pais == 13, over(ano) // Chile
mean addem if pais == 14, over(ano) // Uruguai
mean addem if pais == 15, over(ano) // Brasil
mean addem if pais == 16, over(ano) // Venezuela
mean addem if pais == 17, over(ano) // Argentina
mean addem if pais == 21, over(ano) // Rep. Dominicana
mean addem if pais == 22, over(ano) // Haiti

* Rejeição a golpes militares na América Latina
mean rgolp // Média da adesão à democracia na América Latina
mean rgolp, over(pais) // Média da adesão à democracia por país na América Latina
mean rgolp, over(ano) // Média da adesão à democracia por ano na América Latina

* Nas variáveis de corrupção, se utilizar a variável binarizada posso mostrar os percentuais
mean pcorrupb // Média de percepção de corrupção de funcionários públicos
mean pcorrupb, over(pais) // Média de percepção de corrupção de funcionários públicos por país
mean pcorrupb, over(ano) // Média de percepção de corrupção de funcionários públicos por ano

```

mean pcorpolb // Média de percepção de corrupção de políticos
mean pcorpolb, over(pais) // Média de percepção de corrupção de políticos por
país
mean pcorpolb, over(ano) // Média de percepção de corrupção de políticos por
ano
* Satisfação com a democracia
mean satdem // Média da satisfação com a democracia
mean satdem, over(pais)
mean satdem, over(ano)

* Confiança nas instituições eleitorais
mean conf_ielei
mean conf_ielei, over(pais)
mean conf_ielei, over(ano)

*Confiança nas eleições
mean conf_elei
mean conf_elei, over(pais)
mean conf_elei, over(ano)

*Confiança na Justiça
mean conf_jus
mean conf_jus, over(pais)
mean conf_jus, over(ano)

*Confiança nas Cortes Superiores de Justiça
mean conf_scj
mean conf_scj, over(pais)
mean conf_scj, over(ano)

*Confiança no Congresso
mean conf_cong
mean conf_cong, over(pais)
mean conf_cong, over(ano)

*Confiança nos partidos
mean conf_part
mean conf_part, over(pais)
mean conf_part, over(ano)

*Confiança no presidente
mean conf_pres
mean conf_pres, over(pais)
mean conf_pres, over(ano)

* //////////////////////////////////////
* ANÁLISE DE DADOS //////////////////////////////////////
* //////////////////////////////////////

* Satisfação com a democracia -> apoio ao regime

```

```
logistic addem satdem homem i.fetaria escol urbano intpol
margins, at(satdem=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

* Análises da corrupção dos servidores //////////////////////////////////////

```
* Percepção de corrupção de servidores -> apoio à democracia
logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol
margins, at(pcorrup=(0(1)3))
marginsplot, recast(line)
```

```
logistic addem i.pcorrup homem idade escol urbano intpol
margins pcorrup
marginsplot, recast(bar)
```

```
logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano ==
2018
margins, at(pcorrup=(0(1)3))
marginsplot, recast(line)
```

```
logistic addem i.pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano
== 2018
margins pcorrup
marginsplot, recast(bar)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> rejeição a golpes
logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol
margins, at(pcorrup=(0(1)3))
marginsplot, recast(line)
```

```
logistic rgolp i.pcorrup homem idade escol urbano intpol
margins pcorrup
marginsplot, recast(bar)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> satisfação com a democracia
logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol
margins, at(pcorrup=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> confiança no congresso
logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol
margins, at(pcorrup=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> confiança nas eleições
logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol
margins, at(pcorrup=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança nas instituições eleitorais nacionais

```
logistic conf_ielei pcorrup homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorrup=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança nas Supremas Cortes de Justiça

```
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorrup=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança no sistema de Justiça

```
logistic conf_jus pcorrup homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorrup=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança nos partidos

```
logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorrup=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança no presidente

```
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorrup=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção de servidores -> avaliação do presidente

```
logistic av_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorrup=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança no governo

```
logistic conf_gov pcorrup homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorrup=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança nas forças armadas

```
logistic conf_fa pcorrup homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorrup=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Análises da percepção de corrupção de servidores nas ondas de 2016 e 2018
///

* Percepção de corrupção de servidores -> apoio à democracia

```
logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano ==  
2018  
margins, at(pcorrup=(0(1)3))  
marginsplot, recast(line)
```

```
logistic addem i.pcorrup homem idade escol urbano intpol
margins pcorrup
marginsplot, recast(bar)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> rejeição a golpes
logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano ==
2018
margins, at(pcorrup=(0(1)3))
marginsplot, recast(line)
```

```
logistic rgolp i.pcorrup homem idade escol urbano intpol
margins pcorrup
marginsplot, recast(bar)
```

```
logistic rgolp i.pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano ==
2018
margins pcorrup
marginsplot, recast(bar)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> satisfação com a democracia
logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano ==
2018
margins, at(pcorrup=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> confiança no congresso
logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano
== 2018
margins, at(pcorrup=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> confiança nas eleições
logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano
== 2018
margins, at(pcorrup=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> confiança nas instituições eleitorais
nacionais
logistic conf_ielei pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano
== 2018
margins, at(pcorrup=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção de servidores -> confiança nas Supremas Cortes de
Justiça
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano
== 2018
margins, at(pcorrup=(0(1)4))
```

marginsplot, recast(line)

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança no sistema de Justiça
logistic conf_jus pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018

margins, at(pcorrup=(0(1)4))

marginsplot, recast(line)

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança nos partidos
logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018

margins, at(pcorrup=(0(1)4))

marginsplot, recast(line)

* Percepção de corrupção de servidores -> confiança no presidente
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018

margins, at(pcorrup=(0(1)4))

marginsplot, recast(line)

* Análises da corrupção dos políticos //////////////////////////////////////

* Percepção de corrupção dos políticos -> apoio à democracia

logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol

margins, at(pcorpol=(0(1)4))

marginsplot, recast(line)

logistic addem i.pcorpol homem idade escol urbano intpol

margins pcorpol

marginsplot, recast(bar)

logistic addem i.pcorpolc homem idade escol urbano intpol

margins pcorpol

marginsplot, recast(bar)

logistic addem i.pcorpolc3 homem idade escol urbano intpol

margins pcorpol

marginsplot, recast(bar)

* Percepção de corrupção dos políticos -> rejeição a golpes

logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol

margins, at(pcorpol=(0(1)4))

marginsplot, recast(line)

logistic rgolp i.pcorpol homem idade escol urbano intpol

margins, at(pcorpol=(0(1)4))

marginsplot, recast(bar)

* Percepção de corrupção dos políticos -> satisfação com a democracia

```
logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção dos políticos -> confiança no congresso  
logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção dos políticos -> confiança nas eleições  
logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção dos políticos -> confiança nas instituições eleitorais  
nacionais  
logistic conf_ielei pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção dos políticos -> confiança nas Supremas Cortes de  
Justiça  
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção dos políticos -> confiança no sistema de Justiça  
logistic conf_jus pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção dos políticos -> confiança nos partidos  
logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção dos políticos -> confiança no presidente  
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção dos políticos -> avaliação do presidente  
logistic av_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
* Percepção de corrupção dos políticos -> confiança no governo  
logistic conf_gov pcorpol homem idade escol urbano intpol  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção dos políticos -> confiança nas forças armadas
logistic conf_fa pcorpol homem idade escol urbano intpol
margins, at(pcorpol=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol i.ideologia

logistic conf_elei pcorpolb##i.ideologia homem idade escol urbano intpol

* Análises do compromisso democrático //////////////////////////////////////

logistic compdem pcorrup homem i.fetaria escol urbano intpol
logistic compdem pcorpol homem i.fetaria escol urbano intpol
logistic compdem pcorrupb homem i.fetaria escol urbano intpol
logistic compdem pcorpolb homem i.fetaria escol urbano intpol

* Percepção de corrupção geral

logistic satdem i.pcorrupb homem i.fetaria escol urbano intpol
margins i.pcorrupb
marginsplot, recast(bar)

* Percepção de corrupção política

logistic satdem i.pcorpolb homem i.fetaria escol urbano intpol
margins i.pcorpolb
marginsplot, recast(bar)

* Percepção de corrupção geral

logistic rgolp i.pcorrupb homem i.fetaria escol urbano intpol
margins i.pcorrupb
marginsplot, recast(bar)

* Percepção de corrupção política

logistic rgolp i.pcorpolb homem i.fetaria escol urbano intpol
margins i.pcorpolb
marginsplot, recast(bar)

* Percepção de corrupção de funcionários públicos nos anos de 2016 e 2018////////

* Percepção de corrupção de funcionários públicos -> adesão à democracia

logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano ==
2018 // América Latina
logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 1 & (ano ==
2016 | ano == 2018) // Mexico
logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 2 & (ano ==
2016 | ano == 2018) // Guatemala
logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 3 & (ano ==
2016 | ano == 2018) // El Salvador
logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 4 & (ano ==
2016 | ano == 2018) // Honduras

logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 5 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Nicaragua
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 6 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Costa Rica
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 7 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Panama
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 8 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Colombia
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 9 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Equador
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 10 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Bolívia
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 11 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Peru
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 12 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Paraguai
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 13 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Chile
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 14 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Uruguai
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 15 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Brasil
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 16 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Venezuela
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 17 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Argentina
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 21 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Rep. Dominicana
 logistic addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 22 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Haiti

* Percepção de corrupção de funcionários públicos -> rejeição a golpes militares
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // América Latina

logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 1 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Mexico
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 2 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Guatemala
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 3 & (ano == 2016 | ano == 2018) // El Salvador
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 4 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Honduras
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 5 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Nicaragua
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 6 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Costa Rica
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 7 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Panama
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 8 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Colombia

logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 9 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Equador
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 10 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Bolívia
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 11 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Peru
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 12 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Paraguai
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 13 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Chile
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 14 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Uruguai
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 15 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Brasil
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 16 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Venezuela
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 17 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Argentina
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 21 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Rep. Dominicana
 logistic rgolp pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 22 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Haiti

* Percepção de corrupção de funcionários públicos -> satisfação com a democracia

logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // América Latina
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 1 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Mexico
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 2 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Guatemala
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 3 & (ano == 2016 | ano == 2018) // El Salvador
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 4 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Honduras
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 5 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Nicaragua
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 6 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Costa Rica
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 7 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Panama
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 8 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Colombia
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 9 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Equador
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 10 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Bolívia
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 11 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Peru

logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 12 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Paraguai
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 13 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Chile
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 14 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Uruguai
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 15 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Brasil
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 16 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Venezuela
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 17 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Argentina
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 21 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Rep. Dominicana
 logistic satdem pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 22 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Haiti

* Percepção de corrupção de funcionários públicos -> confiança nas eleições
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // América Latina
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 1 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Mexico
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 2 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Guatemala
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 3 & (ano == 2016 | ano == 2018) // El Salvador
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 4 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Honduras
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 5 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Nicaragua
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 6 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Costa Rica
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 7 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Panama
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 8 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Colombia
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 9 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Equador
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 10 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Bolívia
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 11 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Peru
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 12 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Paraguai
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 13 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Chile
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 14 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Uruguai
 logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 15 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Brasil

logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 16 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Venezuela
logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 17 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Argentina
logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 21 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Rep. Dominicana
logistic conf_elei pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 22 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Haiti

* Percepção de corrupção de funcionários públicos -> confiança nas Cortes Superiores de Justiça

logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // América Latina
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 1 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Mexico
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 2 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Guatemala
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 3 & (ano == 2016 | ano == 2018) // El Salvador
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 4 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Honduras
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 5 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Nicaragua
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 6 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Costa Rica
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 7 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Panama
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 8 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Colombia
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 9 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Equador
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 10 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Bolívia
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 11 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Peru
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 12 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Paraguai
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 13 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Chile
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 14 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Uruguai
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 15 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Brasil
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 16 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Venezuela
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 17 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Argentina
logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 21 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Rep. Dominicana

logistic conf_scj pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 22 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Haiti

* Percepção de corrupção de funcionários públicos -> confiança no Congresso Nacional

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // América Latina

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 1 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Mexico

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 2 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Guatemala

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 3 & (ano == 2016 | ano == 2018) // El Salvador

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 4 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Honduras

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 5 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Nicaragua

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 6 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Costa Rica

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 7 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Panama

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 8 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Colombia

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 9 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Equador

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 10 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Bolívia

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 11 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Peru

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 12 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Paraguai

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 13 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Chile

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 14 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Uruguai

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 15 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Brasil

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 16 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Venezuela

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 17 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Argentina

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 21 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Rep. Dominicana

logistic conf_cong pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 22 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Haiti

* Percepção de corrupção de funcionários públicos -> confiança nos partidos

logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // América Latina

logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 1 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Mexico
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 2 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Guatemala
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 3 & (ano == 2016 | ano == 2018) // El Salvador
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 4 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Honduras
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 5 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Nicaragua
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 6 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Costa Rica
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 7 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Panama
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 8 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Colombia
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 9 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Equador
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 10 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Bolívia
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 11 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Peru
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 12 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Paraguai
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 13 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Chile
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 14 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Uruguai
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 15 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Brasil
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 16 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Venezuela
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 17 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Argentina
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 21 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Rep. Dominicana
 logistic conf_part pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 22 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Haiti

* Percepção de corrupção de funcionários públicos -> confiança no presidente da República

logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // América Latina
 logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 1 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Mexico
 logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 2 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Guatemala
 logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 3 & (ano == 2016 | ano == 2018) // El Salvador

logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 4 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Honduras
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 5 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Nicaragua
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 6 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Costa Rica
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 7 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Panama
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 8 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Colombia
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 9 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Equador
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 10 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Bolívia
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 11 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Peru
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 12 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Paraguai
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 13 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Chile
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 14 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Uruguai
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 15 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Brasil
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 16 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Venezuela
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 17 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Argentina
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 21 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Rep. Dominicana
logistic conf_pres pcorrup homem idade escol urbano intpol if pais == 22 & (ano == 2016 | ano == 2018) // Haiti

logistic addem pcorrup homem idade urbano if pais == 15 & ano == 2006 // Brasil

logistic addem pcorrup homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2008 // Brasil

logistic addem pcorrup homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2010 // Brasil

logistic addem pcorrup homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2012 // Brasil

logistic addem pcorrup homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2018 // Brasil

margins i.pcorruptb
marginsplot, recast(bar)

* Percepção de corrupção de políticos nos anos de 2016 e 2018 //

* Percepção de corrupção política por país -> adesão à democracia

logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol // América Latina
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 1 // Mexico
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 2 // Guatemala
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 3 // El Salvador
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 4 // Honduras
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 5 // Nicaragua
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 6 // Costa Rica
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 7 // Panama
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 8 // Colombia
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 9 // Equador
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 10 // Bolívia
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 11 // Peru
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 12 // Paraguai
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 13 // Chile
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 14 // Uruguai
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 16 // Venezuela
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 17 // Argentina
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 21 // Rep.
Dominicana
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 22 // Haiti

* Percepção de corrupção política -> rejeição a golpes militares

logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol // América Latina
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 1 // Mexico
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 2 // Guatemala
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 3 // El Salvador
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 4 // Honduras
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 5 // Nicaragua
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 6 // Costa Rica
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 7 // Panama
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 8 // Colombia
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 9 // Equador
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 10 // Bolívia
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 11 // Peru
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 12 // Paraguai
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 13 // Chile
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 14 // Uruguai
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 16 // Venezuela
logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 17 // Argentina

logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 21 // Rep. Dominicana

logistic rgolp pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 22 // Haiti

* Percepção de corrupção política por país -> satisfação com a democracia

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol // América Latina

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 1 // Mexico

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 2 // Guatemala

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 3 // El Salvador

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 4 // Honduras

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 5 // Nicaragua

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 6 // Costa Rica

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 7 // Panama

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 8 // Colombia

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 9 // Equador

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 10 // Bolívia

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 11 // Peru

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 12 // Paraguai

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 13 // Chile

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 14 // Uruguai

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 16 // Venezuela

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 17 // Argentina

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 21 // Rep. Dominicana

logistic satdem pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 22 // Haiti

* Percepção de corrupção política por país -> confiança nas eleições

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol // América Latina

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 1 // Mexico

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 2 // Guatemala

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 3 // El Salvador

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 4 // Honduras

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 5 // Nicaragua

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 6 // Costa Rica

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 7 // Panama

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 8 // Colombia

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 9 // Equador

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 10 // Bolívia

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 11 // Peru

logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 12 // Paraguai
logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 13 // Chile
logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 14 // Uruguai
logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 16 // Venezuela
logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 17 // Argentina
logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 21 // Rep. Dominicana
logistic conf_elei pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 22 // Haiti

* Percepção de corrupção política por país -> confiança nas Cortes Superiores de Justiça

logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol // América Latina
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 1 // Mexico
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 2 // Guatemala
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 3 // El Salvador
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 4 // Honduras
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 5 // Nicaragua
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 6 // Costa Rica
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 7 // Panama
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 8 // Colombia
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 9 // Equador
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 10 // Bolívia
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 11 // Peru
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 12 // Paraguai
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 13 // Chile
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 14 // Uruguai
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 16 // Venezuela
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 17 // Argentina
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 21 // Rep. Dominicana
logistic conf_scj pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 22 // Haiti

* Percepção de corrupção política por país -> confiança no Congresso Nacional
logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol // América Latina
logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 1 // Mexico
logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 2 // Guatemala

logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 3 // El Salvador
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 4 // Honduras
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 5 // Nicaragua
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 6 // Costa Rica
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 7 // Panama
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 8 // Colombia
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 9 // Equador
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 10 // Bolívia
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 11 // Peru
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 12 // Paraguai
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 13 // Chile
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 14 // Uruguai
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 16 // Venezuela
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 17 // Argentina
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 21 // Rep. Dominicana
 logistic conf_cong pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 22 // Haiti

* Percepção de corrupção política por país -> confiança nos partidos

logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol // América Latina
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 1 // Mexico
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 2 // Guatemala
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 3 // El Salvador
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 4 // Honduras
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 5 // Nicaragua
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 6 // Costa Rica
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 7 // Panama
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 8 // Colombia
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 9 // Equador
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 10 // Bolívia
 logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 11 // Peru

logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 12 //
Paraguai
logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 13 // Chile
logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 14 //
Uruguai
logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 16 //
Venezuela
logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 17 //
Argentina
logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 21 // Rep.
Dominicana
logistic conf_part pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 22 // Haiti

* Percepção de corrupção política por país -> confiança no presidente

logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol // América Latina
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 1 // Mexico
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 2 //
Guatemala
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 3 // El
Salvador
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 4 //
Honduras
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 5 //
Nicaragua
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 6 // Costa
Rica
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 7 // Panama
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 8 //
Colombia
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 9 //
Ecuador
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 10 // Bolívia
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 11 // Peru
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 12 //
Paraguai
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 13 // Chile
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 14 //
Uruguai
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 16 //
Venezuela
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 17 //
Argentina
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 21 // Rep.
Dominicana
logistic conf_pres pcorpol homem idade escol urbano intpol if pais == 22 // Haiti

```
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2016 //
Brasil
```

```
logistic addem pcorpol homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2018 //
Brasil
```

```
logistic addem i.pcorpol homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2016
// Brasil
```

```
logistic addem i.pcorpol homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2018
// Brasil
```

```
logistic addem pcorpolb homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2016
// Brasil
```

```
logistic addem pcorpolb homem idade escol urbano if pais == 15 & ano == 2018
// Brasil
```

* Percepção de corrupção política

```
logistic addem i.pcorpol homem i.fetaria escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
margins i.pcorpol
marginsplot, recast(bar)
```

*Análises por país

```
logistic addem pcorpol homem fetaria escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
```

```
logistic addem pcorrup homem fetaria escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
```

```
logistic pcorrup i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
```

```
logistic pcorpol i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
```

```
logistic pcorrup homem i.fetaria escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
```

```
logistic addem i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil
```

```
logistic addem pcorrup###i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol if pais ==
15 // Brasil
```

```
logistic addem pcorpol###i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol if pais ==
15 // Brasil
```

```
logistic pcorrup homem idade escol urbano intpol pais if pais == 15 // Brasil
```

```
logistic rej_golp i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol if pais == 15 //
Brasil
```

logistic conf_fa i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol if pais == 15 // Brasil

* Criar país/ano para o legado democrático *****

gen pais2=.

replace pais2=12004 if pais==1 & ano==2004 // Mexico 2004
replace pais2=12006 if pais==1 & ano==2006 // Mexico 2006
replace pais2=12008 if pais==1 & ano==2008 // Mexico 2008
replace pais2=12010 if pais==1 & ano==2010 // Mexico 2010
replace pais2=12012 if pais==1 & ano==2012 // Mexico 2012
replace pais2=12014 if pais==1 & ano==2014 // Mexico 2014
replace pais2=12016 if pais==1 & ano==2016 // Mexico 2016
replace pais2=12018 if pais==1 & ano==2018 // Mexico 2018

replace pais2=22004 if pais==2 & ano==2004 // Guatemala 2004
replace pais2=22006 if pais==2 & ano==2006 // Guatemala 2006
replace pais2=22008 if pais==2 & ano==2008 // Guatemala 2008
replace pais2=22010 if pais==2 & ano==2010 // Guatemala 2010
replace pais2=22012 if pais==2 & ano==2012 // Guatemala 2012
replace pais2=22014 if pais==2 & ano==2014 // Guatemala 2014
replace pais2=22016 if pais==2 & ano==2016 // Guatemala 2016
replace pais2=22018 if pais==2 & ano==2018 // Guatemala 2018

replace pais2=32004 if pais==3 & ano==2004 // El Salvador 2004
replace pais2=32006 if pais==3 & ano==2006 // El Salvador 2006
replace pais2=32008 if pais==3 & ano==2008 // El Salvador 2008
replace pais2=32010 if pais==3 & ano==2010 // El Salvador 2010
replace pais2=32012 if pais==3 & ano==2012 // El Salvador 2012
replace pais2=32014 if pais==3 & ano==2014 // El Salvador 2014
replace pais2=32016 if pais==3 & ano==2016 // El Salvador 2016
replace pais2=32018 if pais==3 & ano==2018 // El Salvador 2018

replace pais2=42004 if pais==4 & ano==2004 // Honduras 2004
replace pais2=42006 if pais==4 & ano==2006 // Honduras 2006
replace pais2=42008 if pais==4 & ano==2008 // Honduras 2008
replace pais2=42010 if pais==4 & ano==2010 // Honduras 2010
replace pais2=42012 if pais==4 & ano==2012 // Honduras 2012
replace pais2=42014 if pais==4 & ano==2014 // Honduras 2014
replace pais2=42016 if pais==4 & ano==2016 // Honduras 2016
replace pais2=42018 if pais==4 & ano==2018 // Honduras 2018

replace pais2=52004 if pais==5 & ano==2004 // Nicaragua 2004
replace pais2=52006 if pais==5 & ano==2006 // Nicaragua 2006
replace pais2=52008 if pais==5 & ano==2008 // Nicaragua 2008
replace pais2=52010 if pais==5 & ano==2010 // Nicaragua 2010
replace pais2=52012 if pais==5 & ano==2012 // Nicaragua 2012

replace pais2=52014 if pais==5 & ano==2014 // Nicaragua 2014
replace pais2=52016 if pais==5 & ano==2016 // Nicaragua 2016
replace pais2=52018 if pais==5 & ano==2018 // Nicaragua 2018

replace pais2=62004 if pais==6 & ano==2004 // Costa Rica 2004
replace pais2=62006 if pais==6 & ano==2006 // Costa Rica 2006
replace pais2=62008 if pais==6 & ano==2008 // Costa Rica 2008
replace pais2=62010 if pais==6 & ano==2010 // Costa Rica 2010
replace pais2=62012 if pais==6 & ano==2012 // Costa Rica 2012
replace pais2=62014 if pais==6 & ano==2014 // Costa Rica 2014
replace pais2=62016 if pais==6 & ano==2016 // Costa Rica 2016
replace pais2=62018 if pais==6 & ano==2018 // Costa Rica 2018

replace pais2=72004 if pais==7 & ano==2004 // Panama 2004
replace pais2=72006 if pais==7 & ano==2006 // Panama 2006
replace pais2=72008 if pais==7 & ano==2008 // Panama 2008
replace pais2=72010 if pais==7 & ano==2010 // Panama 2010
replace pais2=72012 if pais==7 & ano==2012 // Panama 2012
replace pais2=72014 if pais==7 & ano==2014 // Panama 2014
replace pais2=72016 if pais==7 & ano==2016 // Panama 2016
replace pais2=72018 if pais==7 & ano==2018 // Panama 2018

replace pais2=82004 if pais==8 & ano==2004 // Colombia 2004
replace pais2=82006 if pais==8 & ano==2006 // Colombia 2006
replace pais2=82008 if pais==8 & ano==2008 // Colombia 2008
replace pais2=82010 if pais==8 & ano==2010 // Colombia 2010
replace pais2=82012 if pais==8 & ano==2012 // Colombia 2012
replace pais2=82014 if pais==8 & ano==2014 // Colombia 2014
replace pais2=82016 if pais==8 & ano==2016 // Colombia 2016
replace pais2=82018 if pais==8 & ano==2018 // Colombia 2018

replace pais2=92004 if pais==9 & ano==2004 // Ecuador 2004
replace pais2=92006 if pais==9 & ano==2006 // Ecuador 2006
replace pais2=92008 if pais==9 & ano==2008 // Ecuador 2008
replace pais2=92010 if pais==9 & ano==2010 // Ecuador 2010
replace pais2=92012 if pais==9 & ano==2012 // Ecuador 2012
replace pais2=92014 if pais==9 & ano==2014 // Ecuador 2014
replace pais2=92016 if pais==9 & ano==2016 // Ecuador 2016
replace pais2=92018 if pais==9 & ano==2018 // Ecuador 2018

replace pais2=102004 if pais==10 & ano==2004 // Bolivia 2004
replace pais2=102006 if pais==10 & ano==2006 // Bolivia 2006
replace pais2=102008 if pais==10 & ano==2008 // Bolivia 2008
replace pais2=102010 if pais==10 & ano==2010 // Bolivia 2010
replace pais2=102012 if pais==10 & ano==2012 // Bolivia 2012
replace pais2=102014 if pais==10 & ano==2014 // Bolivia 2014
replace pais2=102016 if pais==10 & ano==2016 // Bolivia 2016
replace pais2=102018 if pais==10 & ano==2018 // Bolivia 2018

replace pais2=112006 if pais==11 & ano==2006 // Peru 2006

replace pais2=112008 if pais==11 & ano==2008 // Peru 2008
replace pais2=112010 if pais==11 & ano==2010 // Peru 2010
replace pais2=112012 if pais==11 & ano==2012 // Peru 2012
replace pais2=112014 if pais==11 & ano==2014 // Peru 2014
replace pais2=112016 if pais==11 & ano==2016 // Peru 2016
replace pais2=112018 if pais==11 & ano==2018 // Peru 2018

replace pais2=122006 if pais==12 & ano==2006 // Paraguai 2006
replace pais2=122008 if pais==12 & ano==2008 // Paraguai 2008
replace pais2=122010 if pais==12 & ano==2010 // Paraguai 2010
replace pais2=122012 if pais==12 & ano==2012 // Paraguai 2012
replace pais2=122014 if pais==12 & ano==2014 // Paraguai 2014
replace pais2=122016 if pais==12 & ano==2016 // Paraguai 2016
replace pais2=122018 if pais==12 & ano==2018 // Paraguai 2018

replace pais2=132006 if pais==13 & ano==2006 // Chile 2006
replace pais2=132008 if pais==13 & ano==2008 // Chile 2008
replace pais2=132010 if pais==13 & ano==2010 // Chile 2010
replace pais2=132012 if pais==13 & ano==2012 // Chile 2012
replace pais2=132014 if pais==13 & ano==2014 // Chile 2014
replace pais2=132016 if pais==13 & ano==2016 // Chile 2016
replace pais2=132018 if pais==13 & ano==2018 // Chile 2018

replace pais2=142006 if pais==14 & ano==2006 // Uruguai 2006
replace pais2=142008 if pais==14 & ano==2008 // Uruguai 2008
replace pais2=142010 if pais==14 & ano==2010 // Uruguai 2010
replace pais2=142012 if pais==14 & ano==2012 // Uruguai 2012
replace pais2=142014 if pais==14 & ano==2014 // Uruguai 2014
replace pais2=142016 if pais==14 & ano==2016 // Uruguai 2016
replace pais2=142018 if pais==14 & ano==2018 // Uruguai 2018

replace pais2=152006 if pais==15 & ano==2006 // Brasil 2006
replace pais2=152008 if pais==15 & ano==2008 // Brasil 2008
replace pais2=152010 if pais==15 & ano==2010 // Brasil 2010
replace pais2=152012 if pais==15 & ano==2012 // Brasil 2012
replace pais2=152014 if pais==15 & ano==2014 // Brasil 2014
replace pais2=152016 if pais==15 & ano==2016 // Brasil 2016
replace pais2=152018 if pais==15 & ano==2018 // Brasil 2018

replace pais2=162006 if pais==16 & ano==2006 // Venezuela 2006
replace pais2=162008 if pais==16 & ano==2008 // Venezuela 2008
replace pais2=162010 if pais==16 & ano==2010 // Venezuela 2010
replace pais2=162012 if pais==16 & ano==2012 // Venezuela 2012
replace pais2=162014 if pais==16 & ano==2014 // Venezuela 2014
replace pais2=162016 if pais==16 & ano==2016 // Venezuela 2016

replace pais2=172008 if pais==17 & ano==2008 // Argentina 2008
replace pais2=172010 if pais==17 & ano==2010 // Argentina 2010
replace pais2=172012 if pais==17 & ano==2012 // Argentina 2012
replace pais2=172014 if pais==17 & ano==2014 // Argentina 2014

replace pais2=172016 if pais==17 & ano==2016 // Argentina 2016
replace pais2=172018 if pais==17 & ano==2018 // Argentina 2018

replace pais2=212004 if pais==21 & ano==2004 // Republica Dominicana 2004
replace pais2=212006 if pais==21 & ano==2006 // Republica Dominicana 2006
replace pais2=212008 if pais==21 & ano==2008 // Republica Dominicana 2008
replace pais2=212010 if pais==21 & ano==2010 // Republica Dominicana 2010
replace pais2=212012 if pais==21 & ano==2012 // Republica Dominicana 2012
replace pais2=212014 if pais==21 & ano==2014 // Republica Dominicana 2014
replace pais2=212016 if pais==21 & ano==2016 // Republica Dominicana 2016
replace pais2=212018 if pais==21 & ano==2018 // Republica Dominicana 2018

replace pais2=222006 if pais==22 & ano==2006 // Haiti 2006
replace pais2=222008 if pais==22 & ano==2008 // Haiti 2008
replace pais2=222010 if pais==22 & ano==2010 // Haiti 2010
replace pais2=222012 if pais==22 & ano==2012 // Haiti 2012
replace pais2=222014 if pais==22 & ano==2014 // Haiti 2014
replace pais2=222016 if pais==22 & ano==2016 // Haiti 2016

* Variável de legado *****

gen legdem=.

replace legdem = 9.116966667 if pais2 == 12004 // Mexico 2004
replace legdem = 10.0853 if pais2 == 12006 // Mexico 2006
replace legdem = 10.999576667 if pais2 == 12008 // Mexico 2008
replace legdem = 11.918256667 if pais2 == 12010 // Mexico 2010
replace legdem = 12.871023333 if pais2 == 12012 // Mexico 2012
replace legdem = 13.804206667 if pais2 == 12014 // Mexico 2014
replace legdem = 14.740283333 if pais2 == 12016 // Mexico 2016
replace legdem = 15.7194 if pais2 == 12018 // Mexico 2018

replace legdem = 7.498336667 if pais2 == 22004 // Guatemala 2004
replace legdem = 8.252583333 if pais2 == 22006 // Guatemala 2006
replace legdem = 9.02859 if pais2 == 22008 // Guatemala 2008
replace legdem = 9.84905 if pais2 == 22010 // Guatemala 2010
replace legdem = 10.686486667 if pais2 == 22012 // Guatemala 2012
replace legdem = 11.53233 if pais2 == 22014 // Guatemala 2014
replace legdem = 12.424203333 if pais2 == 22016 // Guatemala 2016
replace legdem = 13.38768 if pais2 == 22018 // Guatemala 2018

replace legdem = 6.59396 if pais2 == 32004 // El Salvador 2004
replace legdem = 7.303596667 if pais2 == 32006 // El Salvador 2006
replace legdem = 8.06078 if pais2 == 32008 // El Salvador 2008
replace legdem = 8.871943333 if pais2 == 32010 // El Salvador 2010
replace legdem = 9.765806667 if pais2 == 32012 // El Salvador 2012
replace legdem = 10.693766667 if pais2 == 32014 // El Salvador 2014
replace legdem = 11.697343333 if pais2 == 32016 // El Salvador 2016

replace legdem = 12.72785 if pais2 == 32018 // El Salvador 2018

replace legdem = 7.90708 if pais2 == 42004 // Honduras 2004
replace legdem = 8.6336 if pais2 == 42006 // Honduras 2006
replace legdem = 9.318573333 if pais2 == 42008 // Honduras 2008
replace legdem = 9.977433333 if pais2 == 42010 // Honduras 2010
replace legdem = 10.55843 if pais2 == 42012 // Honduras 2012
replace legdem = 11.15915333 if pais2 == 42014 // Honduras 2014
replace legdem = 11.79414667 if pais2 == 42016 // Honduras 2016
replace legdem = 12.42591 if pais2 == 42018 // Honduras 2018

replace legdem = 8.091096667 if pais2 == 52004 // Nicaragua 2004
replace legdem = 8.88618 if pais2 == 52006 // Nicaragua 2006
replace legdem = 9.535506667 if pais2 == 52008 // Nicaragua 2008
replace legdem = 10.09181333 if pais2 == 52010 // Nicaragua 2010
replace legdem = 10.64218333 if pais2 == 52012 // Nicaragua 2012
replace legdem = 11.09019667 if pais2 == 52014 // Nicaragua 2014
replace legdem = 11.50489333 if pais2 == 52016 // Nicaragua 2016
replace legdem = 11.89218667 if pais2 == 52018 // Nicaragua 2018

replace legdem = 23.98333 if pais2 == 62004 // Costa Rica 2004
replace legdem = 25.37953667 if pais2 == 62006 // Costa Rica 2006
replace legdem = 26.83248667 if pais2 == 62008 // Costa Rica 2008
replace legdem = 28.33034333 if pais2 == 62010 // Costa Rica 2010
replace legdem = 29.86810667 if pais2 == 62012 // Costa Rica 2012
replace legdem = 31.43269333 if pais2 == 62014 // Costa Rica 2014
replace legdem = 33.02323333 if pais2 == 62016 // Costa Rica 2016
replace legdem = 34.63212333 if pais2 == 62018 // Costa Rica 2018

replace legdem = 10.5599 if pais2 == 72004 // Panama 2004
replace legdem = 11.59064 if pais2 == 72006 // Panama 2006
replace legdem = 12.64912667 if pais2 == 72008 // Panama 2008
replace legdem = 13.73617333 if pais2 == 72010 // Panama 2010
replace legdem = 14.85474333 if pais2 == 72012 // Panama 2012
replace legdem = 15.99885 if pais2 == 72014 // Panama 2014
replace legdem = 17.15978333 if pais2 == 72016 // Panama 2016
replace legdem = 18.34113667 if pais2 == 72018 // Panama 2018

replace legdem = 11.20636 if pais2 == 82004 // Colombia 2004
replace legdem = 11.98921333 if pais2 == 82006 // Colombia 2006
replace legdem = 12.83922333 if pais2 == 82008 // Colombia 2008
replace legdem = 13.71977 if pais2 == 82010 // Colombia 2010
replace legdem = 14.71353667 if pais2 == 82012 // Colombia 2012
replace legdem = 15.75864 if pais2 == 82014 // Colombia 2014
replace legdem = 16.85165 if pais2 == 82016 // Colombia 2016
replace legdem = 17.98427667 if pais2 == 82018 // Colombia 2018

replace legdem = 13.1188 if pais2 == 92004 // Ecuador 2004
replace legdem = 14.08071333 if pais2 == 92006 // Ecuador 2006
replace legdem = 15.04356 if pais2 == 92008 // Ecuador 2008

replace legdem = 15.91575333 if pais2 == 92010 // Ecuador 2010
replace legdem = 16.73978 if pais2 == 92012 // Ecuador 2012
replace legdem = 17.53856333 if pais2 == 92014 // Ecuador 2014
replace legdem = 18.30297667 if pais2 == 92016 // Ecuador 2016
replace legdem = 19.12368667 if pais2 == 92018 // Ecuador 2018

replace legdem = 9.868533333 if pais2 == 102004 // Bolivia 2004
replace legdem = 10.92376667 if pais2 == 102006 // Bolivia 2006
replace legdem = 11.96641333 if pais2 == 102008 // Bolivia 2008
replace legdem = 13.02658667 if pais2 == 102010 // Bolivia 2010
replace legdem = 14.05101333 if pais2 == 102012 // Bolivia 2012
replace legdem = 15.07503 if pais2 == 102014 // Bolivia 2014
replace legdem = 16.05312 if pais2 == 102016 // Bolivia 2016
replace legdem = 17.02287333 if pais2 == 102018 // Bolivia 2018

replace legdem = 11.10918667 if pais2 == 112006 // Peru 2006
replace legdem = 12.28641333 if pais2 == 112008 // Peru 2008
replace legdem = 13.49238333 if pais2 == 112010 // Peru 2010
replace legdem = 14.77463 if pais2 == 112012 // Peru 2012
replace legdem = 16.11764 if pais2 == 112014 // Peru 2014
replace legdem = 17.47645 if pais2 == 112016 // Peru 2016
replace legdem = 18.81440667 if pais2 == 112018 // Peru 2018

replace legdem = 7.517643333 if pais2 == 122006 // Paraguai 2006
replace legdem = 8.35569 if pais2 == 122008 // Paraguai 2008
replace legdem = 9.289333333 if pais2 == 122010 // Paraguai 2010
replace legdem = 10.25923333 if pais2 == 122012 // Paraguai 2012
replace legdem = 11.16247333 if pais2 == 122014 // Paraguai 2014
replace legdem = 12.06173667 if pais2 == 122016 // Paraguai 2016
replace legdem = 12.97284 if pais2 == 122018 // Paraguai 2018

replace legdem = 15.39433333 if pais2 == 132006 // Chile 2006
replace legdem = 16.77890333 if pais2 == 132008 // Chile 2008
replace legdem = 18.19624333 if pais2 == 132010 // Chile 2010
replace legdem = 19.63770667 if pais2 == 132012 // Chile 2012
replace legdem = 21.11893333 if pais2 == 132014 // Chile 2014
replace legdem = 22.63570667 if pais2 == 132016 // Chile 2016
replace legdem = 24.18527667 if pais2 == 132018 // Chile 2018

replace legdem = 22.34760667 if pais2 == 142006 // Uruguai 2006
replace legdem = 23.82733333 if pais2 == 142008 // Uruguai 2008
replace legdem = 25.34047 if pais2 == 142010 // Uruguai 2010
replace legdem = 26.92185667 if pais2 == 142012 // Uruguai 2012
replace legdem = 28.53390333 if pais2 == 142014 // Uruguai 2014
replace legdem = 30.16273333 if pais2 == 142016 // Uruguai 2016
replace legdem = 31.80479667 if pais2 == 142018 // Uruguai 2018

replace legdem = 14.90269 if pais2 == 152006 // Brasil 2006
replace legdem = 16.27113 if pais2 == 152008 // Brasil 2008
replace legdem = 17.66681 if pais2 == 152010 // Brasil 2010

```
replace legdem = 19.09956 if pais2 == 152012 // Brasil 2012
replace legdem = 20.56423 if pais2 == 152014 // Brasil 2014
replace legdem = 22.04813 if pais2 == 152016 // Brasil 2016
replace legdem = 23.33626333 if pais2 == 152018 // Brasil 2018
```

```
replace legdem = 17.06568333 if pais2 == 162006 // Venezuela 2006
replace legdem = 17.62114333 if pais2 == 162008 // Venezuela 2008
replace legdem = 18.17196 if pais2 == 162010 // Venezuela 2010
replace legdem = 18.71360667 if pais2 == 162012 // Venezuela 2012
replace legdem = 19.19084333 if pais2 == 162014 // Venezuela 2014
replace legdem = 19.59934333 if pais2 == 162016 // Venezuela 2016
replace legdem = 19.96663333 if pais2 == 162018 // Venezuela 2018
```

```
replace legdem = 17.69219 if pais2 == 172008 // Argentina 2008
replace legdem = 18.85544 if pais2 == 172010 // Argentina 2010
replace legdem = 20.01173 if pais2 == 172012 // Argentina 2012
replace legdem = 21.21443333 if pais2 == 172014 // Argentina 2014
replace legdem = 22.45197333 if pais2 == 172016 // Argentina 2016
replace legdem = 23.69570333 if pais2 == 172018 // Argentina 2018
```

```
replace legdem = 9.695273333 if pais2 == 212004 // Republica Dominicana 2004
replace legdem = 10.52243667 if pais2 == 212006 // Republica Dominicana 2006
replace legdem = 11.35655333 if pais2 == 212008 // Republica Dominicana 2008
replace legdem = 12.20720333 if pais2 == 212010 // Republica Dominicana 2010
replace legdem = 13.05521333 if pais2 == 212012 // Republica Dominicana 2012
replace legdem = 13.89207 if pais2 == 212014 // Republica Dominicana 2014
replace legdem = 14.72335 if pais2 == 212016 // Republica Dominicana 2016
replace legdem = 15.51366 if pais2 == 212018 // Republica Dominicana 2018
```

```
replace legdem = 5.360233333 if pais2 == 222006 // Haiti 2006
replace legdem = 5.89163 if pais2 == 222008 // Haiti 2008
replace legdem = 6.495796667 if pais2 == 222010 // Haiti 2010
replace legdem = 7.081653333 if pais2 == 222012 // Haiti 2012
replace legdem = 7.674046667 if pais2 == 222014 // Haiti 2014
replace legdem = 8.25897 if pais2 == 222016 // Haiti 2016
```

```
* Reparametrização dos dados
gen legdemr = legdem/50.5 * 100
```

```
* Legado categorizado em baixo, médio e alto
recode legdemr (0/25=0) (25/50=1) (50/75=2), gen (legdemrc)
label variable legdemrc "Níveis de legado democrático"
label define legdemrc 0 "Baixo legado" 1 "Médio legado" 2 "Alto legado"
label values legdemrc legdemrc
```

```
* Rodar dados
```

```
* Modelo multinível simples (sem interação) e logístico
meqrlogit DEPENDENTE INDEPENDENTES || pais2:, cov(un) mle
```

```
meqrlogit addem pcorrup homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem pcorpol homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem pcorrup homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle  
margins, at(pcorrup=(0(1)3))  
marginsplot, recast(line)
```

```
meqrlogit addem pcorrup homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or //  
odds ratio  
margins, at(pcorrup=(0(1)3))  
marginsplot, recast(line)
```

```
meqrlogit addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano  
== 2018 || pais2:, mle  
margins, at(pcorrup=(0(1)3))  
marginsplot, recast(line)
```

```
meqrlogit addem pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano  
== 2018 || pais2:, mle or // odds ratio  
margins, at(pcorrup=(0(1)3))  
marginsplot, recast(line)
```

```
meqrlogit addem pcorpol homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
meqrlogit addem pcorpol homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or //  
odds ratio  
margins, at(pcorpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

```
meqrlogit addem i.pcorrup homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or //  
odds ratio  
margins pcorrup  
marginsplot, recast(bar)
```

```
meqrlogit addem i.pcorrup homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano  
== 2018 || pais2:, mle or // odds ratio  
margins pcorrup  
marginsplot, recast(bar)
```

```
meqrlogit addem i.pcorpol homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or //  
odds ratio  
margins pcorpol  
marginsplot, recast(bar)
```

```
meqrlogit addem i.pcorpolc homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or //  
odds ratio
```

margins pcorpolc
marginsplot, recast(bar)

* Modelo multinível com interação

```
meqrlogit APOIO_DEMOCRACIA CORRUPÇÃO##LEGADO  
INDEPENDENTES || pais2: CORRUPÇÃO, ml cov(un)
```

```
meqrlogit addem c.pcorrup##c.legdemr homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol  
|| pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem c.pcorpol##c.legdemr homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol  
|| pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem c.pcorrup##c.legdemr homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol  
|| pais2:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorrup##c.legdemr homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit addem c.pcorpol##c.legdemr homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol  
|| pais2:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorpol##c.legdemr homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit addem c.pcorrupb##c.legdemr homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle
```

```
meqrlogit compdem c.pcorrupb##c.legdemr homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem c.pcorpolb##c.legdemr homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem c.pcorpolb##c.legdemr homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle
```

```
meqrlogit compdem c.pcorpolb##c.legdemr homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem c.pcorrup##c.legdemr homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol  
if ano == 2016 | ano == 2018 || pais2:, mle or // odds ratio
```

* Modelo multinível com interação e divisão de baixo, médio e alto legado

* Análise da percepção de corrupção sobre funcionário públicos

```
meqrlogit addem c.pcorrup##i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol  
|| pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)
```

```
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorrup###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit satdem c.pcorrup###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol  
|| pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit conf_elei c.pcorrup###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano  
intpol || pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit conf_scj c.pcorrup###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol  
|| pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit conf_cong c.pcorrup###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano  
intpol || pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit conf_part c.pcorrup###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano  
intpol || pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit conf_pres c.pcorrup###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano  
intpol || pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

* Análise da percepção de corrupção sobre políticos

```
meqrlogit addem c.pcorpol###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol  
|| pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorpol###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio  
margins legdemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit satdem c.pcorpol###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol
|| pais2:, mle or // odds ratio
margins legdemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit conf_elei c.pcorpol###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano
intpol || pais2:, mle or // odds ratio
margins legdemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit conf_scj c.pcorpol###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol
|| pais2:, mle or // odds ratio
margins legdemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit conf_cong c.pcorpol###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano
intpol || pais2:, mle or // odds ratio
margins legdemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit conf_part c.pcorpol###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano
intpol || pais2:, mle or // odds ratio
margins legdemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit conf_pres c.pcorpol###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano
intpol || pais2:, mle or // odds ratio
margins legdemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit addem c.pcorrup###i.legdemrc homem i.fetaria i.escolcat urbano intpol
|| pais2:, mle or // odds ratio
margins legdemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit addem c.pcorrupb###c.legdemrc homem idade escol urbano intpol ||
pais2:, mle
```

```
meqrlogit compdem c.pcorrupb###c.legdemrc homem idade escol urbano intpol ||
pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem c.pcorpolb###c.legdemrc homem idade escol urbano intpol ||
pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem c.pcorpolb###c.legdemrc homem idade escol urbano intpol ||
pais2:, mle
```

meqrlogit compdem c.pcorpolb##c.legdemrc homem idade escol urbano intpol ||
pais2:, mle

factor conf_ielei conf_elei

factor conf_jus conf_scj

* Criar país/ano para a qualidade democrática *****

gen pais3=.

replace pais3=312004 if pais==1 & ano==2004 // Mexico 2004
replace pais3=312006 if pais==1 & ano==2006 // Mexico 2006
replace pais3=312008 if pais==1 & ano==2008 // Mexico 2008
replace pais3=312010 if pais==1 & ano==2010 // Mexico 2010
replace pais3=312012 if pais==1 & ano==2012 // Mexico 2012
replace pais3=312014 if pais==1 & ano==2014 // Mexico 2014
replace pais3=312016 if pais==1 & ano==2016 // Mexico 2016
replace pais3=312018 if pais==1 & ano==2018 // Mexico 2018

replace pais3=322004 if pais==2 & ano==2004 // Guatemala 2004
replace pais3=322006 if pais==2 & ano==2006 // Guatemala 2006
replace pais3=322008 if pais==2 & ano==2008 // Guatemala 2008
replace pais3=322010 if pais==2 & ano==2010 // Guatemala 2010
replace pais3=322012 if pais==2 & ano==2012 // Guatemala 2012
replace pais3=322014 if pais==2 & ano==2014 // Guatemala 2014
replace pais3=322016 if pais==2 & ano==2016 // Guatemala 2016
replace pais3=322018 if pais==2 & ano==2018 // Guatemala 2018

replace pais3=332004 if pais==3 & ano==2004 // El Salvador 2004
replace pais3=332006 if pais==3 & ano==2006 // El Salvador 2006
replace pais3=332008 if pais==3 & ano==2008 // El Salvador 2008
replace pais3=332010 if pais==3 & ano==2010 // El Salvador 2010
replace pais3=332012 if pais==3 & ano==2012 // El Salvador 2012
replace pais3=332014 if pais==3 & ano==2014 // El Salvador 2014
replace pais3=332016 if pais==3 & ano==2016 // El Salvador 2016
replace pais3=332018 if pais==3 & ano==2018 // El Salvador 2018

replace pais3=342004 if pais==4 & ano==2004 // Honduras 2004
replace pais3=342006 if pais==4 & ano==2006 // Honduras 2006
replace pais3=342008 if pais==4 & ano==2008 // Honduras 2008
replace pais3=342010 if pais==4 & ano==2010 // Honduras 2010
replace pais3=342012 if pais==4 & ano==2012 // Honduras 2012
replace pais3=342014 if pais==4 & ano==2014 // Honduras 2014
replace pais3=342016 if pais==4 & ano==2016 // Honduras 2016
replace pais3=342018 if pais==4 & ano==2018 // Honduras 2018

replace pais3=352004 if pais==5 & ano==2004 // Nicaragua 2004
replace pais3=352006 if pais==5 & ano==2006 // Nicaragua 2006

replace pais3=352008 if pais==5 & ano==2008 // Nicaragua 2008
replace pais3=352010 if pais==5 & ano==2010 // Nicaragua 2010
replace pais3=352012 if pais==5 & ano==2012 // Nicaragua 2012
replace pais3=352014 if pais==5 & ano==2014 // Nicaragua 2014
replace pais3=352016 if pais==5 & ano==2016 // Nicaragua 2016
replace pais3=352018 if pais==5 & ano==2018 // Nicaragua 2018

replace pais3=362004 if pais==6 & ano==2004 // Costa Rica 2004
replace pais3=362006 if pais==6 & ano==2006 // Costa Rica 2006
replace pais3=362008 if pais==6 & ano==2008 // Costa Rica 2008
replace pais3=362010 if pais==6 & ano==2010 // Costa Rica 2010
replace pais3=362012 if pais==6 & ano==2012 // Costa Rica 2012
replace pais3=362014 if pais==6 & ano==2014 // Costa Rica 2014
replace pais3=362016 if pais==6 & ano==2016 // Costa Rica 2016
replace pais3=362018 if pais==6 & ano==2018 // Costa Rica 2018

replace pais3=372004 if pais==7 & ano==2004 // Panama 2004
replace pais3=372006 if pais==7 & ano==2006 // Panama 2006
replace pais3=372008 if pais==7 & ano==2008 // Panama 2008
replace pais3=372010 if pais==7 & ano==2010 // Panama 2010
replace pais3=372012 if pais==7 & ano==2012 // Panama 2012
replace pais3=372014 if pais==7 & ano==2014 // Panama 2014
replace pais3=372016 if pais==7 & ano==2016 // Panama 2016
replace pais3=372018 if pais==7 & ano==2018 // Panama 2018

replace pais3=382004 if pais==8 & ano==2004 // Colombia 2004
replace pais3=382006 if pais==8 & ano==2006 // Colombia 2006
replace pais3=382008 if pais==8 & ano==2008 // Colombia 2008
replace pais3=382010 if pais==8 & ano==2010 // Colombia 2010
replace pais3=382012 if pais==8 & ano==2012 // Colombia 2012
replace pais3=382014 if pais==8 & ano==2014 // Colombia 2014
replace pais3=382016 if pais==8 & ano==2016 // Colombia 2016
replace pais3=382018 if pais==8 & ano==2018 // Colombia 2018

replace pais3=392004 if pais==9 & ano==2004 // Ecuador 2004
replace pais3=392006 if pais==9 & ano==2006 // Ecuador 2006
replace pais3=392008 if pais==9 & ano==2008 // Ecuador 2008
replace pais3=392010 if pais==9 & ano==2010 // Ecuador 2010
replace pais3=392012 if pais==9 & ano==2012 // Ecuador 2012
replace pais3=392014 if pais==9 & ano==2014 // Ecuador 2014
replace pais3=392016 if pais==9 & ano==2016 // Ecuador 2016
replace pais3=392018 if pais==9 & ano==2018 // Ecuador 2018

replace pais3=3102004 if pais==10 & ano==2004 // Bolivia 2004
replace pais3=3102006 if pais==10 & ano==2006 // Bolivia 2006
replace pais3=3102008 if pais==10 & ano==2008 // Bolivia 2008
replace pais3=3102010 if pais==10 & ano==2010 // Bolivia 2010
replace pais3=3102012 if pais==10 & ano==2012 // Bolivia 2012
replace pais3=3102014 if pais==10 & ano==2014 // Bolivia 2014
replace pais3=3102016 if pais==10 & ano==2016 // Bolivia 2016

replace pais3=3102018 if pais==10 & ano==2018 // Bolivia 2018

replace pais3=3112006 if pais==11 & ano==2006 // Peru 2006
replace pais3=3112008 if pais==11 & ano==2008 // Peru 2008
replace pais3=3112010 if pais==11 & ano==2010 // Peru 2010
replace pais3=3112012 if pais==11 & ano==2012 // Peru 2012
replace pais3=3112014 if pais==11 & ano==2014 // Peru 2014
replace pais3=3112016 if pais==11 & ano==2016 // Peru 2016
replace pais3=3112018 if pais==11 & ano==2018 // Peru 2018

replace pais3=3122006 if pais==12 & ano==2006 // Paraguai 2006
replace pais3=3122008 if pais==12 & ano==2008 // Paraguai 2008
replace pais3=3122010 if pais==12 & ano==2010 // Paraguai 2010
replace pais3=3122012 if pais==12 & ano==2012 // Paraguai 2012
replace pais3=3122014 if pais==12 & ano==2014 // Paraguai 2014
replace pais3=3122016 if pais==12 & ano==2016 // Paraguai 2016
replace pais3=3122018 if pais==12 & ano==2018 // Paraguai 2018

replace pais3=3132006 if pais==13 & ano==2006 // Chile 2006
replace pais3=3132008 if pais==13 & ano==2008 // Chile 2008
replace pais3=3132010 if pais==13 & ano==2010 // Chile 2010
replace pais3=3132012 if pais==13 & ano==2012 // Chile 2012
replace pais3=3132014 if pais==13 & ano==2014 // Chile 2014
replace pais3=3132016 if pais==13 & ano==2016 // Chile 2016
replace pais3=3132018 if pais==13 & ano==2018 // Chile 2018

replace pais3=3142006 if pais==14 & ano==2006 // Uruguai 2006
replace pais3=3142008 if pais==14 & ano==2008 // Uruguai 2008
replace pais3=3142010 if pais==14 & ano==2010 // Uruguai 2010
replace pais3=3142012 if pais==14 & ano==2012 // Uruguai 2012
replace pais3=3142014 if pais==14 & ano==2014 // Uruguai 2014
replace pais3=3142016 if pais==14 & ano==2016 // Uruguai 2016
replace pais3=3142018 if pais==14 & ano==2018 // Uruguai 2018

replace pais3=3152006 if pais==15 & ano==2006 // Brasil 2006
replace pais3=3152008 if pais==15 & ano==2008 // Brasil 2008
replace pais3=3152010 if pais==15 & ano==2010 // Brasil 2010
replace pais3=3152012 if pais==15 & ano==2012 // Brasil 2012
replace pais3=3152014 if pais==15 & ano==2014 // Brasil 2014
replace pais3=3152016 if pais==15 & ano==2016 // Brasil 2016
replace pais3=3152018 if pais==15 & ano==2018 // Brasil 2018

replace pais3=3162006 if pais==16 & ano==2006 // Venezuela 2006
replace pais3=3162008 if pais==16 & ano==2008 // Venezuela 2008
replace pais3=3162010 if pais==16 & ano==2010 // Venezuela 2010
replace pais3=3162012 if pais==16 & ano==2012 // Venezuela 2012
replace pais3=3162014 if pais==16 & ano==2014 // Venezuela 2014
replace pais3=3162016 if pais==16 & ano==2016 // Venezuela 2016

replace pais3=3172008 if pais==17 & ano==2008 // Argentina 2008

replace pais3=3172010 if pais==17 & ano==2010 // Argentina 2010
replace pais3=3172012 if pais==17 & ano==2012 // Argentina 2012
replace pais3=3172014 if pais==17 & ano==2014 // Argentina 2014
replace pais3=3172016 if pais==17 & ano==2016 // Argentina 2016
replace pais3=3172018 if pais==17 & ano==2018 // Argentina 2018

replace pais3=3212004 if pais==21 & ano==2004 // Republica Dominicana 2004
replace pais3=3212006 if pais==21 & ano==2006 // Republica Dominicana 2006
replace pais3=3212008 if pais==21 & ano==2008 // Republica Dominicana 2008
replace pais3=3212010 if pais==21 & ano==2010 // Republica Dominicana 2010
replace pais3=3212012 if pais==21 & ano==2012 // Republica Dominicana 2012
replace pais3=3212014 if pais==21 & ano==2014 // Republica Dominicana 2014
replace pais3=3212016 if pais==21 & ano==2016 // Republica Dominicana 2016
replace pais3=3212018 if pais==21 & ano==2018 // Republica Dominicana 2018

replace pais3=3222006 if pais==22 & ano==2006 // Haiti 2006
replace pais3=3222008 if pais==22 & ano==2008 // Haiti 2008
replace pais3=3222010 if pais==22 & ano==2010 // Haiti 2010
replace pais3=3222012 if pais==22 & ano==2012 // Haiti 2012
replace pais3=3222014 if pais==22 & ano==2014 // Haiti 2014
replace pais3=3222016 if pais==22 & ano==2016 // Haiti 2016

* Variável de qualidade democrática *****

gen qualidem=.

replace qualidem = 0.5192 if pais3 == 312004 // Mexico 2004
replace qualidem = 0.4904 if pais3 == 312006 // Mexico 2006
replace qualidem = 0.4708 if pais3 == 312008 // Mexico 2008
replace qualidem = 0.4822 if pais3 == 312010 // Mexico 2010
replace qualidem = 0.4798 if pais3 == 312012 // Mexico 2012
replace qualidem = 0.4484 if pais3 == 312014 // Mexico 2014
replace qualidem = 0.459 if pais3 == 312016 // Mexico 2016
replace qualidem = 0.4784 if pais3 == 312018 // Mexico 2018

replace qualidem = 0.3812 if pais3 == 322004 // Guatemala 2004
replace qualidem = 0.38 if pais3 == 322006 // Guatemala 2006
replace qualidem = 0.3968 if pais3 == 322008 // Guatemala 2008
replace qualidem = 0.398 if pais3 == 322010 // Guatemala 2010
replace qualidem = 0.3858 if pais3 == 322012 // Guatemala 2012
replace qualidem = 0.3924 if pais3 == 322014 // Guatemala 2014
replace qualidem = 0.42 if pais3 == 322016 // Guatemala 2016
replace qualidem = 0.3852 if pais3 == 322018 // Guatemala 2018

replace qualidem = 0.3586 if pais3 == 332004 // El Salvador 2004
replace qualidem = 0.3744 if pais3 == 332006 // El Salvador 2006
replace qualidem = 0.378 if pais3 == 332008 // El Salvador 2008
replace qualidem = 0.4376 if pais3 == 332010 // El Salvador 2010
replace qualidem = 0.4422 if pais3 == 332012 // El Salvador 2012

replace qualidem = 0.467 if pais3 == 332014 // El Salvador 2014
replace qualidem = 0.464 if pais3 == 332016 // El Salvador 2016
replace qualidem = 0.4432 if pais3 == 332018 // El Salvador 2018

replace qualidem = 0.383 if pais3 == 342004 // Honduras 2004
replace qualidem = 0.3582 if pais3 == 342006 // Honduras 2006
replace qualidem = 0.3576 if pais3 == 342008 // Honduras 2008
replace qualidem = 0.2794 if pais3 == 342010 // Honduras 2010
replace qualidem = 0.281 if pais3 == 342012 // Honduras 2012
replace qualidem = 0.2916 if pais3 == 342014 // Honduras 2014
replace qualidem = 0.2864 if pais3 == 342016 // Honduras 2016
replace qualidem = 0.2522 if pais3 == 342018 // Honduras 2018

replace qualidem = 0.4312 if pais3 == 352004 // Nicaragua 2004
replace qualidem = 0.3888 if pais3 == 352006 // Nicaragua 2006
replace qualidem = 0.294 if pais3 == 352008 // Nicaragua 2008
replace qualidem = 0.284 if pais3 == 352010 // Nicaragua 2010
replace qualidem = 0.2458 if pais3 == 352012 // Nicaragua 2012
replace qualidem = 0.1914 if pais3 == 352014 // Nicaragua 2014
replace qualidem = 0.1818 if pais3 == 352016 // Nicaragua 2016
replace qualidem = 0.1114 if pais3 == 352018 // Nicaragua 2018

replace qualidem = 0.8084 if pais3 == 362004 // Costa Rica 2004
replace qualidem = 0.8174 if pais3 == 362006 // Costa Rica 2006
replace qualidem = 0.8258 if pais3 == 362008 // Costa Rica 2008
replace qualidem = 0.8306 if pais3 == 362010 // Costa Rica 2010
replace qualidem = 0.83 if pais3 == 362012 // Costa Rica 2012
replace qualidem = 0.825 if pais3 == 362014 // Costa Rica 2014
replace qualidem = 0.8186 if pais3 == 362016 // Costa Rica 2016
replace qualidem = 0.8044 if pais3 == 362018 // Costa Rica 2018

replace qualidem = 0.5822 if pais3 == 372004 // Panama 2004
replace qualidem = 0.5856 if pais3 == 372006 // Panama 2006
replace qualidem = 0.5858 if pais3 == 372008 // Panama 2008
replace qualidem = 0.5902 if pais3 == 372010 // Panama 2010
replace qualidem = 0.5896 if pais3 == 372012 // Panama 2012
replace qualidem = 0.5808 if pais3 == 372014 // Panama 2014
replace qualidem = 0.5864 if pais3 == 372016 // Panama 2016
replace qualidem = 0.564 if pais3 == 372018 // Panama 2018

replace qualidem = 0.393 if pais3 == 382004 // Colombia 2004
replace qualidem = 0.419 if pais3 == 382006 // Colombia 2006
replace qualidem = 0.4308 if pais3 == 382008 // Colombia 2008
replace qualidem = 0.4704 if pais3 == 382010 // Colombia 2010
replace qualidem = 0.5076 if pais3 == 382012 // Colombia 2012
replace qualidem = 0.5244 if pais3 == 382014 // Colombia 2014
replace qualidem = 0.535 if pais3 == 382016 // Colombia 2016
replace qualidem = 0.5074 if pais3 == 382018 // Colombia 2018

replace qualidem = 0.4918 if pais3 == 392004 // Ecuador 2004

replace qualidem = 0.4994 if pais3 == 392006 // Ecuador 2006
replace qualidem = 0.4748 if pais3 == 392008 // Ecuador 2008
replace qualidem = 0.4356 if pais3 == 392010 // Ecuador 2010
replace qualidem = 0.4298 if pais3 == 392012 // Ecuador 2012
replace qualidem = 0.3828 if pais3 == 392014 // Ecuador 2014
replace qualidem = 0.3868 if pais3 == 392016 // Ecuador 2016
replace qualidem = 0.5042 if pais3 == 392018 // Ecuador 2018

replace qualidem = 0.5934 if pais3 == 3102004 // Bolivia 2004
replace qualidem = 0.5626 if pais3 == 3102006 // Bolivia 2006
replace qualidem = 0.558 if pais3 == 3102008 // Bolivia 2008
replace qualidem = 0.5286 if pais3 == 3102010 // Bolivia 2010
replace qualidem = 0.5234 if pais3 == 3102012 // Bolivia 2012
replace qualidem = 0.499 if pais3 == 3102014 // Bolivia 2014
replace qualidem = 0.4692 if pais3 == 3102016 // Bolivia 2016
replace qualidem = 0.4414 if pais3 == 3102018 // Bolivia 2018

replace qualidem = 0.6246 if pais3 == 3112006 // Peru 2006
replace qualidem = 0.6234 if pais3 == 3112008 // Peru 2008
replace qualidem = 0.639 if pais3 == 3112010 // Peru 2010
replace qualidem = 0.659 if pais3 == 3112012 // Peru 2012
replace qualidem = 0.6524 if pais3 == 3112014 // Peru 2014
replace qualidem = 0.6266 if pais3 == 3112016 // Peru 2016
replace qualidem = 0.6518 if pais3 == 3112018 // Peru 2018

replace qualidem = 0.3974 if pais3 == 3122006 // Paraguai 2006
replace qualidem = 0.4496 if pais3 == 3122008 // Paraguai 2008
replace qualidem = 0.4638 if pais3 == 3122010 // Paraguai 2010
replace qualidem = 0.428 if pais3 == 3122012 // Paraguai 2012
replace qualidem = 0.3906 if pais3 == 3122014 // Paraguai 2014
replace qualidem = 0.3836 if pais3 == 3122016 // Paraguai 2016
replace qualidem = 0.3914 if pais3 == 3122018 // Paraguai 2018

replace qualidem = 0.759 if pais3 == 3132006 // Chile 2006
replace qualidem = 0.7596 if pais3 == 3132008 // Chile 2008
replace qualidem = 0.756 if pais3 == 3132010 // Chile 2010
replace qualidem = 0.7628 if pais3 == 3132012 // Chile 2012
replace qualidem = 0.7678 if pais3 == 3132014 // Chile 2014
replace qualidem = 0.7658 if pais3 == 3132016 // Chile 2016
replace qualidem = 0.7394 if pais3 == 3132018 // Chile 2018

replace qualidem = 0.8232 if pais3 == 3142006 // Uruguai 2006
replace qualidem = 0.8234 if pais3 == 3142008 // Uruguai 2008
replace qualidem = 0.8452 if pais3 == 3142010 // Uruguai 2010
replace qualidem = 0.8424 if pais3 == 3142012 // Uruguai 2012
replace qualidem = 0.8386 if pais3 == 3142014 // Uruguai 2014
replace qualidem = 0.822 if pais3 == 3142016 // Uruguai 2016
replace qualidem = 0.8224 if pais3 == 3142018 // Uruguai 2018

replace qualidem = 0.7436 if pais3 == 3152006 // Brasil 2006

replace qualidem = 0.7402 if pais3 == 3152008 // Brasil 2008
replace qualidem = 0.744 if pais3 == 3152010 // Brasil 2010
replace qualidem = 0.7438 if pais3 == 3152012 // Brasil 2012
replace qualidem = 0.7464 if pais3 == 3152014 // Brasil 2014
replace qualidem = 0.6024 if pais3 == 3152016 // Brasil 2016
replace qualidem = 0.5606 if pais3 == 3152018 // Brasil 2018

replace qualidem = 0.2966 if pais3 == 3162006 // Venezuela 2006
replace qualidem = 0.287 if pais3 == 3162008 // Venezuela 2008
replace qualidem = 0.2736 if pais3 == 3162010 // Venezuela 2010
replace qualidem = 0.258 if pais3 == 3162012 // Venezuela 2012
replace qualidem = 0.1884 if pais3 == 3162014 // Venezuela 2014
replace qualidem = 0.1718 if pais3 == 3162016 // Venezuela 2016
replace qualidem = 0.1206 if pais3 == 3162018 // Venezuela 2018

replace qualidem = 0.6204 if pais3 == 3172008 // Argentina 2008
replace qualidem = 0.6024 if pais3 == 3172010 // Argentina 2010
replace qualidem = 0.6102 if pais3 == 3172012 // Argentina 2012
replace qualidem = 0.6234 if pais3 == 3172014 // Argentina 2014
replace qualidem = 0.6156 if pais3 == 3172016 // Argentina 2016
replace qualidem = 0.6364 if pais3 == 3172018 // Argentina 2018

replace qualidem = 0.4468 if pais3 == 3212004 // Republica Dominicana 2004
replace qualidem = 0.442 if pais3 == 3212006 // Republica Dominicana 2006
replace qualidem = 0.4384 if pais3 == 3212008 // Republica Dominicana 2008
replace qualidem = 0.4322 if pais3 == 3212010 // Republica Dominicana 2010
replace qualidem = 0.4206 if pais3 == 3212012 // Republica Dominicana 2012
replace qualidem = 0.4072 if pais3 == 3212014 // Republica Dominicana 2014
replace qualidem = 0.3752 if pais3 == 3212016 // Republica Dominicana 2016
replace qualidem = 0.3722 if pais3 == 3212018 // Republica Dominicana 2018

replace qualidem = 0.2324 if pais3 == 3222006 // Haiti 2006
replace qualidem = 0.2906 if pais3 == 3222008 // Haiti 2008
replace qualidem = 0.2804 if pais3 == 3222010 // Haiti 2010
replace qualidem = 0.2728 if pais3 == 3222012 // Haiti 2012
replace qualidem = 0.2634 if pais3 == 3222014 // Haiti 2014
replace qualidem = 0.2488 if pais3 == 3222016 // Haiti 2016

* Reparametrização dos dados
gen qualidemr = qualidem * 100
////////////////////////////////////

* Qualidade democrática categorizada em baixa, média e alta
recode qualidemr (0/33=0) (34/67=1) (68/100=2), gen (qualidemrc)
label variable qualidemrc "Níveis de qualidade democrática"
label define qualidemrc 0 "Baixa qualidade" 1 "Média qualidade" 2 "Alta
qualidade"
label values qualidemrc qualidemrc

* Análises com a qualidade da democracia //////////////////////////////////////

```
meqrlogit addem c.pcorrup##c.qualidemr homem idade escol urbano intpol ||  
pais3:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit addem c.pcorrup##i.qualidemrc homem idade escol urbano intpol ||  
pais3:, mle or // odds ratio  
margins qualidemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorrup##c.qualidemr homem idade escol urbano intpol ||  
pais3:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorrup##i.qualidemrc homem idade escol urbano intpol ||  
pais3:, mle or // odds ratio  
margins qualidemrc, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit addem c.pcorpol##c.qualidemr homem idade escol urbano intpol ||  
pais3:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit addem c.pcorpol##i.qualidemrc homem idade escol urbano intpol ||  
pais3:, mle or // odds ratio  
margins qualidemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorpol##c.qualidemr homem idade escol urbano intpol ||  
pais3:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorpol##i.qualidemrc homem idade escol urbano intpol ||  
pais3:, mle or // odds ratio  
margins qualidemrc, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

* Criar variável PIB per capita // Aqui tem uma nota metodológica importante: como eu uniformizei as ondas para a variável ano (ex: 2019 em 2018), eu verifiquei o ano de aplicação do survey e considerei os valores de PIB do ano referente à aplicação do survey. Assim, o Brasil, por exemplo, na onda 2006/2007 está identificado como ano de onda 2006, mas a aplicação do survey foi em 2007 e eu considerei o PIB em 2007, para manter a relação ano-survey real.

```
gen pibpc=.
```

```
replace pibpc = 7882 if pais2 == 12004 // Mexico 2004  
replace pibpc = 9544 if pais2 == 12006 // Mexico 2006  
replace pibpc = 10682 if pais2 == 12008 // Mexico 2008  
replace pibpc = 9828 if pais2 == 12010 // Mexico 2010
```

replace pibpc = 10847 if pais2 == 12012 // Mexico 2012
replace pibpc = 11491 if pais2 == 12014 // Mexico 2014
replace pibpc = 9152 if pais2 == 12016 // Mexico 2016
replace pibpc = 10426 if pais2 == 12018 // Mexico 2018

replace pibpc = 1945 if pais2 == 22004 // Guatemala 2004
replace pibpc = 2334 if pais2 == 22006 // Guatemala 2006
replace pibpc = 2880 if pais2 == 22008 // Guatemala 2008
replace pibpc = 2854 if pais2 == 22010 // Guatemala 2010
replace pibpc = 3299 if pais2 == 22012 // Guatemala 2012
replace pibpc = 3683 if pais2 == 22014 // Guatemala 2014
replace pibpc = 4322 if pais2 == 22016 // Guatemala 2016
replace pibpc = 4511 if pais2 == 22018 // Guatemala 2018

replace pibpc = 2274 if pais2 == 32004 // El Salvador 2004
replace pibpc = 2651 if pais2 == 32006 // El Salvador 2006
replace pibpc = 2964 if pais2 == 32008 // El Salvador 2008
replace pibpc = 3017 if pais2 == 32010 // El Salvador 2010
replace pibpc = 3471 if pais2 == 32012 // El Salvador 2012
replace pibpc = 3639 if pais2 == 32014 // El Salvador 2014
replace pibpc = 3870 if pais2 == 32016 // El Salvador 2016
replace pibpc = 4146 if pais2 == 32018 // El Salvador 2018

replace pibpc = 1201 if pais2 == 42004 // Honduras 2004
replace pibpc = 1410 if pais2 == 42006 // Honduras 2006
replace pibpc = 1713 if pais2 == 42008 // Honduras 2008
replace pibpc = 1874 if pais2 == 42010 // Honduras 2010
replace pibpc = 2107 if pais2 == 42012 // Honduras 2012
replace pibpc = 2163 if pais2 == 42014 // Honduras 2014
replace pibpc = 2294 if pais2 == 42016 // Honduras 2016
replace pibpc = 2457 if pais2 == 42018 // Honduras 2018

replace pibpc = 1076 if pais2 == 52004 // Nicaragua 2004
replace pibpc = 1223 if pais2 == 52006 // Nicaragua 2006
replace pibpc = 1493 if pais2 == 52008 // Nicaragua 2008
replace pibpc = 1495 if pais2 == 52010 // Nicaragua 2010
replace pibpc = 1746 if pais2 == 52012 // Nicaragua 2012
replace pibpc = 1913 if pais2 == 52014 // Nicaragua 2014
replace pibpc = 2079 if pais2 == 52016 // Nicaragua 2016
replace pibpc = 1905 if pais2 == 52018 // Nicaragua 2018

replace pibpc = 4373 if pais2 == 62004 // Costa Rica 2004
replace pibpc = 5185 if pais2 == 62006 // Costa Rica 2006
replace pibpc = 6845 if pais2 == 62008 // Costa Rica 2008
replace pibpc = 8159 if pais2 == 62010 // Costa Rica 2010
replace pibpc = 9973 if pais2 == 62012 // Costa Rica 2012
replace pibpc = 10742 if pais2 == 62014 // Costa Rica 2014
replace pibpc = 11897 if pais2 == 62016 // Costa Rica 2016
replace pibpc = 12387 if pais2 == 62018 // Costa Rica 2018

replace pibpc = 4877 if pais2 == 72004 // Panama 2004
replace pibpc = 5675 if pais2 == 72006 // Panama 2006
replace pibpc = 7462 if pais2 == 72008 // Panama 2008
replace pibpc = 8423 if pais2 == 72010 // Panama 2010
replace pibpc = 11163 if pais2 == 72012 // Panama 2012
replace pibpc = 13309 if pais2 == 72014 // Panama 2014
replace pibpc = 15744 if pais2 == 72016 // Panama 2016
replace pibpc = 16161 if pais2 == 72018 // Panama 2018

replace pibpc = 2793 if pais2 == 82004 // Colombia 2004
replace pibpc = 3782 if pais2 == 82006 // Colombia 2006
replace pibpc = 5561 if pais2 == 82008 // Colombia 2008
replace pibpc = 6405 if pais2 == 82010 // Colombia 2010
replace pibpc = 8101 if pais2 == 82012 // Colombia 2012
replace pibpc = 8177 if pais2 == 82014 // Colombia 2014
replace pibpc = 5953 if pais2 == 82016 // Colombia 2016
replace pibpc = 6783 if pais2 == 82018 // Colombia 2018

replace pibpc = 2600 if pais2 == 92004 // Ecuador 2004
replace pibpc = 3262 if pais2 == 92006 // Ecuador 2006
replace pibpc = 4217 if pais2 == 92008 // Ecuador 2008
replace pibpc = 4547 if pais2 == 92010 // Ecuador 2010
replace pibpc = 5666 if pais2 == 92012 // Ecuador 2012
replace pibpc = 6437 if pais2 == 92014 // Ecuador 2014
replace pibpc = 5941 if pais2 == 92016 // Ecuador 2016
replace pibpc = 6204 if pais2 == 92018 // Ecuador 2018

replace pibpc = 952 if pais2 == 102004 // Bolivia 2004
replace pibpc = 1200 if pais2 == 102006 // Bolivia 2006
replace pibpc = 1690 if pais2 == 102008 // Bolivia 2008
replace pibpc = 1922 if pais2 == 102010 // Bolivia 2010
replace pibpc = 2562 if pais2 == 102012 // Bolivia 2012
replace pibpc = 3022 if pais2 == 102014 // Bolivia 2014
replace pibpc = 3280 if pais2 == 102016 // Bolivia 2016
replace pibpc = 3472 if pais2 == 102018 // Bolivia 2018

replace pibpc = 3124 if pais2 == 112006 // Peru 2006
replace pibpc = 4192 if pais2 == 112008 // Peru 2008
replace pibpc = 5049 if pais2 == 112010 // Peru 2010
replace pibpc = 6480 if pais2 == 112012 // Peru 2012
replace pibpc = 6614 if pais2 == 112014 // Peru 2014
replace pibpc = 6678 if pais2 == 112016 // Peru 2016
replace pibpc = 6955 if pais2 == 112018 // Peru 2018

replace pibpc = 2437 if pais2 == 122006 // Paraguay 2006
replace pibpc = 4378 if pais2 == 122008 // Paraguay 2008
replace pibpc = 4701 if pais2 == 122010 // Paraguay 2010
replace pibpc = 5622 if pais2 == 122012 // Paraguay 2012
replace pibpc = 6627 if pais2 == 122014 // Paraguay 2014
replace pibpc = 5760 if pais2 == 122016 // Paraguay 2016

replace pibpc = 5807 if pais2 == 122018 // Paraguay 2018

replace pibpc = 9419 if pais2 == 132006 // Chile 2006
replace pibpc = 10966 if pais2 == 132008 // Chile 2008
replace pibpc = 12816 if pais2 == 132010 // Chile 2010
replace pibpc = 15415 if pais2 == 132012 // Chile 2012
replace pibpc = 14666 if pais2 == 132014 // Chile 2014
replace pibpc = 15060 if pais2 == 132016 // Chile 2016
replace pibpc = 14629 if pais2 == 132018 // Chile 2018

replace pibpc = 7701 if pais2 == 142006 // Uruguay 2006
replace pibpc = 9944 if pais2 == 142008 // Uruguay 2008
replace pibpc = 13111 if pais2 == 142010 // Uruguay 2010
replace pibpc = 16620 if pais2 == 142012 // Uruguay 2012
replace pibpc = 18401 if pais2 == 142014 // Uruguay 2014
replace pibpc = 18993 if pais2 == 142016 // Uruguay 2016
replace pibpc = 18165 if pais2 == 142018 // Uruguay 2018

replace pibpc = 7372 if pais2 == 152006 // Brasil 2006
replace pibpc = 8931 if pais2 == 152008 // Brasil 2008
replace pibpc = 11273 if pais2 == 152010 // Brasil 2010
replace pibpc = 12340 if pais2 == 152012 // Brasil 2012
replace pibpc = 12091 if pais2 == 152014 // Brasil 2014
replace pibpc = 9895 if pais2 == 152016 // Brasil 2016
replace pibpc = 8845 if pais2 == 152018 // Brasil 2018

replace pibpc = 8348 if pais2 == 162006 // Venezuela 2006
replace pibpc = 11030 if pais2 == 162008 // Venezuela 2008
replace pibpc = 9933 if pais2 == 162010 // Venezuela 2010
replace pibpc = 11966 if pais2 == 162012 // Venezuela 2012
replace pibpc = 8899 if pais2 == 162014 // Venezuela 2014
replace pibpc = 6534 if pais2 == 162016 // Venezuela 2016

replace pibpc = 9090 if pais2 == 172008 // Argentina 2008
replace pibpc = 10368 if pais2 == 172010 // Argentina 2010
replace pibpc = 13845 if pais2 == 172012 // Argentina 2012
replace pibpc = 13217 if pais2 == 172014 // Argentina 2014
replace pibpc = 14593 if pais2 == 172016 // Argentina 2016
replace pibpc = 10056 if pais2 == 172018 // Argentina 2018

replace pibpc = 2563 if pais2 == 212004 // Republica Dominicana 2004
replace pibpc = 4114 if pais2 == 212006 // Republica Dominicana 2006
replace pibpc = 5053 if pais2 == 212008 // Republica Dominicana 2008
replace pibpc = 5508 if pais2 == 212010 // Republica Dominicana 2010
replace pibpc = 6048 if pais2 == 212012 // Republica Dominicana 2012
replace pibpc = 6532 if pais2 == 212014 // Republica Dominicana 2014
replace pibpc = 7190 if pais2 == 212016 // Republica Dominicana 2016
replace pibpc = 8169 if pais2 == 212018 // Republica Dominicana 2018

replace pibpc = 832 if pais2 == 222006 // Haiti 2006

```
replace pibpc = 1071 if pais2 == 222008 // Haiti 2008
replace pibpc = 1220 if pais2 == 222010 // Haiti 2010
replace pibpc = 1344 if pais2 == 222012 // Haiti 2012
replace pibpc = 1435 if pais2 == 222014 // Haiti 2014
replace pibpc = 1403 if pais2 == 222016 // Haiti 2016
```

```
label variable pibpc "PIB per capta"
```

```
* PIB per capta categórico
```

```
recode pibpc (0/6331=0) (6332/12662=1) (12663/19000=2), gen(pibpccat)
```

```
label variable pibpccat "Nível relativo do PIB per capta"
```

```
label define pibpccat 0 "Baixo" 1 "Médio" 2 "Alto"
```

```
label values pibpccat pibpccat
```

```
* Análises com o PIB per capta //////////////////////////////////////
```

```
* Regressão logística simples
```

```
logistic addem pibpc homem idade escol urbano intpol // O PIB per capta afeta a
adesão à democracia positivamente
```

```
logistic addem i.pibpccat homem idade escol urbano intpol // O PIB per capta
afeta a adesão à democracia positivamente
```

```
logistic pcorrupb pibpc homem idade escol urbano intpol // Sem significância
estatística
```

```
logistic pcorrupb i.pibpccat homem idade escol urbano intpol // Com signifância,
mas o pibpc média aumenta as chances de perceber corrupção e o alto reduz.
```

```
logistic pcorpolb pibpc homem idade escol urbano intpol // Sem significância
estatística
```

```
logistic pcorpolb i.pibpccat homem idade escol urbano intpol // Aumenta as
chances do PIB médio de perceber corrupção. Sem significância estatística para
o PIB per capta alto.
```

```
* Modelo multinível simples (sem interação) e logístico
```

```
meqrlogit DEPENDENTE INDEPENDENTES || pais2:, cov(un) mle
```

```
meqrlogit pcorrupb pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:, cov(un) mle
// Sem significância estatística
```

```
meqrlogit pcorpolb pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:, cov(un) mle
// Sem significância estatística
```

```
meqrlogit pcorrupb pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle // Sem
significância estatística
```

```
meqrlogit pcorpolb pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle // Sem
significância estatística
```

* Modelo multinível com interação

```
meqrlogit APOIO_DEMOCRACIA CORRUPÇÃO##LEGADO
INDEPENDENTES || pais2: CORRUPÇÃO, ml cov(un)
```

```
meqrlogit addem c.pcorrup##c.pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:,
mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorrup##c.pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:,
mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit addem c.pcorpol##c.pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:,
mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorpol##c.pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:,
mle or // odds ratio
```

* Modelo multinível com interação e divisão de baixo, médio e alto PIB per capita

```
meqrlogit addem c.pcorrup##i.pibpccat homem idade escol urbano intpol ||
pais2:, mle or // odds ratio
margins pibpccat, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorrup##i.pibpccat homem idade escol urbano intpol || pais2:,
mle or // odds ratio
margins pibpccat, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit addem c.pcorpol##i.pibpccat homem idade escol urbano intpol ||
pais2:, mle or // odds ratio
margins pibpccat, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorpol##i.pibpccat homem idade escol urbano intpol || pais2:,
mle or // odds ratio
margins pibpccat, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

* Criar variável taxa crescimento econômico per capita // Aqui tem uma nota metdológica importante: como eu uniformizei as ondas para a variável ano (ex:

2019 em 2018), eu verifiquei o ano de aplicação do survey e considerei os valores de crescimento do ano referente à aplicação do survey. Assim, o Brasil, por exemplo, na onda 2006/2007 está identificado como ano de onda 2006, mas a aplicação do survey foi em 2007 e eu considerei o crescimento em 2007, para manter a relação ano-survey real.

gen creseco=.

```
replace creseco = 2.1 if pais2 == 12004 // Mexico 2004
replace creseco = 3.4 if pais2 == 12006 // Mexico 2006
replace creseco = -0.3 if pais2 == 12008 // Mexico 2008
replace creseco = 3.6 if pais2 == 12010 // Mexico 2010
replace creseco = 2.1 if pais2 == 12012 // Mexico 2012
replace creseco = 1.2 if pais2 == 12014 // Mexico 2014
replace creseco = 0.6 if pais2 == 12016 // Mexico 2016
replace creseco = -1.2 if pais2 == 12018 // Mexico 2018
```

```
replace creseco = 0.7 if pais2 == 22004 // Guatemala 2004
replace creseco = 3.4 if pais2 == 22006 // Guatemala 2006
replace creseco = 1.6 if pais2 == 22008 // Guatemala 2008
replace creseco = 0.8 if pais2 == 22010 // Guatemala 2010
replace creseco = 1.1 if pais2 == 22012 // Guatemala 2012
replace creseco = 2.5 if pais2 == 22014 // Guatemala 2014
replace creseco = 1.3 if pais2 == 22016 // Guatemala 2016
replace creseco = 2.5 if pais2 == 22018 // Guatemala 2018
```

```
replace creseco = 0.7 if pais2 == 32004 // El Salvador 2004
replace creseco = 4.4 if pais2 == 32006 // El Salvador 2006
replace creseco = 1.7 if pais2 == 32008 // El Salvador 2008
replace creseco = 1.7 if pais2 == 32010 // El Salvador 2010
replace creseco = 2.4 if pais2 == 32012 // El Salvador 2012
replace creseco = 1.3 if pais2 == 32014 // El Salvador 2014
replace creseco = 2.2 if pais2 == 32016 // El Salvador 2016
replace creseco = 2.3 if pais2 == 32018 // El Salvador 2018
```

```
replace creseco = 3.6 if pais2 == 42004 // Honduras 2004
replace creseco = 4.1 if pais2 == 42006 // Honduras 2006
replace creseco = 2.0 if pais2 == 42008 // Honduras 2008
replace creseco = 1.6 if pais2 == 42010 // Honduras 2010
replace creseco = 2.1 if pais2 == 42012 // Honduras 2012
replace creseco = 1.2 if pais2 == 42014 // Honduras 2014
replace creseco = 2.1 if pais2 == 42016 // Honduras 2016
replace creseco = 2.1 if pais2 == 42018 // Honduras 2018
```

```
replace creseco = 4.1 if pais2 == 52004 // Nicaragua 2004
replace creseco = 2.4 if pais2 == 52006 // Nicaragua 2006
replace creseco = 2.0 if pais2 == 52008 // Nicaragua 2008
replace creseco = 2.9 if pais2 == 52010 // Nicaragua 2010
replace creseco = 4.9 if pais2 == 52012 // Nicaragua 2012
replace creseco = 3.3 if pais2 == 52014 // Nicaragua 2014
```

replace creseco = 3.1 if pais2 == 52016 // Nicaragua 2016
replace creseco = -4.2 if pais2 == 52018 // Nicaragua 2018

replace creseco = 2.8 if pais2 == 62004 // Costa Rica 2004
replace creseco = 5.8 if pais2 == 62006 // Costa Rica 2006
replace creseco = 3.3 if pais2 == 62008 // Costa Rica 2008
replace creseco = 4.0 if pais2 == 62010 // Costa Rica 2010
replace creseco = 3.6 if pais2 == 62012 // Costa Rica 2012
replace creseco = 2.4 if pais2 == 62014 // Costa Rica 2014
replace creseco = 3.2 if pais2 == 62016 // Costa Rica 2016
replace creseco = 1.7 if pais2 == 62018 // Costa Rica 2018

replace creseco = 5.5 if pais2 == 72004 // Panama 2004
replace creseco = 6.5 if pais2 == 72006 // Panama 2006
replace creseco = 7.9 if pais2 == 72008 // Panama 2008
replace creseco = 4.0 if pais2 == 72010 // Panama 2010
replace creseco = 7.8 if pais2 == 72012 // Panama 2012
replace creseco = 3.3 if pais2 == 72014 // Panama 2014
replace creseco = 3.8 if pais2 == 72016 // Panama 2016
replace creseco = 2.0 if pais2 == 72018 // Panama 2018

replace creseco = 3.8 if pais2 == 82004 // Colombia 2004
replace creseco = 5.3 if pais2 == 82006 // Colombia 2006
replace creseco = 2.1 if pais2 == 82008 // Colombia 2008
replace creseco = 3.3 if pais2 == 82010 // Colombia 2010
replace creseco = 2.8 if pais2 == 82012 // Colombia 2012
replace creseco = 3.5 if pais2 == 82014 // Colombia 2014
replace creseco = 1.0 if pais2 == 82016 // Colombia 2016
replace creseco = 0.6 if pais2 == 82018 // Colombia 2018

replace creseco = 5.0 if pais2 == 92004 // Ecuador 2004
replace creseco = 2.6 if pais2 == 92006 // Ecuador 2006
replace creseco = 4.8 if pais2 == 92008 // Ecuador 2008
replace creseco = 2.3 if pais2 == 92010 // Ecuador 2010
replace creseco = 4.1 if pais2 == 92012 // Ecuador 2012
replace creseco = 2.7 if pais2 == 92014 // Ecuador 2014
replace creseco = -2.2 if pais2 == 92016 // Ecuador 2016
replace creseco = -1.7 if pais2 == 92018 // Ecuador 2018

replace creseco = 2.4 if pais2 == 102004 // Bolivia 2004
replace creseco = 3.0 if pais2 == 102006 // Bolivia 2006
replace creseco = 4.3 if pais2 == 102008 // Bolivia 2008
replace creseco = 2.4 if pais2 == 102010 // Bolivia 2010
replace creseco = 3.4 if pais2 == 102012 // Bolivia 2012
replace creseco = 3.8 if pais2 == 102014 // Bolivia 2014
replace creseco = 2.6 if pais2 == 102016 // Bolivia 2016
replace creseco = 0.7 if pais2 == 102018 // Bolivia 2018

replace creseco = 6.6 if pais2 == 112006 // Peru 2006
replace creseco = 8.3 if pais2 == 112008 // Peru 2008

replace creseco = 7.5 if pais2 == 112010 // Peru 2010
replace creseco = 5.2 if pais2 == 112012 // Peru 2012
replace creseco = 1.3 if pais2 == 112014 // Peru 2014
replace creseco = 1.0 if pais2 == 112016 // Peru 2016
replace creseco = 0.3 if pais2 == 112018 // Peru 2018

replace creseco = 3.7 if pais2 == 122006 // Paraguai 2006
replace creseco = 5.5 if pais2 == 122008 // Paraguai 2008
replace creseco = 9.8 if pais2 == 122010 // Paraguai 2010
replace creseco = -2.0 if pais2 == 122012 // Paraguai 2012
replace creseco = 3.8 if pais2 == 122014 // Paraguai 2014
replace creseco = 2.8 if pais2 == 122016 // Paraguai 2016
replace creseco = -1.7 if pais2 == 122018 // Paraguai 2018

replace creseco = 5.0 if pais2 == 132006 // Chile 2006
replace creseco = 2.8 if pais2 == 132008 // Chile 2008
replace creseco = 4.8 if pais2 == 132010 // Chile 2010
replace creseco = 5.1 if pais2 == 132012 // Chile 2012
replace creseco = 0.8 if pais2 == 132014 // Chile 2014
replace creseco = -0.2 if pais2 == 132016 // Chile 2016
replace creseco = -1.2 if pais2 == 132018 // Chile 2018

replace creseco = 6.3 if pais2 == 142006 // Uruguai 2006
replace creseco = 6.9 if pais2 == 142008 // Uruguai 2008
replace creseco = 7.5 if pais2 == 142010 // Uruguai 2010
replace creseco = 3.2 if pais2 == 142012 // Uruguai 2012
replace creseco = 2.9 if pais2 == 142014 // Uruguai 2014
replace creseco = 1.5 if pais2 == 142016 // Uruguai 2016
replace creseco = 0.9 if pais2 == 142018 // Uruguai 2018

replace creseco = 5.0 if pais2 == 152006 // Brasil 2006
replace creseco = 4.1 if pais2 == 152008 // Brasil 2008
replace creseco = 6.5 if pais2 == 152010 // Brasil 2010
replace creseco = 1.0 if pais2 == 152012 // Brasil 2012
replace creseco = -0.4 if pais2 == 152014 // Brasil 2014
replace creseco = 0.5 if pais2 == 152016 // Brasil 2016
replace creseco = 0.4 if pais2 == 152018 // Brasil 2018

replace creseco = 7.1 if pais2 == 162006 // Venezuela 2006
replace creseco = 3.7 if pais2 == 162008 // Venezuela 2008
replace creseco = -2.8 if pais2 == 162010 // Venezuela 2010
replace creseco = 4.3 if pais2 == 162012 // Venezuela 2012
replace creseco = -5.0 if pais2 == 162014 // Venezuela 2014
replace creseco = -17.6 if pais2 == 162016 // Venezuela 2016

replace creseco = 3.0 if pais2 == 172008 // Argentina 2008
replace creseco = 9.0 if pais2 == 172010 // Argentina 2010
replace creseco = -2.0 if pais2 == 172012 // Argentina 2012
replace creseco = -3.5 if pais2 == 172014 // Argentina 2014
replace creseco = 1.9 if pais2 == 172016 // Argentina 2016

```
replace creseco = -2.7 if pais2 == 172018 // Argentina 2018
```

```
replace creseco = -0.1 if pais2 == 212004 // Republica Dominicana 2004  
replace creseco = 9.2 if pais2 == 212006 // Republica Dominicana 2006  
replace creseco = 1.9 if pais2 == 212008 // Republica Dominicana 2008  
replace creseco = 6.9 if pais2 == 212010 // Republica Dominicana 2010  
replace creseco = 1.4 if pais2 == 212012 // Republica Dominicana 2012  
replace creseco = 5.7 if pais2 == 212014 // Republica Dominicana 2014  
replace creseco = 5.4 if pais2 == 212016 // Republica Dominicana 2016  
replace creseco = 3.9 if pais2 == 212018 // Republica Dominicana 2018
```

```
replace creseco = 0.1 if pais2 == 222006 // Haiti 2006  
replace creseco = 1.0 if pais2 == 222008 // Haiti 2008  
replace creseco = -6.7 if pais2 == 222010 // Haiti 2010  
replace creseco = -1.0 if pais2 == 222012 // Haiti 2012  
replace creseco = 0.2 if pais2 == 222014 // Haiti 2014  
replace creseco = 1.1 if pais2 == 222016 // Haiti 2016
```

```
label variable creseco "Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) total  
anual por habitante"
```

* Crescimento econômico per capita categórico

```
recode creseco (-20/0=0) (0.1/3.9=1) (4/10=2), gen(cresecocat)
```

```
label variable cresecocat "Percentual de crescimento econômico per capita"
```

```
label define cresecocat 0 "Recessão" 1 "Crescimento moderado" 2 "Crescimento  
alto"
```

```
label values cresecocat cresecocat
```

* Regressão logística simples

```
logistic addem creseco homem idade escol urbano intpol // Crescimento  
econômico favorece a adesão à democracia
```

```
logistic addem i.cresecocat homem idade escol urbano intpol //
```

```
logistic pcorrupb creseco homem idade escol urbano intpol // Crescimento  
econômico tem relação positiva com a pcorrupb
```

```
logistic pcorrupb i.pibpccat homem idade escol urbano intpol // Relação não  
linear
```

```
logistic pcorpolb creseco homem idade escol urbano intpol // Crescimento  
econômico tem efeito pequeno sobre a percepção de corrupção política, embora  
significativo. Isso significa que o grande efeito dessa percepção dificilmente  
estaria atrelado ao crescimento econômico.
```

```
logistic pcorpolb i.cresecocat homem idade escol urbano intpol // Sem  
significância estatística.
```

* Modelo multinível simples (sem interação) e logístico

```
meqrlogit DEPENDENTE INDEPENDENTES || pais2:, cov(un) mle
```

```
meqrlogit addem creseco homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or //  
odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp creseco homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or // odds  
ratio
```

```
meqrlogit addem creseco homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or //  
odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp creseco homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or // odds  
ratio
```

* Modelo multinível com interação

```
meqrlogit APOIO_DEMOCRACIA CORRUPÇÃO##LEGADO  
INDEPENDENTES || pais2: CORRUPÇÃO, ml cov(un)
```

```
meqrlogit addem c.pcorrup##c.creseco homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorrup##c.creseco homem idade escol urbano intpol || pais2:,  
mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit addem c.pcorpol##c.creseco homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorpol##c.creseco homem idade escol urbano intpol || pais2:,  
mle or // odds ratio
```

* Modelo multinível com interação e divisão de baixo, médio e alto

```
meqrlogit addem c.pcorrup##i.cresecocat homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio  
margins cresecocat, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorrup##i.cresecocat homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio  
margins cresecocat, at(pcorrup=(0(1)3)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorrup))
```

```
meqrlogit addem c.pcorpol##i.cresecocat homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio  
margins cresecocat, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit rgolp c.pcorpol##i.cresecocat homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle or // odds ratio  
margins cresecocat, at(pcorpol=(0(1)4)) predict(mu fixedonly)  
marginsplot, xdimension(at(pcorpol))
```

```
meqrlogit addem c.pcorrupb##c.cresecocat homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle
```

```
meqrlogit compdem c.pcorrupb##c.cresecocat homem idade escol urbano intpol  
|| pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem c.pcorpolb##c.cresecocat homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle
```

```
meqrlogit addem c.pcorpolb##c.cresecocat homem idade escol urbano intpol ||  
pais2:, mle
```

```
meqrlogit compdem c.pcorpolb##c.cresecocat homem idade escol urbano intpol  
|| pais2:, mle
```

/// Pensar nos determinantes contextuais que afetam a percepção de corrupção,
/// porque aí inovamos ao separar o que é efeito da percepção de corrupção e o
/// que pode ser efeito de outras variáveis, como populismo, polarização etc,
/// e que acaba fazendo com que a corrupção seja evocada como um conceito
/// aglutinador de insatisfações.

//// pensar em variáveis relacionadas aos direitos humanos (b3) e controles
//// minoritários da democracia, se isso tem algum efeito para a estabilidade
/// democrática tendo em vista o discurso populista que enquadra tudo como
/// corrupção.

/// pensar na relação entre ideologia e percepção de corrupção e na relação
/// entre eleitorado que apoia o governo e percepção de corrupção.

* Determinantes da percepção de corrupção

```
meqrlogit pcorrupb creseco homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or //  
odds ratio
```

```
meqrlogit pcorrupb creseco homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 |  
ano == 2018 || pais2:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit pcorpolb creseco homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or //  
odds ratio
```

```
meqrlogit pcorrupb pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit pcorrupb pibpc homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 || pais2:, mle or // odds ratio
```

```
meqrlogit pcorpolb pibpc homem idade escol urbano intpol || pais2:, mle or // odds ratio
```

```
logistic addem expmidia homem idade escol urbano intpol // Reduz a adesão
```

```
logistic pcorrupb expmidia homem idade escol urbano intpol // Aumenta a pcorrupb
```

```
logistic pcorrupb expmidia homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // Sem observações
```

```
logistic pcorpolb expmidia homem idade escol urbano intpol // Não tem observações
```

```
logistic addem i.ideologia homem idade escol urbano intpol //  
margins ideologia  
marginsplot, recast(bar)
```

```
logistic rgolp i.ideologia homem idade escol urbano intpol //  
margins ideologia  
marginsplot, recast(bar)
```

```
logistic pcorrupb i.ideologia homem idade escol urbano intpol // Ser de centro  
aumenta muito e ser de direita aumenta razoavelmente
```

```
logistic pcorrupb i.ideologia homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 |  
ano == 2018 //
```

```
logistic pcorpolb i.ideologia homem idade escol urbano intpol // Ser de centro e  
de direita reduz pcorpolb  
margins ideologia  
marginsplot, recast(bar)
```

```
logistic pcorrupb i.fetaria homem escol urbano intpol // Quanto maior a faixa  
etária, maior a percepção pcorrupb
```

```
logistic pcorrupb i.fetaria homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano  
== 2018 // Sem significância estatística
```

```
logistic pcorpolb i.fetaria homem escol urbano intpol // De 25 a 40 aumenta  
pcorpolb e de 65 ou mais reduz
```

```
logistic addem i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol
```

logistic rgolp i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol

logistic addem pcorrup###i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol

logistic addem pcorpol###i.ideologia homem fetaria escol urbano intpol

* Exposição à informações políticas nas redes sociais

/// É importante utilizar isso, mas só existe aplicação no survey 2018/2019

* Facebook

gen polifacebook = 5 - smedia3

logistic pcorrupb polifacebook homem idade escol urbano intpol // Aumenta

logistic pcorpolb polifacebook homem idade escol urbano intpol // Sem significância

* Twitter

gen politwitter = 5 - smedia6

logistic pcorrupb politwitter homem idade escol urbano intpol // Sem significância

logistic pcorpolb politwitter homem idade escol urbano intpol // Sem significância

* WhatsApp

gen poliwhatsapp = 5 - smedia9

logistic pcorrupb poliwhatsapp homem idade escol urbano intpol // Reduz

logistic pcorpolb poliwhatsapp homem idade escol urbano intpol // Sem significância

* Exposição à informações políticas por redes sociais

gen poliredes = polifacebook + politwitter + poliwhatsapp

logistic pcorrupb poliredes homem idade escol urbano intpol // Sem significância

logistic pcorpolb poliredes homem idade escol urbano intpol // Sem significância

* Ideologia -> percepção de corrupção de servidores públicos

logistic pcorrupb i.ideologia homem i.fetaria escol urbano intpol

margins i.ideologia

marginsplot, recast(bar)

* Ideologia -> percepção de corrupção de políticos

logistic pcorpolb i.ideologia homem i.fetaria escol urbano intpol

margins i.ideologia

marginsplot, recast(bar)

logistic pcorrupb pibpc homem idade escol urbano intpol // Sem significância estatística

logistic pcorrupb i.pibpccat homem idade escol urbano intpol // Com significância, mas o pibpc média aumenta as chances de perceber corrupção e o alto reduz.

logistic pcorrupb pibpc homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018

logistic pcorrupb i.pibpccat homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018

logistic pcorpolb pibpc homem idade escol urbano intpol // Sem significância estatística

logistic pcorpolb i.pibpccat homem idade escol urbano intpol // Aumenta as chances do PIB médio de perceber corrupção. Sem significância estatística para o PIB per capita alto.

logistic pcorrupb i.pibpccat homem idade escol urbano intpol // Relação não linear

logistic pcorrupb creseco homem idade escol urbano intpol // Crescimento econômico tem relação positiva com a pcorrupb, o contrário do que deveria ocorrer se a percepção fosse dependente apenas da sensação econômica dos cidadãos.

logistic pcorrupb i.cresecocat homem idade escol urbano intpol

logistic pcorrupb creseco homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // Sem significância estatística

logistic pcorrupb i.cresecocat homem idade escol urbano intpol if ano == 2016 | ano == 2018 // Sem significância estatística

logistic pcorpolb creseco homem idade escol urbano intpol // Crescimento econômico tem efeito pequeno sobre a percepção de corrupção política, embora significativo. Isso significa que o grande efeito dessa percepção dificilmente estaria atrelado ao crescimento econômico.

logistic pcorpolb i.cresecocat homem idade escol urbano intpol // Sem significância estatística.

* //////////////////////////////////////
* ORGANIZANDO BANCO DE DADOS //////////////////////////////////////
* //////////////////////////////////////

* Abrindo o banco de dados Latinobarometro de 2017

use "C:/Users/tailo/OneDrive - Academico - Secretaria do Estado da Educação de São Paulo/Área de Trabalho/Doutorado em Ciência Política UFSCar/Tese/Banco de dados/Banco de dados/Banco_Tese/Latinobarômetro/Latinobarometro2017Esp_v20180117.dta"
, clear

gen pais = idenpa
label define pais 32 "Argentina" 68 "Bolívia" 76 "Brasil" 152 "Chile" 170 "Colômbia" 188 "Costa Rica" 214 "Rep. Dominicana" 222 "El Salvador" 218

"Equador" 320 "Guatemala" 340 "Honduras" 484 "México" 558 "Nicarágua" 591
"Panamá" 600 "Paraguay" 604 "Peru" 858 "Uruguai" 862 "Venezuela"
label values pais pais

gen ano = numinves

////////////////////////////////////
* VARIÁVEIS INDEPENDENTES DE INTERESSE //////////////////////////////////////
////////////////////////////////////

*Percepção de corrupção no governo nacional/federal (escala de 0 a 10)

recode P42NC_C (98/99=.) (-2/-1=.) (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5) (6=6)
(7=7) (8=8) (9=9) (10=10), gen (corgov)
label variable corgov "Percepção de corrupção no governo nacional/federal"

*Percepção de corrupção no Congresso Nacional (escala de 0 a 10)

recode P42NC_E (98/99=.) (-2/-1=.) (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5) (6=6)
(7=7) (8=8) (9=9) (10=10), gen (corcong)
label variable corcong "Percepção de corrupção no Congresso Nacional"

*Percepção de corrupção nos municípios (escala de 0 a 10)

recode P42NC_D (98/99=.) (-2/-1=.) (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5) (6=6)
(7=7) (8=8) (9=9) (10=10), gen (cormuni)
label variable cormuni "Percepção de corrupção nos municípios"

*Percepção de corrupção nos Tribunais de Justiça (escala de 0 a 10)

recode P42NC_A (98/99=.) (-2/-1=.) (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5) (6=6)
(7=7) (8=8) (9=9) (10=10), gen (corjus)
label variable corjus "Percepção de corrupção nos Tribunais de Justiça"

*Percepção de corrupção nas grandes empresas (escala de 0 a 10)

recode P42NC_B (98/99=.) (-2/-1=.) (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5) (6=6)
(7=7) (8=8) (9=9) (10=10), gen (coremp)
label variable coremp "Percepção de corrupção nas grandes empresas"

*Percepção de corrupção nos sindicatos (escala de 0 a 10)

recode P42NC_F (98/99=.) (-2/-1=.) (0=0) (1=1) (2=2) (3=3) (4=4) (5=5) (6=6)
(7=7) (8=8) (9=9) (10=10), gen (corsind)
label variable corsind "Percepção de corrupção nos sindicatos"

*Se pode pagar o preço de certo grau de corrupção para solucionar os problemas
do país

recode P26ST (-1=.) (1=3) (2=2) (3=1) (4=0), gen (tolcor)

```
label variable tolcor "Aceita a corrupção para solucionar problemas do país"
label define tolcor 0 "Discordo muito" 1 "Discordo" 2 "Concordo" 3 "Concordo
muito"
label values tolcor tolcor
```

```
mean tolcor
mean tolcor, over(pais)
```

*Se pode pagar o preço de certo grau de corrupção para solucionar os problemas do país/binária

```
recode P26ST (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (tolcorb)
label variable tolcorb "Aceita a corrupção para solucionar problemas do país"
label define tolcorb 0 "Intolerante à corrupção" 1 "Tolera a corrupção"
label values tolcorb tolcorb
```

```
mean tolcorb
mean tolcorb, over(pais)
```

*Obrigação de denunciar a corrupção presenciada

```
recode P25STTI (-1=.) (1=3) (2=2) (3=1) (4=0), gen (dencor)
label variable dencor "Obrigação de denunciar a corrupção presenciada"
label define dencor 0 "Discordo muito" 1 "Discordo" 2 "Concordo" 3 "Concordo
muito"
label values dencor dencor
```

*dencor/binária

```
recode P25STTI (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (dencorb)
label variable dencorb "Obrigação de denunciar a corrupção presenciada"
label define dencorb 0 "Discordo/discordo muito" 1 "Concordo/concordo muito"
label values dencorb dencorb
```

```
mean dencorb
```

```
mean dencorb, over(pais)
```

*Percepção de melhora na redução da corrupção nas instituições nos últimos 2 anos

```
recode P38ST (-1=.) (1=3) (2=2) (3=1) (4=0), gen (redcor)
label variable redcor "Redução da corrupção nas instituições nos últimos 2 anos"
label define redcor 0 "Nada" 1 "Pouco" 2 "Alguma redução" 3 "Muito"
label values redcor redcor
```

*redcorb/binária

```
recode P38ST (-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (redcorb)
```

label variable redcorb "Redução da corrupção nas instituições nos últimos 2 anos"

label define redcorb 0 "Nada/pouco" 1 "Alguma/Muito"

label values redcorb redcorb

*Análise fatorial

factor corgov corcong cormuni corjus coremp corsind
rotate, oblimin

*alpha

alpha corgov corcong cormuni corjus coremp corsind

*Análise fatorial

factor corgov corcong cormuni
rotate, oblimin

*alpha

alpha corgov corcong cormuni

* Indicador de percepção de corrupção política - corindexpol (escala de 0 a 30)

gen corindexpol = corgov + corcong + cormuni

* Indicador de percepção de corrupção política - corindexpol (categórica)

recode corindexpol (0/7=0) (8/15=1) (16/23=2) (24/30=3), gen (corindexpolcat)

label variable corindexpolcat "Indicador de percepção de corrupção política"

label define corindexpolcat 0 "Nada/pouca corrupção" 1 "Corrupção moderada"

2 "Muita corrupção" 3 "Totalmente corrupto/corrupção sistêmica"

label values corindexpolcat corindexpolcat

* Indicador binário/percentual do índice de corrupção política sistêmica

recode corindexpolcat (0/2=0) (3=1), gen (corindexpolsis)

label variable corindexpolsis "Indicador de percepção de corrupção política sistêmica"

label define corindexpolsis 0 "Nada/moderada/muita corrupção" 1 "Corrupção sistêmica"

label values corindexpolsis corindexpolsis

mean corindexpolcat

tab corindexpolcat

mean corindexpolcat, over(pais)

tab corindexpolcat pais

```
mean corindexpolsis
mean corindexpolsis, over(pais)
```

* Indicador de percepção de corrupção empresarial - corempindex (categórica)

```
recode coremp (0/3=0) (4/7=1) (8/10=2), gen (corempindex)
label variable corempindex "Indicador de percepção de corrupção empresarial"
label define corempindex 0 "Nada/quase nenhuma corrupção" 1 "Corrupção
moderada" 2 "Corrupção sistêmica"
label values corempindex corempindex
```

```
////////////////////////////////////
* VARIÁVEIS INDEPENDENTES //////////////////////////////////////
////////////////////////////////////
```

* Homem

```
recode sexo (1=1) (2=0), gen(homem)
label variable homem "Homem"
label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"
label values homem homem
```

* Idade

```
gen idade = edad
label variable idade "Idade"
```

* Faixa etária

```
gen fetaria = reedad
label variable reedad "Faixa etária"
label define fetaria 1 "16-25" 2 "26-40" 3 "41-60" 4 "61 ou mais"
label values fetaria fetaria
```

* Escolaridade

```
recode S14 (1/10=0) (11/14=1) (15/17=2), gen (escol)
label variable escol "Escolaridade"
label define escol 0 "Baixa/Ensino Básico" 1 "Média/Ensino Médio" 2 "Alta/Ensino
Superior"
label values escol escol
```

* Ideologia

```
recode P19STC (-8/-1=.) (0/3=0) (4/6=1) (7/10=2), gen (ideo)
label variable ideo "Ideologia"
label define ideo 0 "Esquerda" 1 "Centro" 2 "Direita"
label values ideo ideo
```

```
////////////////////////////////////  
* VARIÁVEIS DEPENDENTES //////////////////////////////////////  
////////////////////////////////////
```

```
////////////////////////////////////  
* Adesão à democracia
```

```
recode P8STGBS (-2/-1=.) (1=2) (2=0) (3=1), gen (addem)  
label variable addem "Adesão à democracia"  
label define addem 0 "Em algumas circunstâncias é preferível um governo  
autoritário" 1 "Tanto faz um governo democrático ou não democrático" 2 "Uma  
democracia é sempre preferível"  
label values addem addem
```

```
* Adesão à democracia/binária
```

```
recode P8STGBS (-2/-1=.) (1=1) (2=0) (3=0), gen (addemb)  
label variable addemb "Adesão à democracia"  
label define addemb 0 "Autoritário" 1 "Democrata"  
label values addemb addemb
```

```
* A democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo
```

```
recode P22ST (-2/-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (demgov)  
label variable demgov "Democracia é a melhor forma de governo"  
label define demgov 0 "Autoritário" 1 "Democrata"  
label values demgov demgov
```

```
* Nível de democracia no país (escala de 0 a 9)
```

```
recode P11STGBSC (-6/-1=.) (1=0) (2=1) (3=2) (4=3) (5=4) (6=5) (7=6) (8=7)  
(9=8) (10=9), gen (nivdem)  
label variable nivdem "Nível de democracia no país"
```

```
* Nível de democracia no país/binário
```

```
recode P11STGBSC (-6/-1=.) (1/5=0) (6/10=1), gen (nivdemb)  
label variable nivdemb "Nível de democracia no país"  
label define nivdemb 0 "Não democrático" 1 "Democrático"  
label values nivdemb nivdemb
```

```
* Como é a democracia no país
```

```
recode P18GBS (-2/-1=.) (1=4) (2=3) (3=2) (4=0) (5=1), gen (demideal)  
label variable demideal "Como é a democracia no seu país"  
label define demideal 0 "Não é uma democracia" 1 "Não sei o que é uma  
democracia" 2 "Uma democracia com grandes problemas" 3 "Uma democracia  
com pequenos problemas" 4 "Uma democracia plena"  
label values demideal demideal
```

* Satisfação com a democracia //////////////////////////////////////

recode P9STGBSC_A (-2/-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (satdem)
label variable satdem "Satisfação com a democracia"
label define satdem 0 "Insatisfeito" 1 "Satisfeito"
label values satdem satdem

* Percepção de progresso do país //////////////////////////////////////

recode P2ST (-2/-1=.) (1=2) (2=1) (3=0), gen (progpais)
label variable progpais "Percepção de progresso do país"
label define progpais 0 "Está em retrocesso" 1 "Está parado" 2 "Está progredindo"
label values progpais progpais

////////////////////////////////////

* Confiança nas instituições //////////////////////////////////////
////////////////////////////////////

* Confiança no Congresso Nacional

recode P14ST_D (-2/-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confcong)
label variable confcong "Confiança no Congresso Nacional"
label define confcong 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confcong confcong

* Confiança no Judiciário

recode P14ST_F (-2/-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confjus)
label variable confjus "Confiança no Judiciário "
label define confjus 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confjus confjus

* Confiança nas instituições eleitorais

recode P14ST_H (-2/-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confelei)
label variable confelei "Confiança nas instituições eleitorais"
label define confelei 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confelei confelei

* Confiança nas Forças Armadas

recode P14STGBS_A (-2/-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (conffa)
label variable conffa "Confiança nas Forças Armadas"
label define conffa 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values conffa conffa

////////////////////////////////////

* Confiança nos atores políticos //////////////////////////////////////

//

* Confiança nos partidos

```
recode P14ST_G (-2/-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confpart)
label variable confpart "Confiança nos partidos"
label define confpart 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confpart confpart
```

* Confiança no governo

```
recode P14ST_E (-2/-1=.) (1=1) (2=1) (3=0) (4=0), gen (confgov)
label variable confgov "Confiança no governo"
label define confgov 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confgov confgov
```

*Análise fatorial

```
factor addem demgov nivdem
rotate, oblimin
```

*alpha

```
alpha addem demgov nivdem
```

* Não foi possível construir um indicador de adesão à democracia pela baixa carga fatorial nas variáveis

* Problema mais importante do país

```
/// variável P3STGBS //////////////
```

* //

* ANÁLISE DE DADOS //

* //

* Índice de percepção de corrupção (alta, média e baixa corrupção) -> apoio ao regime

*///// Aqui percebemos melhor que a corrupção mais disseminada é o que mina o apoio à democracia

```
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol
margins corindexpolcat
marginsplot, recast(bar)
```

```
logistic addemb corindexpolcat homem idade escol
margins, at(corindexpol=(0(1)30))
marginsplot, recast(line)
```

* Índice de percepção de corrupção (alta, média e baixa corrupção) -> democracia como melhor forma de governo

```
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol  
margins corindexpolcat  
marginsplot, recast(bar)
```

```
logistic demgov corindexpol homem idade escol  
margins, at(corindexpol=(0(1)30))  
marginsplot, recast(line)
```

* Índice de percepção de corrupção (alta, média e baixa corrupção) -> nível de democracia

```
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol  
margins corindexpolcat  
marginsplot, recast(bar)
```

* Percepção de corrupção no governo nacional -> apoio à democracia

```
logistic addemb corgov homem idade escol  
margins, at(corgov=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção no governo nacional -> democracia como melhor forma de governo

```
logistic demgov corgov homem idade escol  
margins, at(corgov=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Percepção de corrupção no governo nacional -> Nível de democracia

```
logistic nivdemb corgov homem idade escol  
margins, at(corgov=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Ideologia -> tolerância à corrupção

```
logistic tolcorb i.ideo i.fetaria escol
```

* Índice de corrupção política -> apoio ao regime

```
logistic addemb corindexpol homem i.fetaria escol  
margins, at(corindexpol=(0(1)4))  
marginsplot, recast(line)
```

* Índice de corrupção política -> democracia como melhor forma de governo

```
logistic demgov corindexpol homem i.fetaria escol
```

```
margins, at(corindexpol=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

* Índice de corrupção política -> Nível de democracia

```
logistic nivdemb corindexpol homem i.fetaria escol
margins, at(corindexpol=(0(1)4))
marginsplot, recast(line)
```

* Índice de corrupção política -> tolerância à corrupção

```
logistic tolcorb corindexpol idade escol
```

* Percepção de corrupção política por país -> adesão à democracia

```
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 32 // Argentina
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 68 // Bolívia
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 76 // Brasil
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 152 // Chile
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 170 // Colômbia
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 188 // Costa Rica
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 214 // Rep.
Dominicana
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 222 // El Salvador
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 218 // Equador
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 320 // Guatemala
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 340 // Honduras
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 484 // México
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 558 // Nicarágua
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 591 // Panamá
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 600 // Paraguai
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 604 // Peru
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 858 // Uruguai
logistic addemb corindexpol homem idade escol if pais == 862 // Venezuela
```

* Percepção de corrupção política por país -> democracia como melhor forma de governo

```
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 32 // Argentina
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 68 // Bolívia
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 76 // Brasil
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 152 // Chile
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 170 // Colômbia
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 188 // Costa Rica
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 214 // Rep.
Dominicana
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 222 // El Salvador
```

logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 218 // Equador
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 320 // Guatemala
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 340 // Honduras
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 484 // México
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 558 // Nicarágua
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 591 // Panamá
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 600 // Paraguai
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 604 // Peru
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 858 // Uruguai
logistic demgov corindexpol homem idade escol if pais == 862 // Venezuela

* Percepção de corrupção política por país -> nível de democracia

logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 32 // Argentina
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 68 // Bolívia
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 76 // Brasil
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 152 // Chile
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 170 // Colômbia
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 188 // Costa Rica
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 214 // Rep.
Dominicana
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 222 // El Salvador
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 218 // Equador
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 320 // Guatemala
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 340 // Honduras
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 484 // México
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 558 // Nicarágua
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 591 // Panamá
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 600 // Paraguai
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 604 // Peru
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 858 // Uruguai
logistic nivdemb corindexpol homem idade escol if pais == 862 // Venezuela

* Percepção de corrupção política por país -> adesão à democracia

logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 32 // Argentina
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 68 // Bolívia
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 76 // Brasil
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 152 // Chile
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 170 // Colômbia
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 188 // Costa Rica
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 214 // Rep.
Dominicana
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 222 // El Salvador
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 218 // Equador
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 320 // Guatemala
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 340 // Honduras
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 484 // México

logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 558 // Nicarágua
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 591 // Panamá
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 600 // Paraguai
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 604 // Peru
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 858 // Uruguai
logistic addemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 862 // Venezuela

* Percepção de corrupção política por país -> democracia como melhor forma de governo

logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 32 // Argentina
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 68 // Bolívia
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 76 // Brasil
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 152 // Chile
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 170 // Colômbia
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 188 // Costa Rica
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 214 // Rep. Dominicana
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 222 // El Salvador
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 218 // Equador
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 320 // Guatemala
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 340 // Honduras
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 484 // México
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 558 // Nicarágua
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 591 // Panamá
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 600 // Paraguai
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 604 // Peru
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 858 // Uruguai
logistic demgov i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 862 // Venezuela

* Percepção de corrupção política por país -> nível de democracia

logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 32 // Argentina
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 68 // Bolívia
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 76 // Brasil
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 152 // Chile
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 170 // Colômbia
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 188 // Costa Rica
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 214 // Rep. Dominicana
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 222 // El Salvador
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 218 // Equador
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 320 // Guatemala
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 340 // Honduras
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 484 // México
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 558 // Nicarágua
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 591 // Panamá
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 600 // Paraguai

logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 604 // Peru
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 858 // Uruguai
logistic nivdemb i.corindexpolcat homem idade escol if pais == 862 // Venezuela

* Percepção de corrupção empresarial por país -> adesão à democracia

logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 32 // Argentina
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 68 // Bolívia
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 76 // Brasil
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 152 // Chile
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 170 // Colômbia
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 188 // Costa Rica
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 214 // Rep. Dominicana
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 222 // El Salvador
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 218 // Equador
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 320 // Guatemala
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 340 // Honduras
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 484 // México
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 558 // Nicarágua
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 591 // Panamá
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 600 // Paraguai
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 604 // Peru
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 858 // Uruguai
logistic addemb coremp homem idade escol if pais == 862 // Venezuela

* Regressões nos objetos de apoio político

logistic addemb corindexpol homem idade escol

logistic demgov corindexpol homem idade escol

logistic satdem corindexpol homem idade escol

logistic confelei corindexpol homem idade escol

logistic confjus corindexpol homem idade escol

logistic confcong corindexpol homem idade escol

logistic confpart corindexpol homem idade escol

logistic confgov corindexpol homem idade escol

* Regressões com o efeito da corrupção política sistêmica

logistic addemb corindexpolsis homem idade escol

logistic demgov corindexpolsis homem idade escol

logistic satdem corindexpolsis homem idade escol

logistic confelei corindexpolsis homem idade escol

logistic confjus corindexpolsis homem idade escol

logistic confcong corindexpolsis homem idade escol

logistic confpart corindexpolsis homem idade escol

logistic confgov corindexpolsis homem idade escol